



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

WILKER SOLIDADE DA SILVA

GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE VARGAS, DOURADOS-
MT: a escola primária urbano/rural em tempos de mudanças no
ensino elementar brasileiro (1963-1974)

Dourados/MS, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE VARGAS, DOURADOS-
MT: a escola primária urbano/rural em tempos de mudanças no
ensino elementar brasileiro (1963-1974)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Faculdade de Educação da Universidade
Federal da Grande Dourados, para obtenção do título de
mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a. Dra Maria do Carmo Brazil.

Dourados/MS, 2015

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

S586g	Silva, Wilker Solidade da. Grupo Escolar Presidente Vargas, Dourados-MT : a escola primária urbano-rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro (1963-1974)./Wilker Solidade da Silva. – Dourados, MS : UFGD, 2015. 225p. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Brazil. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados. 1. Educação – Dourados - MS – História – 1963-1974. 2. Grupo Escolar Presidente Vargas – Dourados – MS – História. I. Título. CDD – 370.9817
-------	---

WILKER SOLIDADE DA SILVA

**GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE VARGAS, DOURADOS-MT: a escola
primária urbano/rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro
(1963-1974)**

COMISSÃO JULGADORA
DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO

Prof.^a Dr^a Maria do Carmo Brazil (Orientador)
Universidade Federal da Grande Dourados
Presidente Orientador

Prof.^a Dr^a Maurilane de Souza Biccas
Universidade de São Paulo

Dr^a Alessandra Cristina Furtado
Universidade Federal da Grande Dourados

DOURADOS/MS, 2015

À Raquel Cezário, minha mãe, por ensinar que nunca é tarde demais, e ao meu Pai, Tobias Solidade, por simplesmente ser Pai.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a CAPES por ter concedido o auxílio financeiro que me permitiu seguir a vida acadêmica, à Faculdade de Educação pelas experiências cotidianas, à Universidade Federal da Grande Dourados pelo espaço propício para as novas investidas e a concretização de anseios que foram se firmando durante a jornada que se iniciou na Especialização em Formação de Profissionais da Educação e seguiu por todo o Mestrado que aqui se encerra.

Importante também foi o apoio dos integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMS/UFGD) pelo conhecimento compartilhado e do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM/UFMT) que esteve sempre acessível às necessidades que a pesquisa apresentava. Em tempo, agradeço ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE/USP) que me recebeu durante a estadia na Universidade de São Paulo. Estadia essa que proporcionou uma das melhores experiências que já tive durante toda a vida acadêmica, tanto na esfera profissional por ampliar minha visão de mundo e de possibilidades de trabalho, como no pessoal, ao permitir o contato com diferentes culturas e maravilhosas pessoas. Pessoas como a Ana (Aninha) e a Ariadne que humanizavam os papos na FEUSP e a Professora Maurilane Biccás que, além de referência como pesquisadora, para mim se tornou um modelo de ser humano a seguir.

Agradeço a minha orientadora, Maria do Carmo Brazil, que se manteve forte mesmo sob as pressões da natureza, a Professora Alessandra Furtado pela dedicação, a Claudiani Rodelini pela companhia indispensável, a Simone Peres Claus pela amizade e apoio incondicional e ao Leonardo Brito pela paciência.

Por fim, e indiscutivelmente essencial, devo agradecer a Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas por permitir a pesquisa e o empenho despendido em ajudar a pesquisa pelo professor Edison Félix, Maria Inez Felix, Paulo Felix (Seu Paulo da Máquina), Ivone Ishi, Aparecida Eva Cunha, Sedilha Moreira, João Leite, Antonia Garcia, Arno Sedlacek, Erna Sedlacek, Juraci Cavalcante e, principalmente, Débora Carneiro, Alice Carneiro e Doralice Paula que se dedicaram com zelo nesse processo.

É possível que eu possa ter esquecido de agradecer alguém na escrita, mas dedico a todos aqueles que fizeram parte da minha vida nesse período meu muito obrigado.

RESUMO

Partindo do Grupo Escolar Presidente Vargas como objeto de estudo e contextualizando sua inserção e funcionamento em diálogo com a comunidade a que este estava vinculado, a pesquisa expõe as políticas educacionais brasileiras que traçaram um modelo de escola a simbolizar o conceito de moderno para o ensino nacional, e como a interpretação do olhar para a instituição escolar apresentou diversas perspectivas à medida que se alterava os rumos das políticas públicas. Escolhendo a década de 1940 como pano de fundo para a investigação global, a dissertação fala sobre a colonização orientada no sul de Mato Grosso através das ações da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e o papel expansionista por ela desempenhado, este que foi responsável pela criação do povoado que deu origem ao Distrito de Vila Vargas no ano de 1963, sendo este o limite temporal inicial da pesquisa. Como limite final temos o ano de 1974, quando em cumprimento da Lei 5.692/71 são extintas as denominações de Grupos Escolares do sul de Mato Grosso, e consequentemente o Grupo Escolar Presidente Vargas. Para dialogar entre o espaço social e a escola neste período e a fim de construir um panorama da escolarização ali resultante, recorreremos às fontes históricas do acervo escolar existente, ao Centro de Documentação Regional da UFGD e UFMS e ao contato com a comunidade vilavarguense, e a partir dos documentos recolhidos (oficiais e não oficiais), depoimentos orais e iconografias, mapeamos um olhar sobre o ensino primário douradense e seu diálogo com as perspectivas estatais para o ensino. Os Grupos Escolares, modelo de ensino que serviu de referência de moderno para a nação brasileira desde a Primeira República, recebiam modificações em sua representação à medida que a política nacional se deparava com as particularidades de cada unidade da federação, e especialmente, das demandas do próprio ensino público. A escola se adaptava ao espaço social e ao passo que este espaço se amoldava à escola, originava-se uma cultura em comum para ambas, e como num caminho de mão dupla, a confirmação de espaço habitado e socialmente construído passou a ser pensado a partir do diálogo entre escola e sociedade. O Distrito de Vila Vargas se firma como espaço social a partir da integral relação entre sua comunidade e o Grupo Escolar Presidente Vargas e a instituição, deste então, se tornou parte intrínseca ao próprio Distrito.

Palavras-chave: Colonização; Vila Vargas; Escolarização; Ensino Primário; Grupo Escolar.

ABSTRACT

With the Grupo Escolar Presidente Vargas as object of study and contextualizing its insertion and actuation in dialogue with the community to which it was linked, the survey exposes Brazilian educational policies that defined a school model to symbolize the concept of modern national education and how the interpretation of the educational institution presented different perspectives whereas that they changed the public policy directions. Choosing the 1940s as a backdrop for global research, dissertation talks about oriented colonization in southern Mato Grosso through the actions of Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) and the expansionist role it played and was responsible for creation of the town that gave birth to District Vila Vargas in 1963, which is the initial time limit of the survey. As a final limit we have the year 1974, when in accordance with Law 5.692 / 71 was extinct the denominations Grupos Escolares of southern Mato Grosso, and consequently the Grupo Escolar Presidente Vargas. For dialogue between the social space and the school at this time and in order to build an overview of the resulting schooling there, we turn to historical sources the existing school collection at the Centro de Documentação Regional of UFGD and UFMS and contact vilavarguense community, from the collected documents (official and unofficial), oral and iconography, we mapped a look at the primary school Douradense and its dialogue with the State prospects for teaching. The Grupo Escolar, teaching model that served as a modern reference for the Brazilian nation since the First Republic, received modifications on their behalf as the national policy was faced with the particularities of each state, and especially the demands of own public education. The school is suited to the social space and while this space was geared to school, stemmed a culture common to both, and as a two-way street, confirmation of living space and socially constructed became thought from the dialogue between school and society. The Distrito de Vila Vargas firm as a social space from the integral relationship between their community and the Grupo Escolar Presidente Vargas and the institution, since then, has become an intrinsic part of the district itself.

Key-words: Colonization; Vila Vargas; Schooling; Primary Education. Grupo Escolar.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Expansão Pública Primária por ano no estado de Mato Grosso, 1927.....	37
Tabela 2: Quantitativo de escolas, por administração e natureza, no estado de Mato Grosso, 1937.....	44
Tabela 3: Comparativo da expansão do Ensino Primário, entre os anos de 1937 e 1942 por categoria de escola, no estado de Mato Grosso.....	49
Tabela 4: Evolução do Ensino no Estado de Mato Grosso, 1946 – 1950.....	58
Tabela 5: Relação da Frequência geral das escolas estaduais e municipais no Estado de Mato Grosso, 1946 – 1949.	61
Tabela 6: Distribuição de Escolas por município, natureza e controle de frequência, das principais cidades do estado de Mato Grosso, 1954.....	66
Tabela 7: Distribuição das escolas conforme natureza e quantidade de unidades no estado de Mato Grosso, 1956.	67
Tabela 8: Distribuição de Cursos de Ensino Supletivo por município do estado de Mato Grosso, 1959.....	68
Tabela 9: Distribuição de Merenda escolar por região do estado de Mato Grosso, 1964.	70
Tabela 10: Rede de escolas primárias por natureza no Estado de Mato Grosso, 1964. .	76
Tabela 11: Distribuição de Escolas secundárias em atividade, por natureza no estado de Mato Grosso, 1965.	77
Tabela 12: Crescimento Populacional e Escolarização no Brasil. População de 5 a 19 anos, entre 1940 e 1970.....	78
Tabela 14: Relação de Escolas pertencentes ao Distrito de Vila Vargas por ano de criação e extinção, 1975.	133
Tabela 16: Caixa Escolar por Série e quantitativo de aluno pagante por valor, 1974..	173

LISTA DE SIGLAS

ACARMAT - Associação de Crédito e Assistência Rural de Mato Grosso

ADES - Associação Douradense de Estudantes

ARENA - Aliança Renovada Nacional

CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CANG - Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CEMAT - Central Elétrica Mato-grossense

CMD - Colônia Municipal de Dourados

CNE - Conselho Nacional de Educação

COLTED - Conselho do Livro Técnico e Livro Didático

DECE - Departamento de Educação e Cultura do Estado

EEPG Vargas – Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas

EIT – Empresa Industrial Técnica S.A.

FBC - Fundação Brasil Central

FENAME - Fundação Nacional do Material Escolar

GEPV - Grupo Escolar Presidente Vargas

INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

NCD – Núcleo Colonial de Dourados

PIN - Programa de Integração Nacional

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNE - Plano Nacional de Educação

POLOCENTRO - Programa para o Desenvolvimento do Cerrado

PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PSD - Partido Social Democrata

PTB – Partido Trabalhista do Brasil

UDN - União Democrática Nacional

USAID - United States Agency for International Development

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de Matrícula (%) no Ensino Primário por Ano Letivo, no Brasil.	76
Gráfico 2: Local de Origem dos pais dos alunos do Grupo Escolar Presidente Vargas, 1971.....	168
Gráfico 3: Local de Residência dos alunos do Grupo Escolar Presidente Vargas, 1971-1974.....	169
Gráfico 4: Profissão dos pais dos alunos do GEPV por percentual, 1974.	171
Gráfico 5: Matrícula do Curso Supletivo de 1º e 2º Esquema por Idade de ingresso, 1972, 1973 e 1974.	197
Gráfico 6: Relação das Matrículas do GEPV para a 2ª Série, 1971-1974.	198
Gráfico 7: Relação das Matrículas do GEPV para a 1ª Série, 1971-1974.	198
Gráfico 8: Evolução de Matrícula por série de pertencimento e divisão por gênero, 1971-1974.....	199
Gráfico 9: Relação das Matrículas do GEPV para a 4ª Série, 1971-1974.	200
Gráfico 10: Relação das Matrículas do GEPV para a 3ª Série, 1971-1974.	200
Gráfico 11: Relação das Matrículas do G.E.P.V. para a 5ª Série, 1971-1974.	200
Gráfico 12: Relação das Matrículas do G.E.P.V. para a 6ª Série, 1972-1974.	200

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação de Entrevistados selecionados por vínculo com a pesquisa.	26
Quadro 2: Distribuição, por ano e região do Brasil, das Colônia Agrícola Nacional. ...	52
Quadro 3: Relação das Escolas sob gestão do Núcleo Colonial de Dourados, 1953.	91
Quadro 4: Relação de Escolas pertencentes ao Distrito de Vila Vargas por ano de criação e extinção, 1975.	133
Quadro 5: Relação de Profissionais lotados no ano de Criação do GEPV por residência e formação, 1971.	188
Quadro 6: Distribuição de série por professor no GEPV, 1971.	190

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Divisão administrativa do município de Dourados conforme área de instalação das Colônias Agrícolas, 1945.....	87
Figura 2: Mapa da 1ª Zona da CAND por linhas de Divisão, 1953.....	107
Figura 3: Primeira Procissão da Igreja Senhor Bom Jesus da Zona do Triunfo, 1954. Fonte: Acerco particular de Doralice Paula Carneiro, 2014.	108
Figura 4: Escola da Zona do Triunfo, Triunfo, 1957.	110
Figura 5: Escola Rural Mista do Mercado, Triunfo, 1959.	113
Figura 6: Alunos da Escola Rural Mista do Mercado, 1968.	114
Figura 7: Divisão administrativa do Município de Dourados, 1982.	125
Figura 8: Mapa da distribuição das escolas no Distrito por localização, de acordo com Tabela 14. :	134
Figura 9: Esquema de planta baixa da Escola da Zona do Triunfo e Escola Rural Mista do Mercado, 1968.....	136
Figura 10: Escola da Colônia dos Italianos (1) e Escola Rural Mista da Zona do Barreirinho (2), 1969.....	137
Figura 11: Escola Rural Mista do Mercado funcionando em barracão de farinha, 1972.....	138
Figura 12: Vista da construção do Grupo Escolar Presidente Vargas, 1970.....	147
Figura 13: Ficha de Cadastro da Escola Reunidas Presidente Vargas, 1968.	151
Figura 14: Ficha de Cadastro da Escola Reunidas Presidente Vargas, 1968.	152
Figura 15: Exame de Admissão na Escola Reunida Presidente Vargas, 1970.....	153
Figura 16: Planta Baixa do Grupo Escolar Presidente Vargas, 1972.	158
Figura 17: 1ª Turma da Banda Fanfarra musical “José de Carvalho” do GEPV, 1974.....	161
Figura 18: Primeira página do Livro de Matrículas do Grupo Escolar Presidente Vargas, 1971.....	167
Figura 19: Prova de Teatro da 1ª Gincana do GEPV, 1972.	176
Figura 20: Representantes da área do Laranja Lima no Desfile do G.E.P.V, 1971.	177
Figura 21: Jovem pilotando trator em Desfile Cívico do G.E.P.V., 1971.	178
Figura 22: Representantes da Faz. Paturi no Desfile do G.E.P.V., 1971.	178
Figura 23: Alunos da 2ª Série G.E.P.V. fantasiadas de Indígenas para o Dia do índio, 1971.....	178

Figura 24: Alunos da 4ª Série do GEPV. representando a cultura agrícola do município, 1973.....	182
Figura 25: Alunos da 2ª Série do GEPV saudando a Pátria, 1973.	182
Figura 26: Alunos da 4ª Série GEPV 1973	183
Figura 27: Desfile da Banda Fanfarra “José de Carvalho” do GEPV, setembro de 1974.....	183
Figura 28: Crianças em aula de Educação Física organizada pelos Padres Salesianos no GEPV, 1972.....	185
Figura 29: Professora Doralice Paula Carneiro, da 1ª Série do GEPV, 1972.	189
Figura 30: Livro de Estudos Sociais e Naturais, utilizado no ano de 1972 pelos alunos do GEPV.....	192
Figura 31: Livro de Iniciação à Ciência, utilizado no ano de 1971 pelos alunos do GEPV.	192
Figura 32: 1ª Turma do Curso MOBREAL e Supletivo do GEPV, 1972.	196
Figura 33: Docente e Discentes no primeiro ano de funcionamento da EEPG “Presidente Getúlio Vargas”.	202
Figura 34: Funcionários da EEPG “Presidente Getúlio Vargas”, década de 1980.	203

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - O NACIONAL E O REGIONAL: A POLÍTICA E A HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO EM MATO GROSSO	30
1.1 - A década da mudança: os anos entre 1961 e 1971 e o ensino nacional.	30
1.2 - O Estado de Mato Grosso: educação e política na primeira metade do século 20....	35
CAPÍTULO II - DOURADOS E O ENSINO: A DIVISÃO ADMINISTRATIVA E AS ESCOLAS RURAIS NO DISTRITO DE VILA VARGAS.	81
2.1 - O Município de Dourados: a divisão administrativa e o ensino.	81
2.2 - Povoado e Distrito: configurando uma sociedade.....	98
2.3 - Vila Vargas: de Zona do Triunfo à Distrito administrativo.	103
2.4 - O Distrito de Vila Vargas e o ensino: das Escola Rurais ao Grupo Escolar.	130
CAPÍTULO III - O DISTRITO DE VILA VARGAS: O GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE VARGAS E A CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO.....	146
3.1 - O ensino graduado: o surgimento de uma forma de cultura.	148
3.2 - As escolas do Distrito de Vila Vargas e a sua caracterização urbano/rural.	163
3.3 - O Grupo Escolar Presidente Vargas: a escola como referência.	166
3.4 - Escola, universo rural e política de modernização.	179
3.5 - A escola como extensão social: cenário e atores.....	186
3.6. Materiais didáticos.....	191
3.7 - Alfabetização e letramento (jovens e adultos) no GEPV.	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	205
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	209

INTRODUÇÃO

Esta dissertação se inscreve no conjunto de esforços acadêmicos desenvolvidos desde os anos de 1990, com o objetivo de investigar a problemática das instituições escolares no Brasil. Nos últimos 20 anos, órgãos de pesquisa, associações e grupos de pesquisadores engajados em atividades compartilhadas na área educacional empenham-se em investigações acerca das instituições escolares no sentido de construir a história da escolarização no Brasil. No âmbito nacional, sobressaem-se hoje os grupos de pesquisa ligados à Universidade Federal de São Carlos/UFSCar; à Universidade Federal de Uberlândia/UFU, à Universidade de São Paulo, à Universidade de Campinas, à Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG e à Universidade Estadual de Maringá, entre outras, com linhas consolidadas nas pesquisas desenvolvidas em seus Programas de Pós-Graduação. Estas e tantas outras iniciativas têm ajudado no avanço do processo de investigação das pesquisas na história da educação brasileira.

Pesquisas sobre a história da escola e o processo de escolarização, e principalmente sobre os Grupos Escolares se tornaram constantes desde então em diversos programas de pós-graduação do País, resgatando a importância dos modelos de ensino que compuseram a história da educação brasileira para a compreensão do ensino atual. Trata-se de uma proposta constante nos trabalhos de alguns dos mais renomados autores brasileiros da área, como Faria Filho (2005;2006), Saviani (2004 e 2005), Souza (2004), Vidal (2006), Sá e Sá (2011), entre outros, que afirmam a necessidade de contextualizar socialmente a importância da história das instituições de ensino para a construção de uma história da educação nacional, regional e local.

No que tange as pesquisas nessa perspectiva, à nível local, o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD (PPGEdu), à qual essa dissertação se insere, inaugurou suas atividades em março de 2008 a partir da área de concentração "História, Políticas e Gestão da Educação", composta por duas Linhas de Pesquisa: "Políticas e Gestão da Educação" e "História da Educação, Memória e Sociedade". Esta última, tratando especificamente da história como foco principal, ficou representada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES), criado também em 2008 com o intuito de incentivar estudos e pesquisas em História e Historiografia da Educação brasileira e alavancar a perspectiva historiográfica da educação nas pesquisas do Programa.

Durante o período de 2008 a 2014 o programa produziu aproximadamente 67 dissertações, das quais 25 são da linha da História da Educação, Memória e Sociedade, estas fomentadas por quatro projetos de pesquisa sobre instituições de ensino: “Inventário de fontes documentais: um estudo sobre a formação e a profissão docente no município de Dourados/MS e região (1959-1996)”, coordenado pela professora doutora Alessandra Cristina Furtado, que objetiva reconstruir a história da formação e da profissão docente na região da Grande Dourados do período de 1959 a 1996 por meio de levantamento, catalogações e descrição de fontes; “Histórias e Memórias da Educação no Município de Dourados (1940-1990)”, coordenado pela professora doutora Magda Sarat, que visa recuperar a história da educação e das instituições escolares no município de Dourados e região dos anos de 1940 a 1990, com foco para as instituições formadoras de professores dedicados à educação infantil; “Tempos de Escola Moderna no sul do antigo Mato Grosso: Análise do processo de transição do modelo escolar confessional católico para o ideário iluminista republicano”, coordenado pela doutora Ana Paula Mancini, que refere-se aos grupos escolares do sul do antigo Mato Grosso, avaliando desde sua estrutura material até as formas de organização didático escolares, e por fim o projeto “Escolarização da infância do sul do antigo Mato Grosso 1940-1970”, liderado pela professora doutora Maria do Carmo Brazil, que tem como objetivo principal investigar e analisar o processo de institucionalização do ensino primário no interior do Sul do antigo Mato Grosso, caracterizado pelos modelos organizacionais de ensino, de modo a apreender as mudanças e implicações socioculturais que essa modalidade de ensino representou para o estado. A pesquisa aqui apresentada pertence a este último projeto.

Dentro deste projeto, cinco mestrands elegeram os Grupos Escolares como objeto de pesquisa. Trata-se dos trabalhos de Adriane Cristine Silva (2011), de Marcio Bogaz Trevizan (2011), Charlene Correia Figueiredo (2012), Claudiani Rodelini (2015) e a presente pesquisa. O primeiro trabalho deste projeto dedicou-se a escrever a história da instituição escolar em Mato Grosso a partir do Grupo Escolar Esperidião Marques (GEEM). O segundo refere-se a um estudo sobre o Grupo Escolar Mendes Gonçalves (GEMG), criado na cidade de Ponta Porã; o terceiro discorreu sobre o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque (GELA), criado na cidade de Corumbá; o quarto retrata a relação entre a constituição do espaço de colonização recente em município a partir do pátio do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro (GEAJR) de Itaporã, e o quinto é o que aqui se será exposto, o Grupo Escolar Presidente Vargas, no município de Dourados. Somado a

estes trabalhos citamos ainda a pesquisa de mestrado de Juliana da Silva Monteiro (2011) que sob orientação da professora doutora Alessandra Cristina Furtado dissertou a “Cultura Escolar: A institucionalização do Ensino Primário no sul do antigo Mato Grosso. O Grupo Escolar Tenente Aviador Antonio João em Caarapó, MS (1950-1974)”, compondo as pesquisas sobre Grupos Escolares da PPGEduc.

O rol das investigações envolvendo especificamente a instrução pública primária em Mato Grosso teve início com a tese de Maria Regina Martins Jacomeli (1998-Tese: UNICAMP) intitulada “A instrução publica primaria em Mato Grosso na Primeira Republica: 1891-1927” e Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel Silva (Tese-USP) com “De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)”. Nessa linha de pesquisa como parte de um programa de pós-graduação na região Centro-Oeste e tendo os Grupos Escolares como objeto de estudo, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) foi pioneira com o trabalho de Emilene Fontes de Oliveira Xavier em “Cultura Brasileira e a Memória da Construção da Identidade Nacional no Grupo Escolar Leônidas de Matos (1937-1945)”, dissertação de mestrado de 2005, sequenciado pelas investigações de Rosinete Maria dos Reis (2007-Dissertação: UNICAMP): “Palácios da Instrução: Institucionalização dos Grupos Escolares em Mato Grosso (1910-1927)”; Arlene da Silva Gonçalves (2009-Dissertação: UCDB): “Os Grupos Escolares no Estado de Mato Grosso como Expressão da Política Pública Educacional: O Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, Sul do Estado (1910-1950)”; Eduardo Ferreira da Cunha (2009- Dissertação: UFMT): “Grupo escolar Palácio da Instrução de Cuiabá (1900-1915): arquitetura e pedagogia”; Carlos Edinei de Oliveira (2009-Tese: UFU): Migração e Escolarização: história de instituições escolares de Tangará da Serra – Mato Grosso – Brasil (1964 - 1976). Hoje, quase todos os programas de graduação e pós-graduação de universidades de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul se debruçam em investigar instituições de ensino primário. Além da UFMT e UFGD, já citadas, existem pesquisas em desenvolvimento na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Católica Bom Bosco (UCDB) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Como parte desta vertente de pesquisa, a intenção do trabalho que aqui se apresenta é de dar visibilidade à história da educação e das instituições públicas primárias do Estado de Mato Grosso entre os anos de 1963 e 1974, com destaque para o Distrito de Vila Vargas (município de Dourados), tomando o Grupo Escolar Presidente Vargas como objeto de investigação.

A preocupação maior desta investigação foi o de discutir o processo de inserção da escola na zona rural do município de Dourados. Surgiu, a partir dessa preocupação, a necessidade de se analisar o modo como foram criadas escolas nas regiões distantes do perímetro urbano central e como estas se organizavam e realizavam suas atividades. São questões que se traduzem como pontos de abordagem indispensáveis para que se possa explicar parte da história da educação no município. A partir de um olhar mais atento sobre essas localidades, considerando-se as suas singularidades e as práticas ali exercidas, é possível se compreender a forma como o mesmo modelo de escola foi implantado nos mais distantes rincões do país.

Procurando percorrer os caminhos sugeridos pela Nova História Cultural, sobretudo aqueles que sugerem a necessidade de se estabelecer relações e diálogos entre os micros e macros fenômenos sociais na construção do discurso histórico, este trabalho levou em consideração as ações humanas cotidianas desenroladas no plano regional, sempre com base nas informações históricas que estiveram ao alcance da investigação proposta. A análise regional foi realizada à luz do contexto econômico, político, social e cultural brasileiro, consoante o viés interpretativo oferecido pela historiografia recente no que tange às leituras, escritas e interpretações históricas. A proposta foi identificar a forma como em diferentes localidades ou em temporalidades distintas um fenômeno social é pensado, construído e representado pelos grupos envolvidos no processo de construção.

O interesse por essa temática surgiu durante o Curso de Especialização em Formação de Profissionais da Educação realizado na Faculdade de Educação da UFGD. Muitos questionamentos sobre as potencialidades da escola, seu espaço e sua relação com o meio social a que está sujeito vieram à tona e despertaram meu interesse por essa área de pesquisa.

À medida que investigava os traços da comunidade em que a escola estava inserida, pus-me a pensar sobre a possível existência de uma escola a partir da necessidade da população e, quem sabe, a existência da escola como base afirmativa das necessidades dessa população. Essa relação, muitas vezes subjetiva, evidencia-se à medida que seu surgimento se concretiza, com uma demanda social respaldada em anseios políticos e não necessariamente intelectuais.

A partir dessa interpretação, tomou-se a escola como parte de um todo pertencente a um conjunto de fatores que englobam a história cultural, social e política, e que evidencia, à medida que se investiga, que a educação que se busca compreender

“extrapola os limites da escola e da sala de aula”, concretizando-se “nas relações sociais” (FARIA FILHO, 2005, p. 243) que antecedem as instituições que buscam centrá-la, e que estas, à medida que se concretizam “como organismos vivos, não deixam de produzir culturas, cuja especificidade lhes confere uma identidade histórica” (MAGALHAES, 2004, p.25).

A partir dessas culturas produzidas, definidas por Dominique Julia (2001) e discutida à nível nacional por Diana Vidal (2006) e Faria Filho (2004) como “Cultura Escolar”, é possível compreender que a escola não pode ser vista apenas como uma instituição transmissora de conhecimentos acumulados ou de comportamentos, mas também como um espaço de resistência e de ressignificações, sendo as normas existentes para a sua manutenção produzidas nas tensões entre os grupos e nas diferentes expectativas sobre a sua função social (VIDAL; SCHWARTZ, 2010).

Essa função social se evidencia quando pensada a escola como um organismo vivo, que apresenta uma vida entrelaçada com a história do espaço onde está alocada, e essa vida, que depende de tal espaço, mas tem características próprias, engloba “fatos, ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar e agir” (FRAGO, 1995, p.69) que se traduzem como a vida escolar que só pode ser entendida pela interpretação de tudo o que acontece em seu interior, e *externalizada* em forma de culturas escolares.

Tais culturas escolares se tornaram referência para os estudos da História da Educação por permitirem múltiplos olhares sobre um determinado objeto, este que, como um prisma, dá dimensões e possibilidades diferentes à interpretação da história da instituição escolar, ou do próprio processo de escolarização. Dentro dessa área de pesquisa, os Grupos Escolares ganharam destaque no quantitativo de investigações realizadas nas últimas décadas¹ e deram uma nova dimensão à definição de escola no Brasil.

Ciente desse formato de pesquisa e interessando-me pela história da instituição escolar e da relação de sua história com a criação do espaço em que ela se insere, escolhi pesquisar o Grupo Escolar Presidente Vargas, instituição criada na década de 1970, na zona rural do município de Dourados, extremo sul de Mato Grosso. Foi com esse objetivo que iniciei a pesquisa sobre o Grupo Escolar Presidente Vargas, integrado

¹ Para ter acesso à um mapeamento das produções sobre os Grupos Escolares no Brasil e no estado de Mato Grosso, ler: FIGUEIREDO, Charlene Correia. *Grupo Escolar Luiz de Albuquerque: Sua história no processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá – MT*. Dourados: UFGD, 2013. (Dissertação de Mestrado). TREVIZAN, Marcio Bogaz. *Grupo Escolar Mendes Gonçalves: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1889-1931)*. Dourados: UFGD, 2011. (Dissertação de Mestrado).

ao projeto de pesquisa orientado pela professora Doutora Maria do Carmo Brazil, intitulado “Os Grupos Escolares e a Escolarização da infância do sul do antigo Mato Grosso - 1940-1974”.

Entretanto, ao investigar o período de atuação desse Grupo no Distrito de Vila Vargas, entre os anos de 1970 e 1974, deparei-me com certa complexidade envolvendo a interpretação daquela escola, pois ela foi originada como forma de intervenção do Estado no ensino institucionalizado local, este que até então seguia um modelo rural de escola que pouco correspondia às normas estipuladas pelo Estado para com a educação pública, o que a tornava, pouco a pouco, moeda de propaganda político-partidária.

A partir dessa informação, a pesquisa foi redirecionada não apenas para a história do Grupo Escolar Presidente Vargas, mas para a compreensão do processo de inserção da escola, paralela à história do Distrito de Vila Vargas. Tentou-se, dessa forma, compreender a base da escolarização no município de Dourados e elucidar as potencialidades deste para com os preceitos estatais, abrindo-se, assim, possibilidades para a escrita da história da instituição escolar mato-grossense a partir das escolas da zona rural do município de Dourados.

Tomando-se como indissociável a compreensão da escola da história do Distrito, a escolha da pesquisa se fez positiva por dar possibilidades de se “entretecer os aspectos estruturais com dimensões e fatores processuais”, que Justino Magalhães traduz como “conhecer e caracterizar os atores e os sujeitos; inferir dos seus objetos de ação, expectativas, formas de realização e de participação” (MAGALHÃES, 2004, p. 146), dando perspectivas e direcionamentos para a compreensão de uma história maior, que é a social.

Como resultado dessa escolha, as delimitações centram-se no recorte espacial que engloba o Distrito de Vila Vargas, distrito douradense com uma área total de 75,38km² (2 % do território municipal) e perímetro urbano de 4 km², com sua delimitação temporal entre o ano de elevação do povoado de Triunfo a Distrito de Vila Vargas, 1963, e o ano de extinção do Grupo Escolar Presidente Vargas, 1974, quando ele é transformado em Escola Estadual de Primeiro Grau Presidente Getúlio Vargas.

Entre os objetivos a serem alcançados pela pesquisa, e a fim de maximizar a coleta dos dados, algumas metas foram traçadas para a realização deste trabalho. O objetivo geral centra-se em se investigar como foi o processo de inserção da escola no Distrito de Vila Vargas, município de Dourados, com aporte especial para as funções desempenhadas pelo Grupo Escolar Presidente Vargas. Os específicos são: ilustrar o

processo de formação dos distritos no município de Dourados; analisar os modos de escolarização desses espaços; investigar quem eram os atores que pertenciam a esse processo e quais possibilidades eles tinham para desempenho de sua função; quais eram suas representatividades, considerando a política local e regional, e ilustrar a relação entre o espaço, seu tempo e a escola como integrante fundamental para a construção de uma identidade. Em suma, a dissertação versa sobre uma escrita da história do ensino institucionalizado no perímetro rural do município de Dourados, tendo como pano de fundo a história do Distrito de Vila Vargas, utilizando-se, para isso, dos indícios deixados em documentos e arquivos das escolas, e que serviram de matéria prima para o “tecer dos nexos” que darão voz à compreensão da história da educação.

Essa escrita da história a partir da escolarização institucionalizada se faz válida por ser a instituição uma parte fundamental do contexto sócio-político moderno, “uma representação, uma materialidade e uma apropriação” (MAGALHÃES, 2004, p.67), delineada e delineando-se por meio do fator social que acaba se solidificando como parte indispensável para a compreensão da história global. Isso porque

A história, valendo-se de um jogo de probabilidades de desenvolvimento do presente, se bem que do presente-passado, é essencialmente a construção de relações ou de combinatórias de relações (conjunturas e estruturais). A história das instituições educativas é um campo de investigação em que a instituição e a educação se articulam por ação dos sujeitos. (MAGALHÃES, 2004, p.67).

Por estarem focadas na articulação entre os sujeitos e o espaço social, as práticas e ações que envolvem as fronteiras entre o social, o político, o cultural e a interação dos agentes que as permeiam é que as identificam como o campo teórico da historiografia que forneceu os aportes necessários para a realização desta pesquisa na Nova História Cultural.

Essa escolha, parafraseando Gatti Jr e Pessanha (2005, p.45), foi profícua ao passo que permitiu estudar as questões que envolvem relações sociais para que, a partir destas se possa conhecer a totalidade humana, seus anseios, desejos e lutas, ou a própria relação humana como um processo. Nessa mesma linha, Silva (2012) afirma que trabalhar com o objeto cultural, e também com o objeto de cultura direcionado à educação, significa trabalhar com outras áreas, pois a Nova História Cultural não toma o contexto histórico *a priori*, mas seleciona o objeto e, a partir daí todas as fontes são

entendidas como significativas para se conhecer o objeto de investigação e se construir e selecionar o contexto em que o objeto vai ser trabalhado com as demais disciplinas do saber.

Documentos oficiais, editoriais da imprensa, registros escolares e depoimentos orais representam algumas das fontes utilizadas. A carência de trabalhos sobre os aspectos educacionais da região determinou a necessidade de se realizar um estudo específico sobre as dimensões históricas do Grupo Escolar Presidente Vargas - Distrito de Vila Vargas – Dourados, MT, considerando-se a natureza da escola primária urbano-rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro (1963-1974), o que deu origem ao título desta dissertação. Emergiram dessa delimitação as análises das formas de representação municipal e sua localização em área de fronteira (Brasil-Paraguai), cujo cenário envolve história, política de expansão, construção social, *identitária* e memória.

Certo de estar a pesquisa situada no campo da história da educação e com o aporte teórico da Nova História Cultural, recorri à análise de fontes documentais como suporte para a pesquisa, como: Mensagens e Relatórios de Presidentes e Governadores do estado de Mato Grosso (1920; 1936; 1937; 1940; 1942; 1948; 1949; 1950; 1952; 1953; 1954; 1955; 1956; 1957; 1959; 1962; 1963; 1964 e 1965); Legislação e Relatórios referentes ao ensino em Mato Grosso, disponíveis nos arquivos da Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas, no Centro de Documentação Regional de Ensino da UFGD (CDR/UFGD), no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NADIHR) em Mato Grosso e no Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA). Foram importantes também os documentos já disponíveis nos acervos digitais, como Domínio Público, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Programas e Regulamentos de Ensino.

Os outros documentos são as Atas das Sessões extraordinárias da Câmara Municipal de Dourados (ano de 1961; 1962; 1963; 1964; 1965; 1972; 1973 e 1974) e os exemplares do jornal “O Progresso”, disponibilizados em mídia digital pelo CDR, pois os exemplares físicos estavam em restauração por todo o período da pesquisa. Desses exemplares, foram consultados e analisados os publicados nos anos de 1953; 1954; 1955; 1956; 1963; 1964; 1965; 1966; 1967; 1968; 1970; 1971; 1972; 1973 e 1974. Foi consultado, na Secretaria Municipal de Educação de Dourados (SEMED), o Relatório de Escolas Desativadas no Município de onde retirei os relatórios referentes ao último ano de funcionamento da Escola Rural Mista de Vila Vargas; Escola Rural Mista do

Mercado; Escola Rural Mista do Triunfo; Escola Rural Mista Laranja Doce I; Escola Rural Mista Laranja Doce II; Escola Rural Mista do Travessão do Triunfo; Escola Rural Mista Marechal Floriano Peixoto; Escola Rural Mista do Varjão; Escolas Reunidas Presidente Vargas; Escola Rural Mista Quadra 56; Escola Rural Mista Potreiro da Cruz; Escola Rural Mista Alto do Café III; Escola Rural Mista Independente do Triunfo; Escola Rural Mista General Osório e Escola Municipal de 1º Grau General Osório (Extensão travessão).

Por fim, especificamente sobre o Grupo Escolar Presidente Vargas, trabalhamos com os seguintes documentos: Livro de Balancete do Caixa Escolar da Associação de Pais, Mestres e Professores, Dr. Pedro Pedrossian (1971-1973); Livro ATA da Reunião Pedagógica do G.E.P.V. do período de 1971-1975; Caderno Registro de Matrículas do G.E.P.V. do período de 1971-1974; Livro de Chamada dos alunos do 1º ano do G.E.P.V, da professora Maryko Aoki, 1971; Livro de Chamada dos alunos do 1º ano do G.E.P.V, da professora Maria Helena Araújo, 1971; Livro de Chamada dos alunos do 4º ano do G.E.P.V, da professora Nair Strelow, 1971; Livro de Chamada dos alunos do 4º ano do G.E.P.V, da professora Adelaide Strelow, 1971; Livro de Chamada dos alunos do Curso Supletivo do G.E.P.V, da professora Sueli Vinha, 1972; Livro de Chamada dos alunos do 5º ano de Admissão do G.E.P.V, da professora Nair Strelow, 1972; Livro de Chamada dos alunos do 1º ano do G.E.P.V, da professora Bernadete Cardoso (Valdenir Machado/ Claudinet Fernandes), 1971; Livro Ponto do corpo docente do ginásio do G.E.P.V, 1971-1972; 1973-1974; Livro Ponto do corpo docente da 1ª a 4ª série do G.E.P.V, 1971-1972; 1973-1974; Livro Ponto do corpo docente da 5ª a 6ª série do G.E.P.V, 1973-1974; Livro Ponto do corpo docente e administrativo da 1ª a 5ª série do G.E.P.V, 1971; 1972 e 1973.

Pensando no enriquecimento dos dados empíricos já arrolados, optamos ainda por adotar entrevistas em formato de depoimentos de sujeitos que fizeram parte do cotidiano das escolas que compuseram o Distrito de Vila Vargas desde a sua origem, ainda na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), até a extinção do Grupo Escolar Presidente Vargas.

A escolha desse tipo de entrevista se deu pela necessidade de se realizar um cruzamento das fontes documentais com a memória local, obtendo-se, assim, o preenchimento de lacunas deixadas pela limitação dos documentos oficiais, pois as informações ali colhidas não permitiam uma escrita linear da história da escolarização no Distrito. Entretanto, ao escolher essa ferramenta para a pesquisa, entendemos como

indispensável sua delimitação característica, tendo em vista que não é interesse desta permear a fundo os campos da História Oral para efetivar-se. Recorremos então ao trabalho de Verena Alberti (2005) para a sua definição.

Alberti caracteriza esse tipo de uso da entrevista na pesquisa qualitativa como Entrevista Temática. Para ela, Entrevistas Temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido. A escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicas. Nesses casos, o tema pode ser de alguma forma “extraído” da trajetória de vida mais ampla e tornar-se o centro e o objeto das entrevistas (ALBERTI, 2005, p.32). Esse tipo de entrevista tem um caráter mais objetivo e, diferentemente, do que ocorre na História Oral de vida, os aspectos da vida do depoente só interessam à medida que contribuam com a temática central (MEIHY, 2002, p. 145), no caso, o envolvimento com as escolas do Distrito de Vila Vargas.

O critério que se usou para selecionar os entrevistados foi a escolha com base na participação do candidato na história da escolarização da região. Eles foram identificados nas Atas das Reuniões do Grupo Escolar Presidente Vargas e nos Informes da Delegacia Regional de Ensino, disponíveis para consultas no CDR, nas caixas azuis. Dentre o universo de visitas, conversas e entrevistas, foram escolhidos treze entrevistados, tendo todos eles de alguma forma participado da criação dessas escolas, estando direta ou indiretamente envolvidos no cotidiano e vida escolar: aquele indivíduo ativo na consumação cotidiana dessas escolas, atuando como professor e/ou aluno e, indiretamente, como pais e representantes da comunidade, que se identificava como figura constante no cenário escolar. O **Quadro 1** elenca os indivíduos selecionados para a pesquisa.

Quadro 1: Relação de Entrevistados selecionados por vínculo com a pesquisa.

Personagem selecionado	Vínculo com a pesquisa	Cenário de relação
Alice Carneiro	Professora	- Escola Rural Mista do Mercado.
Aparecida Eva Cunha	Aluna	- Escola Rural Mista do Mercado; - Escola Rural Mista de Vila Vargas.
Antônia Batista Garcia	Professora	- Escola Rural Mista do Mercado.
Arno Sedlacek	Mecânico	- Proprietário do único Lote original da divisão realizada pela CAND no atual Distrito de Vila Vargas.
Doralice Paula Carneiro	Aluna (1) Professora	- Escola Rural Mista do Mercado (1); - Grupo Escolar Presidente Vargas.
Edison Lázaro Félix	Aluno (1) Professor	- Escola Rural Mista de Vila Vargas (1); - Escola Reunida Presidente Vargas; - Grupo Escolar Presidente Vargas.
Erna Sedlacek	Aluna (1) Professora	- Escola Rural Mista do Mercado (1); - Escola Reunidas Presidente Vargas.
Juraci Cavalcante	Aluna	- Escola Rural Mista do Mercado; - Escola Rural Mista de Vila Vargas; - Grupo Escolar Presidente Vargas.
João Pereira Leite	Comerciante	- Proprietário do primeiro comércio e construtor da primeira igreja católica.
Maria Inez Franco Félix	Professora Diretora	- Grupo Escolar Presidente Vargas.
Paulo Félix	Comerciante	- Proprietário da primeira máquina de faturamento de grãos do Distrito.
Sedilha Moraes Moreira	Professora	- Escola da Zona do Triunfo; - Escola Reunidas Presidente Vargas.

Fonte: Wilker Solidade, 2014.

Nem todos os entrevistados permitiram a gravação da entrevista, mas o contato com estes permitiu que conhecêssemos mais sobre as escolas que pertenceram ao espaço pesquisado, dando um combustível a mais para a pesquisa no que se refere aos indícios necessários para a escrita da história. Esses indícios, que para Ginzburg (1989, p. 152) podem ser entendidos também como “pistas” ou “sinais”, caracterizam o “paradigma indiciário” dentro da pesquisa. Esse paradigma, famoso pelas potencialidades que dá à escrita da história, define-se pela “[...] capacidade, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, de remontar a realidade complexa não experimentável diretamente”, abrindo caminhos para uma interpretação antes invisível para o pesquisador.

No caso desta dissertação, essa fase “invisível” esteve presente na análise dos documentos primários, pois de início estes não deram uma base de compreensão do processo de inserção das escolas, ora por não tratarem especificamente dos limites municipais do estado de Mato Grosso uno, ora por tratá-los de forma que a informação pouco se aproximava da realidade possível para o período, com exposição de escolas que não existiam além do papel, ou de dados estatísticos que não condiziam com as possibilidades locais, o que é justificado por Le Goff (2003) por não ser o documento inocente.

Para esse autor, o documento é, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a existir, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 2003, p. 537- 538), e que hoje é entendido como a voz de seu tempo.

Como formas de documento e sua análise, nesta pesquisa os jornais se tornaram uma fonte indispensável para a investigação. As notícias publicadas nos deram indícios sobre a cultura material, hábitos e do cotidiano do município. Além disso, paulatinamente defendendo a educação como ilustração do progresso e da modernização, especificamente o jornal local, publicou alguns artigos mencionando a necessidade de melhorias para o ensino na região, exigindo dos governos a abertura de escolas e exaltando ações escolares. Os jornais deram uma leitura do sistema educacional da época, entretanto, mesmo com a vasta riqueza de informação ofertada por tal fonte, o rigor metodológico foi seguido a todo momento pela pesquisa, isso devido a ciência de que em qualquer periódico a presença de ideologias é inevitável, sendo escrito de forma a repassar uma perspectiva direcionada.

Nesse sentido Luca (2005) chama atenção que para se utilizar o jornal como fonte torna-se importante observar que ideias esse defende. Isso, segundo ela, pode ser percebido pela forma como o periódico compreende e se posiciona sobre o presente e quais são as expectativas demonstradas sobre o futuro, e igualmente relevante torna-se a inquirir sobre as ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses que podem se mostrar expressos em suas páginas, notícias principais ou artigos de opinião. Para Alves (2001, p.93) nas pesquisas vinculadas a momentos políticos específicos da história, o jornalismo destaca-se em importância, “uma vez que ao contrário da maioria dos documentos oficiais, em geral lacônicos quanto as disputas políticas, nos jornais, o debate político partidário encontra o seu meio natural de sobrevivência”.

Cientes dessas características e buscando escapar das armadilhas possíveis desse modelo de fonte, partimos do mapeamento nos jornais e realizamos o entrecruzamento com outras fontes para garantir a fidedignidade dos dados.

No que se refere os documentos angariados no arquivo da escola, utilizamos como referência metodológica inicial, os quatros pontos levantados didaticamente por Diana Vidal (2007, p. 64): “a) relação entre arquivos corrente e permanente; b) natureza do documento em educação; c) problemática do descarte, e d) finalidade de preservar a documentação escolar”. Os documentos foram analisados na medida em que se inseriam na constituição de uma memória construída ao longo da história do Grupo Escolares. Sendo considerados assim os modos de produção desses documentos e questionados quais foram mantidos, e porquê o foram, os relacionando sempre com as lacunas e presenças de informações dos outros acervos.

Quando do contato com as fotografias, o trabalho de análise levou em conta as formas utilizadas para se retratar a identidade dos espaços sociais que compuseram os espaços sociais e das instituições escolares do território pesquisado. Sua escolha foi determinada porque além de marcas de uma simbologia em torno dos eventos, sejam eles patrióticos ou não, as imagens quando analisadas podem descortinar não só os momentos retratados, mas perspectivas relacionadas as intenções em se guardar determinada memória, ou até mesmo, representações subjetivas a partir da moldagem destas. De acordo com Boris Kossoy (2001), é preciso que seja reconstruído o maior número possível de elementos constitutivos do artefato e do registro visual, destacando que toda imagem possui características tanto “explícitas” quanto “implícitas”. Sendo assim, as fotografias foram inseridas neste trabalho, tanto do ponto de vista da representação de movimento dentro e envolvendo as instituições escolares e momentos de diálogo social, quanto da importância dada no momento de registrá-los.

Estes documentos como fonte, seja ele primário ou secundário, exigiram cuidado especial em sua interpretação, por ser um “motivador em decorrência das expectativas geradas em torno de novos achados ou possibilidades de construção de novas interpretações do objeto” pesquisado (QUEIROZ; CORREA, 2011, p.5). Essa expectativa, em consonância com interpretação como suporte da escrita, faz parte de uma estratégia metodológica da própria pesquisa.

A análise dos documentos citados, o seu uso como suporte das entrevistas temáticas e o apoio das fotografias foram os aportes e os pilares da escrita final. A reflexão como estratégia para o cruzamento de todos os dados centrou-se na

interpretação de que para se realizar estudos envolvendo um espaço delimitado é preciso, antes de mais nada, compreender as relações humanas que envolvem estes espaços, entendendo que a relação existente em seu âmbito dimensional permite uma articulação dialética deste com “um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 1982, p.68), sendo ele, a partir disso, um “espaço construído” que passa a deter a simbologia (CERTEAU, 1998) que servirá de referência para sua própria compreensão, cabendo aí ao pesquisador interpretá-lo.

Nesse caminho, ainda em Certeau, Vidale explica que a principal tarefa do historiador é a transformação de dados em acontecimentos históricos (VIDAL, 2005, p.279), sendo a incompreensão do presente a resultante fatal da ignorância do passado (BLOCH, 1965, p. 42). Dessa forma, a pesquisa apresentada nas próximas páginas é relevante por dois motivos principais. Primeiro por trabalhar a história da escolarização nas áreas rurais do município de Dourados, o que servirá de aporte para novas pesquisas que englobem esses locais e de referência para a escrita da história da educação no sul do estado de Mato Grosso. Segundo, por dar pistas de que o ensino institucionalizado nas zonas rurais fora a base do desenvolvimento do município de Dourados, principalmente pelas escolas criadas pelo Núcleo Colonial Agrícola de Dourados, herança memorável para o ensino municipal douradense no quantitativo de escolas, porém ainda com pouco reconhecimento nas produções acadêmicas.

Ancorados nos dados coletados e analisados sobre o Distrito de Vila Vargas e o Grupo Escolar Presidente Vargas, bem como sobre as escolas que o antecederam dentro do Distrito, apresentamos a dissertação em três capítulos. No Capítulo I estão os apontamentos sobre a constituição do ensino nas particularidades da história e da política do estado de Mato Grosso, bem como o seu diálogo com as legislações e reformas de ensino a nível nacional; o Capítulo II discorre sobre a delimitação administrativa do município de Dourados e a emancipação do Distrito de Vila Vargas, observando o mapeamento e problematizando o processo de criação e expansão das escolas pelo espaço geográfico delimitado pelo Distrito; já no capítulo III, analisamos o Grupo Escolar Presidente Vargas e seu diálogo com o Distrito, no processo de construção de uma identidade local, bem como a inserção e a configuração deste Grupo de traços urbanos em uma sociedade expressivamente rural, e de uma nova interpretação para o conceito de escola.

CAPÍTULO I

O NACIONAL E O REGIONAL: A POLÍTICA E A HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO EM MATO GROSSO

Para que possamos trabalhar na construção de um olhar para a história da instituição de ensino no município de Dourados, consideramos válido situar a pesquisa em um cenário nacional, do macro para o micro, este que, repleto de renovações, contradições, rupturas e inovações, pode oferecer um panorama de como diferentes traços foram se tornando nexos de uma história vivida. O século 20 foi um período revolucionário para a história nacional, em diversas instâncias, por permitir transformações que englobaram aspectos sociais, econômicos e políticos e, por consequência, construíram novos costumes, culturas e formas sociais.

O advento da República foi sem dúvida o marco, o firmamento de uma nova nação. A sociedade sofreu as consequências que toda transformação social traz: a estruturação. Os primeiros quarenta anos de República brasileira trouxeram para o cenário nacional mais transformações nas diferentes células da estrutura social do que o país havia vivido em quase todo o império. Essa característica, positiva ou não, permitiu que a educação se enraizasse nos discursos de progresso para o período.

Ao direcionar as investidas para a educação como suporte do crescimento, o país passa a exigir um novo tipo de cidadão e trabalhador: o portador da mão-de-obra especializada. Essa especialização só poderia existir como consequência do ensino institucionalizado. Por isso mesmo, a instituição escolar assenta-se nos trilhos da história nacional como grande trunfo.

Esses trilhos, a partir dos quais iniciamos a dissertar sobre a história do ensino primário no Estado de Mato Grosso, nos permitem, com o olhar do hoje, guiar as pesquisas em história e suas derivações, tanto no campo educacional como no político.

1.1 - A década da mudança: os anos entre 1961 e 1971 e o ensino nacional.

O Estado Brasileiro foi palco, em menos de cem anos da Proclamação da República, de diversas transformações no cenário educacional. De escolas “Improvisadas” a Grupos Escolares, citando ainda as escolas ambulantes, Isoladas,

Rurais e Reunidas, todas essas formas de escola compuseram o vocábulo do ensino primário no Brasil até a década de 1970.

As Reformas educacionais angariadas pelos estados entre os anos 1910 e 1930² evidenciaram uma tentativa de que, nas mãos dos estados, o processo de massificação do ensino primário se efetivasse, tornando-se o combustível propulsor do crescimento da nação brasileira, tarefa *incomensurada* para o Governo Federal, devido à sua extensa territorialidade.

O modelo representado pelos Grupos Escolares nesse período simbolizava o que havia de mais moderno para o ensino primário no país, seja pela imponência arquitetônica a que ele foi culturalmente submetido, ou pelos “novos modos de conceber e praticar o ensino, tanto no que diz respeito às disciplinas escolares como em relação à transmissão de códigos e valores referentes à difusão de práticas simbólicas (SOUZA, 2012, p.9).

A intelectualidade brasileira, centrada principalmente no sudeste brasileiro, já investia junto às associações de professores em reivindicações populares associadas ao crescimento urbano e ao processo de industrialização, que demandava uma reestruturação da escola. Utilizava como lema o discurso de que a “escola primária de quatro anos passava a ser insuficiente para as necessidades dessa sociedade urbana e industrial que surgia” (ABREU, 2013, p. 9).

Tais investidas resultaram, na década de 1960, em uma reforma nacional do ensino, a Lei 4.024/61, refletida tanto no currículo básico evidenciado pela variedade de currículos de disciplina, de acordo com a distinção de escolha de cada estabelecimento de ensino, como pelas experiências educacionais decorrentes dessa flexibilidade curricular, e o surgimento da instalação dos grupos escolares-ginásios, por exemplo. (ABREU, 2013). Esse novo modelo de escola permitia que fossem instaladas no mesmo prédio em que funcionavam os grupos escolares as séries ginasiais, ampliando a oferta de educação e tornando o ginásio acessível a uma gama maior da população.

Após a intervenção militar de 1964, a atuação do governo junto à educação se refletiu de forma intervencionista, estabelecendo reformas nos diversos setores da

² As reformas educacionais que se evidenciaram entre os anos de 1910 e 1930 ficou conhecida na historiografia da educação como as “Reformas de 20”, e evidenciava a autonomia existente no estado para com a formulação do ensino. Como não havia um modelo padrão para os estados de orientação federal, cada estado podia realizar a reforma que achasse necessária para o ensino. Na década de 1920, auge dessas reformas, as principais reformas foram: em 1922, no Ceará, por Lourenço Filho; 1924 na Bahia por Anísio Teixeira; em 1925, por José Augusto Bezerra de Menezes, no Rio Grande do Norte; em 1927, no Paraná, por Lysímaco da Costa, em Minas Gerais, por Francisco Campos e em Mato Grosso por Mario Correa da Costa; em 1927, em Pernambuco, por Carneiro Leão, e no Distrito Federal, por Fernando de Azevedo. (CARVALHO, 2000).

educação nacional e promulgando uma lei que dava novos rumos para o ensino no país, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692/71.

Essa LDB instaurada proporcionou duas mudanças principais no ensino primário, evidenciadas inicialmente pela extinção do chamado “exame admissional” para ingresso no ginásio, tornando-o uma sequência natural do ensino primário, e *tecnificando* o ensino secundário para atender às demandas do processo de desenvolvimento industrial. Esses dois pontos e a criação de um modelo de escola que abrangesse essa sequência como escolas de primeiro grau deu à LDB de 1971 força para a sua execução junto à política educacional que perdurou até o ano de 1996, dez anos depois do fim do regime político que a instaurara.

A nova Lei de Diretrizes exigia uma reforma administrativa nos estabelecimentos de ensino primário e secundário, pautando o discurso sob a égide da qualidade em função do desenvolvimento, e não mais sob a tomada da quantidade de escolas como mola propulsora desse desenvolvimento:

A reorganização da rede física para implantação da reforma – que padronizaria a diversidade dos antigos estabelecimentos de ensino (grupos escolares, diferentes escolas de ensino médio, de 1º e 2º ciclos) em escolas de 1º e 2º graus – eram de tal magnitude que passou a ser prioritário. (SILVA E ARELANO, 1991, p. 37).

A LDB de 1971, além de extinguir as múltiplas faces da educação primária, estipulava um núcleo igual para todas as escolas de primeiro grau do território, almejando com isso, a centralização dos métodos e das propostas pedagógicas em um rol de possibilidade avaliativa do Governo Militar e homogeneizando as possíveis culturas escolares vigentes no país.

Atendia, assim, a uma preocupação legítima da necessidade de consolidar a escola de 1º grau, que representou, naquele momento, uma profunda modificação na estrutura do ensino no Brasil, instituindo uma escola única de oito anos de duração e obrigatória, unindo duas estruturas tradicionalmente diferentes: o ensino primário e o ensino ginásial (primeiro ciclo do ensino secundário). (ABREU, 2013, p.51).

Com essa junção dos níveis, a existência dos Grupos Escolares-ginásiais, que haviam ganhado fôlego principalmente na segunda metade da década de 1960, se tornou mais frequente, acarretando novos problemas para o sistema educacional brasileiro,

tanto por alocar em construções destinadas ao ensino primário, de 1ª a 4ª série, uma leva de alunos com idade acima da clientela esperada, o que resultava nas salas de aula em “adolescentes sentando em carteiras feitas para crianças” (BUFFA, 2002, p.138), como porque o espaço e a rotina escolar se transformaram expressivamente, quando professores de formações diversas passaram a dividir o mesmo ambiente escolar, em alternados turnos, sem uma estrutura de base suficiente para realizarem seu trabalho, ora pelo espaço físico, ora pela estrutura administrativa que não comportava as novas demandas desse modelo de ensino.

Uma das reivindicações da década de 1970 foi justamente referente às medidas administrativas que permitissem sequenciar a experiência escolar de forma orgânica (ABREU, 2013, p.57), e que desse ao professorado as possibilidades de exercer sua função de acordo com as expectativas políticas. Essas reivindicações só foram possíveis considerando-se o período político que o país atravessava, graças à própria legislação que, como uma de suas exigências, estipulava que os sistemas de ensino do país deveriam estruturar a carreira docente sob um estatuto do Magistério, dando fôlego ao fluxo de ideias, em defesa da profissão e da própria escola.

Entretanto, essa maior possibilidade do contato profissional em um centro gerencial específico tornava, de certa forma, o professor um dos responsáveis pelo atraso ou pela desistência escolar, problemas herdados dos modelos antecessores. A nova estrutura política buscava inúmeras possibilidades de uma adequação ao sistema esperado no que se refere aos professores e à atuação destes passa a ser discutida e acompanhada desde o planejamento para a sala de aula até a sua relação representativa para a escola. A atuação docente se torna alvo de várias alterações de sua base formativa, que almejava adequar o sistema ao professor, e o professor às premissas governamentais. Mas como realizar um acompanhamento sistemático em um território de diferenças específicas como o brasileiro?

No que se refere à adequação do ensino ao preconizado pela lei, diferentemente das reformas a que a educação fora sujeita, bem como da própria legislação de 1961, a 5.692/71 foi positiva, segundo Abreu.

Quanto ao ensino primário, a implantação da lei ficaria condicionada ao estágio em que se encontra o estado (cada estado ou região tinha uma realidade educacional e, nesse sentido, a implantação da nova lei estava atrelada às condições em que o ensino estava sendo democratizado), e também a criatividade dos responsáveis pelos sistemas de ensino, os quais deveriam buscar soluções dentro das

disponibilidades existentes e programar criteriosamente a expansão da rede escolar, sem, contudo, deixar de considerar os aspectos qualitativos da educação (ABREU, 2013, p. 76).

Essa implantação gradual foi pensada com base nos decorrentes e velhos problemas do ensino brasileiro sobre a educação, principalmente a reprovação dos alunos. Nas escolas rurais existentes até a promulgação da nova LDB, e nos Grupos Escolares, os índices de reprovação eram altíssimos. O desafio era, portanto, adequá-los a um sistema de oito anos integrados, tendo em vista o possível agrupamento do problema.

Esse item, relacionado à qualidade de ensino, tornou-se pauta recorrente nas discussões sobre a atuação do professorado e o processo avaliativo por ele consumado em sala. O “exame de admissão” que outrora “nivelava” os alunos no ingresso ao ginásio não mais era aplicado. Sendo assim, a demanda para o nível seguinte se intensificava, mas muitas vezes ao custo de repetidas reprovações ainda na primeira série do ginásio.

Estavam nas mãos do estado a alocação e a manutenção do ensino de acordo com a realidade que se conhecia. Os cursos de formação e reciclagem de professores se tornaram atrativos para a gestão de ensino, o que permitiria a adequação destes às expectativas políticas, frente à compreensão do problema decorrente dos velhos modelos de se ensinar.

É, contudo, possível compreendermos que esses cursos ou formações defendidas pelo poder público traduzem-se de certa forma em um mecanismo do Estado para impregnar a fala do professorado com as premissas do regime político vigente. Tais falas despercebidamente eram colocadas junto à prática de suas atividades cotidianas, e resultavam numa apropriação natural da ideologia política a que a nação estava exposta. Os professores talvez não estivessem participando passivamente do processo, e essa poderia não ser a única e verdadeira intenção do estado para com a formação docente, mas levantamos a hipótese de que imbuídos da ideia de defender um novo sistema para a educação brasileira, representada a partir de 1964, o ensino podia dar suporte para a caminhada rumo à concretização das ideologias militares defendidas.

De qualquer forma, o que mudou com a LDB, mesmo tendo sido ela promulgada no auge do Regime Militar, foi a expansão qualitativa, ainda que sob críticas, do ensino público primário. Dizemos qualitativa por possibilitar que os engajados no processo de reconhecimento da importância do ensino escolarizado pudessem efetivar projetos de

adaptação do currículo à realidade dos estados, e ao mesmo tempo exigir adequações às alocações físicas das escolas a um padrão nacional.

Claro que tudo isso foi feito sempre “abaixo” da sombra do Governo Militar, o que tocou a cristalização de muitos ideários que fugiam das expectativas do governo e que, de certa forma, contribuiu para o reconhecido declínio do número de matrículas e da oferta do ensino por parte do estado, evidenciados nos anos subsequentes. A expectativa em torno a democratização do ensino e mensura dos desafios a serem vencidos foi consensual na primeira metade da década de 1970 por parte dos políticos e autoridades do ensino. Ao final do período, todavia, já eram claros os sinais de desencanto e frustração com o direito democrático de extensão da escolaridade obrigatória (ABREU, 2013, p.78).

De qualquer forma, esse cenário foi o pano de fundo para a inserção do sistema de 1º e 2º Grau que hoje conhecemos e contribuiu para a modificação de uma base de ensino que se arrastou para a mudança desde 1896, quando da criação do primeiro modelo de escola nos moldes de Grupo Escolar, introduzindo a graduação como parte da cultura escolar e dando espaço para a especialização do processo de ensino no Brasil.

1.2 - O Estado de Mato Grosso: educação e política na primeira metade do século 20.

O Estado de Mato Grosso, desde as investidas das bandeiras paulistas, ao advento da Primeira República, pouco demonstrou interesse nos projetos nacionais de modernização econômica. Sua capital, Cuiabá, além de se localizar distante das capitais litorâneas, era a mais distante da capital federal, e a amplitude territorial característica do estado dificultava um controle governamental mais ativo, inviabilizando, por vezes, a execução de planos de ação mais intensos sobre as políticas regionais.

Com exceção de Cuiabá, a capital do Estado, pouco se conhecia das demais cidades mato-grossenses ao longo do país. Mesmo as cidades de importância estratégica para a política de proteção nacional, como Corumbá, que abrigava o porto, ou Ponta Porã, divisa seca com o Paraguai, apareciam muito pouco no cenário dos jornais de circulação nacional.

A própria definição de sociedade mato-grossense estava quase exclusivamente concentrada no perímetro urbano de Cuiabá. As demais cidades do estado, até os anos de 1910, compunham os números estatísticos da população rural mato-grossense. A

fama dos amplos campos “vazios” populacionais proporcionou a dissipação pelo país de uma imagem pouco convidativa para o estado, principalmente no que se refere ao interesse por sua formação cultural, ou disponibilidade de recursos tecnológicos. A partir dos anos 1910, uma infraestrutura moderna se tornou possível para a época, como a implantação de serviços de encanamento de água, iluminação, construção de estradas, ferrovias e pontes, entre outros benefícios, corroborando o desenvolvimento estatal (OLIVEIRA; RODRÍGUEZ, 2009, p. 100) e, por conseguinte, uma sólida inserção da região centro-norte no meio política nacional.

Foi também no ano de 1910 que o estado de Mato Grosso conseguiu realizar a significativa Reforma da Instrução Pública Primária, esta que é tratada dentro da historiografia da educação regional como a “revolução do ensino” (MARCÍLIO, p.125), o “advento da nova era” (CORRÊA FILHO, 1925, p.72), capaz de permitir “refundir, desde as bases, todo o carunchoso, feio e disforme edifício que era a instrução mato-grossense” (LEITE, 1971, p.112). A Reforma de 1910, ou Reforma Pedro Celestino, como ficou conhecida, instituída pela Lei nº 533, de 4 de julho de 1910 e pelo Decreto 265, de 22 de outubro de 1910, passava a autorizar o Estado a “reformular” a Instrução Pública através de estratégias e acordos firmados entre este e os municípios que o pertenciam, a fim de poder inserir a população mato-grossense nos mesmos “trilhos dos estados ricos” da federação. A Reforma de 1910, dentro da história da educação mato-grossense, representou o grande passo para a modernidade do Estado.

A Reforma instituía que o ensino primário seria leigo e “ministrado à custa dos cofres estaduais, a todos os indivíduos, de ambos os sexos, sem distinção de classes nem de origem” (Artigo 1º), e que para efetivar essa tarefa haveria “escolas primárias em todas as cidades, villas, freguesias e povoados do Estado, entendendo-se por povoado qualquer grupo de habitantes que não residam em terras de propriedade particular e de onde se apure pelo menos vinte meninos nas condições de frequentar a escola” (MATO GROSSO, Decreto 265: Artigo 2, 1910). Diferente da Reforma anterior, 1896, ela tratava apenas do ensino primário, sem a antiga denominação de ensino elementar, estabelecendo bases para a execução dessa categoria de ensino dentro dos limites públicos.

A educação no período entre 1910 e 1927 se respaldava nas orientações estipuladas por essa Reforma, pelo menos em tese. Isso porque ao contrário do se esperava quando de sua promulgação, o quantitativo de grupos escolares instalados pelo

estado não sofrera grandes avanços desde a década de sua inserção, como podemos verificar pela **Tabela 1**.

Tabela 1: Expansão Pública Primária por ano no estado de Mato Grosso, 1927.

Ano	População do Estado	Tipos de Escolas		Matrículas
		Escola Isolada	Grupo Escolar	
1900	118.025	62	0	1.655
1908	159.278	85	0	3.545
1910	171.672	98	0	3.024
1911	178.226	101	4	4.071
1915	207.044	126	5	4.503
1918	231.676	142	5	6.375
1922	261.549	160	5	6.140
1923	268.243	156	7	6.296
1927	296.968	146	12	7.895

Fonte: Mensagens Governamentais; Relatórios da Instrução Pública; Estatísticas Históricas do Brasil - IBGE; Séries Estatísticas Retrospectivas – IBGE.

A população estadual aumentou 73% desde o primeiro ano da Reforma de 1910 até o ano de 1927, e o número de matrículas para o mesmo período, 161%. Podemos verificar, entretanto, que em dezesseis anos foram construídos apenas 12 grupos escolares, enquanto o número de escolas isoladas cresceu 49%, indicando sua contínua instalação mesmo após promulgada a Reforma.

Abrimos parênteses aqui para frisar que dos doze grupos instalados no Estado, a metade estava localizada na região sul, distribuída por seis cidades diferentes, e não concentrada em apenas um centro, como aconteceu na cidade de Cuiabá, onde os Grupos Escolares tomavam uma roupagem distinta da dos instalados na região norte, que atendia uma população de traços marcadamente rurais, por distarem da capital e apresentarem uma cultura distinta³.

Sobre isso, Stein e Brito destacaram que, devido ao alto custo de sua instalação e manutenção, os Grupos Escolares foram instalados inicialmente apenas nas cidades econômica, populacional e culturalmente mais significativas de Mato Grosso⁴ (Cf.

³ Para uma melhor compreensão sobre a regionalidade e a formação de uma identidade no sul de Mato Grosso, consultar o trabalho: ERNANDES, Mércolis Alexandre. A construção de uma identidade douradense (1920 -1990). UFGD: Dourados/MS, 2009. (Dissertação de Mestrado).

⁴ Distribuição de Grupos Escolares por município de instalação até 1927: G. E. Modelo Barão de Melgaço (Cuiabá); G. E. Senador Azevedo (Cuiabá); G. E. Esperidião Marques (Cáceres); G. E. Caetano de Albuquerque (Poconé); G. E. Presidente Marques (Rosário Oeste); G. E. Dom Pedro II (Cuiabá); G. E. Luiz de Albuquerque (Corumbá); G. E. Joaquim Murtinho (Campo Grande); G. E. Antônio Correa (Aquidauana); G. E. Affonso Penna (Três Lagoas); G. E. Mendes Gonçalves (Ponta Porã); G. E. Caetano Pinto (Miranda).Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, 2014.

STEIN, & BRITO, 2006, p. 3), aos olhos do interesse governamental. Isso porque, para dar peso à importância representativa dos Grupos Escolares, a construção dos prédios onde estes funcionariam seguia um padrão de imponência arquitetônica⁵ que simbolizava a presença do Estado na ascensão social e se tornava referência no centro urbano da cidade, funcionando até mesmo como polo de atração, “a ponto de interferir no setor imobiliário da zona urbana da região, por exemplo: os terrenos e as casas próximas ao grupo escolar eram os mais caros da cidade” (INFANTOSI, 1983, p.117).

Tamanha representatividade tinha seu preço. O Estado ainda não estava dotado, em 1927, de um cofre que permitisse a inserção de tantos grupos escolares quanto quisesse, e àqueles que já se encontravam instalados, adversidades permeavam sua manutenção, seja pela morosidade na conclusão de seus prédios permanentes, pela falta de professorado ou pelas despesas que acarretavam ao poder público. Já em 1923, Pedro Celestino reconhece as dificuldades em se equipar o Estado de tamanha simbologia:

A minha persuasão da eficiencia do grupo escolar, como typo de estabelecimento de ensino, não me oblitera, entretanto, a isenção de reconhecer a desnecessidade de funcionamento delle, quando, com vantagem do erário publico e sem prejuízo para a população escolar, possa ser substituído pelas escolas isoladas (MATO GROSSO, Pedro Celestino, 1922, p.18).

Cada prédio instalado custava valores altíssimos para os cofres públicos, e com a frágil economia mato-grossense, mesmo preconizando uma reforma do ensino, a aplicabilidade se tornava cada vez mais difícil de se efetivar. Enquanto isso, as escolas isoladas se mantinham atrativas para a manutenção do ensino.

Em 1926, dando sequência a uma política pautada no discurso da perspectiva de modernização do estado a partir do ensino, iniciada por seu tio em 1910, e seguindo as ideias formuladas por Francisco de Aquino Correa sobre as especificidades do povo mato-grossense e a inadequação da legislação vigente para o ensino estadual, Mário Correa da Costa (1926-1930) assume o Estado. Como plano de ação, e no mesmo fluxo do que alguns historiadores chamam de as “reformas de 20” (CARVALHO, 2000), Correa da Costa reorganiza o ensino primário pelo Decreto N.º759 a 22 de abril de 1927, autorizado pela Lei N.º942, de 03 de janeiro de 1926, defendendo, com essa

⁵ Ver mais sobre a arquitetura dos Grupos Escolares no sul de Mato Grosso uno em: FIGUEIREDO, Charlene Correia. *Grupo Escolar Luiz de Albuquerque: sua história no processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá-MT (1908-1930)*. UFGD: Dourados/MS, 2013. (Dissertação de Mestrado).

promulgação, o atendimento das “realidades” do ensino mato-grossense a contento das possibilidades do Estado para tal.

Essa Reforma se traduziu como a facilitadora da disseminação do ensino institucionalizado nas diversas regiões mato-grossenses. Isso porque, além de tratar do ensino primário e secundário numa legislação única e complementar, estabeleceu a ampliação das possibilidades de abertura de escolas e a viabilização de novas formas de manutenção e inspeção por parte do estado.

Essa reorganização, que ficou conhecida como a Reforma de 1927, trouxe uma nova configuração para o ensino primário, à medida que o burocratizava: diferente do Regulamento de 1910, que dizia que “Nas sedes de distritos em que houver pelo menos seis escolas primárias, no perímetro fixado para a obrigatoriedade de ensino, o Governo poderá, reunindo-as, fazê-las funcionar em um só prédio (Decreto 265/1910, Artigo 38º)”, este denominado de Grupo Escolar. O Regulamento de 1927, além de dividir o ensino primário e categorizar a natureza das instituições primárias por denominações distintas, enfatizava que “Os Grupos Escolares terão, no mínimo, oito classes e serão criados onde houver, pelo menos, num raio de 2 quilômetros, 250 crianças em idade escolar (Decreto nº 759, 1927, Artigo 34º)”, independentemente do número de escolas isoladas existentes no perímetro.

A divisão estipulada pelo Regulamento estabelecia orientações para as escolas isoladas de acordo com sua localidade, podendo ser elas urbanas ou rurais, e de natureza classificativa: Escolas Isoladas Rurais; Escolas Isoladas Urbanas; Escolas Isoladas Noturnas; Escolas Reunidas e Grupos Escolares. Essa categorização permitia ao estado uma maior organização na distribuição do investimento financeiro e facilitava a delegação instrutiva, bem como a Inspeção por microrregiões delegadas.

O primeiro grande destaque desse Regulamento está na inserção das Escolas Reunidas na classificação de escolas instaladas no Estado. Obedecendo ao mesmo regimento dos Grupos Escolares (Artigo 29º), essa nova categoria de escola permitia a “modernização” do ensino no Estado, com dispêndios menores e maior controle por parte da Inspetoria, ao passo que seriam instaladas quando num raio de 2 quilômetros funcionassem três ou mais escolas isoladas. Reduziam-se as escolas isoladas reunindo-as em um prédio só, e qualificava-se o ensino pela inserção dos moldes adotados pelo sistema pedagógico dos Grupos Escolares. Seguindo essa premissa, podia-se ofertar um novo modelo de educação sem a exigência de grandes investimentos na construção dos prédios escolares.

Instaura-se, com o Artigo 157º do Decreto nº 759/1927, a divisão do estado em Inspetorias Regionais de Ensino para as regiões norte e sul do estado, distinguindo as cidades de Cuiabá e Campo Grande como polos centrais, respectivamente, dando-lhes suporte para a fiscalização do ensino primário estadual nos municípios, “termos e distritos do estado”.

Em síntese, a Reforma buscou a organização administrativa do aparelho escolar, em suma, e a difusão do ensino primário em todas as instâncias, permitindo também a formação docente para a atuação nesses espaços. O discurso, a partir da Reforma de 1927, passa a contemplar o conceito de qualidade para o ensino no Estado, e não apenas o de quantidade de estabelecimentos.

A formação de professores se fazia presente no quesito execução para o ensino primário. O Estado levou em consideração o pequeno número de professores que compunham o quadro de funcionários, o quantitativo praticamente nulo que tinha formação específica para atuar como professores.

Um ponto interessante que a Reforma de 1927 altera em relação à de 1910 refere-se à obrigatoriedade do ensino no Estado. O Regulamento de 1927 cita, em seu Artigo 3º, que “O ensino público primário é gratuito e obrigatório a todas as crianças normais, analfabetas, de 7 a 12 anos, que residirem até 2 quilômetros de escola pública.” (Decreto 759, Art. 3, 1927). Esse artigo, além de ampliar o perímetro da obrigatoriedade, estipulado em 1910 por 1 quilômetro, permitiu que houvesse uma redução no número necessário de escolas criadas pelo estado por região, considerando que, se a obrigatoriedade permanecesse de 1 quilômetro, um número maior de escolas deveria ser estabelecido para cobrir todo o território do estado. O artigo, além de cobrir uma área maior, o que era mais positivo do ponto de vista das distâncias existentes entre as propriedades rurais, ainda beneficiava o Estado no que tange à criação de escolas.

Um detalhe nos chamou atenção nesse Artigo 3º: a expressão “analfabetas” quando se fala da obrigatoriedade do ensino. Tal expressão nos permite refletir que, se considerarmos uma família em que os pais fossem alfabetizados e realizassem a alfabetização dos seus filhos em casa, seja pela literatura nacional ou estrangeira existente, por exemplo, independentemente de seu idioma, estas crianças estariam livres de frequentar as escolas primárias? Deixemos este questionar para produções futuras.

Enfim, o segundo gargalo da Reforma de 1927 foi a especificação de uma seção destinada para as escolas rurais. Fator novo nos regulamentos, essa seção permitia que

se estruturasse uma característica própria para as escolas isoladas rurais, expressivas em número, mas ignoradas em legislação. A Reforma instituiu que:

Art. 5 – São rurais as escolas isoladas localizadas a mais de 3 quilômetros da sede do município.

Art. 6 – A escola rural tem por fim ministrar a instrução primária rudimentar; seu curso é de dois anos e o programa constará de leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros, noções de História Pátria, Corografia do Brasil e especialmente de Mato Grosso e noções de Higiene.

Art. 7 – Terão as escolas rurais a maior disseminação e serão criadas a juízo do governo, por proposta do diretor Geral da instrução, mediante informações dos inspetores gerais, nos lugares onde houver os seguintes elementos: a) prédio facilmente adaptável às necessidades escolares; b) Trinta crianças em idade escolar, num raio de 3 quilômetros do prédio indicado;

(...)

Art. 11 – A instalação da escola rural terá caráter festivo, será presidida pelo respectivo inspetor distrital ou qualquer autoridade superior do ensino, lavrando-se uma ata assinada por todas as pessoas presentes e cuja cópia será remetida à Diretoria Geral. (MATO GROSSO, 1927).

Três quilômetros se tornou o perímetro de instalação de uma escola a partir da existência de prédio adaptável às necessidades escolares. Quais necessidades seriam essas? Espaço livre de sol e chuva: creiamos serem essas as necessidades-base não mencionadas. Durante a pesquisa, pudemos conhecer, pelos depoimentos, a existência de escolas que chegava a não ter carteiras para os estudantes, mas que ainda assim funcionavam.

Esse é o lado negativo desse artigo: o fato de não estipular normas básicas para o funcionamento das escolas. Se pensarmos, todavia, nas possibilidades que ele permitiu ao ampliar o raio de pertencimento a um núcleo escolar por meio da obrigatoriedade apresentada em lei, bem como a não estipular a estrutura física para seu funcionamento, é válido pensarmos que isso permitiu a abertura de mais escolas do que se mensurava para os municípios mato-grossenses. Um último ponto necessário a ser frisado é o exposto pelo Artigo 11º, sobre a festividade que deveria cercar a instalação dessas escolas rurais. O governo, a partir desse artigo, expõe a necessidade de socializar a expansão do ensino, independente dos moldes prediais utilizados para isso, ora para a formação de uma cultura voltada para o ensino institucionalizado, ora para a utilização em propagandas do próprio governo.

No que se refere à inspeção e manutenção das escolas, no período de um ano em que Anibal Toledo (1930-1930) assume a presidência do Estado, ele se depara com barreiras dimensionais enfrentadas pelo controle governamental.

Os maiores obstáculos com que defronta o administrador em Mato-Grosso, são a vastidão imensa do seu território e a escassez de sua população, cerca de 400 mil habitantes para 1.500.000 quilômetros quadrados. Si esta população, embora pequena, estivesse reunida, confinada em área menos extensa, ainda o seu governo não seria tão difícil. A densidade maior do povoamento e a diminuição das distancias poriam mais ao alcance de seus recursos orçamentários, tornariam mais baratos e mais efficientes, todos os serviços públicos – a instrução, a hygiene, o policiamento, a administração da justiça, a assistência publica sob todos os seus aspectos, e por fim a própria arrecadação dos elementos financeiros necesarios para executa-los. (MATO GROSSO. Annibal Toledo, 1930).

A escolarização do estado dependia de um alcance do poder do governo, mas este só se firma se há uma estrutura social que permita sua execução. Com a existência de povoados, vilarejos, termos, glebas ou qualquer outra nomenclatura dada a um conjunto de pessoas que não constituem uma estrutura densa, o controle do Estado se tornava quase neutro, perdendo-se no caminho entre a Capital e tais localidades. Exemplo disso é a distância entre a região sul e a capital, de aproximadamente 1.200 quilômetros (Ponta Porã - Cuiabá). Se em 2014, com toda a tecnologia disponível, uma pessoa demora em média 20 horas para se deslocar em transporte público (80 km/h) entre essas cidades, podemos imaginar o quão moroso eram os deslocamentos de material, ou até mesmo a disseminação das tomadas de decisão que envolviam todo o território estadual entre tais cidades.

As três primeiras décadas do século 20 trouxeram novas formulações para as esferas políticas mundiais por meio do surgimento de novas demandas econômicas e sociais, e as tensões político-econômicas proporcionaram para a política nacional significativas mudanças. A crise econômica de 1929 impossibilitou o país de manter uma política de investimentos públicos pautada na economia do café, e a Revolução ou Golpe de 1930 foi resultante de uma crise política que se arrastava por todo o território nacional desde os primórdios da República.

No Estado de Mato Grosso, essa crise atingiu não apenas o setor econômico, como também o social: ascensões e quedas de parcelas dos grupos dominantes até então

existentes no Estado foram as mazelas herdadas dessa reestruturação. Como consequência disso, surgiram novas alianças no plano político (BRITO, 2001).

A crise político-institucional instaurada nacionalmente, após o movimento de 1930, em Mato Grosso, refletiu duas situações: de um lado o enfraquecimento de representantes políticos dos grupos que tradicionalmente vinham dirigindo o Estado, como as famílias Murtinho, Paes de Barros, Ponce, entre outras durante o período republicano; e, por outro lado, fortaleceu outras facções que inicialmente ainda não constituíam grandes propriedades de terras. (BRITO, 2001, p.39-40).

Conhecendo a realidade política do Estado e o seu envolvimento com as oligarquias locais, Getúlio Dornelles Vargas fez algumas tentativas conciliatórias, nomeando interventores que não pertenciam aos quadros políticos mato-grossenses para direcionar o governo do Estado. Ao todo, no período de 1930 a 1935, foram nomeados oito⁶ Interventores Federais. Por meio desses Interventores que tratariam diretamente com o governo federal, Getúlio tentou amenizar as pressões exercidas pelos grupos políticos instituídos em Mato Grosso sobre a formatação estatal, uma vez que eles, de certa forma, estavam distanciados das disputas de interesses locais, mas obteve pouco sucesso.

Em 16 de julho de 1934, como demanda das ações orientadas pela Presidência Provisória, o Congresso Nacional promulgou uma nova Constituição Federal, que só foi efetivamente inserida no cenário regional mato-grossense em 07 de setembro de 1935, alterando, entre outras coisas, o título de Presidente para o cargo de chefe de estado. O título de Presidente foi alterado para o de Governador do estado e, como resultado dos acordos havidos entre as frentes políticas, os constituintes estaduais elegeram Mario Corrêa da Costa (1935-1937) para assumir o seu segundo mandato. Esse mandato, porém, não agradara a elite ervateira do estado, ao passo de se instaurarem novos conflitos políticos para além do estado, sobre as terras de propriedade privada e as demarcações das terras devolutas estaduais.

No quesito educação a nível nacional, a Constituição de 1934, formulada por meio dos trabalhos de uma Assembleia Nacional Constituinte (BERCITO, 1990, p.8),

⁶ Sebastião Rabelo Leite (1930-1930), Antônio Mena Gonçalves (1930-1931), Artur Antunes Maciel (1931-1932), Leônidas Antero de Matos (1932-1934), César de Mesquita Serva (1934-1935), Fenelon Müller (1935-1935) e Newton Deschamps Cavalcanti (1935-1935) e Manuel Ari da Silva Pires (1937-1937).

foi a primeira carta magna que consagrou o Conselho Nacional de Educação (CNE), atribuindo-lhe como principal função a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE). De tendência democratizante, por meio do Art. 150, ela “estabeleceu como competência da União —fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país” (SAVIANI, 2004.p.35). É importante ressaltar que essa Constituição adotou quase todas as propostas dos liberais, consideradas avançadas para a época (ZOTTI, 2004, p. 91), fato que de certa forma pesou sobre a sua promulgação.

No que tange à educação dentro do estado, o segundo mandato de Corrêa da Costa foi positivo por permitir cumprir as demandas orientadas pela Reforma de 1927, como pode ser comparado pela **Tabela 2**.

Tabela 2: Quantitativo de escolas, por administração e natureza, no estado de Mato Grosso, 1937.

Administração	Quantidade	Natureza
Estadual	254	- 227 Escolas Isoladas - 55 Urbanas - 20 Distritais - 152 Rurais - 12 Grupos Escolares - 2 Cursos Complementares - 11 Escolas Reunidas - 1 Escolas Noturna
Municipal	38	- 7 Escolas Isoladas Urbanas - 9 Escolas Isoladas Distritais - 22 Escolas Isoladas Rurais
Privadas	97	- 64 Escolas Urbanas - 6 Escolas Distritais - 27 Escolas Rurais

Fonte: MATO GROSSO, Manoel Ary da Silva Pires, 1937, p.19.

Num total de 254 escolas estaduais instaladas entre estes dois mandatos (1926-1930; 1935-1937), o principal destaque se centra no número de escolas isoladas instaladas. Este modelo de escola teve um aumento de 55% (81 escolas novas) no total de escolas do estado até 1930, e a criação das Escolas Reunidas conseguiu durante os 10 primeiros anos da Reforma atingir um número similar ao dos Grupos Escolares.

Claro que ao falarmos da expressividade na instalação das Escolas Reunidas não podemos comparar sua instalação com a de um Grupo Escolar, a considerar a sua estrutura física, mas se pensarmos que o modelo implantado pelas escolas reunidas

segue a mesma estrutura graduada de ensino, a sua instalação representa um grande passo para a efetivação do novo modelo no cenário educacional mato-grossense. O destaque dado ao número de escolas isoladas, e maior ênfase às de natureza rural, evidencia uma expansão dos ordenamentos que envolviam a instalação das instituições escolares. É necessário, entretanto, citarmos que, como antes da Reforma de 1927 a inspeção não era regulamentada com designação específica, no ano de 1937, dez anos passados da Reforma de 27, a instrução pública já contava com a soma dos valores coletados pelos municípios mato-grossenses, o que nos remete que tais números expostos na Tabela 2 pode não significar o total de escolas criadas, mas sim o número de estabelecimentos que já haviam recebido a inspeção do Estado. De qualquer forma, um número positivo para o total já alcançado pela gestão pública.

Uma crítica referente à inspetoria instaurada em 1927 para as escolas públicas e privadas do Estado é feita pelo então Interventor Federal de 1937, Capitão Manoel Ary da Silva Pires, ano em que ele assume o governo do Estado:

Para a fiscalização dessas escolas, foram creadas pelo Decreto nº 759, de 22 de Abril de 1927, que reorganizou o ensino primário no Estado, duas Inspetorias Regionais do Ensino, órgãos technicos, remunerados, a que estão entregues a toda a responsabilidade moral na fiscalização e efficiencia pedagógica do ensino, mantendo ainda os cargos honoríficos de Inspetores Escolares, também encarregados da fiscalização do ensino primário nos municípios, termos e districtos. Acontece, porém, que a escolha dos Inspectores Escolares, por conveniência dos partidos situacionistas, no interior sempre recahiram na pessoa dos chefes políticos locaes, muitos dos quaes sem nenhuma competência e, é penoso dizer-lo, as vezes analphabetos, verdadeiros figurões decorativos investidos da autoridade escolar e dela servindo-se para satisfação dos seus instructos de perseguição a serviço da politica sem ideal (MATO GROSSO, Manuel Ary Silva Pires, 1937, p.17).

Além das dificuldades de se efetivar o processo de construção de escolas devido às grandes distâncias e à falta de recursos financeiros para tal e da locomoção escassa que não permitia um controle do Estado para com a prática executada, este contava ainda com a velha estrutura engendrada em interesses políticos. A escola se tornou, dentro do Estado, um objeto de manipulação e jogo de poderio. Como ela passou a fazer a parte dos discursos políticos, a própria política a configurou como moeda de troca com a sociedade. Um espaço só pode ser considerado como civilizado se tiver a instrução escolar, mas, para que isso aconteça, além do interesse comunitário, sempre haverá a necessidade de uma “intervenção” política para barrar a morosidade da

burocracia que se instaurou na formulação do estado brasileiro. Por isso mesmo, pela necessidade dessa “intervenção” é que os que detêm ou almejam o poder passam a ver na escola um reduto de eleitores, ou, melhor ainda, uma empresa pública de remuneração a seu favor.

No país, seguindo a configuração tomada desde 1930, com o governo provisório de Vargas, é instaurada, em 1937, uma nova ordem política: o golpe do “Estado Novo”. O regime político adotado, de certa forma centralizador e autoritário, propagandeava o estímulo à expansão das atividades urbanas e o deslocamento do eixo produtivo da agricultura para a indústria, passo necessário para o desenvolvimento do país, conforme discurso próprio.

Em 1934, Vargas nomeou Gustavo Capanema para o cargo de Ministro da Educação e Saúde Pública. O Ministro permaneceu no cargo até o ano de 1945, término do chamado Estado Novo. Para ele, a educação primária se traduzia como “o primeiro problema nacional” (HORTA, 2000, p. 158), porém Capanema entendia que o governo federal não poderia supervisionar esse nível de ensino, devido à dimensão continental do país e às dificuldades de comunicação decorrentes. Assim, a responsabilidade por essa ação deveria continuar a ser dos governos estaduais. Aos estados caberia a coordenação do ensino primário, ao passo que à União caberia a cooperação supletiva, a assistência técnica e o estabelecimento de diretrizes (HORTA, 2000, p. 155) que o norteariam e garantiriam o seguimento das investidas do governo federal.

Respalando-se nos termos do Artigo 12, §6, letra B, da última parte da Constituição da República⁷, Getúlio Dornelles Vargas, frente à presidência do País, nomeia Júlio Strübing Müller (1937-1945) para o cargo de interventor Federal no estado de Mato Grosso. Os membros da família Müller alcançaram grande influência em todo o Mato Grosso, a partir do governo de Júlio Frederico Müller, em Cuiabá, e da ação de Filinto Strübing Müller junto à Chefia de Polícia do governo Vargas, sempre caracterizados pela marcante atuação na burocracia estatal (BRITO, 2001, p.40-41). É válido lembrar que Júlio Strübing Müller já havia ganhado as eleições para o governo do Estado através da Assembleia Legislativa mesmo antes de sua nomeação como interventor. Devido ao fato do histórico político de sua família e das relações dentro do

⁷ Art 12 - A União não intervirá em negócios peculiares aos Estados, salvo: I - para manter a integridade nacional; § 6º - Compete ao Presidente da República: b) decretar a intervenção: para assegurar a execução das leis federais; nos casos dos nºs I e II; no do nº III, com prévia autorização do Senado Federal; no do nº IV, por solicitação dos Poderes Legislativo ou Executivo locais, submetendo em todas as hipóteses o seu ato à aprovação imediata do Poder Legislativo, para o que logo o convocará. (BRASIL, 1934).

Estado e dentro do próprio governo de Vargas, ele foi mantido no cargo de Interventor até o final da gestão de Vargas.

Reorganização totalmente formatada aos moldes do Governo Federal e seguida à risca pelo Interventor Müller, o Golpe de 1937 significou um novo rumo para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso, uma vez que o significado da região Centro-Oeste para o país, nesse período, centrava-se no fato de ela representar 25% da porção total do território nacional, com uma área de 8.515.692,272 km² (IBGE, 2010), e não deter a exploração econômica, política e social intensiva que permitisse uma gestão ativa por parte do Governo Federal. Em visita ao Estado, o então Presidente ressalta a necessidade de se estabelecerem fronteiras nesses espaços:

“O problema da ocupação econômica do nosso território é um postulado da própria criação do Estado Nacional. Estamos fazendo a estruturação dos núcleos básicos do nosso crescimento, não apenas ao longo da faixa marítima, mas abrangendo a totalidade do país. E essa obra, que há de ser o maior título de glória da geração atual, porque significa unir e entrelaçar as forças vivas da Nação, retomou o sentido dos paralelos e renovou o lema bandeirante da Marcha para Oeste. A minha visita a Mato-Grosso, como a outras regiões centrais do Brasil, revela a ação essencialmente nacionalizadora do novo regime. O vosso estado deixou de ser, felizmente, terra esquecida, feudo eleitoral sem exigências e reduto de infundáveis rixas partidárias. Pelos informes colhidos, verifico quanto tem sido auspicioso o seu desenvolvimento nos últimos anos. E, se o Governo Nacional sempre encorajou as iniciativas que para isso têm concorrido, mais o fará, ainda, quanto maior for o vosso esforço construtivo”. (VARGAS, 1941, p.138-139).

A expressão firmada em “reduto de infundáveis rixas partidárias” exemplifica bem a situação do Estado até praticamente a sua divisão em 1977. É possível discutir até que a própria divisão do Estado é resultante direta dessa disputa, quando as diferenças na formação cultural se sobressaíram à unicidade das limitações geográficas e administrativas.

Mas ainda antes disso, a alternância do poder não permitia a expansão econômica no território estadual de forma intensiva, à medida que as investidas do Governo Federal terminavam por infringir, muitas vezes, as vontades dos detentores da economia dominante. Quando não, as tomadas de decisão se restringiam apenas a grupos políticos com formação já estruturada, a citar a própria reforma do ensino primário no Estado.

A família Correa da Costa, conhecida em todo o Estado e no País, representada pelos políticos Antônio Correa da Costa (1895-1898), Pedro Celestino Correa da Costa (1908-1911; 1922-1924), Mário Correa da Costa (1926-1930; 1935-1937) e Fernando Correa da Costa (1951-1956; 1961-1966) ficaram à frente do estado de Mato Grosso por 31 anos, somando todos os mandatos como presidente e governador do Estado apenas no período republicano (1889-1937).

Todos esses mandatos realizaram-se durante períodos significativos para a concretização do ensino no Estado: Reforma de 1896, por Antônio Correa da Costa; Reforma de 1910, por Pedro Celestino Correa da Costa, e a Reforma de 1927, por Mário Correa da Costa, bem como a implementação, no Estado, da Lei 4.024, de 1961, durante o segundo mandato de Fernando Correa da Costa. Isso tudo sem se mencionar o período de nove anos do governo de Júlio Strübing Müller, bisneto de Antônio Correa da Costa, que possibilitou a execução da Reforma Capanema (Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942) e cuidou de efetivar todas as orientações federais para com o ensino rural e técnico no estado. Esse é apenas um exemplo do que se deu na época, mas a historiografia do estado permite identificar como as redes de domínio se instauravam e como os jogos políticos permitiam uma alternância viciada no poder, tanto na Capital do Estado como nos principais polos urbanos mato-grossenses.

Sobre o Ensino Primário, até a Reforma Capanema, em 1942, seis anos de interventoria de Júlio Müller à frente do estado se efetivaram, com vários avanços e retrocessos no que concerne à efetivação da Reforma de 1927, principalmente quanto à inspetoria de ensino. A gestão apresentada por Capanema reunia a maior concentração de suas pautas no ensino secundário, este de cunho humanístico e voltado às elites, e no ensino industrial, devido às novas necessidades de um país em acelerado processo de desenvolvimento e industrialização (NUNES, 2001, p.113). As leis que organizavam essa categoria de ensino, a Lei Orgânica do Ensino Industrial⁸ e a Lei Orgânica do Ensino Secundário⁹ foram decretadas em 1942. Para o Estado de Mato Grosso, Capanema assina o Regulamento do Ensino Primário, no mesmo ano, intitulado “Organização do Ensino Primário e Normal XVIII”, citando os parâmetros já estabelecidos pela Reforma de 1927, não apresentando mudanças pontuais.

⁸ Decreto-Lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942, pautado no Artigo 180 da Constituição de 1937, estabelece as bases de organização e regime do ensino industrial, ramo do ensino de grau secundário, destinado à preparação de trabalhadores da indústria, atividades artesanais, trabalhadores do transporte, das comunicações ou pesca.

⁹ Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942, pautado no Artigo 180 da Constituição de 1937, instaura as bases da organização do ensino secundário no Brasil.

No mesmo ano, os problemas relacionados ao financiamento do ensino primário entraram em pauta devido à complexidade que envolvia sua organização. Mesmo sendo o ensino primário o piso firmamento da efetivação do ensino secundário, não detinha o respaldo necessário devido à destoante realidade financeira dos estados brasileiros. Como resultante das discussões que envolviam a temática, foi aprovada, ainda em 1942, a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário e do Convênio Nacional do Ensino Primário, departamentos direcionados a pensar as particularidades de cada região e cobrar o cumprimento dos valores percentuais de investimento por região através de legislação específica.

Como resultante da política desenvolvida pelo Governo Federal, os anos 1930 e início de 1940 acompanham a criação de mais Escolas Reunidas, aumento de 100% de seu quantitativo em relação a 1935, a solidificação das estruturas organizacionais da Escola Noturna na Capital e a criação de 12 Escolas Regimentais e 19 escolas isoladas, somando-se a elas as escolas criadas pela Cruzada Nacional da Educação, de 1937.

Tabela 3: Comparativo da expansão do Ensino Primário, entre os anos de 1937 e 1942 por categoria de escola, no estado de Mato Grosso.

Natureza		Ano	
		1937	1942
Grupos Escolares		12	13
Escolas Reunidas		11	22
Escolas Regimentais		0	12
Escolas Noturnas		1	1
Escolas Isoladas	Urbanas/Distritais	75	70
	Rurais	152	166

Fonte: MATO GROSSO, Manoel Ary da Silva Pires, 1937, p.19-20-21. MATO GROSSO, Júlio Strübing Müller, 1942, p.11.

Em relação a **Tabela 3**, podemos chamar atenção para dois pontos: o primeiro é referente ao número de escolas e o segundo sobre a criação do modelo regimental de escola. Sobre o número de escolas, segundo mensagem enviada à Assembleia dos Deputados, o Interventor Federal afirma que pelo Decreto nº 53 de 18 de abril de 1941, foram criadas, em todo o Estado, cem escolas rurais em homenagem a data natalícia do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a 19 do mesmo mês (MATO GROSSO, Júlio Strübing Müller, 1942, p.16). Entretanto, se compararmos o quantitativo de escolas rurais entre o período de 1937 e 1942, houve o aumento de apenas 14 escolas rurais. Este número total de escolas isoladas, no valor de 236

incluindo as distritais e urbanas, se mantém constante ou em declínio no estado até o ano de 1949.

O trabalho de Marineide de Oliveira da Silva (2012, p.73-75) expõe a relação de cem escolas criadas pelo Decreto Estadual nº. 53, entretanto, tendo como base o quantitativo de escolas já existentes e a relação pela autora apresentada, constatamos que a “criação” de escolas em homenagem ao Presidente foi apenas a alteração de nomenclatura de algumas escolas já existentes, pois como dentro do estado as escolas rurais (estaduais e municipais) distribuídas pelo território estadual poderiam ganhar nomenclaturas de acordo com o desejo do Departamento de Educação e Cultura, é possível que como forma de homenagear o então Presidente da República.

O segundo ponto frisado está na criação de Escolas Regimentais, até então inexistentes na estrutura do ensino primário estadual, e que se deu em número significativo em menos de uma década. Esse modelo de escola era orientado para a alfabetização dos soldados que exerciam o serviço militar no Estado e o serviço de vigilância do governo, fato que respaldava um modelo de escola que simbolizasse o próprio instrumento de poder do Estado.

Com o fim de ministrar-se instrução primária aos adultos que servem incorporados nas fileiras do Exército Nacional e da Força Policial do Estado, foram instituídas as Escolas Regimentais, que atualmente funcionam em número de doze. Os respectivos professores, nomeados pelo Governo do Estado e pagos pelos cofres públicos, exercem suas funções debaixo da vigilância dos respectivos comandos, exercendo também a Diretoria Geral da Instrução Pública a sua fiscalização sobre as que funcionam na Capital (MATO GROSSO, Júlio Strübing Müller, 1942, p.16).

A categorização do ensino, no que se refere às suas finalidades, ganhou distinção durante todo o período de interventores. A valorização do ensino técnico para formar o trabalhador necessário para a expansão dos “limites” fronteiriços, bem como o reconhecimento da necessidade de se pensar na formação dos educadores dos cidadãos adultos mato-grossenses também foi posta em pauta. Como reflexo das metas políticas nacionais, o ensino técnico e secundário ganhou destaque no rol das discussões que envolviam as políticas educacionais para todos os municípios do País. Isso, em paralelo com a política expansionista que se fixava pelo discurso político federal, transformou o trabalho técnico no combustível necessário para o desenvolvimento da nação, pelo menos em discurso.

E é por meio dele, embasado e pautado no reconhecimento da expansão territorial do país, que Getúlio Vargas faz alusão à necessidade de “nacionalizá-lo”, partindo, para isso, rumo às fronteiras também existentes no Estado com os países vizinhos (Bolívia e Paraguai), defendendo a proteção territorial, e com os demais estados da federação, no quesito econômico.

“O Brasil é, na atualidade, um dos países em que se registra o fator [fronteira móvel], e, por isso mesmo, a sua expansão tem um caráter puramente interno, como processo de dar substância econômica ao corpo político e fazer coincidirem as duas fronteiras. [...]. Uma faixa é agente e sujeito da economia nacional; a outra é, apenas, objeto, servindo como mercado de consumo de manufaturas, em troca de matérias primas ou produtos extrativos. Naturalmente, a consequência mais imediata do fato é que uma parte dos brasileiros vive em condições de vida peculiares à fase colonial, enquanto a outra mostra uma evolução econômica acelerada. Exemplos exatos dos dois tipos encontramos nas unidades federais de São Paulo e Mato Grosso” (VARGAS, 1938-1945, p.163 e p.189).

O pronunciamento do presidente, ao tratar da existência dessas duas fronteiras, uma de natureza política, representada pelos limites territoriais, e outra de econômica, cuja característica era ser uma “fronteira móvel”, com tendência de progressiva integração e expansão, que resultaria na necessária coincidência entre esta última e a anterior, corrobora a política a ser utilizada por todo o período de seu governo.

Não podemos esquecer também que, nesse período, o mundo passa pela Segunda Grande Guerra, e o Brasil se fazia cada vez mais presente nas investidas internacionais, participando ativamente do processo e absorvendo as ideologias preponderantes desse momento da política nacional. O bojo desse ideário se evidencia na criação da Fundação Brasil Central (FBC), bem como no lançamento do programa "Marcha Para o Oeste", a nível nacional.

A campanha política formulada após o golpe de 1937 continha forte apelo ao sentimento nacionalista da população brasileira, avivado diante das circunstâncias da Guerra iniciada no mesmo ano. Defendendo a necessidade de reconhecimento dessa nação, associou-se à sua campanha uma série de medidas tomadas com vistas ao povoamento, à ocupação econômica e à modernização sociocultural das regiões Centro-Norte do País.

No ano de 1943, com grande alarde da imprensa nacional, foi lançado no País a então chamada Expedição Roncador-Xingu, “cuja missão era instalar, no menor tempo

possível, uma rota de comunicações – terrestre, aérea e de radiocomunicação – entre a cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, e a cidade de Manaus, situada na Região Amazônica” (MACIEL, 2011, p.1), visando à expansão dos alcances do controle governamental e a “modernização” das regiões mais distantes da capital do País. Como resultante dessa expedição, foi criada a Fundação Brasil Central, também em 1943, com a finalidade, segundo o ato de sua criação, de “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia e Xingu e no Brasil Central e Ocidental¹⁰”.

A execução dessa expedição na Região Amazônica possibilitou a implantação da conhecida “Marcha para o Oeste”, à medida que permitiu ao governo nacional mensurar os resultados das investidas nessas distantes regiões de pouco quantitativa populacional e densa área vegetal, projetando sua *executabilidade* em nível de país. A “Marcha para o Oeste”, em especial, foi uma das ações de maiores destaques para o governo de Getúlio Vargas, principalmente no que se refere ao povoamento do estado de Mato Grosso.

Esse projeto se manifestou de forma expressiva, por meio das propagandas em massa disseminadas pelos quatro cantos do País, moldadas em um discurso que evidenciava o alto grau de facilidades nas conquistas que os futuros colonos adquiriram com seus trabalhos. O Governo Federal conseguiu realizar o maior fluxo migratório direcionado da história nacional. A distribuição das Colônias Agrícolas Nacionais no País, orientada pelo Decreto-lei 2.009, de 1940, e 3.059, de 1941, seguiram o fluxo exposto no **Quadro 2**.

Quadro 2: Distribuição, por ano e região do Brasil, das Colônia Agrícola Nacional.

Ano/Decreto de Criação	Estado	Denominação
1.941 – Decreto 6.882	Goiás	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
1.941 – Decreto 8.506	Amazonas	Colônia Agrícola Nacional do Amazonas
1.942 – Decreto 10.325	Maranhão	Colônia Agrícola Nacional do Maranhão
1.943 – Decreto 5.240	Pará	Colônia Agrícola Nacional do Pará
1.943 – Decreto 12.417	Paraná	Colônia Agrícola Nacional “General Osório”
1.943 – Decreto 5.941	Mato Grosso	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
1.944 – Decreto 16.780	Piauí	Colônia Agrícola Nacional do Piauí
1948 – Decreto 25.547	Minas Gerais	Colônia Agrícola Nacional de Jaíba

Fonte: BRASIL, Ministério da Agricultura, 2014.

¹⁰Artigo 1º: É o Governo Federal autorizado a instituir, com patrimônio próprio, uma fundação, denominada “Fundação Brasil Central”, destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental (Decreto-Lei Nº 5.878, Art. 1, 1943).

Na esfera nacional, no processo de expansão do controle federal em paralelo com a execução do plano de reforma agrária orientado pela distribuição de recursos locais, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foram as de maior destaque frente à política expansionista, pois conseguiram materializar de forma mais evidente as deliberações definidas pelo Decreto-Lei do Governo Federal (FREITAS; MELO 2014, p. 475).

Para o Estado de Mato Grosso, e principalmente para a sua região sul, a instalação desse projeto foi um divisor de águas na construção de sua história. A partir dessa investida, a região ganhou um novo direcionamento no que se refere à formação de sua identidade local, com um padrão inédito de análise da estrutura urbano-rural, a formatação da estrutura política local e, principalmente, a educação primária dos habitantes que ali se encontravam.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) era formada por uma área de aproximadamente 300 mil hectares (3.000 km²) de extensão quando do início do projeto, e recebeu uma enorme leva de migrantes, brasileiros e estrangeiros, guiados pela propaganda da “terra livre”, a sonhada “terra da nação brasileira” (FOWERAKER, 1982, p.42).

A densidade populacional era tão baixa no estado em geral que o imenso fluxo migratório para o sul alterou radicalmente a composição demografia do estado inteiro (...). Esse crescimento maciço, por sua vez, deveu-se principalmente a Dourados, área da colônia federal e principal centro de cultivo. Durante a década, sua população cresceu em torno de 611%, respondendo pelo crescimento mais rápido do Estado (FOWERAKER, 1982, p.71-72).

A migração horizontalizada fez com que, em menos de duas décadas, o número de habitantes da região duplicasse. Considerando-se a grande distância entre a Colônia e a Capital do estado, e já estrategicamente pensando num modelo administrativo que permitisse ao Governo Federal maiores investidas na região Centro-norte brasileira, é criada, como medida resolutiva, pelo Decreto-lei 5.812, de 13 de setembro de 1943, o Território Federal de Ponta Porã, que passaria a gerir administrativamente uma significativa região ali delimitada. Assim como o de Ponta Porã, pelo País também foram delimitados outros territórios federais, a saber: Território Federal do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé (atual Rondônia) e do Iguassu (atual leste do Paraná).

Com área independente da do estado de Mato Grosso, o Território Federal de Ponta Porã abrangia os municípios de Dourados, Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Maracaju e Bonito, sendo a cidade de Ponta Porã a sua capital. Os primeiros efeitos da instalação da Colônia dentro do Estado de Mato Grosso foram noticiados pelo jornal O Estado de São Paulo, no dia 10 de novembro de 1944:

“A Colônia de Dourados, no território de Ponta Porã, que é das mais importantes pela política de nacionalização e recuperação do território que realiza a margem de sua finalidade propriamente colonizadora, mereceu cuidados especiais do Ministério da Agricultura, que determinou a sua reorganização, destinando-lhes maiores recursos e dotando-a de direção técnica capaz e patriótica” (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, Edição nº 23.052, 10/11/1944. p.3).

A Colônia de fato cumprira seu papel, que era atrair massas populacionais e preencher os “sertões” de que tanto se falava nos discursos governamentais. Mas essas massas, ao se instalarem na região, traziam consigo sua cultura e seus hábitos e, por consequência, os problemas que existiam simplesmente pela própria socialização do indivíduo. E é basicamente sobre isso a notícia do jornal O Estado de São Paulo que evidencia problemas com a distribuição das terras, com a alocação dos migrantes, dos posseiros e dos ervateiros, dando nascedouro a uma infinidade de adversidades que foram tecendo a história da colônia no município.

O que nos toca no meio disso tudo é que, se o Artigo 11º do Decreto-Lei 3.059, de 1941, preconiza que, sendo aprovado o plano geral de colonização e executados os respectivos trabalhos de implantação da colônia e distribuição dos lotes, “será organizada a relação dos candidatos aos lotes, dando-se preferência, na distribuição, aos elementos locais e, dentre estes, os de prole numerosa, assim considerados os chefes de família que tinham no mínimo cinco filhos menores que vivam sob a sua dependência”. Considerando esses menores em idade escolar, como ficou a situação do ensino na região da Colônia?

O Decreto-Lei que rege a implantação da Colônia no País toma como referência duas orientações: a primeira delas tratava da educação técnica, evidenciada no Artigo 6º, ao dizer que “Na sede da colônia será fundado um aprendizado agrícola destinado a ministrar aos filhos dos colonos instrução rural adequada, dotado de oficinas para trabalhos de ferro, madeira, couro, etc., onde os colonos e seus filhos farão aprendizagem desses misteres necessários ao homem rural”. Em parágrafo único, o

artigo diz que “Poderão ser instituídos cursos rápidos, para menores e para adultos com caráter eminentemente prático”. A segunda, no que concerne ao ensino primário estipulado pelo Regulamento de 1927, diz que o ensino no Estado está sujeito ao Artigo 8º do Decreto-Lei 3.059, que diz: “Serão mantidas ainda escolas primárias para alfabetização de todas as crianças em idade escolar”.

E de fato, a estrutura física formada na CAND, a começar pelos mais de mil lotes distribuídos, cada um com uma média de 30 hectares (300.000 m²), em 200 dos quais foram construídas casas para as famílias, contava também com a instalação de uma serraria, uma marcenaria, uma olaria e dois postos médicos, além de 12 prédios escolares (GRESSLER; SWENSSON, 1998, p. 85), todos fora da política educacional do estado de Mato Grosso, tendo em vista a independência territorial.

Essa independência permitiu uma expressiva expansão do processo de escolarização da região sul do Estado, principalmente no município de Dourados. Com a instalação das zonas de povoamento, as escolas se tornavam obrigatórias à estrutura formada. As então denominadas de escolas das zonas cumpriam um papel crucial na disseminação do ensino institucionalizado da região, como trataremos no próximo capítulo.

Entretanto, a independência durou apenas três anos, de 1943 a 1946, pois com o término do período de governo de Getúlio Vargas, todo o território foi reintroduzido ao estado de Mato Grosso, em 07 de janeiro de 1947, voltando, conseqüentemente, a educação gradativamente para a jurisdição mato-grossense.

Em data de 6 de fevereiro de 1947, conforme escritura pública lavrada em o Cartório do Tabelião Nicandro E. Campo, em Ponta Porã, com a presença dos Srs representantes do Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores e Interventor Federal deste Estado, o primeiro na pessoa do Dr. Floriano Pereira Reis de Almeida e o segundo na pessoa do Adv. Archimedes Pereira Lima, a União Federal devolveu ao Estado de Mato Grosso a área do extinto Território Federal de Ponta Porã. Portanto, em início de fevereiro de 1947, essa região passou para o Estado de Mato Grosso, porém, não administrativamente, pois, até meio desse ano continuava acéfala naquela região a sua vida administrativa, ano que o atual Governo do Estado, por intermédio do seu Secretário do Interior, Justiça e Finanças, fosse receber o seu acervo, estudar as deficiências causadas com a extinção do Território e resolver os seus principais problemas (MATO GROSSO, Arnaldo Estevão de Figueiredo. Cuiabá, 1937, p.27).

O que não faltava para as pessoas que chegavam de todos os lugares para fazer parte dos novos colonos da região eram problemas oriundos dos mais diversos entraves

enfrentados pela Colônia no intento de sua concretização. Os problemas se originavam das investidas políticas locais, execução de ações ligadas a interesses particulares, conflitos envolvendo colonos e posseiros, falta de investimento financeiro por parte do governo e diálogo quase inexistente com o Município, dentre outras mazelas.

No contexto político nacional, com o término da chamada Era Vargas, uma nova Constituição Federal é criada ainda em 1946, formatando a política nacional e dando novos rumos à configuração pública. Eurico Gaspar Dutra assume a presidência do Brasil (1946-1951), pelo Partido Social Democrata (PSD), e a Assembleia Constituinte de Mato Grosso elege o primeiro governador do período, Arnaldo Estevão de Figueiredo (1947-1950), também pelo PSD.

O governador do estado, colhendo os frutos da interventoria, atua ativamente nas relações referentes às limitações fronteiriças intermunicipais do estado, considerando a desestruturação do antigo Território Federal ao sul do estado e a colonização que se expandia para o norte mato-grossense. A implantação de colônias agrícolas municipais, como as de Bodoquena e Bonito, e a manutenção do aumento populacional do Estado fundamentam a criação, naquele governo, da Delegacia Especial de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso, que ficou responsável, dentre outras coisas, por solidificar as limitações do estado, dos municípios e das colônias e relacionar as áreas devolutas do estado para orientar uma atuação mais mensurada do poder estatal.

A inserção da Colônia Nacional Agrícola ao sul, a divisão e a criação de outro território dentro do Estado, os reflexos da Fundação Brasil Central e a expedição pelo Xingu, influenciando a migração para o norte, tudo isso fez com que as disputas pelas terras do Estado fossem deixadas em segundo plano, ou por vezes ignoradas pelo governo do Estado. Mas com o retorno da governança local, emergem as investidas nessa temática.

Isso porque, no retorno à figuração democrática da política, Figueiredo se depara com a problemática da venda de terras já destinadas à colonização, além das disputas sobre terras devolutas estaduais. Pressionado por tal situação, no último ano de seu mandato, Figueiredo assina o Código de Terras do Estado de Mato Grosso, pela Lei nº 336, de 6 de dezembro de 1949, que “criou uma comissão especial para proceder a discriminação das terras devolutas para vendas ou para estabelecimento de núcleos coloniais” (VASCONCELOS, 1986, p. 26) por delimitação municipal.

Um dos maiores problemas observados pelo governo de Figueiredo e utilizados como argumento para a “liberalização” dos negócios que envolviam as terras do Estado

estava centrado no fato de “o poder público [federal] limitar-se a reservar terras sem ter estabelecido colônias”. Assim, a iniciativa privada ficava prejudicada, uma vez que “ficariam impossibilitadas de demarcar os seus lotes, pois o Estado não demarcara anteriormente suas reservas”, fazendo alusão à Colônia Agrícola de Dourados, que teve suas terras “demarcadas somente depois de 1948” (MORENA, 2007, p.113) pelo Núcleo Colonial.

Dessa forma, a Lei 336, de 1949, possibilitava a investidura da iniciativa privada no cenário da colonização difundida pelo Estado, dando vazão a uma nova onda de migração, agora embasada numa orientação mais centrada na municipalidade e propriedade particular, visando dessa forma a minimização dos problemas envolvendo as políticas agrárias e maximizando o potencial produtivo econômico do estado.

No que tange à educação no período que compreendeu a “Marcha para o Oeste”, 1943-1947, pouca mudança houve no cenário estadual em relação ao ensino primário, quando se relaciona o número de criação de Escolas Reunidas ou Grupos Escolares. No quantitativo físico, por exemplo, praticamente não houve investimento no Estado em construções desse tipo de escolas. As escolas criadas, principalmente na região colonizada, apresentavam um modelo padrão exclusivamente rural. As tomadas de decisão em torno do ensino estadual se voltavam quase que unicamente para o ensino técnico ou para a formação de professores.

Figueiredo, em 1947, mostrou-se defensor da Escola Modelo e dos Grupos Escolares, enxergando em sua difusão as reais possibilidades de crescimento do Estado. Favorável à mudança do Regulamento de 1927, que segundo ele estava “obsoleto e inadequado”, instituiu para o Departamento de Ensino o professor Ulisses Cuiabano, figura forte no espaço educacional que defendia o ensino primário como indispensável para a formulação da educação estadual.

A Constituição Federal de 1946 proporcionou, de certa forma, uma retomada ao desenvolvimento do ensino primário, pois além de instituir que os sistemas de ensino fossem organizados pelos Estados, atendendo cada um à sua realidade, ainda instaurou um Fundo Nacional de investimento da União para o ensino primário (Artigo 171º, Parágrafo Único). Além disso, para que houvesse a criação desse Fundo, a nova Constituição estipula um valor percentual de investimento da própria União, dos Estado e dos Municípios (Artigo 169º). Esse erário viabilizava a construção de novas escolas, tendo em vista que o município receberia também uma verba destinada para tal

finalidade. Houve então um maior controle sobre essas escolas construídas, o que facilitava o ordenamento do ensino por fatia administrativa.

Como resultante desse melhor direcionamento da administração do ensino primário no país, também em 1946 é promulgado o Decreto-Lei nº 8.529, que ficou conhecido como a “Lei Orgânica do Ensino Primário”. Essa legislação significou a concretização da regulamentação do ensino primário brasileiro, que era dividido em duas categorias-base: Primário Fundamental e Primário Supletivo¹¹, tendo o primeiro sido dividido em Primário Elementar, com duração de 4 anos, e Ensino Primário Complementar, com apenas 1 ano de duração.

O Estado de Mato Grosso, quando do término do mandato de Figueiredo, em 1950, contava com um quantitativo de 28 Grupos Escolares e 37 Escolas Reunidas, conforme **Tabela 4**.

Tabela 4: Evolução do Ensino no Estado de Mato Grosso, 1946 – 1950.

Ano	Escolas Isoladas Estaduais	Grupos Escolares	Escolas Reunidas	Escolas Isoladas Municipais	Escolas Particulares
1942	236	13	22	38	-
1946	236	15	23	38	-
1947	236	24	33	53	74
1948	148	25	39	61	87
1949	576	28	37	73	89
1950	705	28	37	96	91

Fonte: MATO GROSSO, Arnaldo Estevão de Figueiredo, 1950, p.58-59. MATO GROSSO, Júlio Strübing Müller, 1942, p.11.

Os números expressos na **Tabela 4** representam o modo como a política foi redirecionada no sentido de potencializar o ensino primário no Estado a partir da nova dimensão democrática. O aumento de 198% no total de escolas isoladas sob gestão estadual nos permite aferir como o ensino estava, aos poucos, chegando aos mais distantes pontos do Estado. O número de escolas isoladas sob a gerência municipal, que prepondera em relação aos demais modelos de instituição no Estado, também deu um salto no período, com 81% de novas escolas instaladas. Entretanto, de forma tímida

¹¹Decreto-Lei n.º 8.529 de 2 de janeiro de 1946, pautado no Artigo 180 da Constituição de 1937, decreta a Lei Orgânica do Ensino Primário, categorizando-o nas dimensões de Ensino Fundamental, destinado a crianças de sete a doze anos e Ensino Supletivo, destinado aos adolescentes e adultos (Artigo 2). Esta modalidade de ensino manterá da seguinte forma a articulação com as outras modalidades de ensino (Artigo 5): O curso primário elementar com os cursos de artesanato e com os de aprendizagem industrial e agrícola; O curso primário complementar com os cursos ginasial, industrial, agrícola e de formação de regentes de ensino elementar; O curso supletivo com os cursos de aprendizagem agrícola e industrial e com os de artesanato, em geral. (BRASIL, 1946).

ainda vinha acontecendo a instalação dos Grupos Escolares e das Escolas Reunidas, fato que nos remete à discussão sobre a qualidade do ensino que estava sendo ofertado.

Expomos apenas o número de prédios instalados, sem dar ênfase à estrutura dada a eles para seu funcionamento. No período, principalmente o ensino na área rural continuava a ser executado de forma leiga, com pouquíssimo ou nenhum amparo físico.

A Constituição de 1946 anunciava a necessidade de se criarem escolas considerando-se a quantidade de indivíduos em idade escolar espalhadas pelo País. Contudo, como a inspeção e o controle dessas escolas ficavam a cargo dos Inspectores e do Departamento de Educação e Cultura, os problemas recaíam para a questão espacial. Com exceção do que acontecia nas cidades mais populosas e ricas do estado, Mato Grosso ainda continuava sofrendo das mesmas dificuldades do início do século: distâncias em grande escala e difícil comunicação. Por mais que se criassem escolas, e por mais que a inspeção fosse ativa dentro de suas possibilidades, muito difícil era conseguir controlar o ensino dentro do vasto estado.

O Município de Dourados contava com um trabalho de manutenção oferecido pela administração do Núcleo Colonial, herança das instalações federais da CAND. Com exceção desse, porém, do de Campo Grande e do de Ponta Porã, a região sul do estado recebia muito pouco da inspeção adequada para com a estrutura da escola.

Como exemplo do que vem sendo dito, podemos citar o Decreto 273, de 1946, que permitia a criação de tantas inspetorias do ensino primário quantas que se fizessem necessárias para instruir o aparelho regulador do Estado. E assim foi feito: o Estado foi dividido em zonas de fiscalização, num total de seis, e foram estipuladas centrais de controle localizadas nas cidades de Cuiabá, Corumbá, Campo Grande, Cáceres e Guiratinga. Acontece que, no primeiro ano de sua instalação, sua execução foi limitada pela própria estrutura estadual, conforme ficou evidente em mensagem da época.

Durante o ano passado, porém, tendo em vista as condições financeiras do erário público, somente duas inspetorias funcionaram, uma com sede nesta capital, e outra localizada em Campo Grande. Foram seus respectivos titulares os Srs Augusto Moreira da Silva Filho e Joao de Almeida Serta, ambos velhos servidores do Estado. Para o corrente ano foi consignada a verba competente destinada ao pagamento dos vencimentos de mais dois inspetores do ensino, cujas nomeações virão ampliar o campo da fiscalização que, contudo, continuará ainda se ressentindo de uma assistência mais eficiente e controladora, dada a vastíssima área territorial de Mato Grosso e os deficientes meios de comunicações, atualmente em prática (MATO GROSSO, Arnaldo Estevão de Figueiredo, 1950, p.60).

De qualquer forma, é significativo pensarmos no número de Escolas Isoladas de gestão municipal instaladas nesse período. Por ter um valor mais que duplicado no período de quatro anos, corroborou, como preconizado pela Constituição, e evidenciou uma participação mais ativa no ensino institucional por parte dos municípios. Entretanto, se pensarmos na Inspetoria, se o controle do ensino estadual sofria pelas condições de sua administração escassa, uma regulação envolvendo o ensino municipal era ainda mais difícil, considerando a própria não existência dessa cultura por parte dos seus gestores.

Em 1950, o Município de Dourados já rumava para grandes transformações em sua estrutura social. Com quinze anos de sua existência como cidade, e abrangendo uma vasta região economicamente ativa graças à implantação da CAND e da Colônia Municipal, toma fôlego para a instalação de diversas escolas e para a inspeção do ensino por parte da administração municipal.

Um último detalhe que vale ser mencionado nesse primeiro período pós-Era Vargas no que tange à educação estadual é a execução das chamadas “Caixas Escolares”. Embasados na obrigatoriedade do ensino primário estipulado pela nova Constituição, e respaldados pela Lei 759, de 1927, sobre a manutenção dessas escolas por parte do Estado e da possibilidade da criação de “Caixa Escolar” destinada a “auxiliar os alunos indigentes, na compra de roupas, livros e outros materiais escolares” (Artigo 187º), essas “Caixas” se intensificaram em todo o Estado principalmente a partir de 1949, com a aplicação das ações do governo para proporcionar a matrícula e a permanência dos alunos no ensino primário.

Para se tornar efetiva a obrigatoriedade, torna-se necessária a criação de caixas escolares, assistência médica e merenda escolar, a fim de serem colhidas na rede do ensino popular todas as crianças, especialmente as pertencentes a famílias humildes, que, com muito sacrifício, poderão manter seus filhos nas escolas. O estabelecimento de caixas escolas, destinadas a auxiliar os alunos indigentes, foi previsto no Decreto 759 (Cap. IX – Arts. 187 a 193, inclusive), mas sua aplicação tem sido muito precária, pelo que aquele departamento opina pela formação de uma comissão de professores para a organização de um regimento para este assunto (MATO GROSSO, Arnaldo Estevão de Figueiredo, 1948, p.58).

O Estado, a partir dessas “Caixas”, admitia a não possibilidade de manter o ensino primário desejado apenas por seu investimento financeiro, e expandia também

para a economia privada a responsabilidade de angariar subsídios que complementasse o orçamento dessas instituições. Com as “Caixas”, considerava-se que, ainda mais importante que a abertura dessas escolas e as matrículas por elas angariadas, era a frequência dos alunos. Manter o indivíduo na escola, que se traduzia como um espaço diferente do de sua realidade social, significava um dos maiores desafios para a educação, uma vez que o trabalho na lavoura e as “tarefas” decorrentes dessa atividade se tornavam barreiras capazes de se manter o aluno distante dos deveres escolares.

Teoricamente, o pagamento dessas “Caixas” era aplicado apenas àqueles que reconhecidamente apresentavam uma boa situação financeira em relação aos demais da comunidade, o que não se aplicava a todos os alunos. Essas “Caixas Escolares” permitiram, dentro das escolas, a criação de uma cultura própria para com a comunidade, pois ao envolverem ações rotineiras de conferência de seu movimento por parte dos alunos, bem como a sua alimentação por parte dos pais dos alunos, instaurados como deveres dos pais a fim de garantir o bom desempenho dos alunos na escola, e da escola na sociedade, acabavam por estabelecer relações que as colocava como algo intrínseco à própria escola. Essa cultura das “caixas escolares” se estendeu até meados de 1970, quando passou a ser questionada pelo discurso envolvendo a gratuidade do ensino público, ditado na Constituição Federal.

De qualquer forma, o evidente nesse momento do governo do Estado é que a frequência escolar se tornou o foco das ações que envolviam o ensino primário. As “Caixas” entravam como apoio desse processo, bem como a merenda escolar e o acompanhamento mais presente dos sanitaristas, que se intensificou nos anos seguintes. A **Tabela 5** evidencia o fluxo de frequência das escolas estaduais e municipais inspecionadas durante a gestão do governo Figueiredo:

Tabela 5: Relação da Frequência geral das escolas estaduais e municipais no Estado de Mato Grosso, 1946 – 1949.

Ano	Gestão Estadual			Gestão Municipal		
	Matrícula geral	Frequência média	Aproveitamento Geral	Matricula Geral	Frequência Média	Aproveitamento Geral
1946	18.364	14.149	6.235	2.774	1.859	537
1947	29.303	22.592	10.170	2.898	2.059	362
1948	34.301	26.227	11.548	3.888	2.626	765
1949	36.000	28.800	12.750	4.076	2.657	789

Fonte: MATO GROSSO, Arnaldo Estevão de Figueiredo, 1950, p. 44-45.

A quase duplicação no quantitativo de matrículas realizadas em menos de três anos, e a proporcionalidade da frequência mantida é um fato positivo, quando citamos a

estagnação das matrículas dos últimos dez anos antecedentes à Constituição de 1946. Entretanto, quando comparamos a frequência média e o aproveitamento geral dessas instituições, observamos que o ensino nos municípios estava muito aquém do esperado: quase a metade das matrículas é a frequência recorrente, e quando se tratava do aproveitamento geral, o valor diminuía para um terço do total. A criação das escolas preconizadas pela legislação vigente, os acordos entre o Governo Federal, Municípios e Estado, bem como a distribuição do Núcleo Colonial e das Colônias Municipais proporcionavam um aumento expressivo no número de escolas instaladas, mas o seu controle, regulação e manutenção não foi pautado como políticas necessárias, principalmente se considerarmos a receita financeira dos municípios e o quantitativo populacional a ele atribuído.

Criar escolas em todos os espaços “vazios” e carentes de instrução foi o lema do estado por muitos anos, e não muito diferente o foi para os municípios dotados de recursos. A diferença é que, enquanto o Estado passava a tentar configurar uma organização mais sólida para estabelecer uma ordem comum às instituições já criadas, os municípios investiam na construção de escolas, principalmente rurais, e por vezes não realizava uma fiscalização que permitisse a unificação organizacional, esta representada por departamentos municipais de educação, como já era o caso de Campo Grande em 1948.

O mandato de Arnaldo Estevão de Figueiredo, em 1950, encerrou-se paralelo ao fim do período presidencial de Eurico Gaspar Dutra. Nesse ano, já se instaurou no cenário político nacional uma forte discussão tensionada entre aqueles que defendiam um governo intervencionista e um bloco mais próximo dos interesses financeiros e comerciais vinculados ao comércio exterior. Tratou-se, na verdade, de um período de transição da política pública nacional, conforme se explicitou na década seguinte. Mais adiante, no governo de Juscelino Kubitschek, tornou-se mais perceptível uma “política orientada para o desenvolvimento econômico dependente, ou associado aos mercados estrangeiros” (SCHALLENBERGER E SCHNEIDER, 2010, p.210), que permeou as políticas subsequentes.

Em outubro de 1950, ocorreram as eleições para governador no estado, entre Filinto Strübing Müller, pelo PSD (Partido Social Democrático) e Fernando Corrêa da Costa pela União Democrática Nacional (UDN). Com a vitória, Fernando Corrêa da Costa (1951-1956) governou durante o novo mandato de Getúlio Dornelles Vargas (1951-1954) e teve como discurso-base a modernização do Estado, defendendo a

distribuição da energia elétrica para as principais cidades, a elaboração de estratégias locais para o crescimento econômico e a alteração da formatação do ensino estadual, de acordo com a almejada modernidade, dando um maior direcionamento ao ensino técnico, necessário para a manutenção da economia em ascensão. A população do Estado de Mato Grosso, no ano de sua posse, era de aproximadamente 528.451 habitantes (IBGE, 1951), com uma localização de apenas 182.060 (34%) destes no perímetro urbano.

Essa estatística representava a população que vivia nas cidades e vilas do Estado, além das 346.391 (66%) que estavam nas fazendas, nos sítios ou nas colônias. Destacava-se o caráter rural da população a ser governada. Esse percentual populacional urbano e rural, se considerarmos as frações referentes às cidadelas existentes no Estado, que na contagem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística se caracterizam como urbanas, o restante possuía pouca configuração de população notadamente urbana, como as de São Paulo ou Rio de Janeiro para o período. Isso nos permite inferir que a população rural era bem maior que os 66% expressos pelos números, pois a configuração de muitas cidades do Estado, como ainda o é hoje, mais se destacava como rural do que urbana.

De qualquer forma, foi com base nessa distribuição que o governador Fernando Corrêa da Costa trabalhou, com a intenção de convencer os mato-grossenses de que havia a necessidade de uma reconfiguração e da intensificação da política de colonização dentro do Estado. Essa ideia de colonização era diferente da apresentada pela política varguista de 1937, mas muito próxima da defendida pelo anterior governo, pautada pela necessidade da iniciativa privada frente à colonização e justificada pela falta de estrutura financeira estadual. Dissemos ser muito próxima do governo anterior porque as ideias apresentadas por Corrêa da Costa eram quase totalmente voltadas para a distribuição das terras devolutas do Estado e para a maior atuação do Departamento de Terras e Colonização dentro de seus limites.

Sobre a atuação desse departamento, que foi foco de quase todas as discussões políticas dos anos iniciais do governo de Corrêa da Costa, Naglis (2007, p.33) lembra que:

É importante observar que a venda de terras devolutas não só tinha o objetivo de promover a colonização, o povoamento, e aumentar a produção agrícola e consequentemente o desenvolvimento econômico. As terras devolutas foram usadas em favor das negociações políticas,

resultado de um aparato estatal corrupto e incipiente que não coíbia as irregularidades na venda de terras do estado de Mato Grosso.

Isso porque, afirma Salgueiro, as “obrigações” a que se comprometiam as empresas no ato da compra dessas terras não eram devidamente respeitadas, e diversas irregularidades iam sendo somadas no cumprimento das cláusulas dos contratos de colonização de terras (2011, p.644). A consequência disso foi uma sequência de investigações por parte do Governo Federal na gestão de Fernando Corrêa da Costa, sendo ele acusado de ter vendido terras acima da área permitida pela Constituição Federal¹² e proporcionado o surgimento de conflitos que envolviam empresas exploradoras, construtoras e de prestação de serviços e colonos, como noticia o jornal O Estado de São Paulo, de 2 de julho de 1959, com o título “Serão nulas as concessões de terras feitas em Mato Grosso”:

Este o ponto de vista do procurador-geral da República, dr. Carlos Medeiros Silva, requerendo ao ministro Orozimbo Nonato, presidente do Supremo Tribunal Federal, que seja citados o Estado de Mato Grosso e os demais réus cujos nomes mencionou em sua petição, para o fim de ser proclamada a nulidade dos contratos celebrados para colonização de terras públicas. No mesmo requerimento, o procurador-geral da República solicita que sejam fixados os prazos para a apresentação da defesa que tiveram de fazer, sob pena de revelia e demais cominações da lei. Requereu ainda a prova documental e testemunhal, vistoria, medições e demarcações expedição de cartas precatórias e rogatórias. (O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, pg.5, 02/07/1959).

A apuração, aberta no ano de 1959, foi reflexo das distribuições e concessões realizadas nos anos de 1950, 1951, 1952 e 1953 no Estado. Na região sul, especialmente, a própria extinção da Colônia Municipal de Dourados, em 1953, e a criação do município de Itaporã foram exemplos dessas investidas.

À parte da situação tensa que envolvia a questão de terras e territórios, paulatinamente repetida e que percorreu quase todo o seu primeiro mandato no que se refere ao ensino no Estado, é possível mencionar alguns marcos importantes na gestão de Fernando Corrêa da Costa. O primeiro deles, relacionado com o planejamento do

¹² Art. 156: A lei facilitará a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas. Para esse fim, serão preferidos os nacionais e, dentre eles, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados. § 1º - Os Estados assegurarão aos posseiros de terras devolutas, que nelas tenham morada habitual, preferência para aquisição até vinte e cinco hectares; § 2º - Sem prévia autorização do Senado Federal, não se fará qualquer alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dez mil hectares. (BRASIL, 1946).

mapeamento populacional, conseguiu, durante seus seis anos de governo, criar um panorama da distribuição de escolas, matrículas e investimento financeiro para cada natureza de escola. Usando um planejamento embasado na premissa do ensino para além da escola, defendia que a instituição educativa deveria ser controlada de forma mais ativa pelo Estado, e que o Departamento de Educação e Cultura deveria centrar mais estratégias para o controle das atividades desenvolvidas pelos professores em cada localidade de ensino do Estado.

Porque ensinar, mesmo que sejam noções apenas dos programas de ensino, implica ter conhecimentos que não se cifram somente a leitura, a escrita e a contabilidade, mas de higiene, saúde, domínio da terra e dos assuntos sociais mais de interesse da coletividade em que atua o professor, a quem também não se dispensa o senso psicológico. Recrutar elementos portadores desses predicados, numa terra onde as aptidões são chamados a atividades mais atraentes quer sob o aspecto da labuta, quer sob o prisma econômico, é o cruciante trabalho que se depara a administração (MATO GROSSO, Fernando Corrêa da Costa, 1952, p.29).

Com enfoque nesse intento, duas legislações marcaram o setor educacional do Estado no período: a Lei nº 452, de 24 de novembro de 1951, que deu os parâmetros para a reorganização do ensino primário no Estado, alicerçada na Lei Orgânica Federal (Lei Federal nº 8.529/46), e a Lei nº. 388, de 29 de outubro de 1951, que criou o Serviço de Orientação do Ensino Primário e a Assistência da Administração Educacional, além da sua Regulamentação pelo Decreto nº. 1.152, de 8 de agosto de 1951.

Essas leis, pautadas na premissa educacional refletida pelo cenário nacional, buscaram remodelar a estrutura administrativa e pedagógica do ensino no Estado, visando ao maior controle deste para com as ações executas e a centralidade do investimento financeiro destinado a esse departamento.

Outra ação significativa e que permitiu um novo direcionamento para a educação foi o acordo firmado com o Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura, que punha em pauta o desenvolvimento do ensino técnico rural no Estado. Esse modelo de ensino seria agregado às atividades dos Clubes Agrícolas que foram instalados anexos às escolas rurais existentes nas colônias agrícolas. Com tal medida, o Estado passava a expandir a rede de ensino, com investidas em cursos técnicos, e poderia, assim, dividir com os municípios a administração, pelo menos em parte, do ensino locado.

Como a política desenvolvida por Corrêa da Costa era centrada na colonização, principalmente de iniciativa privada, e como a Constituição Federal já preconizava a obrigatoriedade da instalação de escolas pelas empresas instaladas no Estado, cujos trabalhadores tivessem filhos em idade escolar, a criação das Escolas Rurais convergiam com seu plano de ação. Sendo assim, elas facilitaram que essas empresas se instalassem na região das colônias municipais onde já havia escolas, inclusive específicas para o trabalho agrícola, além da formação de mão de obra especializada no Estado.

As escolas de administração estadual, municipal e particular passaram a ser monitoradas de forma mais intensa no período, claro que na medida das possibilidades do momento. A **Tabela 6** evidencia o quantitativo das escolas instaladas e em atividade até o término do mandato de Corrêa da Costa.

Tabela 6: Distribuição de Escolas por município, natureza e controle de frequência, das principais cidades do estado de Mato Grosso, 1954.

Município	Gestão			Natureza			Controle	
	Estado	Município	Particular	Grupos Escolares	Escolas Agrupadas	Escolas Isoladas	Matricula Geral	Frequência média
Dourados	19	7	4	3	4	23	2.580	1.973
Cuiabá	64	9	13	5	8	73	7.279	5.090
Campo Grande	30	27	21	3	-	75	9.080	7.282
Ponta Porã	31	20	7	3	1	54	2.068	1.872

Fonte: MATO GROSSO, Fernando Corrêa da Costa, 1955, p.130.

Três observações podem ser feitas na interpretação da **Tabela 6**: a primeira é referente à expressão “escolas agrupadas”, quando se cita a natureza da escola, esta que equivale à definição de escolas reunidas; outro ponto é o controle de distinção dessas escolas por gestão. A iniciativa privada, em especial, como consequência do Decreto 226, de 1938, relativo à burocratização e ao controle ativo do Estado para com a instalação e permanência de instituições de ensino privado, apresenta uma redução na criação de novas escolas de ensino primário. O Decreto de 1938 criou, de certa forma, uma cultura na regulação dessa natureza de ensino no Estado. Desde então, as investidas no ensino primário foram reduzidas, ganhando fôlego as investidas com o ensino secundário, principalmente nas instituições de cunho religioso.

O controle mais massivo existente sobre a criação das escolas permitiu ao novo governo, que teve início em 1956, com Ponce de Arruda, também do PSD, verificar o quão complexo se revelava a inspeção dessas escolas, a considerar a necessidade de efetivação do destinado para cada gestão.

Dispondo de apenas 6 inspetores, dispersos e mal remunerados, e 3 orientadores, não podia o DECE, evidentemente, controlar cerca de 1.200 unidades de ensino primário espalhadas em toda a grande área do Estado, tanto nas zonas urbanas como rurais. Por força do artigo 12, da Lei 866 de 22/10/56, contará agora o DECE com 15 inspetorias regionais de ensino primário, sediadas, consoante o Decreto n. 132 de 14/11/56, nesta capital e nas cidades de Poconé, Cáceres, Rosário Oeste, Rondonópolis, Guiratinga, Alto Araguaia, Corumbá, Aquidauana, Campo Grande, Três Lagoas, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados e Paranaíba. (MATO GROSSO, João Ponce de Arruda, 1957, p.91-92).

O aumento significativo no número de escolas estaduais fazia com que o Departamento de Educação e Cultura do Estado (DECE) buscasse realizar uma ação mais centrada e setorizada, pois, como a proposta do momento era controlar não somente a instalação dessas escolas, mas também a qualidade do ensino ofertado nelas, a inspeção precisava atender às demandas que cada região, agora separadas por micro áreas, exigiam.

O estado de Mato Grosso detinha então um número expressivo de unidades escolares de ensino primário, seguindo todo o desenvolvimento que o meio século já passado permitiu. Mesmo assim, havia ainda muita deficiência na execução do preconizado nos seus regulamentos.

Tabela 7: Distribuição das escolas conforme natureza e quantidade de unidades no estado de Mato Grosso, 1956.

Natureza	Prédios Instalados
Grupos Escolares	49
Escolas Reunidas	36
Escolas Rurais	1.085
Escolas Urbanas	9
Escolas Noturnas	1
Escolas Regimentais	10
Total	1.190

Fonte: MATO GROSSO, João Ponce de Arruda, 1956, p.86.

Com um total de 1.190 escolas estaduais cadastradas, conforme **Tabela 7**, o recrutamento de professores para atuar nessas zonas se tornava a preocupação destaque. A falta de mão de obra que atendesse às exigências de um ensino de qualidade solicitava uma política mais centrada no ensino secundário. Essa preocupação, já presente na Interventoria de Müller, evidenciava-se com a ampliação maciça do ensino

primário, e a formação e qualificação dos professores passavam a compor o discurso da vez. Essa foi a ampliação resultante das metas instauradas no governo de Juscelino Kubitscheck (1956-1961), então Presidente da República.

Entretanto, é importante salientar que, na perspectiva do crescimento nacional, a política governamental de Kubitscheck defendia a ampliação da mão-de-obra especializada que atendesse o advento da industrialização do Estado. Essa questão foi concretizada com o processo de criação e instalação de usinas, da ampliação da rede elétrica e da manutenção das linhas de transporte terrestres. Como consequência dessa demanda, houve no Estado nesse período, uma expansão no ensino supletivo e comercial, até então discreto em relação às outras naturezas de ensino. Principalmente no que se refere ao ensino supletivo, o número de procura aumentou significativamente, tanto que, já no ano de 1960, havia no estado 70 cursos para a alfabetização de adultos, conforme **Tabela 8**.

Tabela 8: Distribuição de Cursos de Ensino Supletivo por município do estado de Mato Grosso, 1959.

Município	Quantidade de Cursos (turmas)
Cuiabá	11
Campo Grande	11
Corumbá	11
Dourados	11
Três Lagoas	5
Aquidauana	5
Alto Paraguai	2
Cáceres	2
Guiratinga	2
Itaporã	2
Rondonópolis	2
Arenópolis	1
Jardim	1
Ladário	1
Nortelândia	1
Terenos	1
Várzea Grande	1

Fonte: MATO GROSSO, João Ponce de Arruda, 1959, p.99.

Paralelo às investidas de expansão do ensino primário e seguindo os rumos já trilhados durante o regime do Estado Novo, a alfabetização de adultos e o investimento no ensino comercial destacaram-se no centro das ações do Departamento de Ensino.

O ensino comercial, ainda de forma menos numeroso, mas de crescimento expressivo, era realizado em três instituições no Estado, intituladas de Escolas Técnicas de Comércio, que compuseram a relação das escolas de ensino secundário do Estado e permitiram a alimentação das demandas de mercado surgidas a partir das investidas do governo em incentivo à industrialização. Sendo assim, a própria investida governamental se fazia pela existência de tais escolas. Outro fato de destaque ainda no governo de Arruda foi a preocupação com a construção de planos e estratégias que proporcionassem o aumento dos alunos e a sua permanência. De conformidade com o investimento federal apresentado pela Campanha Nacional da Merenda Escolar¹³, o governo desenvolve metas para permitir a oferta de merenda para os alunos de todas as escolas estaduais do Estado a partir do ano de 1959, avançando com as estratégias de manutenção do ensino.

Cabe lembrar que a merenda escolar como estratégia de incentivo à permanência do aluno dentro do estado de Mato Grosso foi inserida nos discursos políticos a partir do mandato de Arnaldo Estevão de Figueiredo, quando, em 1946, defendia a execução ativa dos caixas escolares, além da merenda escolar e da assistência médica. No ano de 1959, apenas a capital do Estado contava com a merenda escolar em suas escolas estaduais, num total de 2.001 escolares atendidos (MATO GROSSO, Mensagem do Governador João Ponce de Arruda. Cuiabá, 1959, p.99). A merenda passou a compor o cenário das escolas locadas nos demais municípios a partir de 1960, quando do mapeamento das regiões norte e sul do Estado, com verba direcionada por região e quantidade de escolares. Em 1963, o Estado já contava com um total de 2.167 escolas primárias distribuídas entre as regiões norte e sul do estado. Dessa porção, como demonstra a **Tabela 9**, 1.270 escolas já recebiam o auxílio para a merenda escolar, atendendo um total de 123.089 crianças.

¹³ O Decreto nº 37.106 instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. Este Decreto é atualizado pelo Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, e passa se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. O nome CNME foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886/65 e passou a contar nesse período por investidas do governo estadunidense, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). (COUTO, 2012).

Tabela 9: Distribuição de Merenda escolar por região do estado de Mato Grosso, 1964.

Região Geográfica	Ano Letivo			
	1963		1964	
	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas
Norte	307	43.409	216	35.478
Sul	963	79.680	1.037	81.000
Total	1.270	123.089	1.253	116.478

Fonte: MATO GROSSO, Fernando Corrêa da Costa. Cuiabá, 1965, p.130.

No que concerne à assistência médica, outro destaque para o governo de Arruda foram os planos que envolviam o setor da saúde, em especial o Plano Integrado de Saúde de Dourados, este formulado através de convênio entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado de Mato Grosso, a Organização Mundial de Saúde e o Fundo das Nações Unidas para a Infância, e que tiveram impacto significativo dentro da região do antigo Território Federal de Ponta Porã. Tal plano seguia a já delimitação do Departamento de Saúde estadual e proporcionava ao Distrito de Saúde 14, região de Dourados, a cobertura de várias unidades sanitárias, serviço de assistência médica rural e campanhas de instalação de privadas e tanques sépticos, principalmente no Núcleo Colonial.

A estrutura sanitária proporcionou a estabilidade na gestão dos recursos direcionados à saúde do Estado, uma vez que essa região representava a de maior recepção de fluxo migratório para o Estado no período.

No que se refere à expansão política e econômica, o governo de Arruda se deparou com os problemas que envolviam a delimitação das terras que compreendiam a área de várias colônias instaladas no Estado e com a deficiência no controle direto por parte do departamento responsável, como ele afirma na sua primeira mensagem para a Assembleia Legislativa, ao falar do Núcleo Colonial de Dourados:

Dentro do Núcleo Colonial de Dourados houve, nos últimos dias do passado governo, a expedição de 1000 títulos, mais ou menos. Todavia, nem mesmo a planta do N.C.D. existe na C.P.P., tanto assim que tem havido devolução desses títulos, por erros de linhas divisórias, nomes ou confrontações. Sabe-se que na administração daquela Colônia, construiu diversos prédios escolares, entretanto, expediram-se títulos sem respeitar as áreas reservadas para tais prédios. Esses títulos, nem ao menos, foram lançados nos livros desta repartição. A expedição deles dentro do N.C.D, fala-se, baseou-se em convenio existente entre o INIC e o Estado, convenio este, do qual, não se tem menor conhecimento pela inexistência de qualquer documentação. A terceiros foram concedidos títulos definitivos de terras dentro dos limites do N.C.D onde há mais de 30 anos residem

antigos posseiros, que hoje se encontram ameaçados de expulsão por aqueles (MATO GROSSO, João Ponce de Arruda, 1956, p.114).

O seu governo teve como base, além do enfrentamento das tensões advindas da gestão anterior quanto ao Departamento de Terras e Colonização, o processo de ampliação da rede elétrica no Estado, criando para isso a Central Elétrica Mato-grossense (CEMAT), marco de sua administração.

No ano de 1961 o presidente João Goulart (1961-1964), pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assume a direção no País. Concomitante a essa eleição, retorna para seu segundo mandato Fernando Corrêa da Costa (1961-1966) como governador do estado de Mato Grosso. Esse mandato, de estrutura basilar não muito diferente da do anterior, é dividido em duas partes: a primeira, de 1961 a 1964, e a segunda, de 1964 a 1966, devido à mudança na orientação política nacional.

Essa primeira fase é marcada pelas ondas de insatisfação política que cobriam o País por parte de partidos de oposição e dos militares, aos quais Correa da Costa pertencia e a que foi pontual em suas mensagens à Assembleia quando cita a necessidade urgente de conscientização da sociedade mato-grossense para as transformações políticas que envolviam a configuração política nacional. Segundo ele, o estado de Mato Grosso não deveria “ficar imparcial ao movimento de reforma já iniciado no país” (MATO GROSSO, Fernando Correa da Costa, 1965, p.4).

A problemática referente à venda das terras para colonos e empresas privadas que descumpriam as ordens legislativas federais ainda fazia parte do círculo de discussão do governo estadual, refletindo na sua gestão, ainda mais naquele momento de expansão industrial. Havia sérios conflitos que englobavam a necessidade da ampla quantidade de terras por parte de empreiteiras de produção que se instalavam no Estado e as limitações que a constituição estabelecia para tal. A CEMAT realizava o processo de instalação das usinas e a distribuição da rede elétrica para as regiões de potencial economicamente conhecido. Ao passo que se ampliava sua cobertura, contudo, novos conflitos surgiam, decorrentes das novas construções, ora pela falta de recursos, ora por interesses particulares sobre a instalação elétrica.

No que tange à educação, o principal marco dessa primeira fase do governo está na criação da Fundação Educacional de Mato Grosso, pela Lei nº 2.051-A de 1960, efetivando o plano de metas estabelecido pelo governo para com a educação estadual, que era redimensionar a organização do ensino e, a partir disso, formular uma base de administração que possibilitasse autonomia ao Departamento de Educação e Cultura no

que tange ao desenvolvimento de projetos encaminhados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP).

Como reflexo das ações já orientadas pela Fundação, é assinado o Decreto nº 319, de 4 de maio de 1962, orientado por Hermes Rodrigues de Alcântara, então Secretário de Educação, Cultura e Saúde, que instala os Programas Escolares do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso, dividindo o ensino entre Rural e Urbano e ditando os programas e orientações gerais para o ensino de localidades distintas. Esse decreto também elenca instruções básicas que estabeleçam as obrigações e deveres dos professores e alunos para o bom desempenho do papel da educação mato-grossense, visando ao reconhecimento estabelecido por parte do Estado para com a execução da educação nas escolas estaduais e estipulando o modelo de ensino a ser desenvolvido, com um “guia” de conteúdo a ele anexado.

Nesse mesmo ano, por meio do Decreto nº 408, de 31 de outubro de 1962, o governo criou a Comissão Estadual de Ensino Primário, Cultura e Saúde, com a finalidade de acompanhar o desempenho do ensino primário no Estado por meio do sazonalização de sua fiscalização, já iniciado no governo anterior, seguindo as premissas estabelecidas no Pacto pela Saúde do governo de Arruda, em 1959 e, efetivando as ações junto às instituições de ensino do Estado e o controle de endemias.

Em fevereiro de 1963, com a Lei 1.815, é instituído o Conselho Estadual de Educação. Como demanda dessa lei, em março do mesmo ano, o cargo de Inspetor Regional de Ensino Primário foi regulamentado pelo Decreto nº 458. Esse decreto embasou a contratação de profissionais específicos para a Inspeção das escolas e visou a minimizar os problemas de gestão que envolviam a falta desses profissionais.

Em nível nacional, os anos que se seguiram, de 1956 a 1961, constituíram o período “áureo” do desenvolvimento econômico nacional, aumentaram as possibilidades de emprego e a industrialização maciça e alteraram a estrutura do país, mas, paralelamente, concentraram os lucros marcadamente em setores minoritários internos e, mais que tudo, externos (RIBEIRO, 2003, p. 154). No setor da educação, o grande gargalo estava na promulgação da Lei 4.024 de 1961.

Entretanto, a Lei 4.024/61 não mudou muito o que a Reforma Capanema havia instaurado. Sua vantagem talvez, quiçá a única, seja o fato de não prescrever um currículo fixo para todo o território nacional, permitindo uma certa flexibilização na sua execução, além de apresentar uma base para a unificação do sistema escolar brasileiro.

Seus fins são genéricos devido à falta de objetividade característica, como afirma Romanelli (1978, p. 180).

Dessa forma, a estruturação da educação por meio do ensino permanece a mesma. O Ensino Primário de quatro anos, podendo ser acrescido de dois anos com o Programa de Artes Aplicadas; o Ensino Médio, subdividido em dois ciclos: o Ginásial de quatro anos e o Colegial de três anos; e o Ensino Superior.

Como resposta aos planos e metas desenvolvidos pelo INEP a nível nacional, no dia 16 de agosto de 1963, o Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá foi oficialmente instalado, passou a trabalhar com a especialização pedagógica das professoras do estado. Isso porque, já na década de 1960, o Governo Federal estipulava ações direcionadas para o governo estadual, que estariam atreladas, às estratégias de investimentos para a construção de instituições de ensino, principalmente de escolas rurais, tendo em vista a grande quantidade da população residente naqueles locais.

O conceito de educação retoma, a partir da década de 1960, as discussões atreladas à definição de qualidade para o ensino. A qualidade e não somente a quantidade de escolas e as aulas nestas ministradas fizeram parte das pautas levantadas pelo então Departamento de Educação e Cultura do Estado. Em mensagem à Assembleia, o governador enfatizava que:

Ao lado daquilo que pode ser dito sobre a quantidade e a qualidade do ensino primário em Mato Grosso, parece-nos conveniente tecer algumas considerações sobre uma filosofia social atuante, ainda que indeterminada, que lhe dá os contornos e o qualifica. Assim, devemos considerar o fato de ser muito raro entre nós o pai que manda o seu filho a Escolas para se “educar”. O comum é, que o pai obriga o seu filho ao estudo para se “doutorar”, ou quando suas pretensões são mais modestas, para se instruir, isto é, para aprender a “ler” e “escrever”. Tal desejo, encontra no magistério primário uma acolhida favorável, pois o corpo do magistério é formado por indivíduos saídos dessa sociedade, que assim pensa e assim age. Uma resposta mais pronta a indagação da causa que leva a sociedade a optar ainda hoje pelo doutoramento em lugar de uma especialização técnica, por exemplo, seria a nosso ver o indício de situação privilegiada que se pode conseguir pela simples diplomação. A supervalorização do título sobre a capacidade de trabalho vem até aqui determinando nos pais essa atitude negativa quanto a educação propriamente dita. Precisamos ficar alertas para este ponto: que não é só do número de escolas, na quantidade de alunos, na doação orçamentária que se resolve o problema educacional. Aqueles seriam, quando muito dados desse problema, em cuja solução se pede o que realmente importa a valorização do homem através de uma educação sistematizada (MATO GROSSO, Fernando Corrêa da Costa, 1963, p.149-150).

A formação técnica foi mantida como destaque no governo de Arruda, e ampliou sua definição, pois não apenas as escolas Comerciais e de ensino profissional representavam essa parcela especializada. A formação do/e para o magistério compunha a agenda da Fundação Educacional de Mato Grosso e o Conselho de Educação, em consonância com as deliberações preconizadas pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação brasileira de 1961, buscando adaptar ao Estado o modelo nacional de educação preconizado a nível nacional.

Os conflitos políticos da esfera federal, advindos de caminhos parcos desde 1932, em março de 1964, estabeleceram no país um novo regime político: o Governo Militar. O então presidente da República João Goulart é deposto e em seu lugar toma posse o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). O estado de Mato Grosso, tendo em seu governo um representante dos partidos militares, participa ativamente no apoio ao novo regime.

Sem poupar palavras, Fernando Correa da Costa, em mensagem aos novos dirigentes, exalta a nova estrutura da nação brasileira:

Por isso mesmo saudei na Revolução de 31 de março que entusiasticamente ajudei a fazer, o despontar de uma nova era para nossa Pátria, tão sofrida pela falta de patriotismo, tão aviltada pelos exemplos desagregadores que ofereciam as forças negativas na nacionalidade. Aplaudí, também por essas razões, a modificação do rumo que se imprimia a orientação política do país, quando, sob a inspiração do grande Presidente Castelo Branco, foi definida como a base para uma democracia autentica, no sentido da legitimidade não apenas da escolha da representação, mas na própria representação popular, propósito de democratização de oportunidades, a fim de levantar ao maior número de brasileiros os resultados do desenvolvimento econômico. (MATO GROSSO, Fernando Corrêa da Costa, 1963, p.4-5).

Passando a integrar a campanha política da Aliança Renovada Nacional (ARENA) em 1965, ano de fundação do partido, Fernando Corrêa da Costa permanece no governo até o ano de 1966. O período que se segue, entre os anos de 1964 e 1966, representou a segunda fase do governo de Correa da Costa para o Estado, pois ele é executado pela ordenação direta dos militares da capital federal. Mais uma vez o estado passa para as mãos da Interventoria, mas sem receber tal nomenclatura.

Integrando a redefinição política do Estado nacional, o governo centra seus esforços para atender às variáveis defendidas pelo binômio segurança e

desenvolvimento, base do novo regime. No que tange à questão das terras, a colonização privada ganha forças e o incentivo à industrialização nacional se intensifica. Esse fator foi significativo para reforçar a luta das forças políticas da região sul do estado para a separação administrativa, movimento crescente dentro do Estado.

Com o lema “marcha da capital para o campo”, o Estado começa a trabalhar na propaganda interna para a expansão da massa populacional para além dos centros urbanos já firmados. A demanda por mão-de-obra especializada, resultante das investidas na economia, e a geração de serviços se tornam pauta da propaganda de Correa da Costa.

No que tange ao ensino primário, em dois anos de mandato, como demanda da estrutura do governo militar, Correa da Costa instituiu a Portaria 2.205, de 1964, que recomenda o uso de livro didático pelo alunos de Escolas primárias do Estado; Portaria 256/64, que determina o horário de emergência para as escolas do ensino primário (decorrência do Plano de Emergência); Portaria 31/65, que estabelece o Currículo para os Estabelecimentos de Ensino Médio do Estado (1º e 2º Ciclos), e a Portaria 654/64, que determina que as matrículas em escolas primárias dentro do Estado podem ser realizadas somente com apresentação de atestado de saúde (vacina anti-varíola; exame biomédico e odontológico), efetivando o acordo firmado entre o Departamento Sanitário do Estado e a Lei 2.399/65 que delega as funções dos professores do Estado.

É importante salientar a herdada preocupação com a permanência dos alunos na escola. A estratégia, intensificada no governo de João Ponce de Arruda, evidenciou-se na então gestão de Corrêa da Costa, por meio do discurso de “suprir as deficiências proteicas e vitamínicas das crianças em idade escolar” e por consequência “aumentar a frequência nas escolas, diminuindo a evasão e melhorar o aproveitamento” (MATO GROSSO, Mensagem do Governador Fernando Corrêa da Costa. Cuiabá, 1963, p.4-5). O governo expandiu o incentivo à merenda escolar, intensificou o controle às Caixas Escolares, com agerência das escolas instaladas por distritos de inspeção, e direcionou para os municípios tal necessidade.

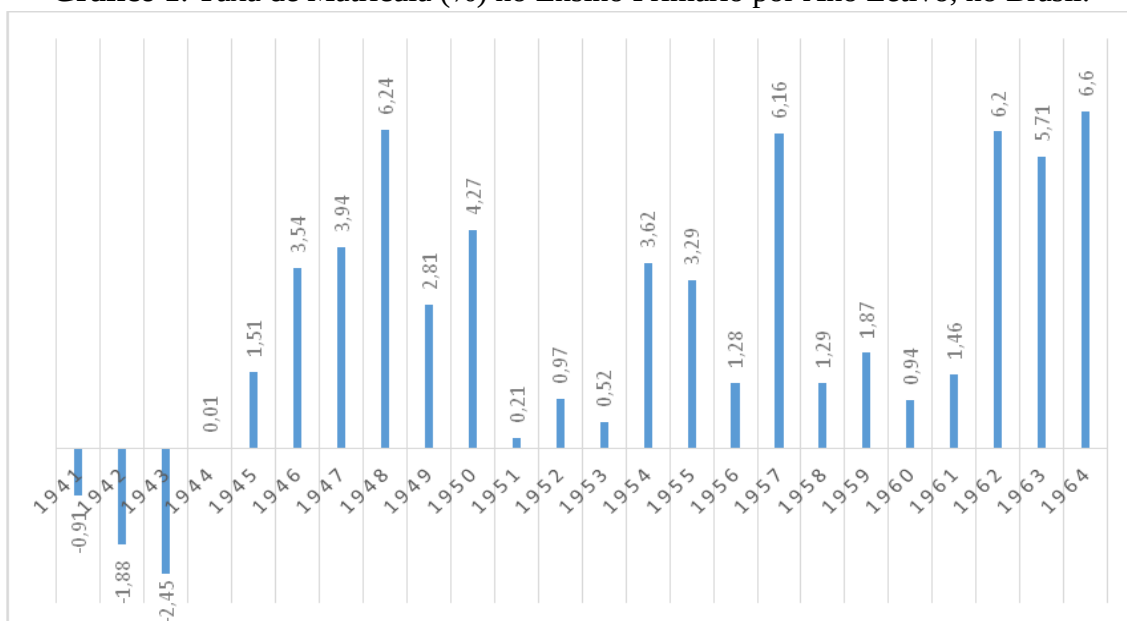
A distribuição das escolas, em 1964, é evidenciada na **Tabela 10**, que, entre outras coisas, expõe como as escolas rurais se tornavam cada vez mais expressivas para a efetivação do ensino no Estado.

Tabela 10: Rede de escolas primárias por natureza no Estado de Mato Grosso, 1964.

Estabelecimento	Ano		
	1960	1963	1964
Escola Modelo	4	4	4
Grupos Escolares	66	84	86
Escolas Reunidas	68	84	84
Esc. Rurais Mistas	1.775	1.995	2.074
Total	1.913	2.167	2.248

Fonte: MATO GROSSO, Fernando Corrêa da Costa, 1965, p.132.

A rede de escolas primárias apresentou um aumento quantitativo expressivo nos anos que antecederam o início do Governo Militar. Em nível nacional, com Darcy Ribeiro como ministro da educação, enfatizou-se a importância instrumental do ensino primário para o crescimento econômico nacional. Com destaque em seu Plano Trienal de governo, evidenciou-se um crescimento na taxa média de matrículas no ensino fundamental comum de 6,2% durante seu governo, a maior taxa de matrículas dentre os governos democráticos após o fim do Estado Novo. O único governo que se aproximou de tamanho crescimento nesse período foi o de Dutra, quando se deu um aumento de 4,2% no número total de matrículas. Logo atrás vem o governo de Juscelino Kubitschek, com 2,4%, e o período de 1950-1955 (Getúlio Vargas e Café Filho), com um aumento de 1,7% nas matrículas (KANG, 2010, p. 70), conforme evidenciado no **Gráfico 1**.

Gráfico 1: Taxa de Matrícula (%) no Ensino Primário por Ano Letivo, no Brasil.

Fonte: Fundação IBGE. Brasil: Anuários Estatísticos do Brasil, (vários anos).

Diante disso, em suma, para a composição social do país, o período que compreendeu os anos 1950 e 1960 pode ser caracterizado pela democratização político-

social e pelo crescimento nacional, o que proporcionou a ampliação e a diversificação do parque industrial nacional, e também por consequência, um aumento das desigualdades sociais nas diversas regiões do país. Isso aconteceu graças à crise do modelo econômico nacional-desenvolvimentista, baseado na industrialização que se acelerou expressivamente nesses anos.

No que se refere ao ensino secundário, o crescimento é ainda mais expressivo. A rede de estabelecimentos foi mais de que dobrada nos primeiros quatro anos de gestão de Correa da Costa, como pode ser averiguado na **Tabela 11**, e como parte da propaganda difundida pelo novo regime, esse nível do ensino destacou-se nos anos que seguem sua instalação.

Tabela 11: Distribuição de Escolas secundárias em atividade, por natureza no estado de Mato Grosso, 1965.

Estabelecimento	Ano		
	1963	1964	1965
Ginásio	10	24	29
Colégios	3	6	8
Escolas Normais	4	5	13
Escolas Técnicas	3	4	6
Total	20	39	56

Fonte: MATO GROSSO, Fernando Corrêa da Costa, 1965, p.138.

Em dois anos, o número de escolas normais e técnicas mais que duplicou, evidenciando a importância dada à formação do profissional especializado, tanto na área educacional como na de outra formação técnica que fosse interessante para o momento histórico e econômico que o Estado atravessava.

Com a redefinição da orientação política, novas estruturas administrativas são firmadas. No campo da educação, um período de investidas na educação técnico-profissional se intensificou, enquanto o ensino primário não sofreu grandes alterações no que tange à sua expansão quantitativa e territorial.

Nesse contexto, o Brasil observou a transição de uma sociedade de características rural agrária comercial para uma sociedade de base urbano-industrial em um período de menos de vinte anos. Essa nova realidade do País exigia cada vez mais um avanço significativo na escolarização de sua população.

A partir dos anos de 1960, a alfabetização deixou de ser a maior preocupação dos governantes para a educação, tornando-se uma necessidade básica para a manutenção do País, pois sua estrutura se *complexificou* a tal nível que a educação

escolar se fazia necessária para uma quantidade maior de pessoas em um pequeno espaço de tempo (XAVIER, 1994, p.127).

Como consequência dessa estruturação social, embasada em políticas que fomentavam a expansão territorial através da colonização e da industrialização, foi notável o alto índice do crescimento populacional. Paralelo a isso, cresceu a população escolarizada, de 5 a 19 anos, indo de 8,99% nos anos de 1920 para 53,72% na década de 1970, como pode ser verificado na **Tabela 12**.

Tabela 12: Crescimento Populacional e Escolarização no Brasil. População de 5 a 19 anos, entre 1940 e 1970.

Ano	População geral	População de 5 a 19 anos	Matriculas do Ensino Primário	Matriculas do Ensino Médio	Total de Matriculas
1940	41.326.000	15.530.819	3.068.269	260.202	3.328.471
1950	51.947.397	18.826.409	4.366.792	477.434	4.924.226
1960	70.070.457	25.877.611	7.458.002	1.177.472	8.635.429
1970	93.139.000	35.170.643	13.906.484	4.989.776	18.896.260

Fonte: FILHO, Lourenço. Evolução da Taxa de Analfabetismo de 1900 a 1960. R.B.E.P., nº. 100. Fundação IBGE. Brasil: Séries Estatísticas Retrospectivas, 1970. IN. ROMANELLI, 1978, p.64.

Cumprir destacar que, notadamente o processo de escolarização instaurado nos primeiros setenta anos de nosso século conseguiu direcionar a formação de uma nova estrutura social. Esta, moldada pela educação institucional, foi resultado, além da ação maciça dos governantes, também do avanço considerável dos meios de transportes e de comunicação em massa, que, diminuindo as distâncias e facilitando o acesso da criança, do adolescente e inclusive do adulto à escola, proporcionou a reconfiguração do País, de acordo com as perspectivas ansiadas desde o advento da República.

A exigência das mudanças educacionais para demandas e anseios da sociedade, e principalmente para atender aos interesses econômicos, conduziu a uma discussão sobre a Educação para a sua adequação ao contexto político-econômico-social. Desde 1934, a Constituição já havia dado competência à União para “traçar as diretrizes da educação nacional”, além de coordenar e fiscalizar o ensino geral. Foi fixado o Plano Nacional de Educação, e o ensino primário foi afirmado como gratuito e de frequência obrigatória. União e municípios passaram a ser obrigados a aplicar pelo menos 10% de seu orçamento na educação, enquanto os estados e o Distrito Federal deveriam investir no mínimo 20% de sua receita (SILVA, 1980, p.20).

Com o Regime Militar extinguiu-se o debate educacional existente no País através de cassações, exílios, perseguições, torturas e destruição da literatura,

principalmente a de teor marxista. O Estado passou a caracterizar-se pelo elevado grau de autoritarismo e violência, e também pela manutenção de uma aparência democrático-representativa, tendo em vista que o Congresso não foi fechado definitivamente (embora tenha sido mutilado) e o Judiciário continuou a funcionar, ainda que como apêndice do Executivo.

O autoritarismo era refletido também pela tentativa de controlar e neutralizar amplos setores da sociedade civil, com intervenções em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, eliminando partidos políticos, bem como pela exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política (GERMANO, 2000, p.55).

Os poderes Legislativo e Judiciário foram enfraquecidos pouco a pouco, enquanto o Executivo firmava-se cada vez mais no cenário administrativo. Os conhecidos Atos Institucionais (AI) permitiram a delegação de poderes constituintes à nova gestão. O poder concentrado na mão de uma junta militar, inicialmente composta pelo General Arthur da Costa e Silva, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Correia de Mello, levou o país a outro patamar: a ditadura se instaurara e as discussões até então presentes para a estruturação da educação nacional já não mais existia. (GERMANO, 2000, p.64). O militarismo instaurado resultou num modelo de exclusão cultural montado lenta e gradualmente dentro do cenário educacional.

Iniciativas educacionais como a do MEC/USAID, por exemplo, entraram portas adentro, destruindo as incipientes linhas de trabalho que vinha se estruturando: a Universidade de Brasília, a experiência de alfabetização de Paulo Freire e os ensaios de ação cultural, as facilidades de filosofia como núcleo de organização cultural etc. (MOTA, 1978, p.37), experiências silenciadas por divergirem das novas ideias do governo para a educação.

Como uma via de mão única, as decisões que envolviam os caminhos da educação nacional foram se fundamentando como reflexo de investidas estrangeiras e redimensionamento estrutural. A Lei de Diretrizes e Bases de 1971 se traduz como o passo mais expressivo desse período, por dar unicidade ao ensino nacional e criar um certo engessamento na estrutura curricular do sistema, dando uma característica geral para o ensino no país, e incentivando maiores investimentos para o ensino público (GERMANO, 2000, p.64).

O período pesquisado engloba, dessa forma, um contexto contraditório da política educacional nacional, no qual a democracia foi suprimida, ao mesmo em que se

pregava uma educação para todos, visando à expansão e à concretização do processo de institucionalização do ensino, tão discursado nos períodos antecedentes.

Na esfera político-administrativa, apesar dos movimentos de contestação do modelo político firmado pelos militares, este, muitas vezes suprimido pela força policial, se fez presente durante duas décadas, e o controle apresentado sobre a nação brasileira se estendeu por todas as camadas da sociedade, com maior ou menor intensidade, mas todos sobre a mesma perspectiva: poder absoluto do Presidente.

Essa perspectiva foi compreendida de diferentes maneiras em cada estado brasileiro, graças aos formatos políticos em que se encontrava cada região. A premissa da caracterização rural pode ser tomada como base para se entender como se refletia o governo militar em algumas partes do centro-norte brasileiro, principalmente no estado de Mato Grosso: as notícias e as intervenções federais muito tardavam a chegar no extremo sul do Estado quando do modelo democrático de política, e não foi diferente durante os primeiros anos do Governo Militar. A configuração dada à política militar nas cidades do sul do Estado se aproximou do que a historiografia expõe para os grandes centros brasileiros, apenas no que tange ao poder político concentrado nas mãos militares, mas destoa no que se refere à intensidade das intervenções junto ao ensino ou à vinculação jornalística, por exemplo, seja pela pequena veiculação midiática na região, ou pela adequação local dos preceitos políticos instaurados.

De qualquer forma, dentro desse período da história nacional, direcionaremos nosso olhar para uma perspectiva que, em meios aos trâmites políticos, permitiu a instauração, a permanência e a concretização da instituição escolar como unidade representante da modernidade e desenvolvimento nacional: a política de gestão administrativa e o mapeamento educacional no município de Dourados.

CAPÍTULO II

DOURADOS E O ENSINO: A DIVISÃO ADMINISTRATIVA E AS ESCOLAS RURAIS NO DISTRITO DE VILA VARGAS.

Com a nova configuração política, o país acompanhou, em menos de duas décadas, um processo de limitação da participação popular nas decisões governamentais e a expansão do quadro de unidades escolares públicas de primeiro grau. Expondo os caminhos trilhados pela gestão pública estadual e a linear configuração da história do Distrito de Vila Vargas até a criação do Grupo Escolar Presidente Vargas, este Capítulo versará sobre o processo de inserção da escola na área rural do Município de Dourados, mensurando como esse processo possibilitou a inserção de Grupos Escolares em espaços não urbanos do Estado.

2.1 - O Município de Dourados: a divisão administrativa e o ensino.

Formado por dissidentes da Guerra da Tríplice Aliança, por famílias remanescentes da busca por trabalho, impulsionadas pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e trabalhadores da empresa ervateira, surgiu um povoado nas imediações da Fazenda Alvorada, do vaqueiro Marcelino Pires Martins. Com forte estrutura política social, os moradores desse povoado buscavam, junto à administração municipal de Ponta Porã, certa autonomia para o atendimento das demandas básicas de sua população: essa foi a base da criação do Município de Dourados.

Instalado na região que compreende hoje a principal avenida da cidade, a Avenida Marcelino Pires, o primeiro Tabelionato permitiu que o povoado fosse elevado a Distrito de Paz em 1914¹⁴ (Lei 658/1914) como resposta às investidas da população. Com pouca estrutura e quase nenhuma atuação governamental, as reivindicações orientadas pelas lideranças locais para a obtenção de maiores investimentos do estado

¹⁴ O conceito de Distrito de Paz foi criado com a criação dos cargos de Juizes de Paz, pela Lei Imperial de 15-10-1827 que dizia que “Em cada uma das Freguesias e das Capelas filiadas curadas haverá um Juiz de Paz e um Suplente para servir no seu impedimento, enquanto se não estabelecerem os Distritos”. A partir de 1928 passam a ser organizados ou “estabelecidos” pelas Câmaras Municipais, através da Lei Imperial de 1 outubro de 1928. As eleições para os cargos de Juizes de Paz foram impostas somente Lei Imperial de 11 de novembro de 1830. A função destes Distritos era criar uma zona administrativa e jurídica para atuação governamental, tendo o Juiz a ele destinado, autonomia para jurisdicionar as causas de pequena importância e preservar uma formação política (RODYCZ, 2003).

de Mato Grosso na localidade se intensificavam. Como reflexo dessa pressão, em 1920, é inaugurada a primeira Agência de Correios no Distrito, passo significativo para se estabelecer a ligação entre o Distrito e as demais regiões do país, e marco de reconhecimento de um espaço em ascensão.

Devido à proximidade de outros povoados que se formavam num raio de 10 quilômetros da sede principal do Distrito de Dourados, bem como à distância entre este e a sede municipal em Ponta Porã, o governo do Estado, pelo Decreto n.º 122, amplia o território do Distrito de Dourados, destinando a ele uma área de aproximadamente 20.000 hectares (200 km²). Essa área, já em 1935, contava com uma população de aproximadamente 14 mil habitantes. Em consonância com o fortalecimento dos representantes da política local, da administração econômica e do crescimento comercial, efetivou-se a elevação do Distrito a Município de Dourados (Decreto Estadual 30/1935) e foro de cidade no mesmo ano (Decreto Estadual 208), anexando-se à sua jurisdição administrativa, além do Distrito Sede, o Distrito de Juti. Assim, em 20 de dezembro de 1935, é criado o município de Dourados.

No que se refere à educação, até o ano de criação do Município de Dourados, pouco se tem sobre como se constituía o processo de ensino no povoado. Na literatura mato-grossense, há indicativos da existência de escolas criadas por professores que lecionavam em suas próprias casas ou, em passagens por fazendas ou vilas da região. No livro de crônicas de Júlio Capilé, ao relatar sobre sua vida no município, ele dá indícios de como lhe foi apresentado o ensino em meados dos anos 1920.

Fui conhecer o regime escolar em Dourados, quando para lá mudamos. Estava com 7 anos. A “cidade” já tinha mais de 40 casas. Em Dourados, de 1924 a 1926, estudamos com o professor Mâncio de Campos. Era baixote e gordinho, sempre de terno escuro, muito apertado, talvez feito ou comprado quando ele ainda era magro. Bigodes pretos e fartos, cortado tipo escova. Usava uma disciplina germânica do começo do século (CAPILÉ, 2004, p.204).

Em formato de memorial, Júlio Capilé cita a experiência que teve em uma dessas escolas particulares, e em detalhes disserta sobre como funcionava a prática adotada pelo professor quando de sua infância para “educar”. Nesse mesmo livro o autor relata o contato com uma escola com métodos diferentes, avançados, em relação ao ensino ofertado em Dourados, quando ele se mudou para o Município de Ponta Porã:

ali conhece o Grupo Escolar Mendes Gonçalves, símbolo de modernidade para o período na região do extremo sul do Estado.

Sobre os educadores, a exemplo do professor Mâncio de Campos, citado por Capilé em exemplar de 27 de outubro de 1973 do jornal “O Progresso”, em texto de Policarpo Quaresma, é homenageada a professora Antônia Silveira Capilé, devido ao seu falecimento. A homenagem, em meio a muitos elogios, dizia que “difícilmente se encontraria um douradense que não foi seu aluno. Mais difícil, encontrar uma douradense que não foi além de sua aluna de corte e costura também sua afilhada” (O Progresso, 1973, p.6). No mesmo texto o autor ainda menciona: “Cumprir ressaltar que Dona Antônia Silveira Capilé foi a primeira agente postal de Dourados” (O Progresso, 1973, p.6), na Agência de Correios instalada ainda no antigo Distrito de Paz de Dourados, em 1920. Considerando ainda que dificilmente algum douradense não tenha sido aluno da referida professora, podemos mensurar quão pequeno era o número de escolas alocadas no município. Na dimensão do ensino institucionalizado, era restrita a abrangência das escolas; além disso, como era pequena a área urbana do Município de Dourados, a se considerar que quando Quaresma utiliza o termo “douradense”, na mensagem, está se referindo aos moradores do perímetro densamente habitado.

Tanto o texto de Júlio Capilé, ao falar da existência de “40 casas” na cidade, como os dizeres de Policarpo Quaresma ao se referir à atuação de Antônia Capilé nos permitem aferir que a educação no município, até sua emancipação, era realizada de maneira singela e sem muita, ou nenhuma, intervenção do Estado. O único documento que nos permite ter vestígios de uma direta participação do governo do Estado no ensino na região, até meados de 1930, é o registro de nomeação, em 1915, no então tabelionato do Distrito de Paz de Dourados, lavrado pelo Coronel Baltazar Saldanha, em 2 de julho de 1915, de Joaquim Correa Ramos¹⁵, responsável pela primeira escola do Distrito.

Ao pesquisar sobre o processo de municipalização do ensino primário em Dourados, Maria Dilnéia Fernandes e Dirce Nei Freiras (2004) constroem um panorama do ensino no Município, evidenciando que:

Nos anos 1930, além dos professores itinerantes na zona rural, existiram na cidade escolas particulares de vários professores. Depoimentos (ROSA, 1990) e registros fotográficos (MOREIRA,

¹⁵ Informação também presente em reportagem datada de 18 de novembro de 1948 sobre a história do município de Dourados, no jornal “O Douradense”. Arquivo original disponível no Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados.

1990) referem-se à Escola Reunida (do prof. Ernani Rios e Antônia Cândido de Melo), à Escola Moderna (escola ativa), à de Laucídio Paes de Barro, à de Gonçalo e à de Antônia da Silveira Capilé (FERNANDES; FREITAS, 2004, p.48).

Não diferente do que acontecia no restante do Estado, o ensino primário, nos primeiros 30 anos do século 20, foi sendo inserido no município de forma quase homeopática, atingindo apenas uma pequena parcela da população que se concentrava no perímetro urbano, ou as famílias dos vilarejos que viam na educação, além da possibilidade de aquisição cultural, uma necessidade de comunicação com o mundo das letras e dos cálculos.

Os habitantes da região sul do Estado de Mato Grosso, e principalmente do Município de Dourados, por estarem, de certa forma, ilhados do restante do país, tendo como único vínculo de comunicação com a administração federal o município fronteiriço de Ponta Porã, distante 130 quilômetros, incitavam o crescimento local.

Os primeiros dados existentes sobre o ensino em Dourados vinham nas Mensagens do Governador do Estado de Mato Grosso, do ano de 1942, com dados relativos ao ano de 1938, quando o então Interventor Federal expõe que no jovem município existia uma escola reunida chamada Escola Reunida de Dourados, com um quantitativo de 155 matrículas (MATO GROSSO, Júlio S. Müller, 1942, p.15), atendendo as crianças da cidade de Dourados.

Isso evidencia a insatisfatória relação que havia entre o Município e a administração estadual, considerando-se que em mais de 5 anos (1935-1942) existia apenas uma escola sob a jurisdição do estado, mas, como exposto no trabalho de Fernandes e Freitas (2004), já haviam, dentro do Município, investidas no ensino primário.

Fato curioso é que as escolas reunidas eram instaladas, de acordo com a Reforma de 1927, “onde existissem num raio de dois quilômetros três ou mais escolas isoladas” (Artigo 19, Lei 759/1927), o que significa que para a instalação da Escola Reunida de Dourados já havia, no período, escolas espalhadas pela região urbana da cidade. Outra evidência é que, no ano de 1939, é instalada no Município a Escola Presbiteriana Erasmo Braga, para atender a demanda das famílias residentes no Município e, ao mesmo tempo, divulgar os trabalhos da Igreja Presbiteriana do Brasil. A Escola contava com turmas de 1ª a 4ª série, e representou um grande marco para o ensino institucionalizado no Município, a se considerar sua organização e estrutura física, bem como a clientela que esta atendia, uma vez que a escola era privada e da

ordem presbiteriana, promovendo a formação de classes distintas em um espaço tão pequeno como era o perímetro urbano do Município para a época.

A década de 1930 foi marcada, na região, por fatos importantes, como a criação do Município de Dourados, o início do novo modelo político, que a partir de 1937 deu novo direcionamento às investidas do Governo Federal, e, como consequência disso, pela abertura dos caminhos existentes entre o litoral administrador do país e o centro-norte inexplorado. A intervenção do Governo Federal na região sul do estado se intensifica nos anos subsequentes, graças ao plano de crescimento econômico e nacionalização do território nacional.

A partir da década de 1940, a cidade começa a se desenvolver de forma mais intensa, à medida que a interventoria federal delimitava áreas para a colonização e a limitação territorial. Traçado urbano característico, escolas em quase toda a extensão rural e atendimento à saúde passaram a ser reivindicados pela população. Com o aumento demográfico oriundo desse período, novas demandas sociais se originaram, e a organização de uma formatação espaço urbano para o distrito sede e administrativa para os demais distritos¹⁶ conferia à cidade características de um espaço em transformação.

A própria criação da Colônia foi, em parte, concretizada graças à participação dos integrantes desse novo espaço. Isso porque, como reflexo dos conflitos que envolviam as limitações das terras e a extensão da área loteada de que o governo dispunha para o processo de colonização, sem as devidas demarcações concluídas, havia pouco interesse por parte do governo interventor em concluir o processo de colonização na região do município douradense. Esse fato foi informado à Presidência da República via abaixo-assinado, redigido por representantes políticos do Município, de 8 de outubro de 1942, solicitando a criação da Colônia Nacional Agrícola em Dourados, tendo em vista a política federal de colonização dirigida, e informando que na cidade havia, em 1940, um total de 15.053 habitantes¹⁷, distribuídos por um território de 14.687 km².

Esses dados foram somados ao valor da renda municipal de Cr\$ 64.661,80 (41% da renda do estado, que era de Cr\$ 159.412,90 no mesmo período) e aos dados referentes ao ensino público estadual dentro do município, que contava apenas com a Escola Reunida de Dourados, situada na sede do Município. Ao todo, o Município contava com seis escolas distribuídas pelo território douradense: a Escola Laucidio Paes

¹⁶ Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1950, o município de Dourados estava constituído de quatro distritos: sede, Caarapó, Juti e Guaçu (IBGE, 2013).

¹⁷ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através do Censo Populacional de 1940, apresenta em seu anuário o valor populacional de 14.985 habitantes, estes residindo 1.821 na área urbana e 13.164 na zona rural (IBGE, 2014) do município de Dourados.

de Barros, de administração municipal e localizada na sede do Município; a Escola Paroquial Imaculada Conceição, de administração das Irmãs Bernardinas; a Escola Erasmo Braga, da Associação Evangélica de Dourados; a Escola Municipal Santa Luzia, na sede do distrito de Santa Luzia (atual cidade de Juti), e a Escola Municipal de Caarapó, no povoado de mesmo nome¹⁸.

Cumprindo a meta do Governo Federal para a expansão da fronteira nacional, em 1943, é assinado o Decreto-lei que instaura a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. A partir daí, até 1945, concretiza-se o processo de medição, demarcação e distribuição de lotes com área de 30 hectares (300.000 m²) para cada colono selecionado (NAGLIS, 2007, p.31). Entre os anos de 1943 e 1945, o Município de Dourados passa a fazer parte do Território Federal de Ponta Porã e, com uma administração mais centrada na região, recebe maior ênfase na sua estrutura escolar municipal, tendo em vista que a própria Colônia instalada já respeitava uma legislação própria para tal.

A área delimitada pela criação da Colônia Nacional foi dividida em duas partes, denominadas zonas. A 1ª Zona, que recebera uma atenção maior, teve desenvolvimento rápido por conta da implantação de uma infraestrutura mais centrada, principalmente no que se refere à demarcação dos lotes. A conclusão das áreas demarcadas foi paralela à distribuição destas, ainda na primeira fase de instalação da Colônia. (NAGLIS, 2007, p.40). Já na segunda zona, onde surgiram os povoados de Vila Brasil e Vila Glória, a demarcação dos lotes enfrentou morosidade maior, recheada de conflitos, o que abriu precedentes para a atuação de grupos posseiros e tantos outros que vendiam ilegalmente as terras da Colônia, pondo abaixo a própria estrutura tão almejada pela política municipal.

¹⁸Dados coletados em relatório enviado pelo Território Federal de Ponta Porã ao Distrito Federal, em 1943. Arquivo Nacional/RJ. Coleção da Comissão Especial da Faixa de Fronteira.NEPI/UCDB. Disponível no Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados.

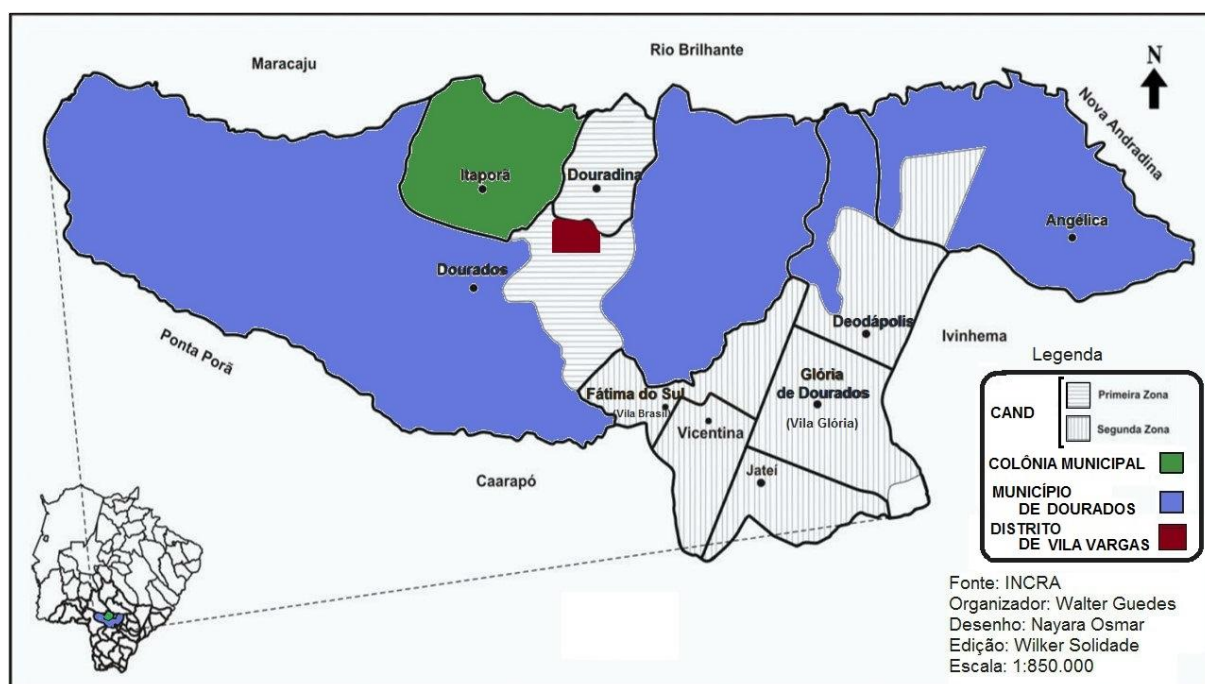


Figura 1: Divisão administrativa do município de Dourados conforme área de instalação das Colônias Agrícolas, 1945.

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2014.

O problema é que a extensão de terras para a colonização era muito grande. E pela alternância dos governos que seguiram os anos de implantação da Colônia, o envio de verbas, na instabilidade administrativa, e o controle estatal colaboravam para que os colonos que ainda não haviam sido beneficiados pelo esperado lote de terra buscassem meios mais rápidos de adquiri-lo. O resultado disso foi a invasão de lotes, a compra, ou até mesmo conquista armada.

Sobre a extensão territorial, Ponciano (2006) afirma que a Lei Estadual 87, de 1948, que estipulou a reforma agrária, determinou que a Colônia, ao todo, teria uma área total de 267.000 hectares, divididos em: 68.000 hectares na 1ª zona e 199.000 hectares na segunda zona (NAGLIS, 2007, p.39). Essas zonas, que eram divididas por Quadras, e estas, por lotes, compreendiam toda a área a partir do que atualmente é o limite norte do Município de Douradina até o extremo limite sul do Município de Jateí, como pode ser verificado na **Figura 1**. Cada Quadra abarcava um número de famílias e, a partir do quantitativo de crianças em idade escolar que habitavam essas quadras, eram instaladas aí escolas rurais mistas, por iniciativa da administração da Colônia.

Quando não havia a iniciativa da administração para a criação dessas escolas, os próprios moradores da região não atendida redigiam uma carta para o administrador da Colônia, solicitando sua criação, como verificado no trecho que segue:

Nós os Colonos invasores da linha do Barreirão, vimos por meio desta, pedir um auxílio para a construção de uma pequena escola, visto que dentre os Colonos, há uma pessoa capaz de lecionar às crianças existentes neste local, e cuja pessoa é esposa de um dos Colonos. O auxílio ora pedido não é somente a construção da escolinha, como também uma pequena mensalidade a professora. Para melhor orientação de V.S., citamos os nomes dos alunos que mais proveito terão da Grande Obra de V.S. (MATO GROSSO, Nivaldo Soares de Almeida, 1953, s/p)¹⁹.

A solicitação era enviada por um dos colonos da 2ª Zona, esta invadida antes de sua divisão²⁰, e sem a atuação presente da administração geral. Ainda no quesito educação, a 1ª Zona teve um avanço mais significativo no processo de construção de escolas e, conforme relatório da inspeção, entre 1948 e 1950, a região por ela delimitada já contava com um número de 10 escolas em funcionamento (localizadas nas Quadras 4; 20; 25; 29; 33; 39; 46; 50; 55 e 56), além de duas sendo instaladas²¹, e um controle de frequência acompanhado diretamente pela administração da colônia.

Com o fim do Território Federal de Ponta Porã, em 1946, essas escolas continuaram sob a organização administrativa do Núcleo Colonial, com um eixo pedagógico orientado pela Inspetoria de Ensino estabelecida pelo Governo Federal naquela região, até o ano de 1955, quando as escolas passaram à jurisdição do Departamento Municipal de Educação de Dourados. Como programa do governo de Gaspar Dutra para a migração interna, a região sul do estado recebe um novo processo de mapeamento e zoneamento para novo projeto de colonização dirigida, o que deu ênfase à demanda de uma nova leva migratória para o município de Dourados.

Até os anos de 1950, quando da concretização do processo iniciado com a saída de Getúlio Vargas da presidência da República, uma das mais significativas transformações do caráter original do processo inicial de colonização, e que proporcionou características urbanas à cidade de Dourados, foi a instalação da Usina termoeletrica Filinto Müller²², ao lado da abertura da Ferrovia Noroeste do Brasil, em

¹⁹Carta de Solicitação de Abertura de Escola na Linha do Barreirão. Arquivo Nacional/RJ. Coleção da Comissão Especial da Faixa de Fronteira. NEPPI/UCDB. Disponível no Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados.

²⁰ O detalhamento sobre a ação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados pode ser verificado em: NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. *Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, 1943-1960*. UFGD: Dourados/MS, 2007. (Dissertação de Mestrado)

²¹Controle de Escolas da 1ª Zona. Arquivo Nacional/RJ. Coleção da Comissão Especial da Faixa de Fronteira. NEPPI/UCDB. Disponível no Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados.

²²A Usina termoeletrica Filinto Muller foi construída entre os anos de 1943 e 1946. A primeira central distribuidora de energia no município, a Usina Filinto Müller (atual Usina Velha) é uma homenagem ao

1949. A Usina, ao fornecer iluminação noturna à área central, sinalizava o crescimento e a modernidade que o Município atravessava. Essa transformação, além de mexer com o imaginário local, dando-lhe expectativas de crescimento e desenvolvimento urbano em curto prazo, permitia que o Município encantasse a muitos outros migrantes ou produtores das redondezas, que buscavam condições melhores para comercializar seus produtos, trabalhar na agricultura e no próprio comércio local, que se desenvolvia e intensificava, à medida que aumentava a sua procura. Um exemplo simples dessa fase de desenvolvimento foi a instalação de “Máquinas de faturamento de Arroz” na cidade, para além da Colônia, que serviam para o processamento e a retirada da casca do arroz colhido na região, minimizando o trabalho para os consumidores e criando uma cultura comercial.

Na área pertencente ao povoado de Itahum,²³ foi instalada a Ferrovia Noroeste do Brasil, que, por sua rápida expansão, facilitou a chegada de paulistas e paranaenses à região. Segundo Betoni (2002), a partir dessa ligação o Município de Dourados conectou-se mais fortemente com o Estado de São Paulo, deixando seu isolamento e minimizando sua dependência direta das maiores cidades vizinhas. Ainda em 1946, o governo do Estado permitiu a criação da Colônia Agrícola Municipal de Dourados²⁴, atual município de Itaporã (BETONI, 2002), e ampliou a área colonizada do Município de Dourados.

As Colônias Nacional e Municipal de Dourados promoveram grandes modificações no cenário municipal, tanto econômicas quanto culturais, sociais, políticas e demográficas, por serem a resposta das investidas do Governo Federal para a expansão dos limites nacionais. Iniciada por Getúlio Vargas, essa expansão foi contínua na gestão de Eurico Gaspar Dutra, até o governo de Kubitschek. O crescimento populacional oriundo dessa investida estatal trouxe diversos problemas para a administração municipal, oriundos do precoce amontoamento populacional na região.

Chefe da política nacional, cargo de confiança do então Presidente da República Getúlio Vargas. A Usina foi inaugurada em 1949, pelo próprio Senador Filinto Muller e era abastecida pelas águas do Córrego Laranja Doce e a lenha utilizada na queima era trazida da mata que ficava próxima à Usina. Devido a sua pequena capacidade de distribuição, atendia somente o centro principal da cidade, atual Avenida Marcelino Pires(PINTO, 2014).

²³ O distrito de Itahum possui uma área de 1.360,72 km² — o equivalente a 33% do território douradense — e passou a Distrito administrativo em 1953 (Lei Estadual 661/1953), sendo anexado ao Município de Dourados devido às investidas da região por influência da ferrovia neste instalada.

²⁴ A Colônia Municipal de Dourados foi criada no ano de 1946 e diferencia-se da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, principalmente no que tange a distribuição dos lotes, pois nesta primeira os lotes eram distribuídos apenas àqueles que pudessem “dispor de numerários para pagar o que era denominado de taxa de requerimento (uma quantia de Cr\$ 15,00, de acordo com o Decreto-Lei nº. 70), mais o foro anual de Cr\$ 60,00 por hectare” (CARLI, 2008, p.100).

Os anos que seguiram, a década de 1950, foram repletos de conflitos internos, ora por demarcação de patrimônio entre posseiros e colonos, ora pela má organização na distribuição das terras já loteadas dentro do Estado.

A área agregada à colonização municipal, de caráter mais privado, localizada a noroeste da sede do município onde foi instalada a Colônia Municipal, circundava um distrito indígena (reserva) e estava sendo povoada por migrantes de cultura cafeeira. A distribuição e venda dos lotes, somada às dificuldades na administração, os conflitos internos e as mudanças climáticas tornaram o processo de concretização dessa colonização repleto de problemas para a administração pública²⁵, principalmente pela estrutura política que se formava, com traços distintos em cada região, dando espaço para o surgimento de uma política interna que deu subsídio para a emancipação da área já no início dos anos 1950.

Entretanto, independentemente dos conflitos políticos, as duas colônias proporcionaram a intensificação do processo de escolarização, a urbanização, o comércio e os projetos para a industrialização do Município. Com a finalidade de atender às demandas sociais, iniciava-se uma estratégia mais ativa de execução das políticas dentro de todo o município, ancorada no aumento produtivo do deste e no investimento no ensino, se tornava mais evidente por parte da gestão estatal.

Os anos entre 1946 e 1950 significaram um grande salto no que se refere à ampliação e à organização da ação pública no ensino primário; isso porque uma grande área do município, de forma mais expressiva, seguia a legislação instaurada pela própria administração das Colônias, uma vez que estas abrangiam a maior parte do território do município. Havia, como complemento da estratégia de instalação das colônias, a obrigatoriedade de que os filhos dos colonos que estivessem em idade escolar frequentassem as aulas, estando os pais sujeitos à multa de Cr\$ 100,00 em caso de descumprimento, e à expulsão, em caso de reincidência²⁶. Essa premissa era estipulada por lei e inspecionada pela administração educacional localizada na sede do Núcleo Colonial.

Sobre a política estadual, em mensagem à Assembleia, o então governador do estado de Mato Grosso, Fernando Correa da Costa, para posicionar a atuação do Estado frente ao ensino na região informava que, em 1953, o Departamento de Ensino e Cultura

²⁵Sobre o tema, ver CARLI, Maria Aparecida Ferreira. *Dourados e a democratização da terra: povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)*. Dourados/MS: UFGD, 2008.

²⁶ Artigo 38 do Decreto-Lei 70 de 1946, do Município de Dourados, Território Federal de Ponta Porã.

do Estado noticiava a existência de 27 escolas estaduais: 1 Grupo Escolar (Grupo Escolar Joaquim Murtinho), 2 Escolas Reunidas (Escolas Reunidas de Juti e Escolas Reunidas de Caarapó) e 24 Escolas Rurais²⁷. No mesmo relatório, de forma abrangente, o governador apresentava um total de 9 escolas municipais²⁸, contando com um total de 447 matrículas para o ano de 1953, sem classificá-las como rural e urbana.

Para o mesmo período, em relatório das unidades de ensino pertencentes à Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a Inspetora Escolar Cremilda Xavier Thiry²⁹ informa que na Colônia Nacional há um total de 48 classes, distribuídas em dez escolas, com um total de 1.071 alunos³⁰, alocados nos níveis de 1ª à 4ª séries do ensino primário (529 alunos) e em classe de readaptação³¹ (679 alunos). As escolas sob gestão do Núcleo Colonial eram nominadas conforme exposto no **Quadro 3**.

Quadro 3: Relação das Escolas sob gestão do Núcleo Colonial de Dourados, 1953.

Denominação da Escola	Número de Classes
Escola Zona da Laranja Lima	4
Escola Zona MBocajá	4
Escola Zona Porto Alegre	2
Escola Zona do Iguassú	4
Escola Zona do Potreirito	6
Escola Zona da Serraria	7
Escola Zona do Panambi	5
Escola Zona do Armazém	7
Escola Zona da Figueira	4
Escola Zona do Triunfo	5

Fonte: Coleção da Comissão Especial da Faixa de Fronteira.NEPPI/UCDB, 2014.

²⁷ O nome das escolas estaduais alocadas no município de Dourados eram: Escola Rural de Cabeceira Alegre; Escola Rural de Colônia Municipal; Escola Rural de Capão Alto; Escola Rural de Carumbé; Escola Rural de Dourados; Escola Rural de Fazenda Dourados; Escola Rural de Fazenda Boa Vista; Escola Rural de Fazendo do Coqueiro; Escola Rural de Guariroba; Escola Rural de Iguassuzinho; Escola Rural de Jaraguari; Escola Rural de Laranjeira; Escola Rural de Luceiro Olavo Bilac; Escola Rural de Macauba; Escola Rural de Panambi; Escola Rural de Patrimonio Novo; Escola Rural de Picadinha; Escola Rural de Porto Felicidade; Escola Rural de Potreirito; Escola Rural de Patronato de Menores; Escola Rural de Porto Wilma; Escola Rural de Serrito; Escola Urbana Masculina de Dourados (MATO GROSSO, Fernando Correa da Costa, 1954, p. 23-50).

²⁸ Dados obtidos com base no relatório de movimento do ensino primário municipal, proporção quantitativa de prédios (próprios, alugados e gratuitos) e total de matrículas (masculino e feminino).(MATO GROSSO, Fernando Correa da Costa, 1954, p. 23-50).

²⁹ Base levantada com referência à dois relatórios referentes ao mês de maio e setembro de 1953, assinado pela Inspetora Cremilda Xavier Thiry. Documento pertencente à Coleção da Comissão Especial da Faixa de Fronteira.NEPPI/UCDB. Disponível no Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados.

³⁰ Ao contabilizar o número de cada aluno e as classes a que estes pertenciam, chegamos ao valor de 1.208 alunos matriculados, e não 1.071 alunos, como informado no relatório. Acreditamos que tenha havido uma falha ao calcular o total de alunos.

³¹ A sala de readaptação, com base nos relatórios consultados, tratava-se de uma sala mista em que o aluno recebe um processo de filtro para ser inserido em uma classe específica, com base em suas habilidades.

Todas as escolas evidenciadas no **Quadro 3** pertenciam à zona da Colônia Nacional, razão por que decidimos elencá-las no presente texto por pertencerem à região delimitada na pesquisa, conforme exporemos no capítulo seguinte.

Já na Colônia Municipal de Dourados, a escolarização não teve a mesma sorte.

Segundo informações orais, obtidas informalmente com o Sr. Ávido Carneiro, remanescentes da CMD, o processo educacional teve início precariamente, sem um planejamento adequado por falta de estrutura da Colônia. Mas, mesmo assim, sabe-se que a Prefeitura Municipal de Dourados, de acordo com o Decreto n.º 15, de 30 de março de 1948, nomeou a cidadã Dinorah de Oliveira para exercer a função de professora municipal no lugar denominado Sardinha, na CMD; (...); Essas medidas foram tomadas pela prefeitura para atender as solicitações, por escrito, dos colonos já estabelecidos na CMD, sendo que, anexado a solicitação, vinha uma relação dos filhos dos mesmos, no sentido de justificar o pedido, e ao mesmo tempo o colono oferecia uma área, em seu lote, para a construção de uma escola (isto na zona da Sardinha) (CARLI, 2008, p.134).

Pelos dados localizados nos documentos encontrados, a Colônia Municipal oferecia, até o ano de 1953³², o ensino em três escolas: Escola da Zona da Sardinha, Escola da Zona do Córrego Panambi e Escola Mista Municipal do Patrimônio de Panambi, na sede da Colônia. Dessa forma, se trabalharmos com o quantitativo de escolas alocadas na região do Município de Dourados, veremos que o ensino ofertado pela Colônia Agrícola Nacional³³ representava a maior cobertura da área populacional escolarizada do que hoje é o município de Dourados. Isso porque o Estado ofertava escolas rurais distribuídas por áreas mais distantes da sede, onde hoje são delimitados os Municípios de Caarapó e Juti. As escolas das “Zonas” permitiam que, de forma mais agrupada, os filhos dos colonos recebessem a alfabetização tão ditada nos discursos do progresso que permeavam ideário douradense.

Entretanto, o crítico para o período foram as condições em que essas escolas eram instaladas. Com extensão de aproximadamente 90 m² (9x10 metros), tinham uma sala apenas, onde se revezavam em turnos as classes a serem trabalhadas, com no máximo de duas professoras a elas destinadas³⁴. Essas escolas funcionavam com

³² Ano de criação do Município de Itaporã, antigo território da Colônia Municipal de Dourados, pela Lei 659, de 10 de dezembro de 1953. Neste mesmo ano o ensino no recente município recebe a maior investida do estado, a criação do Grupo Escolar “Antônio João Ribeiro”. (CARLI, 2008, p.136).

³³ Os dados levantados permitem reconhecer a existência de apenas duas unidades escolares na Colônia

³⁴ Informação construída a partir dos relatórios encontrados na Coleção da Comissão Especial da Faixa de Fronteira.NEPP/UCDB. Disponível no Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados.

estrutura “quase que medieval”³⁵, devido ao pouco material e ao elevado quantitativo de alunos existente. Não diferente também eram as escolas municipais e estaduais. Com um único detalhe, claro: enquanto a administração da Colônia ficava na região da Cooperativa (atual Distrito de São Pedro e Indápolis), o Departamento de Ensino do Estado ficava na capital, o que fazia com que as demandas que envolviam os fluxos escolares, como problemas com o pagamento, atritos administrativos ou qualquer outro demoravam bem mais para serem solucionados.

Essa situação aos poucos foi sendo amenizada, com a intensificação das Inspetorias Regionais pelas cidades do sul do estado. Já em 1954, o número de investidas na região do Município sofreu importante alta: houve um aumento no quantitativo de escolas construídas, bem como uma intensificação no processo de divisão, entrega e venda de loteamentos das Colônias. Na política municipal, as frentes partidárias começaram a demonstrar maior interesse pela população das Quadras criadas pela Colônia Nacional, dando a possibilidade de participação para os colonos.

Na primeira página do exemplar do jornal “O Progresso”, de 20 de junho de 1954, saíram, em letras garrafais, os dizeres: “Excursionou pela Colônia Federal o Sr. Ruy Gomes”. Tornava-se evidente, noticiada pela imprensa local, a existência dos grupos rurais distribuídos pelo vasto território do Município de Dourados, que, de certa forma, afirmava seu pertencimento ao Município.

Mereceu calorosa acolhida o candidato pessedista nas zonas do Triunfo, Serraria, Laranja Lima, Barreirão, Picada do Guassú e Mercado. Entrando na campanha eleitora com a formidável capacidade de ação que o caracteriza, o Snr. Ruy Gomes, vem de realizar uma proveitosa excursão em toda a Colônia Federal, onde recebeu grandes manifestações de simpatia e apreço, por parte dos nossos bravos colonos, que em sua maioria, lhe hipotecaram apoio para a disputa da Prefeitura Municipal, reconhecendo a garantia de realizações que o seu nome represente frente à dos destinos da municipalidade. (JORNAL O PROGRESSO, Edição 164, p.1, 20/06/1954).

Essa investida confere aos moradores da região a possibilidade de também participar na vida política do Município, considerando-se que a inserção do político

³⁵ Expressão utilizada pelo Administrador da Colônia ao enviar relatório intitulado “Aumento de Verba”, de ofício nº.352, de dezembro de 1953, ao Diretor da Divisão de Terras e Colônia, expondo a situação dos diferentes setores da Colônia Nacional (Coleção da Comissão Especial da Faixa de Fronteira.NEPPi/UCDB. Disponível no Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados).

nesses espaços, inclui também os colonos na vida social douradense, até aquele momento distantes pela própria divisa da Colônia.

Ruy Gomes não vence as eleições, assumindo a prefeitura Antônio Moraes dos Santos, pela União Democrata Nacional (UDN), simbolizando a própria participação do povo rural nas eleições, pois este candidato, quando de sua vinda para a região douradense, também havia laborado na terra como ruralista. Assim, utilizando desse histórico, conseguiu angariar um importante número de votos no Município.

A **Tabela 6**, apresentada no Capítulo I, evidencia como a escolarização estadual foi intensificada nos últimos anos da década de 1950, principalmente no que se refere ao modelo graduado de ensino. O número de escolas (Grupos Escolares e Escolas Reunidas) dobrou nesse período. O ensino começa a ganhar uma roupagem que, em diálogo com a própria situação social em que Dourados transitava, se permitia explorar e construir uma cultura escolarizada, principalmente no Distrito Sede do Município.

Expressiva também foi a atuação das escolas privadas, de instalação única na área central urbana da cidade, que ostentava características de uma sociedade que, pouco a pouco, se dividia: ora pela localização dentro do município (urbano/rural), ora pelo acesso ao ensino (público/privado). É também nesse momento que, considerando a grande expansão do ensino primário no Município por iniciativa dos administradores políticos, tanto municipais como estadual, instalam-se três instituições de ensino secundário privadas no município. O modelo privado de ensino, inaugurado pela Escola Presbiteriana Erasmo Braga (1939) e pela Escola Paroquial Imaculada Conceição (1941), ambas destinadas ao ensino primário, passa a contar com o Patronato de Menores (antiga Escola Paroquial), o Colégio Osvaldo Cruz, instalado em 1954, e o Colégio Imaculada Conceição, em 1955.

Até o final da década de 1950, o Colégio Imaculada Conceição se torna a principal fonte formadora de professores normalistas para o ensino primário no Município, atendendo à demanda das escolas estaduais e municipais, principalmente as urbanas e as mais próximas do Distrito Sede. O Colégio Imaculada Conceição, inaugurado em 1958 cria o curso Normal Regional (primeiro grau) e o Normal Colegial (segundo grau), conforme prescrevia a Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946 (MANCINI; OLIVEIRA; SILVA, 2007). No mesmo período, o Colégio Osvaldo Cruz insere em sua grade o Curso Técnico, e o governo do estado, cumprindo sua meta, tem sua maior investida na educação secundária do sul do estado inaugurando, em 1958, o Ginásio Estadual Presidente Vargas.

Com o Ginásio Estadual, o acesso ao ensino secundário ficou menos difícil, principalmente para os que se interessavam pela carreira, mas não tinham condições de arcar com o estudo, tendo em vista que esse nível de ensino era oferecido exclusivamente por instituições privadas. Por quase toda a década de 1960, o Ginásio Presidente Vargas foi o único a oferecer gratuitamente o acesso ao nível secundário na região do município de Dourados e seus municípios vizinhos. Muitos professores formados no ensino secundário atuavam nas escolas primárias de Dourados, principalmente as dos distritos rurais do município, estas que 1961, ano de formação da primeira turma do Ginásio Estadual, já chegava ao número de nove dentro do território douradense, instaladas no Distrito Sede, além das dos Distritos de: Bocajá, Guaçu, Itahum, Panambi, Picadinha, São Pedro, Vila Brasil e Vila Glória. Com uma população de aproximadamente 68.483 habitantes³⁶, esses Distritos exigiam um cuidado maior por parte da administração do governo municipal. Sob a prefeitura de Vivaldi de Oliveira (1959-1963), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), as regiões mais distantes do Distrito Sede passaram a ter maior participação na política local, promovida pela Câmara dos Vereadores.

Em análise às Atas de Reuniões Ordinárias³⁷, a partir dos anos 1960, nota-se que eram comuns as demandas das zonas limitadas pela Colônia Federal, principalmente das áreas referentes à Vila Brasil e à Vila Glória. A construção de pontes entre as Quadras divididas pelos rios, a manutenção das estradas vicinais, a criação de estradas, o apoio para a construção ou a reforma de escolas rurais, a ampliação de ruas nos povoados de maior contingente e o apoio à saúde local eram algumas das reivindicações apresentadas para o plenário.

No período entre 1960 e 1963, de grande agitação no cenário político, com a execução do sistema de governo, João Vicente Goulart, então Presidente da República, buscou implantar no país um modelo de política embasado no que ele denominou de Reformas de Base. Essa expressão compreendia uma reforma que abarcasse desde o sistema bancária brasileiro, fiscal, urbano, eleitoral, agrário e educacional. Na área da educação, discursava que:

Um dos principais obstáculos ao pleno desenvolvimento do povo brasileiro encontra-se na extrema precariedade da rede nacional de

³⁶ Valor referente a subtração total da população para o Ano de 1960, segundo o IBGE, que era de 84.955, e destes apenas 16.468 habitantes residindo em área urbana, ou seja, o Distrito Sede.

³⁷ Foram trabalhadas com todas as Atas de Sessões Extraordinárias da Câmara Municipal de Dourados do período de 1962 a 1975, estas disponíveis para consulta no Arquivo da Câmara Municipal de Dourados.

ensino, destinada à preparação da infância e da juventude. O progresso experimentado pelo país, nos últimos dez anos, tornou mais nítida a incapacidade de nosso sistema de educação. Em face da tecnificação dos processos produtivos na indústria e na agricultura, revelam-se ostensivamente as graves deficiências desse ensino, incapaz de formar a força de trabalho altamente qualificada que o desenvolvimento nacional requer (GOULART apud MEC/INEP, 1987, p. 356-357).

O incentivo de uma reforma que envolvesse o ensino, e principalmente o nível de ensino médio, foi o lema por ele abordado, e que se seguiu pelos governos subsequentes. O gargalo principal de sua proposta eram as medidas de corte nacionalista, com maior intervenção do Estado na vida econômica e maior controle dos investimentos estrangeiros no país, restringindo e regulamentando as remessas de lucros para o exterior, criando parâmetros para a sua execução. Em meio aos discursos sobre a ineficiência do ensino para a formação do jovem para o mercado de trabalho, paulatinamente enfatizado por Goulart, é promulgada a Lei 4.024, de 1961, que estabelecia a Lei das Diretrizes e Bases da Educação nacional.

Como ação política, no que se refere ao estado de Mato Grosso, a reforma sobre o sistema agrário foi o passo mais expressivo deste período, no qual o governo do estado sob orientação federal defendendo a democratização das terras e estipulando o Estatuto do Trabalhador Rural, permitiu estender ao meio rural os principais direitos dos trabalhadores urbanos, angariando uma acesso de reconhecimento profissional à produção primária, estipulando para tanto um decreto que previa a desapropriação das áreas rurais inexploradas e a descentralização de uma política acessível aos que residissem em zonas conhecidamente rurais.

Como reflexo dessa orientação estratégico-administrativa para com as terras mato-grossenses, e respondendo pelos resquícios dos problemas envolvendo as terras da Colônia Agrícola de Dourados, o então governo do estado de Mato Grosso, Fernando Correa da Costa aprova no ano de 1963, dentro do plano de ações estipulados pelo Departamento de Terras do estado, um redimensionamento da administração pública do sul do estado de Mato Grosso. Os Distritos de Vila Glória e Vila Brasil são desmembrados do município de Dourados e passam a ser denominados de município de Glória de Dourados (Lei Estadual 1.941/63) e Vila Brasil (Lei Estadual 2.057/63), respectivamente.

Dentro dessa mesma estrutura, povoados das áreas rurais do município de Dourados se tornam Distritos administrativos. O povoado de Angélica, oriundo da expansão sudoeste do Núcleo Colonial de Dourados, ficando a 130 quilômetros do

Distrito Sede do município, o território de Douradina à noroeste e 38 quilômetros da cidade, Serraria, antigas e de da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, à 21 quilômetros ao sudeste e o Distrito de Vila Vargas, povoado de Triunfo criado à noroeste com 23 quilômetros de distância da cidade de Dourados durante a distribuição dos lotes da 1ª zona da Colônia Agrícola Nacional. Essa nova divisão administrativa foi regulamentada na data de 20 de dezembro de 1963³⁸, em comemoração ao 28º aniversário de Dourados, e marcando o discurso do prefeito Napoleão Francisco de Souza, petebista, e das investidas do deputado Weimar Torres dentro da política municipal, concretizando a propaganda iniciada por Antônio Moraes dos Santos para com a população rural, permitindo um maior controle do crescimento municipal a partir de subprefeituras instaladas nestes distritos.

Responsáveis por uma leva significativa da economia do município, os distritos já faziam parte da vida social e política douradense mesmo antes de sua regulamentação. Esta legislação deu maior representatividade para a população residente nestes espaços ao passo que, com uma identidade distrital, os seus habitantes ganhavam voz junto às tomadas de decisões no cenário político municipal, principalmente os produtores rurais, que beneficiados pela política estadual, se destacavam em reconhecimento de seu distrito de pertencimento. A educação, como a saúde e a presença política, estavam se firmando nestas localidades à medida que o adensamento populacional se evidenciava e originava novas demandas para sua estrutura social.

O estado e o município passam a atuar diretamente sobre tais demandas, agora identificados pela administração estatal por delegações específicas, pode mapear estratégias mais sólidas para a criação de escolas, bem como a formulação de um posicionamento urbano com oferecimento de serviços básicos em saúde, e um redirecionamento para o perímetro central de cada sede de Distrito de facilitadores burocráticos, como o Tabelionato e a cooperativa rural.

Como recorte espacial da pesquisa, detalharemos no tópico seguinte a definição de divisão territorial para a compreensão dos termos município e distrito utilizados na pesquisa, bem como o diálogo deste com o cenário sociocultural à que são submetidos,

³⁸ Em um período de dois meses (novembro e dezembro de 1963), foram emitidas seis Leis Estaduais referindo à divisão perimetral e administrativa das terras do município, a saber: Lei Estadual 1.941 (Município de Glória de Dourados); 2.057 (Município de Vila Brasil); 2.092 (Vila Vargas); 2.093 (Douradina); 2.098 (Angélica); 2.101 (Serraria). O município de Dourados passa ter um total de 11 distritos, contados estes informados, soma-se o Distrito de São Pedro, Itahum, Panambi, Picadinha, Guaçu, Sede e Bocajá (IBGE, 2014).

e a relação de seus limites com as bases para a construção de uma identidade social própria.

2.2 - Povoado e Distrito: configurando uma sociedade.

A importância do nome é crucial para a formação da identidade daquilo que o recebe. Esta afirmativa nos serve como ponto de início para uma reflexão sobre os distritos do município de Dourados. Isso porque a área de abrangência do município de Dourados dos anos 1960, quando da delimitação dos últimos distritos que passaram a compor sua estrutura administrativa, era marcada por um expressivo crescimento populacional e econômico, originário das levas de migração efetivada nos anos de 1950, e uma formação da identidade cultural destes espaços.

Essa formação, resultante da integração de hábitos culturais oriundos das diversas regiões do país, não apresentavam características próprias para uma base administrativa política, seja pela distância com a sede do município, ou pela sua população ser quase que exclusivamente distribuída em grandes fazendas. Assim sendo, então como seria possível delimitar regiões que permitissem uma gestão municipal mais ativa e ao mesmo tempo o aparecimento do sentimento de pertencimento local aos indivíduos nestes locais inseridos?

Calcados no questionar, propomos uma reflexão sobre a funcionalidade da delimitação territorial³⁹ para a compreensão de sociedade, e a partir desta, evidenciar a caracterização de espaços e as delimitações envolvendo o urbano e o rural, município e distritos, e a significância de sua nomenclatura para o cenário político-social, dando base para a escrita da história do Distrito de Vila Vargas, nossa delimitação física da pesquisa.

Para o geógrafo Adilar Cigolini (2002), no Brasil moderno a divisão territorial foi inserida no campo das políticas públicas como tópico de destaque do processo de organização dos grupos sociais, pois “nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo de sua ação” (RAFFESTIN, 1993, p.150).

Essa sociedade, constituída através de um pacto social, tem sua fundamentação ligada diretamente à um pacto territorial, isso porque o agrupamento que resulta na

³⁹ É importante citar aqui que mesmo utilizando-se dos referenciais de Cigolini (2002) para a discussão envolvendo o território e a definição espacial, entendemos o conceito de território empregado no texto como defendido por Nilton Santos (2009), este que o define como sendo a “a extensão apropriada e usada” pelo indivíduo. O conceito de territorialidade, por outro lado, é compreendido por este autor “como um sentimento de pertencer aquilo que nos pertence” (SANTOS, 2009, p.19).

delimitação de um espaço é fator primeiro de sua caracterização. Os objetivos e conteúdo de ambos são mutáveis, exigindo diferentes arranjos e configurações à medida que a sociedade apresenta novas necessidades (CIGOLINI, 2002, p.5).

Nesse viés, a territorialidade e a divisão administrativa em escalas hierárquicas designa a relação entre grupos politicamente organizados e seu espaço, expressando de certa forma a busca por soluções fundamentais na existência desses grupos, já que o espaço, quando convertido em território, serve como abrigo comum, sob uma jurisdição estrutural política (CIGOLINI, 2002, p.2). Essa jurisdição, entendida como o município, nos orienta em um diálogo entre as características gerais de uma limitação geográfica e as locais, como a existente nos distritos que compõem esse município.

Dentro dessa perspectiva, e relacionando-a ao cenário douradense, a abordagem que mais se aproxima da nossa ideia de espaço e pertencimento local se referente à abordagem envolvendo o conceito de cotidiano social, por permitir um diálogo entre a definição e as estruturas naturais do espaço habitado, sejam elas municipais ou distritais, urbanas ou rurais, possibilitando assim comparações importantes sobre os diferentes espaços e seu esqueleto estrutural.

Em pesquisa realizada sobre os conceitos de pertencimento espacial no Brasil, Reis (2006) alimenta uma crítica sobre a definição de urbano e rural como um conceito de continuidade entre o urbano sobre o rural, de uma dependência que dificulta sua compreensão caso não haja parâmetros observáveis, como por exemplo, edificações verticais em áreas rurais ou uma atividade econômica agrícola em zonas urbanas.

Nas primeiras décadas do século XX a sociedade brasileira se configurava como amplamente rural. Em paralelo ao expressivo crescimento da população verificado no país entre 1940 e 1980, observou-se uma inversão da distribuição populacional entre as áreas rurais e urbanas [...]. Observa-se a emergência de um espaço rural multifuncional com a introdução de uma maior diversificação econômica, em meio a novas formas de produção e subsistência, em visível contraste com o que dominava no passado. A expansão do tecido urbano sobre as áreas rurais e o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades consideradas até então como exclusivamente urbanas, indicam a existência de um novo paradigma sócio espacial no Brasil. (REIS, 2006, p.2).

Para o autor, delimitar as regiões como urbano ou rural vai muito além da interpretação demográfica ou econômica, nos remetendo a própria concepção de espaço construído. Tais espaços são resultantes de ações humanas sobre e para os humanos,

configurados a partir da necessidade destes, sua delimitação é a resultante de interações básicas entre o indivíduo, o espaço e as demandas sociais adjacentes. Nessa mesma direção segue a discussão levanta por Carlos (2004) sobre a definição de cidade.

Segundo a autora

a cidade, considerada uma construção humana, é um produto histórico-social; nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico e desenvolvido por uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico acumulativo, a cidade contém e revela ações passadas ao mesmo tempo, já que o futuro se constrói a partir das tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico em que vivemos. (CARLOS, 2004, p. 8).

Compreender a cidade, seus espaços, e suas relações com os espaços a ela atrelados só podem ser vislumbrados a partir da reflexão sobre a própria cidade em seu tempo. Filtrando isso pela percepção de políticas públicas, o tratamento dado ao espaço urbano, ou ao rural, numa perspectiva da ação humana, movida por necessidades humanas, pode ampliar a visão relacionada à questão social e econômica quando se pensa nas comodidades advindas de cada nomenclatura, e isso fica claro, de acordo com a autora, quando se pensa na definição do seu ponto de vista funcional.

Quando pensamos no que se define como urbano ou rural para o estado de Mato Grosso, e mais precisamente para o município de Dourados da década de 1960, amparados no fato de que mesmo as redes de energia elétrica ainda não compunham a realidade da sua população nesta década, o asfaltamento da principal avenida da cidade era algo a ser finalizado, quiçá as demais ruas que preenchiam seus bairros, ou os serviços de telecomunicação que ainda se instalavam na cidade, nos questionamos sobre o conceito a ser utilizado.

Sobre esse tipo de realidade a ser considerada, Carlos defende que as definições de “campo e cidade sinalizam o modo como se realiza a inserção do Brasil no quadro da economia mundial, na divisão sócio espacial do trabalho revelando a racionalidade imposta pela globalização do capital” (2004, p. 18), este que preconiza uma hierarquização de espaços dominados e dominantes, originando diversas particularidades de acordo com a realidade de cada país, de cada região, de cada estado, de cada município (PINA; LIMA; SILVA, 2008, p.133), e exigindo a partir destas particularidades uma subdivisão estruturada em contextos diversos, como a arquitetura,

a economia, a localização espacial e a densidade populacional, que serve de base para a caracterização de um espaço determinado.

O contexto populacional se tornou o parâmetro mais adotado para a limitação territorial no país a partir do Decreto-Lei 311 de 1938⁴⁰, por estipular uma base fixa de referência administrativa, tendo em vista a dificuldade em se realizar uma administração centrada, caso haja uma distribuição muito grande de contingentes populacionais, como é o caso de quase toda a extensão nacional, e não diferente à mato-grossense. Dessa forma, como espaços humanos construídos por e para os humanos, escolhemos para a pesquisa a definição de cidade como o espaço limitado por determinado quantitativo populacional e que tenha o mínimo de organização, ações de planejamento e políticas voltadas aos diversos setores da vida social, cultural e econômica para sua manutenção. Nesta perspectiva, o município é a base da estrutura de uma cidade, sendo ele

(...) a menor unidade territorial brasileira com governo próprio, é formado pelo distrito-sede, onde acha-se localizada a cidade, que é a sede municipal e que leva o mesmo nome do município e, que corresponde à zona urbana municipal e; também, pelo território ao seu entorno, a zona rural municipal, que pode ser dividida em distritos, cuja maior povoação recebe, geralmente, o nome de vila. (PINTO, 2003, p. 29).

Com essa afirmativa Pinto (2003) evidencia que a formulação administrativa se realiza em ordem escalonada e visando um controle da distribuição populacional por parte de uma base central, que como nas camadas de uma “cebola”, dependem da gestão política central e se fraciona da base administrativa à sua periferia. Este escalonamento, na ponta periférica, ganha a denominação de Distrito.

O distrito é uma subdivisão do município, que tem como sede a vila, que é um povoado de maior concentração populacional. Ele não tem organização da pequena produção e atendimento das primeiras necessidades da população residente em seu entorno, cujo comando fica a cargo da sede do município. O distrito tem a mesma denominação de sua vila e, somente pode ser criado por meio de lei municipal. No entanto, os requisitos exigidos para a criação de um distrito são estabelecidos por meio de lei estadual. O município não pode, por si só, instalar distritos adotando critérios próprios. Faz-se necessário que um povoado atenda todas as exigências determinadas

⁴⁰ O Decreto-Lei nº. 311 de 2 de março de 1938 dispõe sobre a divisão territorial do Brasil e limita o número mínimo de duzentas moradias para o quadro urbano (Artigo 12) de uma região a ser denominada município e trinta moradias para o quadro urbano e suburbano de uma vila (Artigo 11), quando da elevação de povoados à Distrito. (BRASIL, 1938).

pela legislação estadual para que o município, por meio de uma lei municipal aprovada pela Câmara de Vereadores local, o eleve à categoria de distrito. (PINTO, 2003, p. 57).

Em relação à essa divisão administrativa, o Brasil apresentou um crescimento expressivo em quantidades principalmente entre os anos de 1964 e 1979 (PINTO, 2003), e teve como combustível propulsor dessa expansão o processo de urbanização nas regiões de ocupação do Governo Federal, classificadas como áreas de fronteiras nacionais, uma vez as demandas sociais solicitavam uma gestão mais pontual, e a própria reformulação na política administrativa brasileira.

Sobre essa divisão Ferreira (1990) defende que a delimitação de áreas remotas de população diminuta em distritos, vinculando-os a administração pública municipal foram fundamentais para uma organização da política do estado por servir como ponto de apoio urbano, seja na cristalização desses distritos como futuras cidades ou como foco demográfico e comercial para a expansão das fronteiras e formação de futuras redes de economia (p.57).

Contudo, para além dos aspectos conceituais, é preciso refletir a respeito da estruturação desses espaços a partir de sua construção sociológica, considerando as formas peculiares de relações sociais as quais configuram a noção de espaço tanto do ponto de vista objetivo como subjetivo (PINA; LIMA; SILVA, 2008, p.133), que constroem características e identidades múltiplas para estes espaços populacionais. Essa construções permitem compreender como as relações internas ao distrito, por exemplo, contribuem para a preservação de características rurais, como a economia de subsistência, cultural agrícola familiar, de grupo, ou ritos religiosos em comunidade, em consonância com traços urbanos resultantes de um conglomerado populacional, e a partir disso, pensar que a delimitação estipulada pelos distritos para esses pequenos povoados, além de sua limitação administrativa, contribui também para uma limitação sociocultural, por possibilitar a criação ou conservação de uma cultura intersecta ao próprio município, ou as vezes até díspar deste.

Com este entendimento, e tendo como base o Decreto-Lei 311/38 para a categorização de município e distrito, seguiremos agora para a explanação de um olhar sobre a base histórica da elevação do povoado de Triunfo à Distrito de Vila Vargas e a constituição de uma estrutura social a partir das relações políticas envolvendo o cenário municipal, bem como a utilização das fases de inserção do ensino escolarizado neste espaço distrital como referência reflexiva para a discussão sobre a atuação na

construção sociológica local, no sentido de enfatizar como este processo se concretizou em paralelo à história de formação do próprio Distrito de Vila Vargas.

2.3 - Vila Vargas: de Zona do Triunfo à Distrito administrativo.

Não tinha nada aqui. Tinha umas quatro casas de madeira pra ali, e só. Nada. Só Mato. Mato mesmo. Daí tinha um senhor ali da zona do Mercado, naquela época ali chamava Mercado, que me emprestou umas tábuas e eu fiz uma taperinha aqui. Eu e a muié. Daí com o tempo a gente foi se ajeitando e fizemos nossa casa. Com madeira. Pequena, mas até boa. E hoje é isso que você vê. (SEDLACEK, A. *Depoimento*. 2014, p.2)

Quando estudamos o processo de conquista do Brasil pelos europeus no século 15, imaginamos que o trabalho por eles realizado havia englobado todos os limites hoje conhecidos como nação brasileira. É estranho pensar que, mesmo sendo o Brasil mapeado por portugueses no início dos anos de 1.500, mais de 400 anos depois ainda havia áreas poucos exploradas pelo país-continente.

O Centro-Norte do país, por exemplo, ainda no início e meados do século 20 detinha regiões inexploradas pela mão não índia. A região sul do que hoje é o centro-oeste brasileiro conheceu um pequeno povoamento não índio com o desbravamento bandeirante como consequências da Guerra da Tríplice-Aliança, envolvendo as fronteiras com o Paraguai, mas com exceção a isso, poucos povoados realmente se firmaram para muito além das costas litorâneas brasileiras. Essas duas investidas para exploração do território nacional, ocorridas de forma indireta, não puderam abarcar toda a dimensão que é o território central do país, e na década de 1940, quando o Governo Federal realiza as primeiras investidas do século na limitação e organização política da fronteira nacional, se depara com problemas típicos aos “descobridores” gênese: um novo mundo.

Mapear, planejar, organizar, ordenar: esses verbos compuseram os discursos que seguiram os anos da chamada “Marcha para Oeste”, inicialmente, e da construção das células do Governo Federal em regiões diversas do país, através das Colônias Agrícolas Nacionais. Recrutar pessoas era a ordem desse período, mas não qualquer pessoa. Pessoas capazes e com coragem de desbravar regiões inexploradas pelo indivíduo não índio, capazes de ver possibilidades de vida onde o governo até então só via atraso; corajosas o suficiente para acreditar que a esperança pudesse ser a base para a

construção de uma nova vida. Tudo isso porque os “rincões” ou “sertões” a serem limitados e explorados pela expansão Federal eram expostos através de uma política propagandista ativa, como redutos das mais várias possibilidades de riquezas, estas que estariam ao alcance de todo aquele que se propusesse a se dedicar e trabalhar duro.

Os benefícios ofertados pela propaganda utilizada citavam o apoio direto do Governo Federal, este que seria refletido através da doação de ferramentas para a lavoura, acessórios básicos para a casa e a própria casa, a base de uma estrutura familiar. Estrutura essa valiosamente trabalhada, como critério para seleção dos futuros colonos, estes que deveriam ter além da aptidão pela terra, uma família nuclear volumosa, que pudesse garantir o bom desenvolvimento das culturas agrícolas a que seriam expostas e uma capacidade tenaz de resistência as variantes ofertadas pela lida na terra.

O problema é que, com a efetivação dessa colonização, conflitos originários das próprias relações humanas, e da política envolvendo estas relações, foram se evidenciando, e impossibilitando o Governo de executar os planos propagandeados durante a colheita dos aventureiros colonos. Como consequência dessas adversidades, houve situações em que, desde as ferramentas simples como uma enxada ou enxadão passaram a não ser mais disponibilizadas para os Colonos, estes já instalados seus lotes demarcados, e para àqueles que não houvessem ainda se instalado, corria o risco de não conseguir conquistar sua esperada terra.

E a gente fazia o que? A gente tinha que se virar com o que tinha, e agradecer a Deus, porque podia ser pior. Pra você ver, eu vim pra Sede, pensando que ia já ter meu lote. Que nada, tive que ficar trabalhando aqui e ali, lutando, até conseguir esse lote. Esse que você vê aqui. Fui um dos primeiros a chegar aqui em Vila Vargas. Aqui só tinha mato” (SEDLACEK, A. *Depoimento*, 2014, p.8).

O Colono ficava a mercê da Administração da Colônia, e como a extensão de terra era demasiadamente grande, à lá Mato Grosso, essa administração não conseguia a contento dividir todo o loteamento, registrar e entregar a todos os inscritos sua propriedade como planejado. E, mesmo com a demora, quando instalados, estes colonos ainda tinham que buscar pelo mínimo necessário para viver, pois com exceção das primeiras famílias instaladas na Colônia, as famílias que chegavam à Colônia Agrícola pouco se beneficiaram do prometido na propaganda.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), da qual especificamente falamos, foi dividida em duas Zonas para melhor distribuir os colonos e as terras loteadas, considerando a distância destas em relação a Sede Administrativa, e nessas Zonas realizou-se de forma distinta o processo de povoamento, como já mencionado anteriormente. A Primeira Zona, para onde direcionamos nossos olhares, se situava:

“partindo da confluência do córrego da Picada, no Rio Dourados, pela margem esquerda e subindo pelo referido córrego da Picada até a sua cabeceira; deste ponto segue pelas divisas das propriedades de Ciro Melo e outros até encontrara a cabeceira do córrego Laranja Lima, abaixo até a barra com o córrego Laranja Doce; daí, pelo Laranja Doce abaixo até a sua confluência com o Rio Brilhante; pelo Rio Brilhante acima até a barra do córrego Panambi; pelo córrego Panambi acima, dividindo com terras da Colônia Municipal de Dourados, até a sua cabeceira; daí pela divisa das terras de Aral Moreira, até a confluência dos córregos Barreirinho e Saltinho; daí, pelo Saltinho acima até encontrar a linha do Patrimônio de Dourados seguindo por essa divisa até a cabeceira do córrego do Engano; pelo córrego do Engano abaixo até a sua barra no Rio Dourados; daí pelo Rio Dourados abaixo até a confluência do córrego São Francisco”.(COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS, 1954, p. 1).⁴¹

Fizemos questão de enfatizar a existência e localização física dessa divisão por Zonas por que é a partir dessa Primeira Zona, citada por Claudomiro Albuquerque e evidenciada na **Figura 2**, que afunilamos a escrita sobre a construção do espaço que serviu de cenário para a inserção do Grupo Escolar Presidente Vargas.

A partir dessa área, optamos por narrar como se concretizou o processo de inserção da instituição escola nessa região até a criação do modelo de Grupo Escolar por entender que a escrita da história de uma instituição ou processo de institucionalização de um espaço deve estar pautado nos percursos que a antecederam, e para identificar qual a relação entre as escolas criadas nas limitações das Zonas da Colônia e o Grupo Escolar Presidente Vargas, pensamos também ser necessário que o leitor conheça como se localizar dentro do município de Dourados, principalmente nas áreas zoneada, tendo em vista que até início da década de 1960 ela não passava de uma região da então Colônia Agrícola Nacional, que como tantas outras criadas pelo país, apresentava a formulação de características próprias.

⁴¹ Relatório de Situação da Colônia enviado ao Ministério do Trabalho, por Ofício n.º 734 de 13 de agosto de 1954, pelo Administrador da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, Claudomiro de Albuquerque. Arquivo Nacional/RJ. Coleção da Comissão Especial da Faixa de Fronteira.NEPP/UCDB. Disponível no Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados.

No que se refere a constituição social dessas Zonas, elas foram se integrando como um espaço construído, advindo das congruências de outros espaços, e que ofertando indivíduos, estes que ali chegavam carregados de cultura e características específicas, se misturaram neste novo espaço, constituíram um lugar novo e contribuíam para a formação de uma identidade comum a todos, ao mesmo tempo que se conservava suas bases.

Com 72 Quadras, sendo estas subdivididas em 16 lotes aproximadamente de 30 hectares cada, a 1ª Zona tinha, linearmente, cobria uma distância de 90 quilômetros entre a ponta sul do Rio Dourados e norte do Rio Brilhante, divisas fluviais estabelecidas como referência do perímetro loteado. Essas Quadras, quando passaram a ser distribuídas, começaram a receber nomes específicos⁴² que facilitassem a identificação global do espaço em que o colono seria alocado, e tais nomenclaturas derivavam ora dos córregos ou rios que os cruzavam, como Laranja Lima, Laranja Doce, Cruz Alta, etc.; como referência à algum lugar específico, como a região do Armazém de reposição de mantimentos, Serraria e Cooperativa; ou como características naturais locais, como área do Varjão, Guassú, Iguassú, Caraguacatá, o que facilitava aos administradores e aos colonos que ali se instalavam um referencial de espaço e pertencimento local, a considerar a identificação de seu lugar e a natureza dos que ali nasceriam. Assim se concretizou a criação e a primeira nomeação das áreas colonizadas pelo Governo Federal em Mato Grosso, e entre elas estava a área delimitada pela Zona do Triunfo.

Zona do Triunfo é a localidade identificada entre as Quadras 9; 10; 11;12; 13 (parte); 54, 55, 56e 57, conforme **Figura 2**, e está circunvizinhada pelas localidades denominadas de Zona do Mercado, Laranja Lima, Laranja Doce, Armazém e Ponte Seca. Esta localidade foi o início para a delimitação do que veio a ser o Distrito de Vila Vargas, nosso recorte espacial, e por isso, ataremos em sua especificação.

⁴² Desde o primeiro loteamento os trabalhadores que faziam parte do trabalho de limitação identificavam estes locais como referência para alimentação do mapa de controle de terras. A dotação destes nomes como base para a própria gestão administrativa foi efetivada durante a atuação de Llyod Ubatuba, a partir de 1951, quando ele estipulou a nomeação de algumas regiões da Colônia, como as Zonas citadas e a Vila Ubatuba, nome originário da extinta Vila Brasil, atual município de Fátima do Sul.

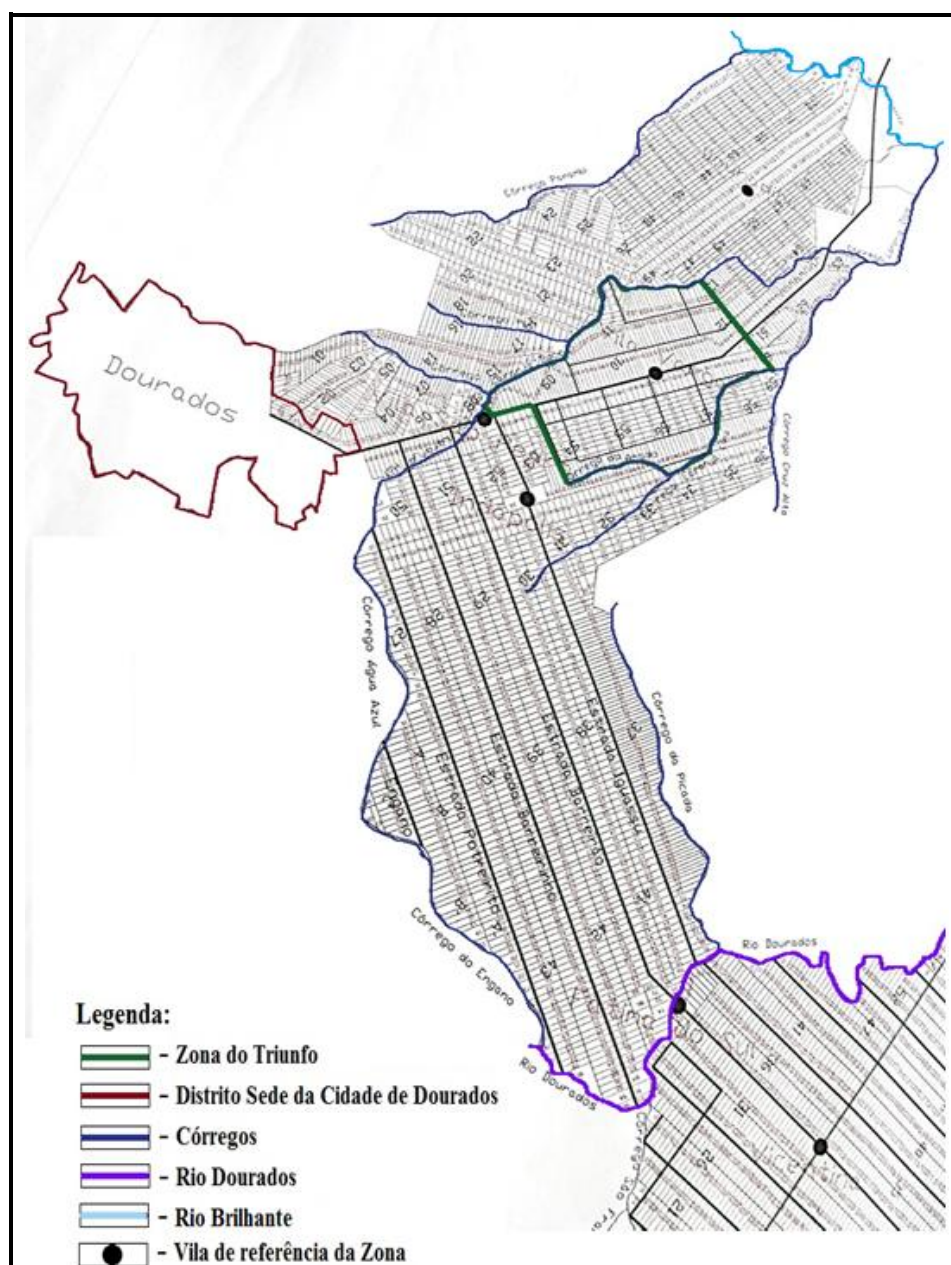


Figura 2: Mapa da 1ª Zona da CAND por linhas de Divisão, 1953.

Acervo: Centro de Documentação Regional de Dourados, CDR-UFGD, 2014. Edição: Wilker Solidade.

Triunfo, o povoado de origem do Distrito de Vila Vargas, tem seu nome utilizado para demarcação do espaço demarcado pela quarta Zona de povoamento, e foi nomeada como homenagem a um município do estado do Rio Grande do Sul, símbolo para Guerra da Farroupilha por ser o local de nascimento e prisão de Bento Gonçalves, histórico herói gaúcho. A delimitação de seu perímetro foi finalizada em 1946, quando recebeu a primeira leva de colonos, mas foi apenas em 1951 que este território foi nomeado como Triunfo, por Llyod Ubatuba. Os depoimentos e a documentação sobre a CAND confirmou que a relação entre os colonos e a homenagem de Ubatuba foi

significativa ao ponto que, quando demonstrado interesse por parte dos moradores da Zona do Triunfo para a construção de uma Igreja Católica na localidade do Triunfo, considerando que havia Igreja Católica apenas na Sede da Colônia, foi autorizada sua construção com madeira da própria Zona do Triunfo e com a imagem do Bom Jesus da Lapa, doada pela Igreja da Sede, dando o nome de Igreja Senhor Bom Jesus, relacionando-a à centenária Matriz Senhor Bom Jesus, do município de Triunfo/RS, que leva o mesmo nome.



Figura 3: Primeira Procissão da Igreja Senhor Bom Jesus da Zona do Triunfo, 1954.
Fonte: Acervo particular de Doralice Paula Carneiro, 2014.

A **Figura 3** nos dá uma noção de que a religião foi a primeira similaridade cultural que uniu os moradores das áreas da Colônia. À direita da foto podemos ver o prédio que sediou a primeira Igreja Católica da Zona do Triunfo, e que contribuiu nos anos seguintes para a concentração de seu espaço urbano.

No início da década de 1950, a região compreendida pela 1ª Zona já havia sido toda dividida em lotes, passando a receber um número maior de famílias, estas advindas em sua maioria dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e norte de

Mato Grosso⁴³, conforme o Livro de Registros de controle da Colônia. Este Livro de Registros indica que o primeiro colono a se instalar na região que se tornou o povoado de Triunfo foi Ismael Alves Teixeira. Ele e sua esposa Maria Francisca Teixeira, saíram da Bahia para o norte de Mato Grosso e de lá para a Colônia com seus dez filhos. Alocados provisoriamente na Quadra 55, Lote 4 desde 02 de janeiro de 1946, a família só teve seu título permanente da propriedade em 10 de outubro de 1955, sob o cadastro n.º 163⁴⁴ do Livro de Registros da Colônia. Essa demora na entrega dos títulos das terras se repetiu diversas vezes devido as divergências existentes no processo de alocação dos colonos nas áreas já demarcadas, que mesmo já certos da seleção para recebimento das terras para cultivo, tinham que esperar a demarcação total de todas as áreas da Colônia para aquela Zona, ficando a mercê da própria burocracia instituída pelo Governo.

A família Teixeira, citada no parágrafo anterior, tinha como filho mais velho José Lúcio Teixeira, com nove anos de idade quando chegou ao lote da Colônia, e este seguido por idade numa progressão de irmãos 9 irmãos com 1 e 2 anos de diferença, que assim como ele iria começar desde muito pequeno na labuta da terra. Somado à José Lúcio mais outros três irmãos já estavam em idade escolar no período em que se instalaram na Colônia, e pela distância até a Sede administrativa, que ficava à 15 quilômetros, o acesso à escola era impossível.

Somando à essa realidade, em novembro de 1946 se instala na Quadra 56, Lote 2, Maria Luiza de Moura, que assina no Livro de Registro de Colonos como chefe da família devido ao falecimento de seu esposo antes da posse das terras, e com seus dois filhos, de oito e nove anos, começa a desbravar a mata que ocupava sua propriedade. Ainda em 1946 se instalam na Quadra 56, Lote 6, João Cardoso Duarte Filho, com a família de sete filhos, todos ainda menores de 7 anos, idade mínima estipulada para se frequentar a escola.

Essas três famílias foram as pioneiras na colonização da Zona do Triunfo, seguidas de tantas outras, e que juntas deram vida ao espaço zoneado e permitiram a formação do povoado de mesmo nome. Este que recebeu até 1949 um total de 8 famílias e com elas 42 pessoas, somando 26 crianças. Devido ao quantitativo de crianças, em

⁴³Livro de Registros de Colonos. CAND, 1953, p.5-199. Arquivo Nacional/RJ. Coleção da Comissão Especial da Faixa de Fronteira. NEPPI/UCDB. Disponível no Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados.

⁴⁴Livro de Registros de Colonos. CAND, 1953, p.163. Arquivo Nacional/RJ. Coleção da Comissão Especial da Faixa de Fronteira. NEPPI/UCDB. Disponível no Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados.

1950 a Administração da Colônia, em cumprimento ao preconizado pela Lei que habilitava a instalação na Colônia de escolas para todos os filhos de colonos⁴⁵, foi criada a primeira escola da região, a Escola da Zona do Triunfo (**Figura 4**), sob a administração do Núcleo Colonial.



Figura 4: Escola da Zona do Triunfo, Triunfo, 1957.
Fonte: Acervo particular de Sedilha Moraes Moreira, 2014.

Esta escola foi construída com madeira fornecida pela Administração da Colônia, assim como as carteiras duplas dos estudantes, a mesa e cadeira da professora. A escola mais próxima do povoado até a criação da Escola da Zona do Triunfo ficava à mais de quatro quilômetros, na Zona do Armazém e atendia os moradores da Cooperativa e dos lotes próximos. Todos os materiais de uso dos alunos e da professora dessas escolas eram enviados pela Sede da Colônia. Os alunos que passavam à frequentavam vinham das propriedades periféricas, e deviam seguir os ritos estipulados pela professora, que era a única funcionária da escola. Como única funcionária, esta professora “cuidava de uma turma única com as quatro séries, organizando-as no mesmo espaço através de filas de nível de conhecimento, aplicando as lições e

⁴⁵ Artigo 8º do Decreto-Lei 3.059 de 1946 que estabelece a criação de escolas primárias para alfabetização de todas as crianças em idade escolar, e o Artigo 3º do Regulamento de 1927, sobre a obrigatoriedade do ensino primário para todas as crianças de 7 a 12 anos de idade.

acompanhando a evolução dos alunos carteira por carteira, até ter certeza que cada um tinha aprendido”. (SEDLACEK, E. *Depoimento*, 2014, p.7).

A rotina da escola, acompanhada pela Administração da Colônia através dos relatórios enviados pelos professores, evidenciou a existência de uma inspeção real sobre o quantitativo de alunos alocados em cada escola, e o seu índice de frequência, considerando que este era um fator a ser controlada pela Administração, dando seguimento a obrigatoriedade do ensino registrada em lei, e almejando atingir os ideais políticos do Brasil, verificados no discurso do presidente Getúlio Vargas, na síntese da Colônia, que era o fim do analfabetismo no país.

O documento mais antigo que localizamos sobre a escola em Triunfo data do ano de 1953 e é um relatório, enviado à Administração da Colônia, constando a quantidade de salas existentes na escola, a quantidade de alunos e sua divisão por série de conhecimento. Neste mesmo documento consta ainda a frequência dos alunos e a relação destas para os outros meses do ano, bem como a atuação de duas professoras à frente da escola: a professora Sedilha de Moraes Moreira, com as turmas de 1ª série com 32 alunos, 2ª série de 6 alunos, 3ª série composta por 5 alunos e 4ª série de 3 alunos; e a professora Hilda Teodoro da Silva, responsável pela sala de adaptação, trabalhando com um total de 64 alunos, com aulas no período vespertino⁴⁶.

Em depoimento a professora Sedilha de Moraes Moreira, uma das primeiras professoras do povoado, nos contou que o ano de 1953 foi seu primeiro ano de atuação na Escola da Zona do Triunfo. A escola foi fundada em meados de 1950, trabalhando nela apenas a professora Hilda Teodoro da Silva. A partir do ano de 1954, a professora Sedilha passa a trabalhar sozinha na Escola, com todas as crianças no horário matutino, pois tinha que “conciliar a profissão de professora com as tarefas domésticas em casa, que ficava ao lado da Escola”⁴⁷.

O honorário da professora era realizado em nome do Núcleo Colonial de Dourados, através da folha de funcionários gerais do Núcleo, e por este mesmo setor as professoras eram alocadas nas escolas da Colônia, ora por indicação dos colonos, ora por indicação de outra professora já atuante no ensino dentro das Zonas, como aconteceu com a professora Sedilha de Moraes.

⁴⁶ Base levantada com referência à dois relatórios do mês de setembro de 1953, assinado pela Inspetora Cremilda Xavier Thiry, sendo esta parte do Documento pertencente à Coleção da Comissão Especial da Faixa de Fronteira. NEPPI/UCDB. Disponível no Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados.

⁴⁷ MOREIRA, Sedilha de Moraes. *Depoimento*, 2014, p.5.

Ainda no ano de 1952, no Lote 15 da Quadra 12 da Colônia instalou-se a família Sedlacek. Após muitos desencontros envolvendo a promessa da terra, a organização administrativa e a disponibilização dos lotes, os colonos dessa família, advindos do interior de São Paulo se depararam com a falta de estrutura para sua moradia, e nesse meio, a “falta de escola para as suas crianças”⁴⁸.

Impressionados pela distância em relação a escola mais próxima, pois a Quadra 10, divisa com a 56, onde se instalara a Escola da Zona do Triunfo, até a Quadra 12, divisa com a Zona do Mercado, local que passara a receber novas famílias, distava à mais de 3 quilômetros, distância demasiada para a caminhada diária das crianças. Os moradores solicitam junto à Administração do Núcleo Colonial da instalação de uma nova escola, mas sem atendimento de tal reivindicação, e com uma leva de crianças em idade escolar, o colono Kurt Sedlacek e sua esposa Maria Simonato Sedlacek investem na abertura de uma escola na localidade, sob o consentimento da Prefeitura Municipal de Dourados.

Utilizando um depósito para armazenamento de ferramentas, Cícero Barbosa da Silva, Colono da região, disponibilizou o primeiro espaço para funcionamento de uma escola municipal na localidade. Esta escola funcionou paralela à escola da Zona do Triunfo até a construção de um novo prédio para seu funcionamento pela Prefeitura, em meio às pastagens de Cícero Barbosa⁴⁹. No ano de 1954, com o investimento em madeira da Prefeitura de Dourados, é criada a Escola Rural Mista do Mercado (**Figura 5**), de administração municipal que permaneceu ativa até a década de 1970.

⁴⁸ SEDLACEK, Arno. *Depoimento*, 2014, p.6.

⁴⁹ CARNEIRO, A. *Depoimento*, 2014, p.8. SEDLACEK, A. *Depoimento*, 2014, p.5.



Figura 5: Escola Rural Mista do Mercado, Triunfo, 1959.
Fonte: Arquivo Pessoal de Antônia Barbosa Garcia, 2014.

Não localizamos uma documentação específica sobre a escola e as crianças que à frequentavam. Os depoimentos embasados na memória da professora e de dois alunos deste espaço foram a base para conhecermos um pouco sobre sua história. A **Figura 5** acima, mostra a simplicidade de sua estrutura física, funcionando em meio a pastagem, ofertava o ensino em dois períodos com três séries. A **Figura 6** é de uma fotografia de 1968, esta retirada na frente da escola quando uma empresa enviada pelo município foi conferir o seu funcionamento e realizou o serviço fotográfico dos alunos para ilustrar a ação do ensino naquela localidade. A bandeira brasileira ao fundo, o vaso de flores apoiado sobre livros, bem como a bandeira mato-grossense, são detalhes utilizados como peças de um cenário criado para ilustrar um modelo de educação discursado pelo Governo Militar, mas que por vez destoava do cotidiano desses alunos.



Figura 6: Alunos da Escola Rural Mista do Mercado, 1968.

Fonte: Arquivo pessoal de Juraci Cavalcante e Antônia Marques, 2014.

Essas três fotografias apresentadas como **Figuras 4, 5 e 6** são os únicos documentos que podem nos dar uma ideia de como foi a existência física dessas escolas. Escolas estas que serviram de base para todos os moradores que integraram o que veio a ser a formação do Distrito de Vila Vargas sobre o conceito de escola, e por isso elas são consideradas como a base do ensino escolarizado no Distrito.

Contudo, para que se efetivasse esse processo de inserção de escolas, o município de Dourados contava com problemas típicos para o período. Em relatório anual da Prefeitura de Dourados, do ano de 1952, o então prefeito Nelson de Araújo enfatizava que:

A Instrução consiste um dos problemas mais sérios a serem enfrentados pela Administração Municipal. Município vastíssimo com quase 20.000 km² e com população muito espalhada, há grande dificuldade de localizar as escolas e também conseguir professoras para as mesmas. Todas as escolas municipais são na zona rural, para onde poucas professoras se conformam em ir, pois preferem ficar na cidade, o que ainda mais dificulta a solução do problema. Aliás, os vencimentos do professorado devem ser aumentados, para merecerem a atenção e o interesse de outros candidatos (JORNAL O PROGRESSO, Edição 103, 21/04/1953, p.2).

As Escolas das Zonas da Colônia situavam-se a uma distância média de 30 quilômetros do Distrito Sede, e nenhum professor normalista atuava nessas escolas, a citar os dados levantados para as Escolas da Zona do Triunfo e Zona do Mercado. O ensino era ministrado por professoras leigas que muitas vezes pouco ou nada sabia sobre métodos pedagógicos de alfabetização, e reproduziam em sua prática os métodos a que foram sujeitas em seu tempo de escola. O ensino dessa forma seguia modelos

diversos, mas respeitavam um currículo que era monitorado pelo Núcleo Colonial de Dourados através da Inspetoria de Cremilda Xavier Thiry, até o final da década de 1950. Esta Inspetoria, além de atuar ativamente no planejamento das atividades a serem desenvolvidas em sala, aplicava as provas aos alunos em calendário estipulado no início de cada semestre⁵⁰, acompanhando o desenvolvimento desses alunos e o envolvimento do professor com os preceitos do governo.

No perímetro entre as duas escolas se tornou base para um adensamento populacional que originou o perímetro urbano do povoado. Essa região foi resultante da construção de casas em divisas de lotes, e da existência de *reloteamentos*, resultantes de vendas de pedaços menores do Lote original da Colônia para famílias construírem casas em uma localidade que permitisse um maior contato entre estas e o acesso à cidade, através da estrada que surgia neste espaço e que cruzava o povoado. Os depoimentos nos evidenciaram que os pioneiros desse povoamento mais concentrado foram os comerciantes Pedro Josuel da Silva e Luiz Ramos (informação verbal)⁵¹, que em 1953 se instalavam com suas famílias em uma pequena propriedade à margem da estrada que dava acesso à Sede da Colônia, e ali montaram um comércio para venda de mantimentos básicos, atraídos pelo fluxo de pessoas que começou a se intensificar também devido a instalação de uma linha de ônibus do tipo Jardineira Mista, ligando Dourados à Entre Rios, que veio a ser o Município de Rio Brilhante.

Com essa comunidade em crescimento, os problemas existentes e resultantes do próprio adensamento tornavam-se evidentes. Demandas sociais, como atendimento em saúde, a escola e transporte vinham à tona nos assuntos das rodas de conversa. Como os colonos se originavam de estados com polos urbanos mais evidentes, era natural que estes enxergassem de forma mais clara as potencialidades da região, à medida que vivenciavam os tramites envolvendo o município, as colônias e a política local.

Assim, os homens com mais instrução e experiência política da região começaram a estabelecer um núcleo de interesse, unindo-se em prol de reivindicações locais, embasados nas deficiências da gestão pública do município e da necessidade de que o povoado fosse reconhecido. O destaque para essa formação política se evidencia em 1954, ano de eleição para prefeito do município de Dourados, quando o povoado de Triunfo se torna alvo das investidas partidárias dos candidatos Ruy Gomes do Partido

⁵⁰ Dado construído com base no relatório de controle de escolas, assinado pela Inspetora Cremilda Xavier Thiry. Documento pertencente à Coleção da Comissão Especial da Faixa de Fronteira.NEPI/UCDB. Disponível no Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados. MOREIRA, S.M. *Depoimento*, 2014, p.7.

⁵¹ LEITE, J.F. *Depoimento*, 2014, p.2.

Social Democrata (PSD) e Antônio Moraes dos Santos da União Democrata Nacional (UDN).

Noticiado na primeira página do jornal “O Progresso” de 20 de junho de 1954 com os dizeres “Mereceu Calorosa acolhida o candidato pessedista nas zonas do Triunfo, Serraria, Laranja Lima, Barreirão, Picada do Guassú e Mercado”⁵², evidencia-se que as Zonas da colônia passam a compor o rol das investidas partidárias, que se revelavam uma fonte importante de votos e, quiçá, o berço da nova política municipal.

Tal visita significou o marco de um período de ascensão política em Triunfo, onde já se adensava uma formação política cunhada nos discursos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) junto à população urbana e incentivada por Jonas Francisco Dourado, político douradense que discursava sobre a problemática enfrentada pela população colona da região, em favor das famílias que ali também residiam, e defendia o poder da força do trabalhador para o crescimento do município⁵³.

Como resposta às investidas eleitorais que se seguiram no decorrer dos meses de junho e julho de 1954, no dia 15 de agosto de 1954, como símbolo de apoio indireto ao candidato Ruy Gomes, foi enviado pelos representantes políticos de Triunfo ao jornal da cidade uma carta sobre a estrutura partidária dentro do município com o título “Solidariedade aos dissidentes do Partido Trabalhista Brasileiro em Dourados”:

O Sub-diretório do Partido Trabalhista Brasileiro, no Triunfo, Colônia Agrícola Nacional de Dourados, através dos seus membros, abaixo assinados, hipotecam inteira solidariedade à expressiva Dissidência do Partido Trabalhista Brasileiro, neste município, e, para esse fim, dirigiram-se ao Sr. Jonas Francisco Dourado, um dos líderes desse movimento político já conhecido de todos nós no Município. São os seguintes os signatários desse abaixo assinado: Pedro Jacinto Sobrinho; João Ferreira Leite; Joaquim José Vieira; Inácio Candido da Silva; Antônio Honório de Azevedo; Orlando Francisco Pinto; Francisco Lopes dos Santos; Pedro Barbosa da Silva; Pedro Domingos; Manoel Lopes da Costa; José Pantaleão Dantas; Diniz Correa de Almeida; Manoel Honorato; João Dias Lopes; Pedro Bento de Souza. (JORNAL O PROGRESSO, Edição 172, p.4, 15/08/1954).

O PTB foi o responsável pelo início de uma política partidária dentro do povoado à medida que permitia a discussão sobre a realidade da política municipal para os colonos que ainda não se sentiam como pertencentes ao município devido a distante

⁵²JORNAL O PROGRESSO, Edição 155, p.1, 21/04/1954.

⁵³ Informação obtida a partir dos exemplares do Jornal “O Progresso” que noticiavam sobre o Partido Trabalhista Brasileiro e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados entre o ano de 1954 e 1955, e LEITE, J.F. *Depoimento*, 2014, p.4.

realidade entre o Distrito Sede do município e os povoados, mas que tinham no partido de Vargas um elo de interesse comum.

Ao falar desse sentimento de pertencimento dos Colonos, entendemos que sendo eles originários de outras realidades, e centrando-se no trabalho com a lavoura, tinham pouca oportunidade para discutir a política local, da qual pouco se conhecia, a não ser através do jornal vendido na cidade ou pelo acesso as notícias advindas do rádio à pilha⁵⁴, item só disponível para os mais abonados financeiramente. De qualquer forma, ainda sim, além dos moradores que viviam na área urbana de Triunfo, tal realidade não era compartilhada por toda a população que se distribuía pelas propriedades da Zona.

A notícia citada evidenciou a existência de 15 signatários, e pelo menos uma fatia deles, compuseram as discussões políticas que se intensificaram nos anos seguintes de forma mais ativa no cenário municipal. Mais ativa porque no ano de 1954 o PTB é interpretado como referência partidária para estes signatários, assim como o é também para uma extensa parcela dos colonos, a considerar os discursos imputados sobre o trabalho com a terra e à sombra de seu fundador, Getúlio Vargas, bem como pelas investidas de proximidade entre este e o Partido Social Democrata (PSD)⁵⁵, ao qual Ruy Gomes pertencia.

Ainda em 1954, um mês após o envio da carta de apoio ao partido de Getúlio Vargas, o então Presidente da República comete suicídio no Distrito Federal. A notícia da morte estampou a primeira página de todos os jornais brasileiros, e não diferente o jornal local publica: “Luto e Amargura sem par na Pátria Brasileira pela MORTE DE GETÚLIO. Documento imortal deixado pelo grande brasileiro: “Nada mais vos posso dar do que o meu sangue”. “O meu nome será vossa bandeira. ” (JORNAL O PROGRESSO, Edição 174, p.1, 29/08/1954). Seguido de uma sequência de elogios ao “pai dos pobres”, o tom da notícia denotava a repercussão da morte do Presidente no município, este que era defendido como modelo de presidência dentro da Colônia por ter criado o Território Federal de Ponta Porã, símbolo do combustível para o crescimento do município de Dourados.

⁵⁴Para o período Dourados contava com única estação de rádio, a Rádio Clube de Dourados, que ainda hoje oferece serviços de comunicação. (MOREIRA, 2010).

⁵⁵ O Diretório do Partido Trabalhista Brasileiro, dentro do município de Dourados era representado por Weimar Torres e Hiran Pereira de Matos, e na extinta Colônia Agrícola Municipal, por Messias Cordeiro e Silva (JORNAL O PROGRESSO, Edição 172, p.1, 15/08/1954). É necessário ressaltar que essa simpatia entre os partidos PTB, PSD e, em menor escala, PDC, permitiram os representantes políticos da região conseguir façanhas envolvendo a política local, a citar a própria emancipação do Município de Itaporã e a criação do Distrito de Vila Vargas.

Tão cativa quanto a primeira notícia da morte do Presidente foi a notícia vinculada na edição seguinte⁵⁶, sob o título “Passou a chamar-se Rua Presidente Vargas a Rua Pernambuco”.

Por unanimidade de votos a Câmara Municipal aprovou na última sessão, um projeto de lei de autoria dos vereadores Aguiar Ferreira de Souza e Orlando Marques de Almeida, dando o nome de Rua Presidente Vargas a Rua Pernambuco. A aprovação dessa lei teve apoio de numerosos moradores daquela rua, que dirigiram um abaixo assinado manifestando-se favoravelmente aquela mudança de nome, em homenagem ao eminente brasileiro tragicamente desaparecido na manhã de 24 de agosto último. Segundo estamos informando, esses moradores estão também providenciando a aquisição das placas para serem festivamente colocadas na mencionada rua, em substituição às placas atuais. (JORNAL O PROGRESSO, Edição 175, p.1, 5/09/1954).

A alteração do nome da segunda maior avenida da cidade, esta que representava a principal via de ligação entre a cidade de Dourados e a antiga Colônia Municipal, então cidade de Itaporã, simbolizava o prestígio dado à Getúlio Vargas pela política local e o significado desta ação para a política nacional. Prestígio esse que se segue pelos distritos e povoados do município, e seguindo a onda de homenagens lideradas pelos moradores da extinta Rua Pernambuco⁵⁷, outras construções também passam a receber o nome do ex-presidente, a citar o Ginásio Estadual, instalado em 1958, ruas pelos municípios que foram se emancipando nas décadas de 1960 e 1970, o próprio povoado de Triunfo quando se emancipa e suas escolas.

Um mês após o falecimento de Getúlio Vargas, Pedro Josuel da Silva, figura cativa da política dentro do povoado de Triunfo, incita a mudança na nomenclatura de Triunfo para Vila de Vargas. Como homem do comércio, contou com o apoio de Luiz Ramos, também pioneiros, e juntos, iniciaram uma campanha política no sentido de incentivar os grupos representantes dos colonos a aceitar a mudança de nome do povoado em homenagem ao “criador” daquela região (informação verbal)⁵⁸. Mesmo com um processo de reconhecimento do lugar como Vila de Vargas por parte dos moradores, a mudança legal só se efetivou em 1963, e até esta data apenas se

⁵⁶ De 1951, ano de sua criação, até 1965 o jornal era impresso semanalmente. Em 1965 passou a ser bissemanal e em 1970, trissemanal, até que em 1976 tornou-se diário e um ano depois o sistema de impressão colorida foi implantado. (MARTINS, 2002, s/p).

⁵⁷ A alteração da nomenclatura da rua foi efetiva Lei Municipal n.º 78 de 10 de setembro de 1954. É válido lembrar que o prédio que abrigava o jornal O Progresso ficava nessa rua, o que nos permite interpretar que os interesses políticos se refletia em todas as instâncias das ações públicas.

⁵⁸ LEITE, J. F. *Depoimento*, 2014, p.3.

identificava como sendo de Vila de Vargas os moradores que viviam no perímetro urbano do povoado de Triunfo, conforme podemos verificar pelas notas vinculadas no jornal local sobre casamentos e compras de propriedades.

O segundo semestre de 1954 foi movimentado para o município de Dourados, pois além da morte do “herói nacional”, prantado pelos colonos, haveria ainda a eleição para Prefeito da cidade. A integração dos partidos em vários povoados do município, principalmente o PTB e PSD impressionava a política local pelo quantitativo de subdiretórios, a citar os de Itaporã, Montese, Picadinha e Triunfo, que somavam mais de 30 pessoas⁵⁹. Este último recebe, a partir desse ano, a primeira urna eleitoral e, instalada na Escola da Zona do Triunfo, ganhou característica de zona eleitoral, evidenciando o porquê da intensa investida político-partidária na região, dada ao elevado número de eleitores.

Com a vitória significativa de Antônio Moraes dos Santos, pela União Democrata Nacional, o município passa a ter uma participação mais próxima dos colonos nas solicitações de serviços, principalmente porque a partir de então os próprios vereadores, fato verificado nas Atas das Reuniões da Câmara Municipal de Dourados, começaram a intensificar as investidas nas vilas distritais, considerando já o número ascendente de habitantes oriundos das investidas migratórias do governo estadual para a região sul do estado.

Vila Glória e Vila Brasil eram os principais redutos para as investidas da Câmara Municipal de Dourados, não apenas pelo crescimento vertiginoso que caracterizava sua estrutura, mas pela própria forma que se constituiu como região da colônia, resultante de conflitos e problemas de gestão administrativa, que permitiram uma característica de destaque: a participação popular junto à política local por meio de reivindicações fez parte da cultura local desde sua criação. Citamos como exemplo a manchete de outubro de 1955, assinada por Armando Carmello e intitulada “Vila Brasil”, no jornal “O Progresso”, na qual além de falar sobre o quão importante era este Distrito para o município e sua região periférica devido ao seu número populacional, expõe a situação de abandono por eles vivido:

Pois é nessas casas de madeiras e barroteadas da Vila Brasil que estão mais de duzentas crianças em idade de escola, sem aprendizado algum e sem assistência médica e hospitalar de espécie alguma. É naquele

⁵⁹Para maiores detalhes sobre os signatários destes Subdiretórios, consultar os exemplares do Jornal “O Progresso” dos dias 25/04/1954; 09/05/1954 e 20/06/1954.

recanto que tem o nome de Vila Brasil que essas crianças esperam dos poderes públicos de Dourados e do Estado a escola para o ensino primário gratuito com professoras dedicadas que façam tudo por essa mocidade a raia miúda principalmente, que alí está assistindo as águas do Rio Dourados passarem, passarem sempre ouvido a música dos pássaros....E a escola não vem...E o Posto de assistência Médica não vem....tudo não vem para aquela gente da Vila Brasil, tudo tarda, enquanto o analfabetismo campeia e o amarelão domina o organismo das crianças. (JORNAL O PROGRESSO, Edição 230, p.1, 30/10/1955).

Esta manchete, bem como as solicitações dos vereadores para com a assistência nas regiões das vilas e povoados evidencia que foi esta característica que permitiu a estruturação modelar municipal à região, que adveio já em meados da década de 1960 como emancipação. Característica essa que não foi estruturada às demais Zonas da Colônia Nacional, principalmente as da 1ª Zona, pois sendo ela loteada e preenchida por colonos diversos, com proximidades diminutas, a organização política não verificou a possibilidade de ânsia para uma emancipação administrativa à nível de município.

De qualquer forma, os anos que seguiram a segunda metade da década de 1950 foram marcados pelos conflitos políticos envolvendo as concessões de terras do estado dentro das limitações municipais, a regularização dos lotes já demarcados e teoricamente disponibilizados aos colonos da Colônia Nacional Agrícola, principalmente da 2ª Zona, e pelo envolvimento político na emancipação “precoce” do município de Itaporã, antiga Colônia Municipal.

No que se refere ao ensino, em relatório sobre a situação do município de Dourados no primeiro ano de seu mandato, o prefeito Antônio Moraes dos Santos emite um laudo parecer sobre a herança de sua administração:

Na cidade de Dourados, funcionam os seguintes estabelecimentos de ensino: Ginásio Osvaldo Cruz; Patronato de Menores, Grupo Escolar Joaquim Murtinho, Erasmo Braga, Escolas Reunidas Cabeceira Alegre, Escola Reunida Oeste, Escola Primária Adventista e Escola Municipal Duque de Caxias também conhecida como Orfanato Nhanderoa. Estudam atualmente nesses Estabelecimentos, 1.567 alunos. Lecionam 43 professores. Nos demais Distritos, Povoados, Colônias e Zonas Rurais, funcionam 54 Escolas, com um total de 7.130 alunos e 125 professores. Não foi possível discriminar as Escolas, dando nomes, Professores e número de alunos, em vista de já estar o presente artigo grande para o jornal. (JORNAL O PROGRESSO, Edição 204, p. 6, 24/04/1955)

Este ensino, que contava com cinco vezes mais alunos nos perímetros rurais do que nos urbanos do município, davam a Dourados uma característica quase totalmente rural em meio aos anseios de uma sociedade que ansiava estruturas urbanas. O Censo Estatístico do governo aponta que o município tinha em 1940 um total de 14.985 habitantes (IBGE, 2010), sendo destes 13.164 residentes nas áreas rurais, e em 1950 um valor de 22.834 habitantes (IBGE, 2010), com 18.104 vivendo na zona rural. O aumento de aproximadamente 53% de uma população alocada em um município em uma década, que além da terra bruta para oferecer, pouco se tinha em questão de infraestrutura, era o manancial necessário para diversos problemas de assistência, principalmente no setor de saúde e educação.

A questão da infraestrutura no município é peculiar porque, quando do período do Território Federal de Ponta Porã, ao qual Dourados pertenceu até 1946, a administração começou a pensar em uma transformação urbana ancorada nos reflexos de uma mantenedora federal, mas com a extinção do Território e retorno do município aos pilares administrativos mato-grossenses, Dourados volta a status de apenas mais um município na lista de 60 municípios do estado de Mato Grosso, e estando ele no extremo sul, distante, e com ascendente processo de colonização, se torna palco de diversas estratégias políticas de gestão.

Tais variantes direcionaram a estrutura política local para a formulação de resoluções administrativas nem sempre positivas para a população. Um exemplo é o que envolve a função docente. O município não dispunha em 1955 de uma Escola Normal para a formação da mão de obra necessária, então os professores que iam trabalhar nas escolas eram, ou advindos de Ponta Porã de formação ofertada na Escola Normal Regional lá instalada ainda sob regência do Território, das maiores cidades do estado como Campo Grande, Cuiabá ou Corumbá, ou vindas em meio as levas de colonos que no município se instalava.

A distância entre a Capital e o município, não era algo positivo para o interesse dos formandos dessas localidades, e ainda sim, para os professores existentes, havia o fator remuneração. A situação era que, quando se trabalhava nessa profissão durante a administração do Território, o pagamento era efetivado dentro da folha de pagamento dos funcionários da Colônia Nacional. Quando extinto o Território, mas ainda mantida a administração do Núcleo Colonial, os pagamentos continuavam a ser repassados, através da esfera municipal, mas com repasse misto. No segundo semestre de 1955 aconteceu que, deixando a Administração do Núcleo Colonial de pagar os honorários

dos professores, pois a administração do Departamento de Ensino passaria a realizar tal ação através do fundo de investimento estadual, divergências na responsabilidade de pagamento emergiram em meio as buscas resolutivas de investimento financeiro. Já no primeiro pagamento a ser realizado com essa nova estrutura, o valor não tinha previsão de ser pago aos professores, e como resposta, esses profissionais ameaçaram greve nos meses faltantes para o término do ano letivo⁶⁰.

Ameaça essa não consumada, pois através da intervenção dos vereadores, houve solução a contento para a problemática, pelo menos em parte, quando o repasse financeiro foi efetuado pelo município. O fato importante neste acontecimento está além da deficiência na estrutura oferecida ao profissional docente, mas sim na organização docente em crescente evidência dentro do município, o que provavelmente contribuiu para a fundação da Associação Douradense dos Professores Primários, em 1970⁶¹, e também para a execução efetiva da Delegacia Regional de Ensino de Dourados.

De qualquer forma, já em 1955 a escola se tornou alvo dos olhares atentos dos partidos, e as situações originárias de sua vida social se transformavam em combustível para as ações dos vereadores frente a comunidade. As situações críticas comuns à escola no período, como falta de estrutura física; mau funcionamento por falta de professor; inexistência de material didático; criação de prédios novos entre povoados distantes; reforma dos prédios que foram instalados no início da colonização; evasão dos alunos; etc., tudo somado à uma pitada de interesse partidário se tornaram o discurso dos vereadores, seja perante as reuniões da Câmara dos Vereadores, nas Zonas do Núcleo Colonial à que eles se empenharam em frequentar cada vez mais ou imbuídos nas reuniões junto ao poder estadual.

No povoado de Triunfo, o adensamento em torno do comércio instalado por Pedro Josuel se intensifica e até o início dos anos 1960, já figura traços de uma vila, como nos moldes do Decreto-Lei 311/1.938. A transferência do prédio da Igreja Católica em 1958 para o perímetro urbano possibilitou o aumento no número de casas no entorno da Igreja e proporcionou a solidificação de um modelo urbano de povoado, dando a solidez política para o grupo representado pelos senhores Pedro Josuel da Silva, Luiz Ramos de Barros, Raimundo Alves Sobrinho e Fradique Correa Ferreira. Estes indivíduos, detinham um poder aquisitivo maior, seja financeiro ou intelectual, e

⁶⁰ JORNAL O PROGRESSO, Edição 230, p.1, 30/10/1955.

⁶¹ JORNAL O PROGRESSO, Edição 1.139, p.4, 13/05/1970.

exerciam função ativa na fixação da existência de uma identidade do povoado junto a administração do município.

Com a instalação de sua Fazenda em frente ao Lago do Triunfo, em 1958, o contato deste com os moradores da região e a participação junto aos interesses dessa população, proporcionou a Fradique Correa destaque no cenário municipal, por parte da produção agropastoril de sua propriedade, e através de relação de amizade partidária com Weimar Torres, possibilitou ao povoado de Triunfo maiores investidas da força política douradense.

Força essa que teve seu primeiro reflexo em 1959, ano em que Weimar estava vereador do município e, através do PSD, deu maior visibilidade ao povoado de Triunfo ao rascunhar um projeto de elevação deste a Distrito douradense em homenagem ao falecido Presidente Getúlio Vargas, dando peso ao anseio local de nomeação do povoado de Triunfo em Vila de Vargas.

Entre os anos de 1959 e 1961 o povoado de Triunfo, já sendo referido pelos políticos e moradores como Vila Vargas, recebe uma leva de novos moradores, atraídos pelo *reloteamento* de proprietários dos lotes próximos a região onde se fixava o perímetro urbano do povoado, esta cortada pelo entorno da área demarcada para a estrada de circulação estadual. O pioneiro neste processo de *reloteamento* das Quadras foi João Eduardo Izidoro, que através da venda de partes do seu lote, possibilitou a ampliação do espaço urbano. Este *reloteamento* permitiu que o povoado recebesse construções mais próximas umas das outras, e a fixação de limites definidos, com comércio, sapataria e costuraria. Como demanda política, o município constrói em 1962 a primeira escola dentro do perímetro central do povoado, de nome de Escola Rural Mista de Vila Vargas. Esta escola, funcionou paralelamente às escolas de Mercado e Triunfo, esta última também sob a gestão municipal, é identificada como Escola Rural Mista do Triunfo.

A instalação da Escola Rural Mista de Vila Vargas só foi possível graças aos interesses políticos que envolviam os moradores da região, isso porque Weimar Torres esteve à frente de sua criação, lembrando a relação deste com o fazendeiro Fradique Correa. Esta ligação permitiu que o PSD se firmasse dentro do povoado, em detrimento do PTB.

Os povoados se tornaram pauta dos debates *pessedistas* e ações como a de Fradique Correa, permitiram a propagação da fama do partido na região. Discursando sobre a necessidade de subdivisão dos povoados e sua elevação à Distritos, os políticos

defendiam à representação junto as decisões administrativas locais da população, a considerar a criação do cargo de subprefeito dentro destes distritos, estes que seria o responsável legal pela demanda distrital, além do afunilamento do investimento financeiro em infraestrutura para o distrito, com vigilância policial e posto de atendimento médico, muito reivindicado pelos moradores.

Como exemplo do interesse político na Zona do Triunfo, e das investidas destes para o quesito educação, a edição de abril de 1963 do jornal “O Progresso”, em manchete assinada por Viriato Baiano sob o título “Bilhete ao Prefeito”, *estoreia* que:

Andando no travessão, para sair na reta eu vinha ouvindo o ringido de minhas botinas e pensando nas coisas desta vida. Saindo na reta, resolvi ir até Vila Vargas, para esperar condução. O mormaço castigava e eu procurei a sombra daquele salão que estão construindo perto da bomba de gasolina. Outros também tiveram a minha ideia, e lá encontrei Gregório, falando com o grupo. Quando me viu, ele logo puxou assunto. – Chega para cá Viriato – exclamou ele, enquanto me estendia o braço cabeludo que só taturana – venha ver se eu não tenho razão. Estou dizendo aqui para os amigos que devemos reclamar do Prefeito e dos vereadores as promessas que fizeram na campanha eleitoral. Afinal, aqui todo mundo votou nessa gente. E, no entanto, ainda estamos vendo nossas crianças estudando em escolas feitas de coqueiro que deveriam dar vergonha. (JORNAL O PROGRESSO, Edição 502,p.2, 07/04/1963).

A situação das escolas, evidenciada por Viriato, era alarmante pelo fato de realmente não haver na região central de Vila Vargas, em 1963, uma escola nos moldes das instaladas anteriormente pela Administração da Colônia, por exemplo. O município recém havia instalado uma escola nesse perímetro, e esta atendia somente as crianças que não frequentavam as escolas da Zona do Triunfo e do Mercado, sob um prédio cedido. O interesse nas escolas como ponto direcional estava no fato de ser ela o principal símbolo de urbanidade, identificado pela elite política local.

Elite esta que em Triunfo, era representada pelos donos de uma parte significativa dos lotes que deram origem ao perímetro central do povoado identificado nos nomes já citados de Fradique Correa Ferreira, popular Delico, Raimundo Alves Sobrinho e Luiz Ramos de Barros, e pelos moradores de maior participação na política municipal, sendo eles figurados principalmente pelos cidadãos João Eduardo Izidoro, Pedro Conde e Diomar Carvalho⁶².

⁶² JORNAL O PROGRESSO, Edição 555, p.2, 26/04/1964.

Com a base política adotada pelo Governo Dutra e a abertura do governo estadual para a administração fracionada, permitindo uma maior liberdade para a criação de áreas administrativas que tivessem subordinação ao município, possibilitando a descentralização das decisões políticas e a distribuição financeira, e como projeto do então Deputado Estadual Weimar Torres, à frente do PSD no município, o vereador Ivo Anunciato Certzósimo intensifica o movimento a favor da criação dos Distritos em substituição aos povoados de adensamento populacional e produção econômica do município.

Como resultante das possibilidades oriundas desse momento da política administrativa nacional para revisão administrativa territorial, do acompanhamento municipal sobre a necessidade de uma apoio na orientação política e através das investidas partidárias, em 20 de dezembro de 1963, através do Decreto Estadual 2.092, é criado o Distrito de Vila Vargas, abrangendo a região anteriormente denominada de Zona do Triunfo, Laranja Lima, Laranja Doce, Varjão, Cruz Alta, e delimitando uma extensa região de produção agrícola sob a administração da sede distrital centrada no perímetro urbano que ficou oficialmente nomeado de Vila Vargas.

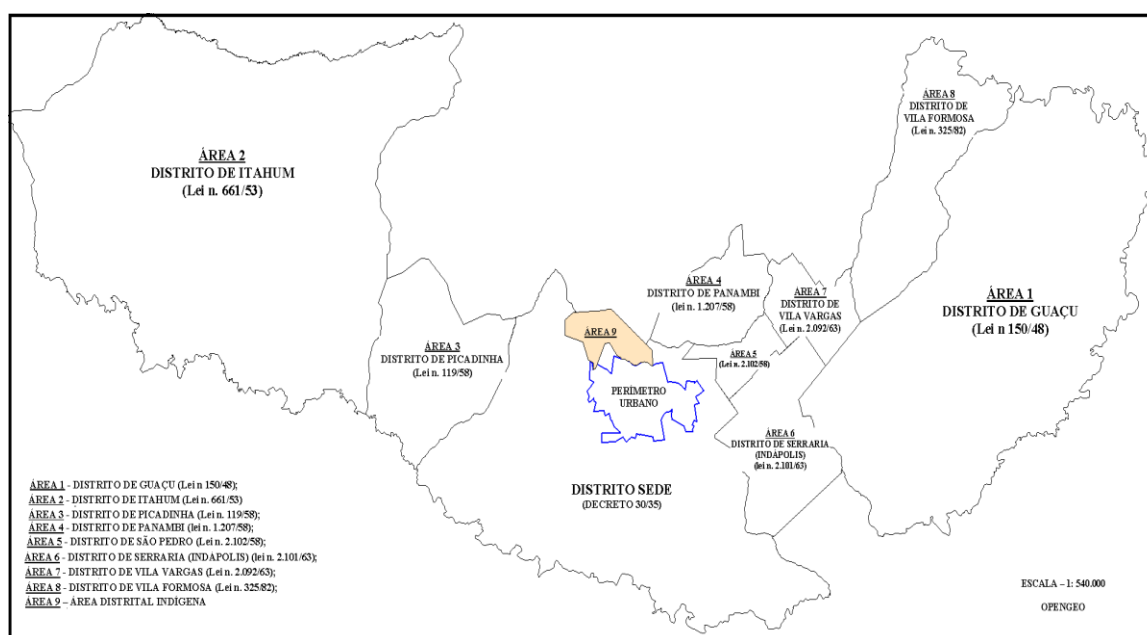


Figura 7: Divisão administrativa do Município de Dourados, 1982.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Habitação do Município de Dourados, 2014.

Edição: Wilker Solidade, 2014.

A **Figura 7** situa como ficou a divisão administrativa territorial do município de Dourados, destacando na área 7 o então Distrito de Vila Vargas. A instalação de posto

de atendimento médico dentro deste distrito, abertura de uma escola agrícola⁶³, delimitação de um perímetro urbano legal, exploração do perímetro rural e identificação participativa política, eram os anseios dos representantes políticos para esse novo período da história local. Como herança do período imperial no Brasil, era comum aos municípios estabelecer aos povoados que sua elevação à distrito seria legalmente reconhecida somente após a instalação na região do perímetro urbano que sediaría a Vila, de um Cartório de Registro que contasse com um Tabelião e um Juiz de Paz reconhecido pelo município.

Esta demanda foi cumprida, e o Cartório de Registro Civil do Distrito de Vila Vargas tem a abertura do seu Caderno de Registro lavrado no dia 1º de abril de 1964. O primeiro registro lançado foi o óbito de Joana Maria da Conceição, em 17 de abril do mesmo ano, servindo como testemunha os moradores João Elias da Rocha e Pedro Domingos Pereira. O primeiro casamento data de 23 de maio de 1964 e o registro do primeiro nascimento é de 13 de maio, ainda em 1964, de Neli Xavier Delmondes⁶⁴.

A instalação do Cartório significou o desenvolvimento da prática de registros dentro do Distrito, contribuindo para a legalidade dos *reloteamentos* que se tornavam mais frequentes, bem como do registro da população ali residente, pois como o Cartório mais próximo se localiza na Cidade de Dourados, por vezes as crianças nasciam e terminavam por não serem registradas, ou o eram apenas quando do ingresso na escola.

Os depoimentos expuseram que a instalação do Cartório significou também o início da história política do Distrito de Vila Vargas, porque foi a partir do Tabelionato instalado que surgiu a primeira disputa por poder dentro do recente Distrito. Pedro Domingos, figura citada anteriormente com membro do PTB, estava presente nas investidas partidárias dentro do povoado, mesmo residindo na cidade de Dourados, desde meados da década de 1950. Quando tomou certeza da elevação deste à Distrito, fixou moradia em uma das propriedades *reloteadas* e exigiu a liderança do Cartório a ser instalado na localidade. Entretanto, sendo Ildebrando Maciel um homem de posses e poder político dentro do município, solicitou e conseguiu a nomeação de seu filho Diogo Maciel como tabelião responsável pelo Distrito de Vila Vargas e Edmur Felix como Juiz de Pais. Pedro Domingos, não concordando com tal nomeação, discursando

⁶³ JORNAL O PROGRESSO, Edição 509, p.4, 26/05/1963.

⁶⁴ Estas informações foram disponibilizadas pelo Cartório de 1º e 2º Ofício de Dourados através da consulta aos cadernos de Registro de Nascidos, Casamento e Óbitos do Distrito de Vila Vargas do ano de 1964, seu primeiro ano de atividade.

sua maciça participação frente a política local, iniciou um período de investidas contra o então tabelião⁶⁵.

Esse atrito é justificável porque, estando à frente do Cartório, qualquer indivíduo tinha nas mãos o poder de registrar ou anular registro de propriedades dentro do Distrito, considerando que este órgão era a representação da lei neste espaço. O interesse nesta função estava exatamente neste item, pois responsável pelo registro, o Tabelião detinha o conhecimento e controle do maior símbolo de poder do período: bens imóveis⁶⁶. Exercer a função de Tabelião ia além das demandas cartorárias pois atingia as instâncias políticas por ser a primeira forma de controle dentro do Distrito. As investidas de Pedro Domingos, pelo que as notícias sobre o distrito e os depoimentos evidenciam, cercavam exatamente esta instância, a política dentro do Distrito.

Essa disputa se intensificou com configuração da política nacional a partir de 1964, direcionando a história política do Distrito para os rumos ansiados pelos detentores desse controle, configurando uma base política, cultural e educacional conforme os interesses destes, orientando-se para uma estrutura próxima da oligarquia de fazendeiros, comum ao Brasil pré-republicano.

Configurou-se a partir do Regime Militar uma forma de política orientada pelos interesses de uma pequena elite que se formava dentro do Distrito aos moldes da própria opressão defendida pelo Regime: todos aqueles que fossem contrários aos interesses desse pequeno grupo passavam a receber o tratamento agressivo e eram categorizados como “Comunistas”⁶⁷. Pedro Domingos, utilizando-se desse momento, consegue se tornar o Tabelião e, ao exercer liderança dentro do Distrito, colaborou com a atuação dos militares à caça aos denominados “subversivos da sociedade”, seguindo a cultura para o período no município.

Logo após o golpe, os udenistas passaram a agir, prendendo e delatando pessoas, principalmente adversários políticos. A repressão consistia na busca e prisão dos suspeitos de atividades subversivas e, principalmente, de ativistas comunistas, assim entendidos os partidários do PTB e por consequência, dos *Grupos de Onze*. (ARAKAKI, 2003, p.59).

⁶⁵ FELIX, L.E. *Depoimento*, 2014, p.8-9. FELIX, P. *Depoimento*, 2014, p.12.

⁶⁶ Para o Artigo 79 da Lei nº 10.406, de 10.01.2002, “São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente”. (BRASIL, 2002).

⁶⁷ CUNHA, E.A. *Depoimento*, 2014, p.7.

O PTB, outrora exaltado dentro do povoado, passa a ser considerado uma ameaça à segurança pública, e todos os que se mantinham defensores da filosofia do partido respondiam por investigação militar. Dentro do Distrito, todos os depoimentos citaram a existência de um “Grupo de Onze”, quando questionados sobre o período militar no Distrito. Sem saber exatamente o que vinha a ser o tal “Grupo de Onze”, mas tendo memória de tal nomenclatura, os depoentes mencionavam um principal fato marcante dentro dos limites do Distrito envolvendo o dono de uma das farmácias caseiras instaladas na Vila, conhecido como Seu Francisco da Farmácia:

Aqui oh, teve uma época que surgiu o partido da ARENA, teve o Francisco da Farmácia, teve o outro da farmácia aqui também, que foi preso, eles prenderam eles naquela época. Ganharo um castigo danado, um ficou mais de mês preso, ele era bocudo sabe, falava as coisas, daí sofria. Depois, quando houve uma política bonita, uma política boa, que acabou com essa coisa de Grupo de onze, daí houve ARENA 1, ARENA 2 e tal, aí eu comecei a mexer mais com política, mas sem, já fazendo uma política decente, uma política certa, com companheirismo. (FÉLIX, P. *Depoimento*, 2014, p.7).

Suzana Arakaki, ao pesquisar o Regime Militar no município de Dourados, explica que este Grupo:

(...) tratava-se de uma estratégia de resistência coordenada por Leonel Brizola que, desde a renúncia de Jânio Quadros, organizara uma extensa rede de apoio a João Goulart. Para garantir a posse de João Goulart e com o apoio do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, Leonel Brizola declarou-se disposto a pegar em armas para garantir respeito à Constituição e passou a exigir seu cumprimento, diga-se, a posse do vice-presidente eleito. Organizou uma rede de emissoras de rádio, denominada de Cadeia da Legalidade, ganhando apoio da opinião pública. Enquanto Jango tardava a implantação das Reformas de Base, Brizola organizou seus partidários com a missão de pressionar o presidente pelas Reformas. Exigindo a imediata implantação dessas reformas, Brizola percorria o país organizando seus seguidores, partidários do PTB, em Grupos de Onze, facções semelhantes às células comunistas. Passou a exigir, com urgência, a implantação das Reformas de Base: “na lei ou na força”. Esses grupos eram armados e estruturados em seus locais de moradia e trabalho para as atividades políticas radicais, emanadas por Brizola através das emissoras de rádio. (ARAKAKI, 2003, p.75).

Dentro do Distrito seguia-se a mesma teoria disseminada pelo município, de uma ameaça eminente das forças Comunistas sobre o Brasil e que todos os ainda

relacionados ao PTB eram culpados de crime contra a nação⁶⁸. Esse ideário embasou a nova moldura da orientação política dentro do Distrito, agora regido pelos interesses da ARENA.

Todo o período histórico que limitamos para a pesquisa ocorre dentro dessa nova política, sendo o Regime Militar o modelo de política vigente por todo o período de existência do Grupo Escolar Presidente Vargas, e por isso ao questionar os depoentes selecionados sobre o período e a como a política atuava sobre o espaço escolar e seu envolvimento social, com exceção do caso de perseguição citado acima, foi unânime as demonstrações de saudosismo ao período, citando qualidades como a organização da administração pública, a facilidade para os trâmites burocráticos envolvendo os assuntos escolares e centralidade das tomadas de decisões quando das contratações de funcionários e controle da qualidade das aulas, bem como do envolvimento amoroso dos alunos e professores para com a Pátria, simbolizados pelo canto organizado do Hino Nacional e o respeito pela bandeira do país.

Arakaki (2003, p.69) justifica esse saudosismo como sendo resultante de um trabalho que envolvia o próprio ensino, afirmando que os estudantes douradenses prestaram amplo apoio ao Regime Militar desde o início, já em 1964, representados pela única agremiação de estudantes existente no município, a Associação Douradense de Estudantes (ADES), esta que era congregada pelos filhos das famílias mais influentes da cidade. A manifestação estudantil ocorreu no dia 19 de abril de 1964, e toma a capa do jornal local com os garrafais dizeres: “Estudantes de Dourados se reúnem em comício: Castelo Branco nôvo Presidente”.

Os estudantes de todas as escolas reuniram-se e ofereceram um espetáculo quase inédito, realizando um comício em prol da democracia. O presidente da ADES (Associação Douradense dos Estudantes Secundários) José Paulo Teixeira [...] com auxílio dos estudantes Aldomir Carvalho, Jacy Alves de Lima, Emar Rodrigues, Luiz Carlos Deirane e outros, conseguiram também a “fanfarra” do Ginásio Estadual para promover a passeata. (JORNAL O PROGRESSO, Dourados, Edição 554, p.1, 19/04/1964).

Discursando sobre “o amor ao país, a defesa da democracia e da liberdade” (ARAKAKI, 2003, p.69), os estudantes representados pela ADES e os políticos se empenhavam em imbuir a defesa da política militar no ideário douradense, seja pelo

⁶⁸ Para mais detalhes sobre o Governo Militar no município de Dourados, ver: ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados/MS: UFGD, 2003. (Dissertação de Mestrado).

anseio ao patriotismo nacional, se utilizando da figura de Tiradentes como símbolo a ser seguido em defesa de uma Pátria ameaçada, ou pela religião, como na manchete assinada por Celso Müller do Amaral:

Brasileiro, a luta da Democracia Cristã contra o comunismo ateu, exige a tua cooperação e o teu valor. Alista-te, pois, como voluntário, dando o teu nome à Rádio Clube de Dourados. Estarás, assim, integrando a milícia dos legítimos defensores da família e da Pátria brasileira. Celso Müller do Amaral, Presidente da Ação Democrática Douradense. (JORNAL O PROGRESSO, Dourados, Edição 554, p.1, 19/04/1964).

A ideologia se inseriu no ideário político e permeou os modos de fazer a própria política, traduzindo-se na fala dos novos educadores como símbolo de normalidade política a ser seguida, sendo multiplicada por todos as igrejas, assembleias ou escolas do município. Acorados nessa ideia, direcionamos no próximo tópico um olhar para o cenário que deu base a efetivação dessa perspectiva, pincelando junto à história do Distrito de Vila Vargas o mapeamento das escolas que facilitaram a instalação do Grupo Escolar Presidente Vargas.

2.4 - O Distrito de Vila Vargas e o ensino: das Escola Rurais ao Grupo Escolar.

“Criado o Ginásio Estadual João XXIII em Vila Vargas”⁶⁹. Estes foram os dizeres do título da notícia da primeira página do exemplar do jornal O Progresso do dia 8 de dezembro de 1963. O texto que afirmava tal título exaltava o crescimento do então povoado da Zona do Triunfo, que por projeto do já Deputado Estadual Weimar Torres, se elevaria logo em breve à Distrito de Paz. Após uma varredura em todos os exemplares dos jornais O Progresso entre os anos de 1956 e 1975, a notícia vinculada sobre a criação do Ginásio Estadual foi a primeira⁷⁰ a se referir a localidade de Triunfo com a denominação de Vila Vargas e também a citar a composição social e física daquela região. O Jornal não apenas denominava o povoado como Vila Vargas, mas

⁶⁹JORNAL O PROGRESSO, Edição 537, pg. 1, 08/12/1963.

⁷⁰A pesquisa envolveu o manuseio de todos os exemplares disponíveis existentes no Centro de Documentação Regional da UFGD (CDR-UFGD) e no acervo do Jornal O Progresso, entre os anos de 1953 e 1974 (os exemplares dos anos de 1957, 1958, 1959, 1960, 1961 e 1962 não foram disponibilizados pelo Jornal para consulta por estarem em processo de higienização).

também mencionava a criação de uma instituição de ensino de grande porte, referenciando um expressivo crescimento local, e utilizando a instalação dessa escola para criar uma atmosfera de potencialidade àquela localidade.

Para afirmar as perspectivas em torno do ideário construído para o Distrito o jornal em nova edição, pelos dizeres de Lázaro Ramalho, explica “O que é Vila Vargas”. Na reportagem o auxiliar administrativo do Cartório de Vila Vargas discorre que:

Vila Vargas conta atualmente a sua população em 1.214 habitantes, contendo já cerca de 272 casas de moradia, e 24 casas comerciais, além de um bem montado posto de gasolina, duas pensões, 2 farmácias, 2 consultórios dentários, 2 máquinas de arroz, 2 serrarias, 2 depósitos de compras de cereais, 2 grupos Escolares com cerca de mais de 300 alunos, 2 bicicletários, 2 salões de barbeiros, 2 açougues servindo diariamente carnes aos moradores da cidade, e ainda conta com a Casa do Fazendeiro, onde vende produtos veterinários em geral. O fabuloso distrito de Vila Vargas, conhecido neste Estado e no Estado de São Paulo, conseguiu produzir mais de 100.000 sacas de arroz de primeira qualidade, bem como grande quantidade de milho, sendo que diariamente chega no Distrito dezenas de caminhões vindo do Estado de São Paulo, para comprar os ricos produtos que o solo Vila Varguense produz. (JORNAL O PROGRESSO, Dourados, Edição 555, p.1 26/04/1964).

Dois grupos Escolares com cerca de mais de 300 alunos é um valor imponente, se pesarmos na realidade educacional do estado. Entretanto, assim como a instalação do Ginásio Estadual João XXIII no povoado, a existência desses grupos não passava de propaganda ilusória. Para o período, Vila Vargas contava com apenas três escolas rurais, sendo a Escola Rural da Zona do Triunfo, que se localizava na extremidade oeste da sede do recente Distrito, sob gerência do estado, a Escola Rural Mista do Mercado, à leste, e uma recém construída escola no perímetro urbano em 1962 com o título de Escola Rural Mista de Vila Vargas, ambas organizadas pela administração municipal.

É necessário fazer um parêntese aqui para falar um pouco sobre a construção dessa última escola mencionada. A Escola Rural de Vila Vargas tem uma história conturbada dentro do povoado, tanto que de documento referente a ela só localizamos a relação de matrículas do primeiro ano de funcionamento, em 1962, e o termo de desativação desta, de 1968. Ela funcionou inicialmente em um prédio cedido pelo pecuarista Fradique Correa, tendo como coordenadora sua esposa Lindalva Marques

Correa (Informação Verbal)⁷¹. A escola, desde sua criação, atendia à todas as crianças da sede do Distrito que, com acesso ao ensino escolarizado mais próximo de suas casas, conseguiam com mais facilidade frequentar a escola e conciliar sua rotina com os trabalhos na lavoura. Consta no relatório de escolas desativadas da Secretaria Municipal de Educação de Dourados que nos primeiros anos de funcionamento, com crianças de primeira à quarta série, a escola atingiu o total de 75 alunos⁷² matriculados, nos dois períodos de funcionamento. Acontece que, a figura da escola se tornava cada vez mais constante nas investidas partidárias como objeto de propaganda política, e por essa característica, o benfeitor que cedeu a casa para seu funcionamento decidiu, com expectativas do reflexo de sua ação, construir no lote do subdelegado do Distrito, Eduardo Izidoro, um prédio novo destinado ao funcionamento da escola municipal, discursando sobre a importância de se ampliar o atendimento dos alunos e colocá-los em um espaço mais apropriado para o ensino⁷³. Este prédio, construído e disponível para funcionamento no final de 1964, foi a primeira escola construída especificamente para o funcionamento de uma instituição de ensino dentro dos limites da Vila Vargas.

No início do ano letivo de 1965, as crianças que estudavam na antiga casa onde ficava a Escola Rural Mista de Vila Vargas foram transferidas para o novo e amplo prédio, este que ficava próximo do comércio da Vila, atendia às crianças do perímetro urbano do Distrito. Acontece que a escola foi construída como trunfo político, e discursando sempre sobre a importância desta para o distrito e a modernização deste a partir do ensino, Fradique Correa pleiteava votos para seu parceiro político, o também agropecuarista Lúdio Martins Coelho⁷⁴, que se candidataria ao governo do estado de Mato Grosso nas eleições de 1965. Concorrendo com Pedro Pedrossian, Lúdio Coelho perde as eleições⁷⁵, e como consequência direta dessa derrota política, Fradique Correa manda desmontar a escola construída, ainda em dezembro do mesmo ano, dando fim a única escola construída no perímetro urbano de Vila Vargas. Um ano letivo foi o tempo de vida do novo prédio, mas o suficiente para estimular investidas da população *vilavarguense* em prol à construção de uma escola na Vila.

Órfãos dessa escola, as crianças foram alocadas nas escolas da periferia do Distrito, as Escolas Rural Mista do Mercado e da Zona do Triunfo. A demanda por

⁷¹ CARNEIRO, D.P. *Depoimento*, 2014, p.5. FELIX, E.L. *Depoimento*, 2014, p.8.

⁷² DOURADOS, Relatório de Escolas Desativadas, SEMED, 1975.

⁷³ CARNEIRO, D.P. *Depoimento*, 2014, p.5. FELIX, E.L. *Depoimento*, 2014, p.8.

⁷⁴ FÉLIX, L.É. *Depoimento*, 2014, p.6.

⁷⁵ As eleições de outubro de 1965 tiveram o seguinte resultado: Pedro Pedrossian: 109.546 votos e Lúdio Coelho: 87.031 votos. Brancos: 2.310 e nulos: 6.077. (JORNAL O PROGRESSO, Edição 690, p.1, 16/10/1965).

escolas na região foi se intensificando durante todo o ano de 1966, e em outubro de 1967 a Igreja Assembleia de Deus, por investida do Partido Democrata Cristão, sede espaço para o retorno do funcionamento da Escola Rural Mista de Vila Vargas, retornando ela a suas atividades já no ano letivo de 1967.

Assim, podemos dizer que as três escolas citadas foram a referência de educação da Sede do Distrito até o início dos anos de 1970. Especificamos a Sede do Distrito porque quando o povoado foi elevado à Distrito incorporou algumas regiões da proximidade da Zona do Triunfo, como a da Quadra do Laranja Doce, fronteira com o Panambi, de Cruz Alta, fronteira com Guassú, e Laranja Lima, e por isso em 1964, primeiro ano do povoado como Distrito, a região contava com um total de 15 escolas rurais, conforme **Quadro 4**.

Quadro 4: Relação de Escolas pertencentes ao Distrito de Vila Vargas por ano de criação e extinção, 1975.

Ordem	Escola	Ano de Criação-Extinção
1º	Escola Rural Mista do Triunfo (antiga Escola da Zona do Triunfo)	1951-1968
2º	Escola Rural Mista do Mercado	1953-1969
3º	Escola Rural Mista de Vila Vargas	1962-1968
4º	Escolas Reunidas Presidente Vargas	1968-1973
5º	Escola Rural Mista do Mercado III	1953-1973
6º	Escola Rural Mista Laranja Doce II	1954-1973
7º	Escola Rural Mista do Travessão do Triunfo	1954-1973
8º	Escola Rural Mista Laranja Doce I	1954-1973
9º	Escola Rural Mista Marechal Floriano Peixoto	1956-1973
10º	Escola Rural Mista do Varjão (antiga Escola Metodista do Varjão)	1956-1973
11º	Escola Rural Mista Quadra 56	1954-1973
12º	Escola Rural Mista Potreiro da Cruz	1954-1973
13º	Escola Rural Mista Alto do Café III	1956-1973
14º	Escola Rural Mista Independente do Triunfo	1954-1973
15º	Escola Rural Mista General Osório	1954-1974

Fonte: DOURADOS, Relação de Escolas Extintas 1973-1977. Acervo: SEMED, 2014.

Na **Figura 8**, podemos verificar como foram distribuídas as escolas no perímetro que compreendia o Distrito de Vila Vargas, enfatizando a distribuição destas escolas respeitando o distanciamento limitado pelas Quadras dividas ainda na CAND. A área da figura delimitado como Perímetro Urbano, serve de base para compreender como foi

estruturada a alocação das escolas até a criação da Escola Reunida (4) em 1968, em um raio que convergia para o centro do adensamento urbano, e que terminou por extinguir as escolas de maior proximidade: ponto 1, 2 e 3 da figura, e, nessa mesma perspectiva, como a instalação do Grupo Escolar na década de 1971, que substituiu a Escola Reunida, fez com que em pouco mais de três anos, 1974, a maior parte das escolas da área rural do Distrito já haviam sido extintas, direcionando as crianças apenas para a Escola Estadual de Primeiro Grau Presidente Getúlio Vargas, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases de 1971.

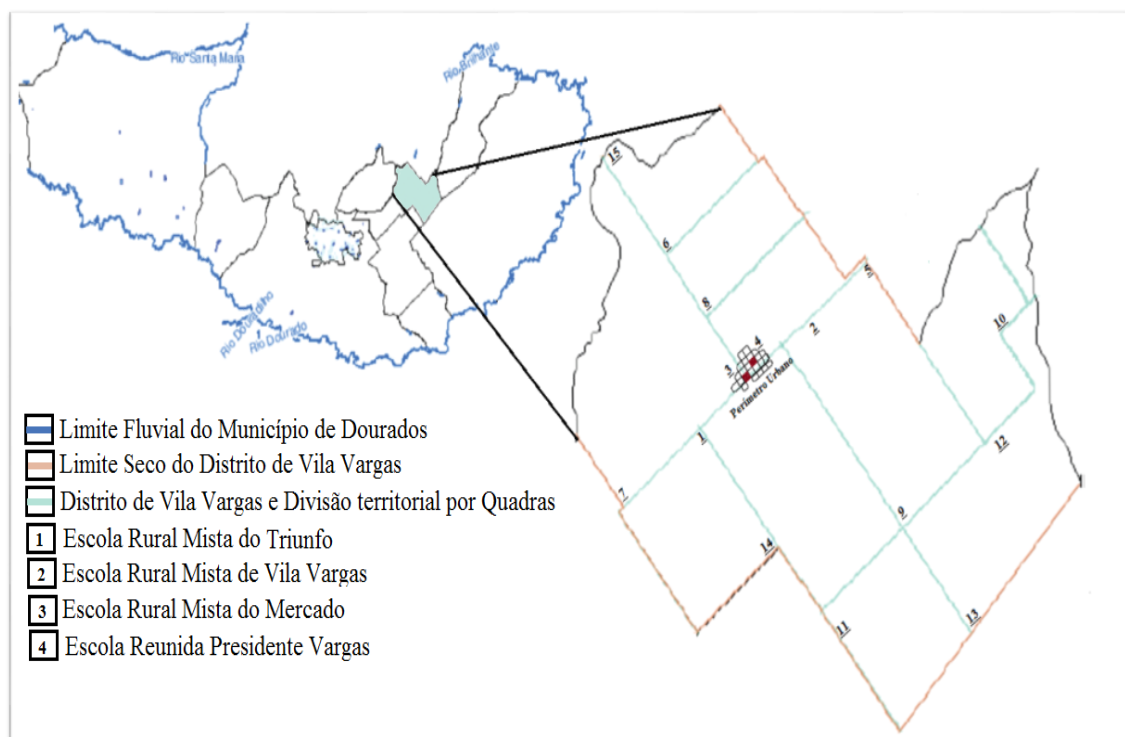


Figura 8: Mapa da distribuição das escolas no Distrito por localização, de acordo com Quadro 4.

Fonte: DOURADOS, Relação de Escolas Extintas 1973-1977. Acervo: SEMED, 2014. Depoimentos. Edição: Wilker Solidade.

Estas escolas apresentavam características similares quanto a sua estrutura física. Com exceção da Escola Rural Mista do Triunfo, construída na gestão da CAND, todas as escolas funcionavam em terreno e prédio cedido por algum agricultor da região que pretendiam através deste ato, na maioria das vezes, arrumar um emprego de professora para suas filhas.

Para que o leitor tivesse uma ideia de como era a estrutura física dessas escolas, montamos com o auxílio dos depoimentos das duas professoras que trabalharam por mais tempo nestas escolas, a professora Sedilha Moraes Moreira e Alice Carneiro, e das

fotografias disponíveis, um esquema da planta baixa das duas primeiras escolas instaladas na área que deu origem ao Distrito, a Escola da Zona do Triunfo e a Rural Mista do Mercado, expostas na **Figura 9**.

Pode-se observar que a escola construída pela CAND, nomeadas com alusão a sua localidade nas Zonas (Escola da Zona do Triunfo), era planejada para o maior aproveitamento da ventilação natural possível para a sala de aula, a considerar a instalação de amplas janelas, além de duas varandas para convivência dos alunos, sendo uma para acesso a sala de aula e outra para a merenda. Merenda esta, diga-se de passagem, a ser confeccionada pela própria professora, paralelo ao desempenho de sua função docente.

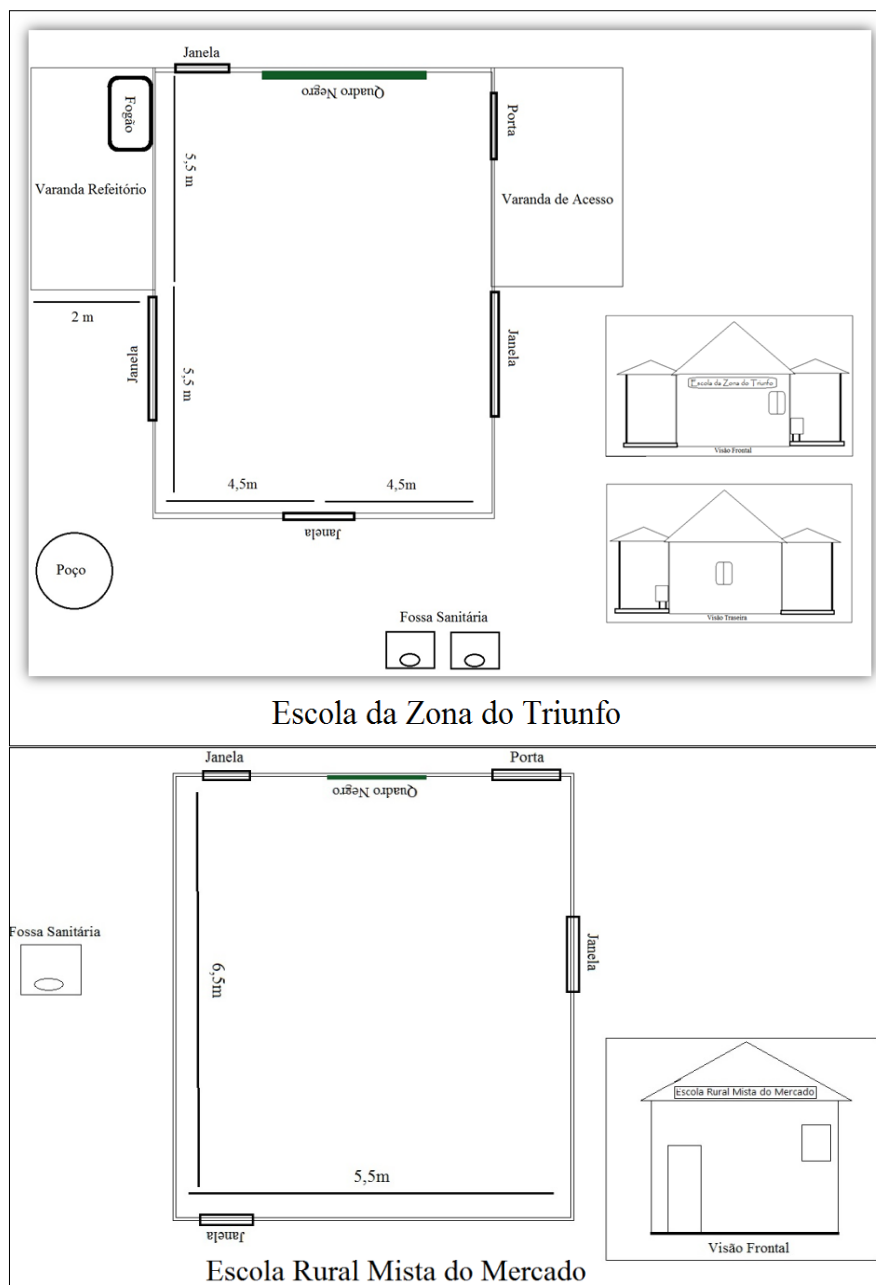


Figura 9: Esquema de planta baixa da Escola da Zona do Triunfo e Escola Rural Mista do Mercado, 1968.

Fonte: DOURADOS, Relação de Escolas Extintas 1973-1977. Acervo: SEMED, 2014. Depoimentos. Edição: Wilker Solidade.

A **Figura 1**, no início deste Capítulo, e a **Figura 10** na sequência, permite visualizar de forma mais clara como a estrutura oferecida pelas escolas da Colônia se aproximavam do conforto físico vivido pelos alunos apenas após a criação da Escola Reunida Presidente Vargas.

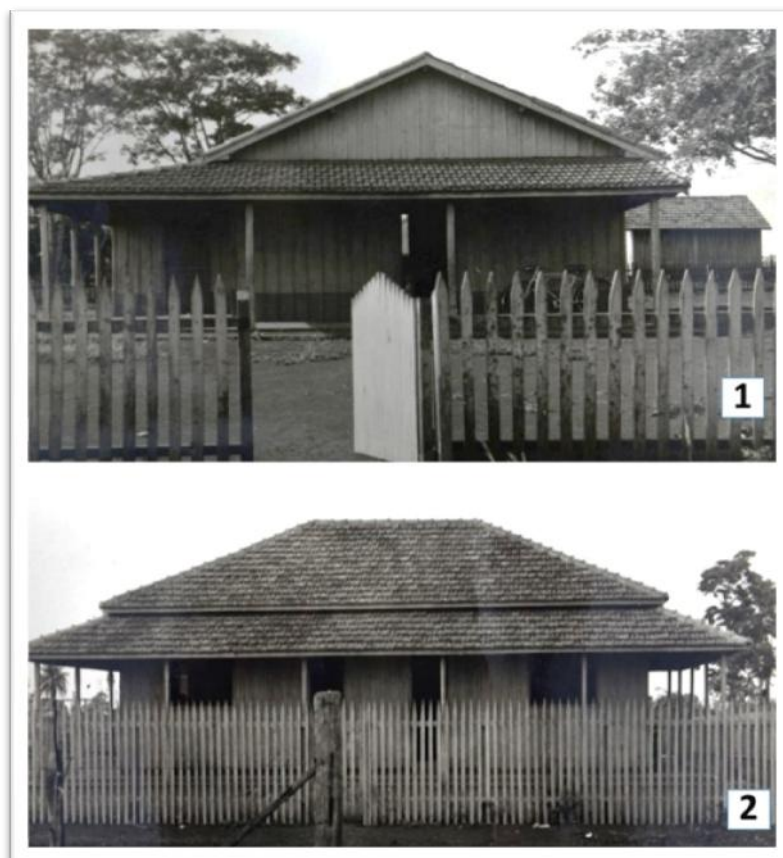


Figura 10: Escola da Colônia dos Italianos (1) e Escola Rural Mista da Zona do Barreirinho (2), 1969.

Fonte: Museu Municipal de Dourados. 2014.

Em contrapartida, a Escola Rural Mista do Mercado, quando comparada sua planta baixa com a da escola construída pela CAND (**Figura 9**), apresenta uma estrutura simples, com apenas uma sala destinada à aula, sem suporte algum para a confecção da merenda para os alunos ou fonte de água potável, como pode ser percebido pela ausência de um poço em seu entorno. Entretanto, as escolas municipais não seguiam um modelo fixo para sua construção, dependendo da localidade onde seria instalada e dos recursos financeiros disponíveis (GRESSLER e RACHI, 1976). A Prefeitura Municipal de Dourados disponibilizava as carteiras, o quadro negro e o giz. A construção da escola era realizada pela Prefeitura quando houvesse a doação do terreno para tal e um número elevado de alunos na vizinhança do terreno onde funcionaria a escola. Caso não houvesse um número determinado de alunos para matrícula, e mesmo assim houvesse requisição da população local, a escola passava a funcionar em prédio cedido até atingir o número estabelecido de alunos para a construção de um novo prédio.

As escolas oriundas da administração do Núcleo Colonial já em meados da década de 1960 estavam sob jurisdição do controle municipal, passando a ser

denominadas de Escola Rural Mista. O ano de 1974 foi o último ano de funcionamento das escolas com esta denominação, ora por elevação destas à Escola Municipal de Primeiro Grau, seguindo a legislação de 1971, ora por extinção destas pelo baixo número de matrículas e o elevado índice de reprovação, ou por ter proximidade inferior a cinco quilômetros da Sede do Distrito, onde funcionaria a Escola Estadual.

Sobre este último fator, em um dos depoimentos nos foi revelado que mesmo com o fechamento das escolas próximas ao perímetro urbano do Distrito em 1968, para a abertura da Escola Reunida Presidente Vargas, por demanda da população local, a Escola Rural Mista do Mercado continuou atendendo crianças que viviam nas chácaras próximas, no barracão de uma farinheira. A **Figura 11** mostra uma fotografia datada de 1972, na qual a professora Alice Carneiro aparece com a sua turma de 1ª e 2ª Série.



Figura 11: Escola Rural Mista do Mercado funcionando em barracão de farinheira, 1972.

Fonte: Acervo particular de Doracile Paula Carneiro, 2014.

O status propagandeado par com a estrutura da Escola Reunida instalada em Vila Vargas não foi o suficiente para que os pais escolhessem tal instituição em substituição a arcaica escola improvisada. Sob orientação da professora do anterior prédio a escola funcionou até o ano de 1972 com os móveis da antiga escola sendo

extinta por intervenção municipal, tendo em vista que esta já sido inativada desde 1968 (Informação Verbal)⁷⁶.

Sobre as escolas desativadas devido ao pequeno número de alunos, com base nos arquivos das escolas inativadas e extintas até o ano de 1974, detalhadas na **Tabela 13**, contabilizamos um total de 244 alunos⁷⁷ distribuídos por seis escolas, alunos estes que concluíram o ano letivo de 1973 nestas escolas e no ano seguinte foram transferidos para o Grupo Escolar.

Tabela 13: Número de alunos que concluíram o ano letivo de 1973 por escola extinta e relação dos aprovados no Distrito de Vila Vargas.

Nome das Escolas	Número de Matrícula				Número de Aprovações			
	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Escola Reunida Presidente Vargas	29	3	9	1	11	3	9	1
Escola Rural Mista Quadra 56	11	4	0	0	7	4	0	0
Escola Rural Potreiro da Cruz	12	1	1	0	8	1	1	0
Escola Rural Mista Alto do Café III	18	3	1	2	5	3	1	2
Escola Rural Mista Independente do Triunfo	38	7	2	5	4	6	1	4
Escola Rural Mista General Osório	37	7	1	4	7	6	1	4
Total	145	25	14	12	42	23	13	11
Total Geral	196				89			

Fonte: Relatório de Escolas Desativadas, SEMED, 1975.

A **Tabela 13** detalha como estava distribuído o número de matrículas por série, bem como o rendimento destes alunos. O índice geral de reprovação chegava a 45% do total de matrículas. O problema em justificativa ao índice de reprovações, de acordo com os depoimentos coletados, é que como estavam condicionados pela vida no campo, muitos alunos não dispunham de tempo para se dedicarem ao aprendizado oferecido pela escola, e os que continuavam, ao concluírem o quarto ano primário, abandonavam a escola e se dedicavam ao trabalho⁷⁸. Dando maior detalhamento da realidade das crianças que frequentavam estas escolas, um dos depoimentos nos *panoramizou* como funcionava essa árdua caminhada rumo à instrução: alocados nas escolas disponíveis, dependente de sua distância com relação a residência, o aluno caminhava de 300 metros à 3 quilômetros para frequentar as aulas, e quando de seu retorno para casa, conciliado

⁷⁶ CARNEIRO, A. *Depoimento*, 2014.

⁷⁷ Dados coletados no Livro de Registro das escolas desativadas entre os anos de 1973 e 1974. Fonte: Relatório de Escolas Desativadas, 1975. Acervo: SEMED, 2014.

⁷⁸ CARNEIRO, D. *Depoimentos*, 2014, p.8.

com as tarefas estava o trabalho. “É difícil dizer se os que tinham melhor condição de vida enfrentavam menores dificuldades, pois na época, a situação financeira era quase padrão *pra* todo mundo, porque a situação era praticamente a mesma para todas as crianças, estudar e trabalhar”⁷⁹.

A situação do ensino nos Distritos não era propícia para a formação completa de um indivíduo, e por mais interessado que ele fosse, ao alcançar a série máxima oferecida nos distritos, que era a 4ª série, os alunos só podiam continuar como estudos na cidade. “Na cidade estas crianças cursavam uma preparação para ingressar no ginásio: os alunos faziam um período breve de preparo e por fim realizar o exame de admissão à esta fase da escola, ou cursar a 5ª série de admissão, com um ano dedicado exclusivamente à preparação para o ginásio”⁸⁰. Esta série de preparação já se destoava do ensino conhecido por essas crianças por concentrar em uma única serie turmas com mesmo nível de conhecimento, mesma idade, e centrados em um núcleo curricular único: os alunos passavam a conhecer o modelo de ensino graduado.

Quando submetidos ao exame de admissão e aprovados, seguiam para a sexta série (segunda série ginásial) e à medida que evoluía as séries estipuladas, se preparava tecnicamente para o próximo nível do ensino institucionalizado e para o mercado. O Curso Normal, já no ensino secundário, permitia que o aluno obtivesse o máximo título para atuar dentro das instituições de ensino no município, e em especial, em Vila Vargas, o aluno que conseguisse chegar ao Curso Normal, era tido como referência de inteligência e esforço, servindo de exemplo para os outros alunos da escola que este cursara na infância⁸¹.

Essa possibilidade, de cursar o Normal e entrar no mercado de trabalho no próprio município se concretizou a partir de 1967. Isso por dois motivos. Primeiro porque a partir de 1964 os distritos têm maiores investidas por parte dos vereadores para com a educação primária. Ivo Anunciato Cersózimo⁸² foi o primeiro político a direcionar as investidas na área da educação para o Distrito. Em consulta as Atas da Câmara Municipal de Dourados, aferimos que estava presente nos requerimentos deste vereador a solicitação da criação de uma escola de “qualidade” para o então Distrito de

⁷⁹ SEDLACEK, E. *Depoimento*, 2014, p.4.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Idem.

⁸² Ivo AnunciatoCersózimo foi vereador em Dourados durante os anos de 1963 a 1967 pelo PSD. Em 1971 ele foi eleito, pela ARENA, Deputado Estadual, atuando de forma reconhecida sob as demandas estudantis da região da Grande Dourados.

Vila Vargas e a manutenção do ensino já disponibilizado pelo município desde seu primeiro mandato, no início de 1963.

Em 1966 em destaque no Jornal O Progresso, Ivo expõe a necessidade da criação de um curso ginásial no Distrito, citando a falta de perspectiva por parte dos alunos que se veem impossibilitados de continuar uma vida escolar após o término da quarta série primária, por não ter o ginásio próximo a sua residência, tampouco um transporte de acesso fácil ao centro da cidade, como evidenciado por uma de nossas entrevistadas, que conseguiu continuar o ensino ginásial.

Teve uma época, por exemplo, pra fazer o quinto ano eu parei em casa de pessoas amiga da gente pra estudar. Quanto eu não parei lá, porque nós fomos, a gente ia, primeiro nós íamos, o Seu Francisco comprou uma chimbiquinha, a gente ia com a chimbiquinha, todo mundo. Ia um grupo daqui, com as filhas do seu Francisco, nós íamos. Aí depois não deu certo, daí eu ia de ônibus. Tinha eu e meus irmãos, só que para ir de ônibus era uma batalha assim, quatro horas da manhã você tinha que estar na estrada, não tinha o escolar, a vida fácil que tem hoje. Então eu pegava a viação Motta, que vinha de São Paulo, ela não tinha um horário certo pra passar aqui. Ele passava das quatro as cinco. Daí pra voltar a gente voltava por aquele que tinha linha pelo Rio Brilhante, dava certo, se não desse certo tinha um Queiroz, ou às vezes vinha até a Cooperativa, se não conseguisse carona de volta era a pé. (SEDLACEK, E. *Depoimento*, 2014, p.3).

Ciente do novo projeto estruturado pelo Secretário de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, Wilson Rodrigues, para a construção de novas escolas ginásiais nos municípios do estado, o primeiro vereador reconhecidamente de Vila Vargas, Edmur Félix⁸³, em 1967, segue as demandas iniciadas por Ivo e realiza diversas investidas para a construção de escolas no distrito. Entre o período de 1967 a 1970, em todas as reuniões da Câmara Municipal de Dourados por nós consultadas, Edmur Félix solicitava a ampliação do ensino no Distrito através da construção de um Grupo Escolar, bem como a intensificação de uma política mais centrada no crescimento daquela região, exaltada em meados da década 1960, mas esquecida após a ida de Weimar Torres para à capital Cuiabá.

⁸³ Eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Edmur Félix foi o primeiro cidadão do Distrito de Vila Vargas a ser eleito vereador. Foi o primeiro Juiz de Paz do Distrito, trabalhando com o Cartório Diogo Marques Maciel, que juntos abriram o Cartório que foi responsável pela elevação do povoado à Distrito em 1963. Atuou junto às demandas sociais do distrito desde sua chegada ao povoado de Triunfo em 1962, e contribuiu para a construção de uma base política que se estruturou nos anos seguinte a seu mandato. Fonte: Livro de Registros do Cartório de Registros e Notas do Distrito de Vila Vargas; Depoimentos; JORNAL O PROGRESSO, Edição 899, p.2, 20/12/1967.

O Vereador Edmur Felix solicita informações referente a datações para a instalação da sub-prefeitura de Vila Vargas. Pede a construção de um prédio escolar novo distrito de Vila Vargas. (...). Pede a construção de um necrotério e nomeação de um zelador para o cemitério de Vila Vargas. Solicita a reforma do Grupo Escolar de Vila Vargas. Pede a instalação da Agencia Postal do DCT de Vila Vargas. Solicita o encascalhamento das ruas de Vila Vargas. Solicita a construção de uma escola municipal no distrito de Vila Vargas. (...). Solicita que seja dado nome de Escola Presidente Vargas para a atual escola do Travessão do Triunfo. Pede a criação de um curso para alfabetização de adultos (noturno) em Vila Vargas. (JORNAL O PROGRESSO, Dourados, Edição: 901, p.4, 27/12/1967).

O pequeno trecho citado expõe bem o modelo de requerimento realizado pelo vereador *vilavarguense* durante seu período de trabalho junto a Câmara de Dourados. O interesse pela educação local sempre foi pauta de suas investidas, e em paralelo com a importância da figura escola para o reconhecimento do espaço urbano, os anos que seguiram seu mandato foram de auspício crescimento no quesito educação dentro do Distrito, a citar pela instalação de escolas no perímetro rural do Distrito e em sua Sede.

Como resultante de sua política, casada com as investidas de Ivo Cezósimo nos anos anteriores, e a ampliação da política educacional mato-grossense, é inaugurada a primeira escola graduada do Distrito: a Escola Reunida de Vila Vargas⁸⁴.

Hoje, às 11:00 horas será inaugurado o moderno prédio onde doravante irá funcionar as Escolas Reunidas Presidente Vargas. A localidade de Vila Vargas receberá o novo prédio escolar, SONHO ACALENTADO desde muito tempo, com grande festividade. O referido prédio será inaugurado pelo Prefeito Municipal, e, uma grande caravana de populares da Zona Urbana de Dourados que prestigiará o feliz acontecimento. O capitão José Dorileo de Pina dedicado e zeloso, responsável pela distribuição da merenda escolar em toda a região Sul de Mato Grosso, estará presente à inauguração, ocasião em que fará entrega de todo o vasilhame necessário para a confecção e distribuição da merenda às crianças em idade escolar. (JORNAL O PROGRESSO, Dourados, Edição 966, p.1, 24/08/1968).

⁸⁴ A Escola Reunidas de Vila Vargas, posteriormente denominada de Escola Reunida Presidente Vargas, foi inaugurada em 24 de agosto de 1968 pelo Prefeito João da Câmara. A escola contava com 4 salas, 1 sala para diretoria e biblioteca e uma sala para cozinha e sala dos professores. A escola contava com dois banheiros, um masculino e um feminino, e funcionava no período matutino e vespertino. A primeira diretora foi Clarinda de Matos Moreira, funcionária do município de Dourados, e esta administrava uma equipe de seis professores para um total de 228 alunos no primeiro ano de funcionamento da escola, 1969, sendo estes distribuídos em 3 turmas de primeira série (125 alunos), 2ª série (30 alunos), 3ª série (34 alunos) e 4ª série (39 alunos). Fonte: DOURADOS, Relatório de Escolas Desativadas 1972-1975. Acervo: SEMED, 2014.

A notícia vinculada enfatiza a existência de um anseio da população para com a educação local, dando ênfase a grandiosidade do ato, figurada na escola, chamando atenção especial para a participação no ato, do representante estadual da merenda escolar, como demonstração da preocupação do governo em não medir esforços para contribuir com a permanência dos alunos na escola. Um outro ponto a ser evidenciado é a ênfase dada a participação de populares da “Zona Urbana” nessa inauguração, destacando o peso da festividade junto a sociedade douradense à ponto de deslocá-los até a zona rural, enfatizando em letra maiúscula a extensão da instrução já existente na Zona Urbana do município para as suas zonas rurais, fato digno de ser presenciado.

Essa escola, sob a gestão municipal e prédio próprio, fato também inédito, funcionou com os trabalhos de professores das extintas escolas rurais e contratadas de outras escolas de Dourados, centrando em um único prédio todas as crianças da região perimetral da sede do distrito de Vila Vargas, instaurando na mesma proporção um novo conceito de escola para o Distrito.

Esse novo conceito dava à comunidade uma dimensão maior do que era a escola, pois instalada no centro do Distrito, compreendia um amplo e ventilado espaço, todo construído especificamente para a educação das crianças e as separando por nível de conhecimento, deu à população local uma visão de escola que permitiria se criar expectativas para além do que era ofertado na região, pois podia receber um número maior de alunos, a considerar as quatro salas disponibilizadas para o ensino, a escola criava a ideia de continuidade do ensino escolarizado, realizando, por exemplo, o exame de admissão antes ofertado apenas no centro da cidade, bem como evidenciava o crescimento a partir da aquisição do conhecimento por ela ofertado.

A mudança no entendimento de ensino institucionalizado foi transformando a concepção de escola no espaço Distrital à mesma proporção que exigia dos alunos e seus pais uma maior participação no espaço escolar. Primeiro porque a escola representava a oportunidade de fugir da regra estabelecida para as crianças até então: término da quarta série, formatura e dedicação à vida no campo. Com o modelo de escola instaurado e a possibilidade de avançar sempre um nível mais, passava-se a ansiar por uma oferta de ensino que permitisse ao aluno alcançar sempre um degrau a mais rumo ao mercado de trabalho longe da vida rural. Em segundo, porque a Escola Reunida de Vila Vargas, desde o início de suas atividades, já trabalhava em prol a sua expansão no Distrito, ao passo que movimentava no meio social investida para inserção de um Grupo Escolar.

A exemplo, em 1969, um ano após a instalação da Escola Reunida, já havia no Distrito uma demanda pela inserção do curso ginásial junto à escola, evidenciada em nota do jornal O Progresso de agosto de 1969, quando a direção da Escola Reunida Presidente Vargas convoca a população para reunião com intuito de discutir a criação do curso ginásial e a instalação de um Colégio Estadual no Distrito. Em março de 1970, também em nota do Jornal O Progresso, a direção da Escola informa que “Devido ao pouco número de alunos, foi transferido para 1971 a abertura do curso ginásial em Vila Vargas”⁸⁵, evidenciando de certa forma que a Escola Reunida cumpria uma função de formar uma população estudantil que fosse o alicerce de uma nova moldura para o ensino douradense: o Grupo Escolar.

É interessante pensar que a construção de uma escola estadual em Vila Vargas já vinha sendo discutido desde meados dos anos de 1967 e que, a criação de uma Escola Reunida veio para montar uma estrutura que seria o alicerce que justificaria a possibilidade de inserção dessa escola, inviabilizada outrora pela inexistência, ou existência mínima, de uma cultura voltada para o ensino. Nesse caso, ousamos dizer que a Escola Reunida serviu como uma oficina para esse novo modelo de escola, pois como sabido, as escolas reunidas seguiam uma modulação administrativa e pedagógica muito similar a dos grupos escolares, mas com um investimento financeiro menor, o que viabilizava sua instalação em maior escala que a dos grupos, preparando a comunidade para uma investida maior em termos de escolarização institucionalizada.

O prédio de alvenaria localizado em terreno doado por Pedro Domingos em Vila Vargas para o funcionamento do Grupo Escolar Distrital começou a ser construído em 1969⁸⁶ e em 16 de maio de 1970 foi inaugurado pelo então governador do estado, Pedro Pedrossian. Entretanto, mesmo sendo inaugurada em 1970, o Grupo Escolar iniciou seus trabalhos letivos apenas no ano 1971⁸⁷, contando com um total de 7 salas de aulas ativas, a contar as salas da Escola Reunida que recebia os alunos do Grupo, ofertando não apenas o curso primário e ginásial, como o Curso Supletivo e Mobral⁸⁸ nos períodos noturnos.

⁸⁵JORNAL O PROGRESSO, Dourados, Edição 1.126, p.6, 21/03/1970.

⁸⁶MATO GROSSO. Diário Oficial nº. 15.446: Distribuição Financeira para Construção de Escola Distrital Primária em Vila Vargas, Dourados – 4 salas. MATO GROSSO. Diário Oficial nº.15.731: Distribuição Financeira para Construção de Escola Distrital Primária em Vila Vargas.

⁸⁷MATO GROSSO. Diário Oficial nº. 15.810 de 9/03/1970 designa para direção do Grupo Escolar de Vila Vargas, a professora Maryko Aoki, de seguimento ao Decreto 1.208 de 3 de março de 1970, válido a partir de 01 de fevereiro de 1971. D.O. de 13 de abril de 1970, designa a entrega de 160 carteiras, 6 mesas e 6 cadeiras para o funcionamento do Grupo Escolar de Vila Vargas.

⁸⁸O Movimento Brasileiro de Alfabetização, popularmente conhecido como MOBREAL, foi um programa do Governo Federal criado pela Lei Nº 5379 de 15/12/1967 que tinha como prioridade, entre as demais

O Grupo Escolar foi o marco do início de uma nova era em Vila Vargas, não apenas para a educação, mas para a formação de uma identidade local a partir do envolvimento da escola com a comunidade. Dizemos isso porque, mesmo o Distrito sendo reconhecido em 1963 como tal, foi apenas após a inserção do Grupo Escolar Presidente Vargas que o Distrito, principalmente para a capital do estado, passou a ser identificado como parte do território estadual. O Grupo Escolar Presidente Vargas foi o trunfo necessário para o reconhecimento espacial de Vila Vargas à medida que se tornava referência de educação para os povoados vizinhos e marco urbano para o próprio Distrito, pois à sequência de sua criação foram instalados outros símbolos urbanos no Distrito como o Posto de Correios, em 1973⁸⁹.

Se refletirmos sobre o processo de escolarização do Distrito, e lembrarmos que o início desse processo se deu em um espaço improvisado, como o foi na Escola Rural do Mercado, ou por reflexo das investidas do Governo Federal para a efetivação de um novo território, a exemplo da Escola da Zona do Triunfo, por interesse nos votos dos pais dos alunos, como a Escola Rural de Vila Vargas, e tantas outras histórias que envolvem a inserção das escolas nas áreas mais distantes da sede do Distrito, compreendemos que o Grupo Escolar representou um avanço nesse processo por conseguir alterar as características simplórias do ensino na região, seja pela oferta deste ensino embasada na formação que os professores tinham e podiam ofertar, sem a exigência de uma capacitação ou especialização definida, ou pela inserção de uma configuração modular regida por um modelo padrão a seguir, que exigia além de uma formação docente mais completa, com um currículo definido, a execução de planos de ensino pré-estabelecidos em formação pedagógica.

Buscando elucidar essa representação adquirida pela figura do Grupo Escolar Presidente Vargas para o Distrito de Vila Vargas, no próximo Capítulo trataremos especificamente do desenvolvimento deste modelo de escola e sua atuação paralela a mudança social no cenário distrital, discutindo para isso o formato do ensino ofertado, sua clientela, e o diálogo existente entre a comunidade e o novo espaço escolar.

atividades, a tarefa de promover educação continuada e a alfabetização funcional de adultos analfabetos, trabalhando junto como outros movimentos de menor envergadura ligados as iniciativas privadas, entretanto apenas 1970 o Mobral se transformou em organismo executor de um programa de alfabetização à nível nacional. (PAIVA, 2003, p.335).

⁸⁹Posto dos Correios de Certificado 008/73 da Direção Regional da Empresa de Correios e Telégrafos do Brasil, inaugurado em 13 de outubro de 1973 (JORNAL O PROGRESSO, Dourados, Edição 1.469, p.1, 13/10/1973).

CAPÍTULO III

O DISTRITO DE VILA VARGAS: O GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE VARGAS E A CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO.

A instalação de uma rede de energia elétrica que conseguisse suprir a demanda da população douradense e que ancorasse as investidas da política municipal na efetivação de uma imagem moderna para a cidade foi consumada em maio de 1970. Na manhã do sábado do dia 16, o primeiro governador de Mato Grosso originário da região sul do estado, Pedro Pedrossian, pisa em solo douradense para, entre outras atividades, inaugurar a rede de energia elétrica da cidade, dando fim ao sofrido período de funcionamento da Usina Filinto Müller e iniciando uma nova etapa para história da industrialização do município. A inauguração foi recebida com festa na cidade, contando com desfile da banda fanfarra do Ginásio Presidente Vargas, homenagens dos alunos e a presença de todos os políticos e representantes partidários do município⁹⁰.

Os políticos do Distrito Vila Vargas também participaram do festejo e ouviram o governador que “do coreto brandia como grandiosa era Dourados para Mato Grosso”⁹¹. Discurso este que foi repetido, as 11 horas da manhã neste mesmo dia em Vila Vargas, em que se pautou o quão significativo era carimbar grandiosa inauguração de uma escola distrital, esta que contribuiria na formação dos novos cidadãos douradenses e reforçaria, com o apoio do estado, o trilho da modernidade que se alavancava a partir da Vila⁹². A escola distrital discursada veio a ser o Grupo Escolar Presidente Vargas, e foi essa a base de sua história.

A **Figura 12** mostra o Grupo como foi visto pelo governador no dia da inauguração, ainda em estágio de construção. A inauguração foi realizada antes da conclusão das obras como aproveitando da visita governamental ao município, e o efetivo funcionamento do Grupo se concretizou apenas no ano seguinte, em fevereiro de 1971. De qualquer forma, o ato em si agregou tanta importância para o Distrito quanto a rede de energia elétrica para os moradores da cidade de Dourados. Quiçá até maior, podemos assim dizer, pois a rede elétrica só veio a fazer parte do cotidiano *vilavarguense* após a divisão do estado, em 1978, e como o dito popular enfatiza “que

⁹⁰ JORNAL O PROGRESSO, Dourados, Edição 1.140, p.1, 16/05/1970.

⁹¹ FELIX, P. *Depoimento*. 2014, p.9.

⁹² JORNAL O PROGRESSO, Dourados, Edição 1.140, p.2, 16/05/1970.

não sentimos falta do que nunca tivemos”, a escola teve mais peso significativo para a população local ao passo que tirava o Distrito da pacata rotina exclusivamente rural e inseria nele, pelo menos na sede Vila Vargas, uma rotina voltada para as atividades envolvendo a comunidade a partir da nova escola, e de certa forma, mais urbano.



Figura 12: Vista da construção do Grupo Escolar Presidente Vargas, 1970.
Fonte: Arquivo particular de Aparecida Eva Cunha, 2014.

E entendendo que o espaço urbano é dotado de significados socialmente compartilhados, escolhemos seguir a premissa de que “o lugar da escola no tempo da cidade indica um projeto de sociedade em que espaço e tempo estão entrelaçados em uma e outra, através de práticas sociais em que se definem e redefinem mutuamente” (PESSANHA; SILVA, 2006, p. 116).

Reportando a explanação de cidade para o cenário da Vila do Distrito, a escola construída em terreno próprio e isolado de construções vizinhas, termina por configurar essa formatação por se tornar ponto de referência para as crianças, jovens e adultos no que se refere ao ensino, e no que se refere ao espaço social, para as novas instalações residências que sequenciaram sua construção. Instalações estas embasadas na localização estratégica em volta do terreno da escola, e também que tinham no prédio da escola um exemplo de edificação de alvenaria, formato quase não utilizado nas moradias do Distrito devido seu custo elevado, e que afirmavam ao Grupo uma certa imponência e segurança, já figurada pelo modelo arquitetônico de *Forte Apache*⁹³,

⁹³ O termo Forte Apache foi nos foi apresentado pelo depoimento de Edison L. FELIX e confirmado pelos funcionários da escola pesquisada para mencionar o modelo de construção comum utilizado nas escolas construídas na década de 1970. Em busca à bibliografia sobre a arquitetura das escolas deste período, não localizamos nenhum trabalho acadêmico sobre tal assunto, apenas notícias em jornal

composto por um pátio aberto ligando dois pavilhões de salas e com muro em toda sua área, típica estrutura presente nas edificações de escolas construídas no estado durante o primeiro mandato de Pedrossian, como pode ser verificada em algumas escolas da região, como a do próprio Grupo de Vila Vargas, no Grupo do Distrito de Indápolis (Serraria) e Douradina.

A fim de aprofundar nossa explanação sobre o Grupo Escolar Presidente Vargas para muito além de sua edificação, nos próximos tópicos exporemos o resultado da investigação envolvendo a constituição do Grupo Escolar Presidente Vargas como símbolo responsável pela concretização do espaço social de Vila Vargas, utilizando-se para isso do detalhamento da estrutura física e cotidiana do Grupo, e relacionando-o a ação dos atores que contribuíram para que essa trajetória fosse possível, evidenciaremos o perfil da escola, bem como de seus alunos e docentes.

3.1 - O ensino graduado: o surgimento de uma forma de cultura.

“Imagine que você sai de um lugar pequeno, sem conforto nenhum, pobrinho, e vai pra uma escola igual ao Grupo Escolar? Muda tudo! Daí só não estudava mais quem não queria. Mudou até o significado da escola dentro da Vila”. (SEDLACEK, E. *Depoimento*, 2014, p.7).

No Capítulo II mencionamos que no início da década de 1970 a rotina escolar em Vila Vargas girava em torno da Escola Reunida Presidente Vargas, ela que centralizou em um só prédio todas as crianças das Escolas Rurais do perímetro urbano e periferia do Distrito, passando a utilizar um novo modo de ensinar, separando os alunos por idade e níveis de conhecimento em sala específica, preparando a comunidade para a efetiva execução de um novo modelo de ensino, afirmado pela instalação do Grupo Escolar.

Entretanto, o envolvimento da mídia escrita local representada pelo Jornal O Progresso, ou até mesmo o nível de conhecimento desta para com os significados dessa nossa fase para o ensino local, não se fez expresso de grande interesse, pois como verificamos no exemplar do jornal do dia da inauguração do prédio do Grupo Escolar

utilizando o mesmo termo para se referir ao estilo de construção das escolas. Ao trabalhar especificamente sobre o Regime Militar, localizamos nos trabalhos de Motta (2000, p.23) e Trevizan (2005, s/p) a informação de que essa nomenclatura utilizada para a construção das escolas era comum no período por ser utilizada pelos militares para se referirem ao Ministério do Exército em Brasília, prédio que abrigava o Quartel-General do Exército, e “onde se costumava reunir o alto comando dessa força para decidir os rumos do país, podendo ser considerado um dos símbolos mais significativos da função de capital a partir de então atribuída a Brasília” (MOTTA, 2000, p.23).

Presidente Vargas (16 de maio de 1970), houve apenas uma singela nota sobre o ato, bem menos atrativa do que a vinculada à população na data da inauguração do prédio da Escola Reunida Presidente Vargas, em 24 de agosto de 1968. Enquanto a da inauguração do Grupo seguia anunciada em apenas uma linha dentro da agenda de atividades do Governador no município, a notícia intitulada “Sem a Luz Bendita da Instrução ao Redor Tudo São Trevas” estampava a primeira página do jornal O Progresso em 1968:

Em representação deste Jornal, no passado sábado fomos assistir à inauguração do Grupo Escolar de Vila Vargas, que sem exagero pode ser considerado digno de figurar em qualquer cidade. Além da construção de 9 escolas que se acham disseminadas por todos os recantos do nosso município, o grupo de Vila Vargas é o 3º já inaugurado. (...). Os quatro grupos escolares são prédios amplos e obedecem todos a um único padrão: janelas funcionais e largas para que haja maior claridade e a necessária ventilação. O corpo de cada edifício compõe-se de 4 amplas salas de aula, sala de Diretoria, Biblioteca, e uma despensa adequada ao funcionamento da merenda escolar. E já que tudo foi devidamente planejado, a área contigua aos prédios, apesar de relativamente vasta, é toda cercada, já que além de destinada ao recreio, nela também deve ser formada uma horta, visando o suprimento da merenda escolar, e ainda ministrar por forma práticas às crianças, alguns conhecimentos agrícolas. (...). Ao encerrar a cerimônia o Prefeito João Câmara com palavras cheias de contentamento, pelo dever cumprido entregou ao povo de Vila Vargas o seu grupo escolar, que como a próspera Vila que o recebeu, também recebe o nome do sempre pranteado Presidente Getúlio Vargas. (JORNAL O PROGRESSO, Dourados, Edição 967, p.1, 28/08/1968).

Mesmo utilizando o nome de Grupo Escolar de Vila Vargas, a notícia vinculada mencionava a criação da Escola Reunida Presidente Vargas, e a ênfase dada a sua instalação era resultante de intenções estratégicas para com a política local, visada por Weimar Torres, o proprietário do Jornal. Sobre a nota e a rotina evidenciada por ela sobre a Escola Reunida, os depoimentos citaram não existir essa citada horta, tampouco o trabalho com práticas agrícolas, sendo o currículo de acordo com o modelo apresentado pela Delegacia Regional de Ensino, e acompanhado pela Inspeção municipal.

Seguindo o padrão das construções de madeira no mesmo perfil das escolas criadas ainda na CAND, desde sua inauguração a Escola Reunida já transforma o conceito de ensino por proporcionar aos alunos o convívio mais amplo com uma cultura escolarizada ao estipular horários fixos de entrada e saída da escola, hábito não seguido pelas escolas rurais devido ao modelo doméstico de se organizar, tempo específico para

se estudar determinada disciplina e a criação de uma cobrança dentro do espaço escolar mas externa à sala de aula, figurada na diretora⁹⁴ da escola.

Como exemplo do reflexo de mudança nos hábitos dentro da comunidade escolar, citamos um ponto enfatizado em um dos depoimentos colhidos durante a pesquisa: uma depoente que foi aluna da Escola Rural Mista do Mercado, da Escola Reunidas Presidente Vargas e do Grupo Escolar Presidente Vargas cita o quão extenso eram os recreios da escola rural, tanto que “dava tempo de brincar nas árvores, correr em torno da escola, comer a merenda que a professora fazia, de fazer várias coisas. Dava tempo pra tudo”⁹⁵. Rotina essa alterada com a Escola Reunida, quando o recreio passa a ter quinze minutos de duração, e com um corpo de funcionários destinado para uma função antes exercida pelos professores, a de cozinhar a merenda para os alunos, ficava muito mais rápida a realização dessa rotina dentro da escola e a alimentação das crianças.

Assumindo a abertura da Escola em Vila Vargas, Clarinda de Matos Moreira é a primeira diretora de um estabelecimento de ensino público e gratuito do Distrito de Vila Vargas, sendo então a responsável pela inserção dessa nova estrutura educacional na região. Conforme o Relatório da Delegacia Regional de Ensino (DRE) de Dourados, a escola iniciou suas atividades com 228 alunos no perímetro urbano do Distrito de Vila Vargas, como registrado na ficha de cadastro da escola junto a Delegacia de Ensino, exposto na **Figura 13**, atendendo a demanda da anterior escola municipal, a Escola Rural Mista de Vila Vargas, e as crianças da área periférica da Vila.

⁹⁴ Pelo Regulamento da Instrução Pública de Mato Grosso de 1942, em conformidade com o Decreto 759 de 1927, define que a função de Diretor de uma Escola Reunida “cabe a um dos professores ou interinos das respectivas unidades escolares” (MATO GROSSO, 1927), entretanto, este mesmo regulamento define que o “diretor de escolas reunidas rege obrigatoriamente uma das classes do estabelecimento (Artigos 25), o que para o caso da Escola Reunida Presidente Vargas serviu como limitador para o reconhecimento do verdadeiro papel desta função, a considerar seu foco principal na função docente.

⁹⁵ CAVALCANTE, J. *Depoimento*. 2014, p.4.

UNION DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE INVENTARIAMENTO E PESQUISA DO ENSINO EM MATO GROSSO
DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO

INSTITUTO Vila Vargas POISSA

Nome da Escola Escola Reunidas Presidente Vargas
 Natureza da Escola Municipal
 Estado matrícula de Estado matrícula matrícula
 Endereço Vila Vargas
 Endereço próprio ou alugada? próprio Preço
 Número de salas de aulas? 4 Tamanho
 Condições de funcionamento atual

Número de alunos total 278 Nº de Turmas dois
 Especificação Ensino 1º, 2º, 3º e 4º
 Nº de Professores sete Nº de auxiliares sem contatos
 Condições bom
 Possui Contínua de Alimentação Escolar? sim
 Distribui merenda escolar? sim
 Nome do Diretor Cláudio de M. Moreira
 Residência Vila Vargas
 Cargo que ocupa Responsável e professor
 Cargo que possui gestão insatisfeita
 Tempo de serviço até fazer 10 anos
 Especificação de contrato contratado pela Prefeitura
 Outras informações:

Cláudio de M. Moreira
 Responsável

Figura 13: Ficha de Cadastro da Escola Reunidas Presidente Vargas, 1968.

Fonte: Ficha de Cadastro de Escolas. Delegacia Regional de Ensino. Acervo: Centro de Documentação Regional de Dourados (CDR-UFGD), 2014.

Com a Resolução nº. 49 de 22 de novembro de 1968, estabelecendo “normas para autorização de funcionamento das escolas primárias”, é inserido por esta escola a obrigatoriedade de cadastro dos alunos na escola via apresentação de documento: “Artigo 1º §7 – Não se admitirá matrícula de alunos sem apresentar ao menos a Certidão de Nascimento, ficando registrado na ficha do aluno o seu número e demais dados”(BRASIL, 1968), o que obriga a adaptação de uma cultura de registro das crianças ao nascer, a ser feito do Cartório de Vila Vargas, para facilitar seu acesso ao ensino escolarizado, tendo em vista a obrigatoriedade do mesmo estipulado pelo Artigo 27º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 4.024/61, e ao mesmo tempo, para se obter um acompanhamento mais próximo do real da população ativa distrital.

À frente da Delegacia de Ensino de Dourados, Fernando Meireles a partir de 1968 passa a exercer a função de Delegado de Ensino no município de Dourados, responsável pelo cumprimento do preconizado pelo Governo Federal para com o ensino público, e cobrando de forma incisiva a demonstração de respeito à Pátria através das datas festivas em prol da formação de um ideário heroico patriótico.

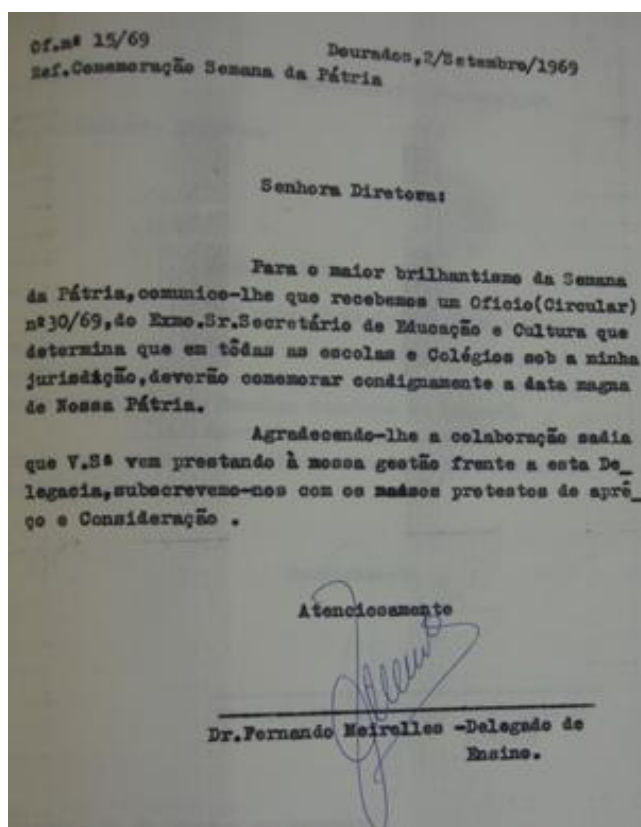


Figura 14: Ficha de Cadastro da Escola Reunidas Presidente Vargas, 1968.
 Fonte: Ficha de Cadastro de Escolas. Delegacia Regional de Ensino. Acervo: Centro de Documentação Regional de Dourados (CDR-UFGD), 2014.

O Ofício 15/69, exposto na **Figura 14**, dá uma ideia de como ocorriam as orientações para se executar o estabelecido pelo Governo. No anexo citado no documento, este assinado pelo Secretário de Educação e Cultura do estado de Mato Grosso, Gabriel Novis Neves, é explicitado em quatro páginas uma sequência de planos de aula a ser seguidos durante a semana da Pátria, detalhando um roteiro para cada aula, todos enfatizando a unicidade da Pátria e a grandiosidade do Brasil.

Este documento é apenas um dos tantos enviados pela Delegacia Regional de Ensino às escolas sob Inspeção estadual. E como a Escola Reunida é instalada no Distrito sob a égide da política militarista e da vigilância política local, o Decreto-Lei n.º. 477⁹⁶ se torna leitura obrigatória dos docentes da instituição, por definir “infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimento de ensino público ou particulares” (BRASIL, 1969), este que simbolizava a própria sombra do controle militar dentro do estabelecimento de ensino

⁹⁶ O Decreto Lei n.º. 477 de 26 de fevereiro de 1969 “define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimento de ensino público ou particulares, e dá outras providências”. Este Decreto foi citado no diálogo por um dos professores que colaboraram com a pesquisa por ser mencionado em conversas entre os funcionários sobre ser um profissional subversivo, a maneira do estipulado pelo Decreto.

No que tange a gestão da escola, a deficiente estrutura administrativa oferecida pela coordenação do município de Dourados acarretou o desligamento da então responsável pelo estabelecimento, sendo nomeada para assumir seu cargo a professora douradense Hélia Maria Pimenta. Esta diretora foi a responsável pela organização e execução do primeiro e único Exame de Admissão⁹⁷ realizado no Distrito, em 1970, registrado na **Figura 15**. Este Exame, de caráter restritivo, era ofertado somente na cidade de Dourados, e a partir do elevado número de matrículas na Escola Reunida, a Delegacia Regional decide iniciar sua aplicação no Distrito, dando seguimento à estratégia do governo de ampliação do ensino primário no município.



Figura 15: Exame de Admissão na Escola Reunida Presidente Vargas, 1970.

Fonte: Acervo particular de Arno Sedlacek, 2014.

A imagem, única localizada sobre a Escola Reunida Presidente Vargas, nos permite visualizar a estrutura física da escola, com janelas amplas e uma varanda de trânsito ligando as salas de aula. Outro fato evidenciado na imagem é o uso de carteiras individuais pelos alunos, suporte diferente do adotado pelas escolas rurais até então, que utilizavam os bancos duplos de madeira para uso dos alunos como pôde ser visto ainda no Capítulo II, **Figura 11**.

⁹⁷ Pelo Decreto nº 19.890/31, como parte da Reforma Campos, a partir de 1931 a aplicação de Exame de Admissão ao ginásio tornou-se obrigatório em todas as escolas secundárias oficiais do Brasil, sendo extintos somente com a Lei nº 5692/71 e marcaram um período histórico de ampliação no acesso ao ensino primário e restrição ao ensino secundário” (AKSENEN e MIGUEL, 2007, p.2).

O depoimento da professora Erna Sedlacek, que trabalhou na escola no ano de aplicação deste exame, nos permitiu descobrir o porquê de os alunos estarem sentados do lado de fora da sala no dia da aplicação do Exame de Admissão: como a prova seria aplicada a todos ao mesmo tempo, considerou-se mais viável juntar todos os alunos em um espaço comum para o controle da aplicação, e na ausência de um espaço amplo para tal atividade, o pátio da escola foi o local escolhido.

Entretanto, mesmo representando uma modificação na interpretação de escola, que passa a vislumbrar um futuro de expansão em seu ensino, a Escola Reunida carregava os traços das anteriores escolas rurais em sua essência, ora pela composição do quadro docente ser, em grande parte, de professoras desse antigo modelo de escola, com exceção da diretora que era contratada do município e não residia no Distrito, ora pelas relações políticas que envolviam sua estrutura intra/extra escola. De um total de 12 docentes⁹⁸ que trabalharam na escola entre os anos de 1968 e 1971, apenas a diretora do último ano de gestão plena da Escola Reunidas, em 1970, tinha o Curso Normal completo, no período a professor Hélia Maria Pimenta⁹⁹, enquanto os demais professores que atuavam em sala, tinham formação entre os níveis de quarta e sexta série primária. Quem lecionava na Escola eram professores oriundos da própria região de Vila Vargas, e como a construção e a administração dessa escola era realizada pelo município, havia a ativa participação dos políticos locais nas atividades desenvolvidas pela escola, seja no acompanhamento das matrículas, ou pela interferência da composição do quadro profissional.

Podemos citar como exemplo dessa interferência política no espaço escolar um Relatório de Sindicância da Câmara Municipal de Dourados, identificado sob protocolo Nº. 178 de 1970¹⁰⁰, e que evidencia o tipo de relação da política local dentro do espaço da escola. No referido relatório é exposto a situação da Escola Reunida como de total abandono por parte de sua direção, composto por acusações no que se refere ao cuidado

⁹⁸ Através das Folhas de Pagamento dos profissionais da Escola Reunidas Presidente Vargas, disponível no Centro de Documentação Regional, montamos a seguinte de profissionais que na escola trabalhou entre 1968-1971: Clarinda de Matos Moreira; Artemis Rodrigues Silva; Ercília Marques de Moraes; Dejanira Pires; Tines Sanches; Vitalina da Silva Pereira; Assis Elesbão da Silva; Maria Reis Belo; Francisco Borges do Nascimento; Sedilha Moraes Moreira; Iracema Rodrigues dos Santos e Erna Silva Sedlacek.

⁹⁹ Folha de Pagamento da Delegacia Regional de Ensino de Dourados, 1970. Acervo: Centro de Documentação Regional de Dourados (CDR-UFGD), 2014. (CDR/UFGD, 2014)

¹⁰⁰ CAMARA MUNICIPAL DE DOURADOS. Protocolo nº 178 de dezembro 1970: Relatório da Comissão de Sindicância nomeada pela Câmara Municipal de Dourados, para investigar irregularidades no distrito de Vila Vargas, município e Comarca de Dourados.

das salas de aula, aos professores, citando o baixo aprendizado dos alunos e métodos pedagógicos.

Às 6 horas e 30 minutos, chegamos ao local, juntamente com algumas pessoas do povo. Com os portões de entrada estavam abertos, adentramos ao pátio da escola e procedemos a uma inspeção externa. É de ressaltar, que encontramos o prédio com todas as suas portas abertas, janelas e um poço, onde existe toda sorte de detritos. Nas janelas, os vidros que existem, estão imundos, faltando, entretanto, um grande número deles. O mastro da bandeira, estava fora de seu lugar e jogado no pátio. Os mictórios apresentam um mau aspecto, estando mesmo danificados e imprestáveis para uso. (...). Entrando na escola, verificamos que o prédio conta com quatro salas de aulas, uma secretaria e uma cantina. Tudo estava sujo. As carteiras, davam a impressão, que haviam sido pisoteadas (...). A cantina estava IMUNDA e encontramos no seu interior, para surpresa nossa, um pacote de veneno para matar formigas, junto com alimentos que serão servidos aos alunos. (...). O prédio se encontra no mais completo abandono, (...), num atestado inequívoco da falta de cuidados de quem de direito. (CAMARA MUNICIPAL DE DOURADOS. Relatório de Sindicância n. 178, p.1, 1970)

Este relatório, composto de três páginas e assinado pelo então vereador de Vila Vargas, Pedro Domingos, foi o suficiente para tirar do cargo a então diretora, Hélia Maria Pimenta. Como este documento foi o primeiro a encontramos no Centro de Documentação Regional sobre as Escola Reunidas Presidente Vargas, nos tomou uma atenção especial na busca de compreendermos como se efetivava a relação desta Escola e a comunidade, tendo a importância do texto dessa Sindicância e a participação da comunidade evidenciada nele. Participação essa que chamou a atenção pela quantidade de pais que serviram de testemunha, num total de cinco, e as mais diversas acusações por eles proferidas que compunham o relatório, nos permitindo questionar a partir do documento como se refletia a participação dos moradores do Distrito junto ao modelo apresentado pela Escola Reunida.

Dona Judith R. Moraes, esclareceu que a diretora ameaçou com cortes de notas e não permissão para fazer as provas, todos os alunos que faltassem ao desfile de 7 de setembro. Foram ainda os alunos, segundo dona Judith, obrigados a ajudarem na limpeza para não terem suas notas cortadas. Sua filha foi uma das ameaçadas, pois não pode desfilar e isto por motivos justos, como declarou. (...). Outra senhora que teve contato com a comissão foi Analia Correa. Denunciou a diretora por ter falta de interesse para com seu filho, não permitindo que o mesmo fizesse as provas finais do quarto ano. Por sua vez, o sr. Sebastiao Carvalho, denunciou irregularidades com respeito a guarda

de documentos no arquivo da escola. Disse que os documentos referentes a uma sua filha sumiram e ninguém na escola pode dar-lhe explicação. (...). O sr. Felisberto Correa Lima, denunciou os maus tratos que são infligidos aos alunos da escola e disse que um seu filho chegou mesmo a receber alguns pontapés e violentos puxões de orelhas de parte de dona Hélia, a diretora. A falta de ensino planejado, levando os alunos a receberem os ensinamentos dentro da moderna sistemática educacional, foi apontado por dona Maria Padilha Oliveira, cuja filha estuda há mais de três anos no estabelecimento e segundo a mãe, “não sabe nada”. (...). Disse ainda dona Maria que uma outra filha foi obrigada a abandonar o quarto ano primário, em virtude de ser sempre agredida por alunos maiores e receber destas palavras imorais, dentro da classe, sem que ninguém tomasse providências. (CAMARA MUNICIPAL DE DOURADOS. Relatório de Sindicância n. 178, p.2, 1970)

Entretanto, em posse deste documento após os depoimentos com dois professores citados no Relatório de Sindicância¹⁰¹, foi possível termos uma outra interpretação deste. Pelas informações verbais, nos foi exposto que tal Sindicância foi fruto de interesses políticos sobre o cargo de Diretora da escola, pois como a que atuava na direção não pertencia ao Distrito, era mais interessante para os políticos locais tirá-la do cargo e nele colocar alguém de dentro do Distrito, simpatizante à política local, que de certa forma acataria aos seus interesses e possibilitaria seus desmandes neste espaço. Mesmo com todo o teatro montado, os planos estipulados para a posse do cargo não se efetivaram.

A intervenção do Governo estadual foi a resultante desse fato fatídico, pois após a retirada do cargo da antiga diretora, os interesses políticos se confrontaram e terminaram por demandar a atuação da Delegacia Regional de Ensino de Dourados. De todo modo, essa intervenção se refletiu positivamente por antecipar o projeto de instalação do Grupo Escolar no Distrito, entretanto, a considerar a sorte rumada pela Escola Reunida, a criação do ginásio estava condicionada ainda à possibilidade de adequação e construção de uma base escolar nos moldes da estrutura física para tal modelo de escola.

Dessa forma, o município cede o prédio da Escola Reunidas e no ano letivo de 1971¹⁰² se inicia as atividades do Grupo Escolar Presidente Vargas, assumindo por

¹⁰¹ Os professores citados no Relatório de Sindicância e que colaboraram com depoimentos são Lázaro Édison Félix e Sedilha Moraes Moreira, ambos citados no relatório como professores da Escola Reunida Presidente Vargas. Utilizamos também o depoimento de Erna Sedlacek para fundamentar a relação das professoras com a direção, e a direção com a comunidade.

¹⁰² A Escola Reunida Presidente Vargas funcionou até o ano letivo de 1973, quando o estado exige dentro do município o seguimento da Resolução nº.019 de junho de 1972, extinguindo-a e remanejando os alunos para o Grupo Escolar Presidente Vargas.

nomeação do estado Mariko Aoki¹⁰³, atuando com inspetora de ensino na região distrital de Vila Vargas e Diretora do Grupo.

308 foi o total de matrículas do primeiro ano do Grupo Escolar, e seu número foi aumentando expressivamente nos anos seguintes, atingindo no quarto ano de sua existência um total de 408 matrículas, ofertando neste intervalo as quatro séries do primário, as três séries do ginásio, o Curso Supletivo e o MOBRAL. Mas como foi possível estruturar uma escola com todo este quantitativo de alunos matriculados, se as atividades se iniciaram a partir de investidas político-partidárias e quando a própria nomeação da direção é uma intervenção do governo para com esta realidade?

Com a mudança da estrutura política no país e a participação de uma elite que se formava no Distrito as custas de compra e venda de lotes originários da CAND que eram invadidos, *reloteados* e vendidos por grileiros locais, a política local se solidificou através de uma cultura oligárquica que se aproximava da antiga estrutura coronelista, possibilitada pelo regime militar e orientada pelo medo dos cidadãos. Este medo, nascido de 1964 e fixado pelo mito do Grupos de Onze, seguiu o histórico do Distrito por todo o período do Governo Militar, dando liberdade para os políticos locais que pertenciam ao grupo dominante, criar uma zona de conforto para seus desmandes.

Cientes dessa realidade, por não ser ela atípica pelos distritos do município, à diretora nomeada para o Grupo Escolar, instruída para com a cultura política, foi incumbida à tarefa de criar hábitos dentro da escola que condissessem com os anseios administrativos da Secretaria de Educação e Cultura do estado, almejados desde a criação da Escola Reunidas, e que deveria ser consagrado com o Grupo Escolar.

¹⁰³ MATO GROSSO, Diário Oficial nº 15.810 de 9 de março de 1971: “Decreta para o cargo de Diretor Padrão o Grupo Escolar de Vila Vargas, Maryko Aoki, pelo Decreto 1.208 de 3 de agosto de 1970, válido a partir de 1 de fevereiro de 1971”.

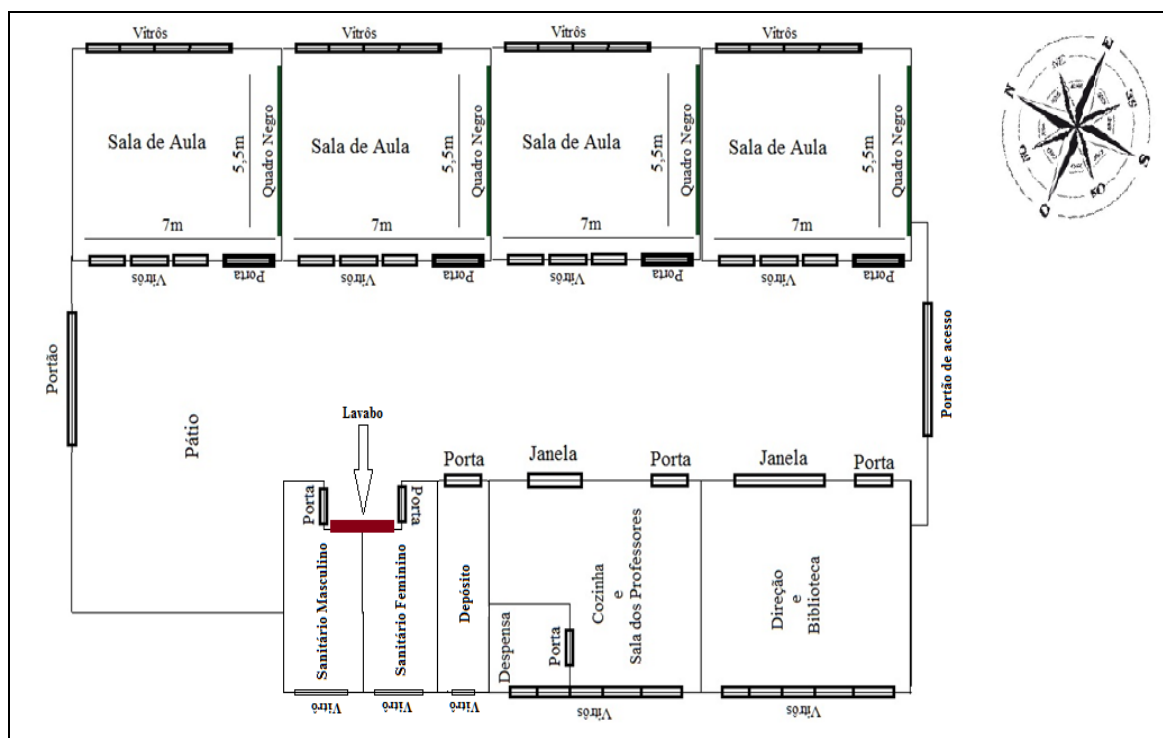


Figura 16: Planta Baixa do Grupo Escolar Presidente Vargas, 1972.

Fonte: Relatório de Patrimônio da Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas, 1982.

Acervo: EEPG Vargas, 2014. Edição: Wilker Solidade.

A **Figura 16** expõe a planta baixa do Grupo Escolar Presidente Vargas no seu primeiro ano de funcionamento em prédio próprio, em 1972. No formato comum de construção para as escolas estaduais do período, com dois pavilhões de salas separados por um espaçoso pátio no modelo *Forte Apache*, que proporcionava à sala da direção uma visão panorâmica das salas de aula¹⁰⁴, o Grupo Escolar contava com um total de quatro salas, dois banheiros, água encanada, cozinha, sala comum para a diretoria e secretaria e espaço para os professores, e era o maior prédio construído em alvenaria no Distrito, e o único com uma estrutura arquitetônica moderna, com salas amplas e espaço pavimentado para recreação e convívio dos alunos.

Maryko Aoki, frente à instalação dessa estrutura, desde o início do ano letivo de 1971, com um total de 8 funcionários (4 professores, 2 serventes, 1 merendeira e 1 secretária), criou a Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Presidente Vargas, que foi nomeada por votação como “Associação de Pais e Mestres Pedro Pedrossian” e a Reunião Pedagógica do Grupo Escolar Presidente Vargas, ambos em março de 1971, instruindo aos funcionários, desde os professores até os funcionários da secretaria, a

¹⁰⁴ Sobre a estrutura arquitetônica das escolas e sua relação com o movimento existente entre seus espaços e fronteiras, ler: FRAGO, Antonio Viñao. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Marcus Levy.(org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

necessidade de se formar um ritual estruturado por planos de ações que iam muito além dos planejamentos de aula, que condissessem com as orientações da Delegacia Regional de Ensino, esta que seria ativa dentro da escola, e respeitasse todas as datas cívicas: a escola agora seguiria um planejamento nacional para o ensino e, dentro dos padrões estabelecidos pela Delegacia Regional de Ensino, adotaria o modelo de educação voltado para a formação do discente para a sociedade.

A primeira reforma voltada para a estrutura administrativa foi a alocação, dentro da escola, de funções delegadas por professores de acordo com seu currículo de formação. O professor passa a atuar na escola de forma mais intensa na vida do aluno à medida que exige dele, além do envolvimento com a disciplina desempenhada, a participação dos pais em suas atividades escolares. A interação entre os pais desses alunos e o trabalho dos professores é evidenciado nas Atas das reuniões realizadas mensalmente pela Associação de Pais. A cobrança por parte da escola para com o acompanhamento do desempenho dos alunos é enfatizada em todas as reuniões.

Nessas Atas foi possível identificar como se intensificou a participação destes pais nas atividades envolvendo a escola, trazendo dessa forma a escola para a comunidade, e a comunidade para dentro da escola. Pelas Atas conseguimos verificar que, além das atividades envolvendo as datas comemorativas, como o Dia da Independência ou Proclamação da República, havia uma demanda de presença dos pais em momentos diversos. A manutenção da escola, por exemplo, dependia do trabalho conjunto entre os pais e a direção do Grupo Escolar. Essa manutenção, que ia desde o concerto da base física da escola até o pagamento do Caixa Escolar, obrigado para os alunos que não comprovasse impossibilidade financeira, exigiam que os pais se inserissem indiretamente dentro dos assuntos da instituição, como a abertura de turmas, transferência de alunos, festejos para arrecadamento financeiro e gincanas beneficentes.

Uma das maiores investidas da escola para com a responsabilidade dos pais frente ao ensino ofertado as crianças foi a instalação de um sistema de registro de matrículas. Este registro, realizado na escola e enviado à Delegacia Regional de Ensino, retornava aos pais no formato de um documento que indicava qual o nível de conhecimento que o estado reconhecia para seu filho. Este documento, inédito para a cultura escolar local, dava aos pais uma comprovação perante ao próprio estado, do desenvolvimento que seu filho adquirira. O registro de matrícula passa se torna um documento valioso, por representar a própria instrução adquirida e o status da criança para com a educação ofertada pelo estado. O diploma recebido pelos alunos ao término

das quartas séries nas escolas anteriores agora é substituído pelo certificado ano-a-ano das séries cursadas, e o acompanhamento do desenvolvimento de aprendizado, evidenciado bimestralmente pelos boletins, que são emitidos regularmente, contando com o pagamento por este, e utilizados para demonstrar a situação dos alunos para com a educação oferecida.

Em quatro anos de atividade, o Grupo Escolar Presidente Vargas contou com um aumento no número de funcionários da escola à medida que ampliava seus serviços, de oito para dezenove funcionários, compondo um corpo docente com qualificação exigida pela legislação estadual para cada cargo e adequando, à medida que as políticas educacionais se atualizavam, o currículo escolar e os cursos oferecidos. Os profissionais que atuaram na escola tinham, ou formação em Curso Normal, Técnico ou de Licenciatura Rápida, conforme os currículos encontrados nos arquivos da escola, e essa formação foi esmiuçada quando as aulas, a partir de 1973¹⁰⁵, passaram a ser ministradas com seguimento de disciplinas e não apenas de séries específicas. A quinta, sexta e sétima série que se instalava já em 1974 exigia do professor uma especialização mais centrada em uma disciplina exclusiva. Essa exigência fazia com que os professores participassem assiduamente nos cursos de formação ofertados pelo governo do estado.

Os livros ponto dão um panorama de como era o controle das atividades docentes, estas registradas por disciplina ofertada, horário e saída da sala e atividades extras-sala realizadas, envolvendo a comunidade escolar e social, através das presenças assinadas em dias não letivos, como sábados, para o ginásio e supletivo, e domingos para o primário.

Após o período de trabalho da professora Maryko Aoki frente a direção, num total de dois anos letivos (1971-1973), a escola já contava com uma estrutura regida pela burocracia exigida pela Delegacia Regional de Ensino, desde a matrícula dos alunos, seu pagamento e comprovação documental, até a posse dos professores nas séries ofertadas, a partir das afinidades de formação. A Associação de Pais e Mestres se instaurara como parte da rotina da escola e as Reuniões Pedagógicas eram utilizadas na orientação e delegação das funções desempenhadas dentro da escola pelo corpo administrativo e docente.

¹⁰⁵ As fichas de cadastro de funcionários do Grupo Escolar Presidente Vargas foram localizadas junto às fichas de funcionários da Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas, tendo em vista que estes professores permaneceram na escola após a mudança de nomenclatura. Como os professores, praticamente todos, realizaram cursos de Licenciatura Plena, em sua maioria no Centro Universitário de Dourados (CEUD), adotamos como referência para conhecimento do currículo de quando eram funcionários do Grupo Escolar o ano de ingresso e conclusão do Curso de Licenciatura.

Essas Reuniões ganharam uma nova roupagem durante a gestão de Maria Inez Franco Felix, a terceira diretora do Grupo Escolar, que no de 1974, assumindo o cargo provisoriamente ocupado por José de Carvalho, oficializa a mudança por ele iniciada ao transformar a Reunião Pedagógica no Conselho de Professores, como orientação da Delegacia Regional de Ensino¹⁰⁶. Com a função base da Reunião pedagógica, os Conselhos tinham delegações específicas regidas por uma maior burocracia, dando maior *executabilidade* dos acordos firmados em reunião, tendo em vista a ligação deste Conselho com a Delegacia Regional e a incidência de suas práticas com a remuneração dos professores, bem como a cobrança de investimentos ou estrutura para o ensino oferecido pelo Grupo. Como reflexo desse Conselho, foi criado neste mesmo ano, no mês de junho, o Centro Cívico Escolar, que consolidou a Banda Fanfarra do Grupo Escolar Presidente Vargas, posteriormente conhecida como Fanfarra José de Carvalho, criada por José de Carvalho e que passa a ser referenciada como o símbolo maior da escola dentro do Distrito.



Figura 17: 1ª Turma da Banda Fanfarra musical “José de Carvalho” do GEPV, 1974.
Fonte: Arquivo particular de Juraci Cavalcante, 2014.

¹⁰⁶ Conforme Resolução 01 de 01 de fevereiro de 1973 que “Estabelece normas para aprovação, pelo órgão próprio do Sistema, dos Regimentos das Unidades de Ensino de 1º e 2º Graus”.

A **Figura 17** mostra a banda em seu segundo ano de existência. Ela se tornou o orgulho da escola e da comunidade por traduzir a importância monumental das datas cívicas para o cidadão reconhecidamente brasileiro. Através deste Centro Cívico, o Distrito de Vila Vargas passou a ser referenciado na Câmara Municipal de Dourados graças ao “cumprimento do papel da escola como formadora do homem brasileiro”¹⁰⁷.

A nova legislação educacional, Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, que dentre outras disposições fixava a obrigatoriedade do primeiro grau, com oito anos de duração, gratuito e voltado para a educação geral; criação do nível de segundo grau, destinado à profissionalização e o ensino supletivo para atender jovens e adultos que não tivessem concluído ou frequentado o curso na idade própria, colocou como exigência para as Secretarias de Educação do estado a reestruturação das escolas de ensino público sob sua jurisdição. Em Mato Grosso a legislação federal foi executada através da Resolução nº.19 de junho de 1972, redigindo em seu Artigo 1º que “passam a constituir-se em Ensino de Primeiro Grau o conjunto de 8 (oito) séries, resultantes de integração do ensino primário de 4 (quatro) anos com o ciclo ginasial do ensino médio” (MATO GROSSO, 1972), orientando a organização e denominação dos estabelecimentos de ensino, bem como estipulando o ano de 1974 como prazo limite para essa adequação. Pela Resolução, todas as escolas passariam por inspeção estadual e se tivesse um número considerável de alunos, seriam transformadas em escolas de primeiro grau (Artigo 3º)¹⁰⁸. Quando já obtinham um elevado número de alunos em curso ginasial, esta poderia ser elevada à escola de segundo grau, conforme a lei federal, porém quando não apresentassem um número mínimo de alunos, como era comum nas áreas rurais dos distritos, essas escolas eram desativadas, e os alunos direcionados para outra escola que fosse próxima a sua residência.

Sob a objetividade dessa legislação, a Resolução preconiza que:

Artigo 5º - O Estado, os Municípios e as Pessoas Jurídicas de Direto Privado, poderão elaborar, para alguns ou todos os estabelecimentos de 1º grau por eles mantidos, um regimento comum que assegurando a unidade básica estrutural e funcional da rede, preserva a necessária flexibilidade didática de cada escola. (MATO GROSSO, *Resolução* nº.19, 1972)

¹⁰⁷ CAMARA MUNICIPAL DE DOURADOS. Pedro Domingos Pereira, Ata da 24ª Sessão Ordinária, 1974.

¹⁰⁸ Para atendimento às proposições das letras A e B do artigo 3º da Lei 5.692/71, será instituído pela Secretaria de Educação e Cultura o Zoneamento Escolar nas áreas urbanas e suburbanas dos municípios (MATO GROSSO, 1972)

O regimento comum inserido no estado exige do GEPUV a adequação ao novo modelo de ensino dentro do prazo máximo estabelecido pela Resolução 19/72. Como reflexo dessa exigência assumiu em 1974 a direção do Grupo Escolar a professora Maria Inez Franco Félix, adequando-o aos novos moldes do governo para a educação, seja na organização curricular dos profissionais como no empenho para adaptação da escola à continuidade das séries, almejando a criação de salas de segundo grau, status alcançado somente na década de 1980, ainda em sua gerência.

Em apenas 810 dias letivos (1971-1974), o Grupo Escolar Presidente Vargas alterou o significado de escola dentro da comunidade de Vila Vargas, dando ao Distrito uma nova interpretação de escola, proporcionando-lhe a fixação de uma identidade reconhecidamente *vilavarguense*. A ordenação legislativa de 1971 levou ao surgimento de uma nova cultura escolar que abrangeu a comunidade como um todo. A escola transformou-se em referência e identificação de Vila Vargas. Até o ano de 2014 a Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas foi a única unidade em toda a região leste do município de Dourados, compreendendo um total de cinco distritos, a oferecer o Curso Supletivo, o Curso Magistério, todas as oito séries do Curso de Primeiro Grau e o Curso de Ensino Médio. E por isso, sem sombra de dúvidas, deu possibilidades ao Distrito de crescer mais do que se esperava os seus “pioneiros” da década de 1950, pois estes não imaginavam que através da imagem da escola e sua representação dentro do espaço municipal ecoaria pelos povoados que o circundavam, tornando-o referência de Distrito e de instrução escolar.

Mas quem era a clientela do Grupo Escolar? Qual sua rotina? Qual a relação do Grupo Escolar com a comunidade? Utilizando estes questionares como ganchos, abordaremos no próximo tópico as transformações realizadas pelo Grupo Escolar Presidente Vargas como o ápice do processo de inserção da instituição escola do Distrito de Vila Vargas, partindo para isso da caracterização urbano/rural que atribuímos a esta escola.

3.2 - As escolas do Distrito de Vila Vargas e a sua caracterização urbano/rural.

O Distrito de Vila Vargas foi palco de duas “eras” distintas no que se refere ao ensino escolarizado: a primeira era foi marcada pela instalação das duas escolas rurais em seu entorno. A primeira delas, a Escola da Zona do Triunfo (Escola Rural Mista do

Triunfo), tinha uma administração realizada pela Sede do Núcleo Colonial de Dourados e por isso recebia uma gestão pedagógica centrada nos interesses diretos do Governo Federal ao que refere ao desenvolvimento do ensino primário. Esta escola contava por isso com inspeção ativa que era responsável, desde o planejamento coletivo das atividades quinzenais a serem desenvolvidas pelo professor, até a aplicação dos exames bimestrais para aferição do aprendizado.

A segunda instituição, nesta mesma “era”, foi a Escola Rural Mista do Mercado que, ao ser instalada inicialmente graças a ação dos colonos locais, pôde ser caracterizada em sua gênese como uma “escola de improviso”, conforme características delineadas por Faria Filho e Diana Vidal no texto “Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil” (2005).

A Escola Rural Mista do Mercado, sob administração do município recebia pouca, ou quase nenhuma, fiscalização por parte do estado ou inspeção municipal. O conteúdo a ser ministrado era retirado no departamento de ensino do município semestralmente e realizado de acordo com o preparo pedagógico de cada professor. Dessa forma a primeira era foi palco dessa dualidade sobre o ensino no distrito: ora pela atuação de uma escola com cumprimento efetivo dos moldes de ensino estipulado pelo estado, ora pela existência de uma escola com um improviso constante em sua atuação, formando assim duas levas distintas de crianças.

A segunda “era” foi marcada pela instalação da Escola Reunida Presidente Vargas, já no início dos anos 1968. Essa era se destaca pela inserção de uma escola que agrupa as demais escolas do perímetro em um único prédio, avaliando o nível de conhecimento intelectual dessas crianças e as alocando em salas distintas para o seu desenvolvimento. A principal característica deste tempo era o acompanhamento estatal para com a execução do planejamento estruturado conforme o departamento de educação. A escola deveria seguir um currículo delimitado e comprovar a execução deste através de planejamento enviado à inspeção, o que garantiria uma homogeneidade na formação intelectual dos alunos.

Outra etapa dessa “era” foi a instalação do Grupo Escolar Presidente Vargas, este que em 1971 se tornou a representação máxima do estado dentro dos limites distritais de Vila Vargas por obedecer mais que apenas um currículo estipulado, mas toda uma estrutura organizacional que seguia os moldes de uma escola graduada, com ritos e costumes estipulados, com a criação de associações envolvendo o corpo docente,

os pais das crianças frequentadoras daquele espaço, e um diálogo do espaço com a comunidade através destes. A comunidade passa a fazer parte das atividades da escola.

No que tange a estrutura curricular das escolas instaladas no Distrito de Vila Vargas, área rural do município, o estudo sobre as escolas que fizeram parte do processo de escolarização não nos permitiu identificar características do ensino ofertado de acordo com suas particularidades e identificação espacial local, permitindo aferir que não houve no Distrito a execução de estrutura educacional voltado ao indivíduo do campo, com matérias ou atividades de cunho agrícola, por exemplo, não havendo vestígios de uma ementa que permitisse classificá-las, independente da “era”, como sendo rural em sua essência. Entendemos que uma escola tipicamente rural é aquela que, dentro de seu quadro teórico, apresente disciplinas voltadas à cultura agrícola, como o cultivo, o manuseio e a cultura da terra¹⁰⁹.

Lembramos que a denominação “Escola Rural” dada às escolas da localidade estudada tratava-se da nomenclatura usual atribuída por localização em relação à Sede do Município, ponto definido pelo Decreto 759 de 1927 (Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso), em seu artigo 5º, que define como rurais “as escolas isoladas localizadas a mais de três quilômetros da sede do município”.

O Conteúdo ofertado nas aulas das escolas no início do ensino escolarizado do Distrito de Vila Vargas, segundo a ficha preenchida pelo Relatório de Escolas Desativadas do município, constituía-se em Comunicação e Expressão (Língua portuguesa e caligrafia), Iniciação à Ciência (Ciências Naturais e Físicas e matemática) e Integração Social (História e Geografia do Brasil e Mato Grosso)¹¹⁰. Nas escolas do segundo momento do referido Distrito e, principalmente no Grupo Escolar, as disciplinas oferecidas eram a de Educação Moral, Português, Leitura (1ª séries), Ciências, Matemática, Geografia, História, Educação Física, Desenho e a atividade quinzenal de trabalhos manuais como projeto¹¹¹.

¹⁰⁹ Para uma melhor caracterização de escolas rurais ver MORAES, Agnes Iara Domingos. Ensino Primário tipicamente rural no estado de São Paulo. Marília: UNESP, 2014 (Dissertação de Mestrado).

¹¹⁰ Relação colhida dos relatórios de escolas desativadas do município para o ano de 1973, realizada pela Secretaria de Educação e Cultura do município de Dourados. DOURADOS, SEMED. Relatório de Escolas Desativadas, 1975.

¹¹¹ Dados obtido com base no Proj.nº01/73/JC do Conselho de Professores do Grupo Escolar Presidente Vargas, 1973.

Todas as escolas respeitavam os moldes orientados pelo Decreto Estadual 319 de 1962¹¹² para com os programas de ensino no estado, entretanto, nada específico se apresentava referente à um modelo rural de escola, pois seu currículo seguia a mesma estrutura adotada na área urbana do município.

Dessa forma o Distrito recebe, para nossa pesquisa, uma caracterização de escola como sendo urbano/rural, isto pelo fato de ter sua clientela predominantemente rural, composta por indivíduos que desempenham trabalho agrícola em sua essência e, no entanto, seguiram um currículo estritamente urbano, apresentando-lhes um contexto destoante de sua vida dentro do Distrito. Essa dualidade pode ter contribuído para o aumento no número de matrículas na escola, ao passo que se permite almejar o ingresso em uma vida na cidade haja vista o preparo graduado recebido, ou certa resistência em permanecer na escola devido à diferença entre sua vida cotidiana e a rotina ritual recebida durante a permanência no espaço escolar.

De qualquer forma, é impossível compreendermos a escola como sendo de base urbana por entendermos a “existência de uma relação dialética entre a instituição e sua comunidade, em uma pluralidade de sentidos” (OLIVEIRA; DÉCIO GATTI Jr. 2002, 74), que anula a possibilidade de definição de mão única para este espaço, ao passo que a contraposição entre o urbano e o rural se efetivam na medida em que esta escola se concretiza como parte integrante do meio social.

3.3 - O Grupo Escolar Presidente Vargas: a escola como referência.

O Grupo Escolar Presidente Vargas (GEPV) foi instalado nos domínios do Distrito de Vila Vargas com uma finalidade específica: “dar ao vilarejo uma referência urbana para os demais povoados que com ele estabelecia fronteira”¹¹³. Essa finalidade, originada no discurso do vereador Edmur Felix em 1967 nas Reuniões Extraordinárias da Câmara Municipal de vereadores, expressou bem o papel principal da escola frente a administração pública douradense.

Entretanto, esta premissa não foi de fácil efetivação, isso porque o Distrito, remanescente de um povoado criado para a colonização orientada pela política varguista, concentrou em um lugar só pessoas de diversas partes do país, com culturas e

¹¹² O Decreto nº 319, de 4 de maio de 1962, estipula os Programas Escolares do Ensino Primário do estado de Mato Grosso, estes elaborados pelo Departamento de Educação e Cultura do Estado, é direcionado de “forma específica aos Grupos Escolares e Escolas Reunidas; Escolas Isoladas e Rurais Mistas do Estado” (MATO GROSSO, 1962)

¹¹³ CAMARA MUNICIPAL DE DOURADOS. Edmur Felix. *Ata da 3ª Sessão Ordinária*, 1967.

hábitos distintos. O Livro de Matrículas do GE PV, com a primeira página apresentada na **Figura 18**, datado de 1971 consta solicitação de cadastro contendo além do nome do aluno e certidão de nascimento, o nome do pai ou responsável pela família, profissão, naturalidade e local de residência.

Matrícula de Alunos do G.E. Presidente Vargas									
NOME	IDADES		NATURALIDADE	FILIAÇÃO	RESIDÊNCIA	DATA		CAUSA	OBSERVAÇÕES
	Idade	Sexo				Matrícula	Cancelamento		
50 Dionísio de Oliveira	22	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
51 Miguel Gomes de Oliveira	20	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
52 José Carlos de Oliveira	19	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
53 Nelson de Oliveira	21	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
54 Nelson de Oliveira	22	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
55 José Carlos de Oliveira	23	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
56 José Carlos de Oliveira	24	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
57 José Carlos de Oliveira	25	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
58 José Carlos de Oliveira	26	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
59 José Carlos de Oliveira	27	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
60 José Carlos de Oliveira	28	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
61 José Carlos de Oliveira	29	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
62 José Carlos de Oliveira	30	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
63 José Carlos de Oliveira	31	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
64 José Carlos de Oliveira	32	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
65 José Carlos de Oliveira	33	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
66 José Carlos de Oliveira	34	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
67 José Carlos de Oliveira	35	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
68 José Carlos de Oliveira	36	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
69 José Carlos de Oliveira	37	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
70 José Carlos de Oliveira	38	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
71 José Carlos de Oliveira	39	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
72 José Carlos de Oliveira	40	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
73 José Carlos de Oliveira	41	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
74 José Carlos de Oliveira	42	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
75 José Carlos de Oliveira	43	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
76 José Carlos de Oliveira	44	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
77 José Carlos de Oliveira	45	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
78 José Carlos de Oliveira	46	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
79 José Carlos de Oliveira	47	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
80 José Carlos de Oliveira	48	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
81 José Carlos de Oliveira	49	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
82 José Carlos de Oliveira	50	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
83 José Carlos de Oliveira	51	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
84 José Carlos de Oliveira	52	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
85 José Carlos de Oliveira	53	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
86 José Carlos de Oliveira	54	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
87 José Carlos de Oliveira	55	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
88 José Carlos de Oliveira	56	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
89 José Carlos de Oliveira	57	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
90 José Carlos de Oliveira	58	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
91 José Carlos de Oliveira	59	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
92 José Carlos de Oliveira	60	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
93 José Carlos de Oliveira	61	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
94 José Carlos de Oliveira	62	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
95 José Carlos de Oliveira	63	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
96 José Carlos de Oliveira	64	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
97 José Carlos de Oliveira	65	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
98 José Carlos de Oliveira	66	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
99 José Carlos de Oliveira	67	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
100 José Carlos de Oliveira	68	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
101 José Carlos de Oliveira	69	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
102 José Carlos de Oliveira	70	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
103 José Carlos de Oliveira	71	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
104 José Carlos de Oliveira	72	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
105 José Carlos de Oliveira	73	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
106 José Carlos de Oliveira	74	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
107 José Carlos de Oliveira	75	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
108 José Carlos de Oliveira	76	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
109 José Carlos de Oliveira	77	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
110 José Carlos de Oliveira	78	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
111 José Carlos de Oliveira	79	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
112 José Carlos de Oliveira	80	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
113 José Carlos de Oliveira	81	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
114 José Carlos de Oliveira	82	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
115 José Carlos de Oliveira	83	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
116 José Carlos de Oliveira	84	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
117 José Carlos de Oliveira	85	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
118 José Carlos de Oliveira	86	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
119 José Carlos de Oliveira	87	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
120 José Carlos de Oliveira	88	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				
121 José Carlos de Oliveira	89	M	Brasileira	Alfredo de Oliveira	Vila Vargas				

Figura 18: Primeira página do Livro de Matrículas do Grupo Escolar Presidente Vargas, 1971.

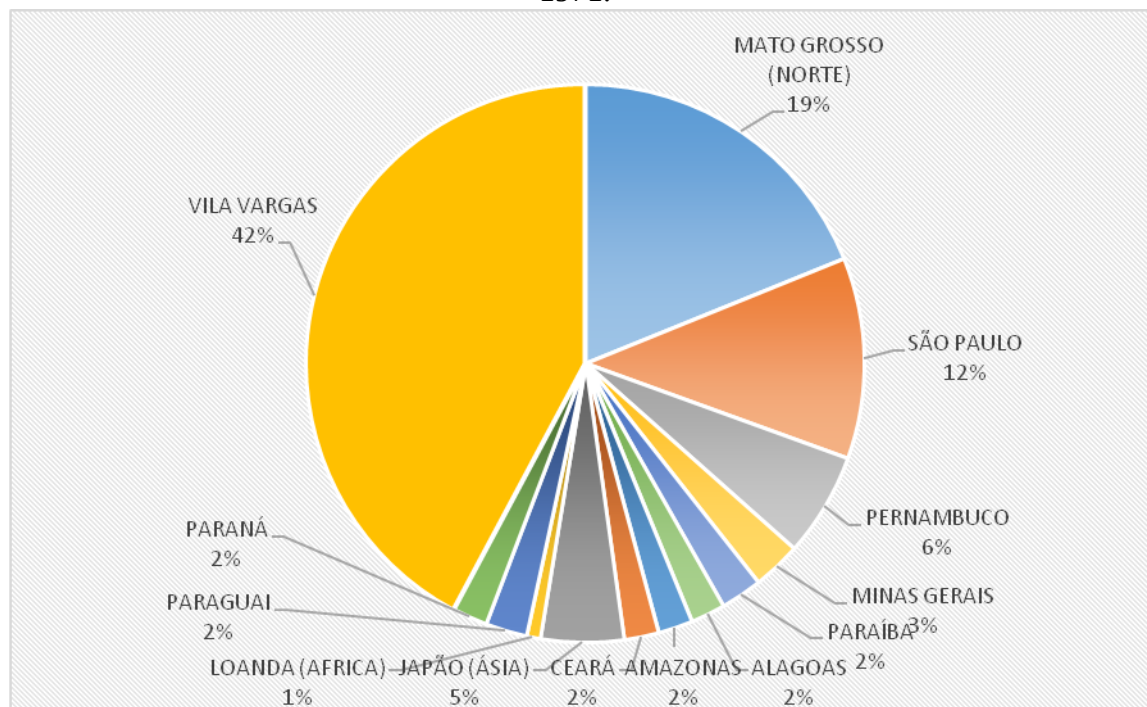
Fonte: Livro de Matrículas do Grupo Escolar Presidente Vargas, 1971. Acervo da EEPG Vargas, 2014.

Pelo item naturalidade, na quinta coluna, conseguimos coletar as regiões de origens das crianças que frequentam o Grupo Escolar. Estados como São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Paraíba e o norte de Mato Grosso eram os de maior concentração de migrantes, dividindo espaço com os de naturalidade *vilavarguense*. O **Gráfico 2** evidencia a distribuição dessa naturalidade e nos chama atenção para a quantidade de pessoas naturais do Distrito de Vila Vargas. Cabe lembrar que no ano de 1946 se instalara a primeira família no povoado de Triunfo. Vinte e cinco anos se passaram desde o início do povoamento, assim sendo, àqueles que foram as primeiras crianças a frequentar a escola na região, considerando a cultura familiar nuclear para a época, já estavam enviando seus filhos para a escola.

Um outro registro que nos chamou atenção foi a existência de paraguaios, japoneses e uma família africana no livro de matrículas. Como não há nenhum outro registro além desse Livro, não foi possível explorar o motivo que ocasionou a vinda dos africanos para o Distrito, com exceção das famílias japonesas que, através dos depoimentos orais realizadas ficou evidenciado que vieram para a região junto à leva de

japoneses que adentraram o Brasil nos anos pós 1950, se intensificando entre meados de 1960 e 1970¹¹⁴.

Gráfico 2: Local de Origem dos pais dos alunos do Grupo Escolar Presidente Vargas, 1971.



Fonte: Livro de Matrículas do Grupo Escolar Presidente Vargas, 1971. Acervo da EEPG Vargas, 2014.

A junção dessas culturas diversas, tanto brasileiras como estrangeiras em um espaço comum, possibilita uma formação social que pode ter dois vieses: ou a cultura de maior solidez impera sobre as outras, as suprimindo, ou ao juntar diversas vertentes culturais, nenhuma se sobrepõe as outras e juntas, todas formam uma nova cultura, híbrida, com pequenas características de cada uma das todas que ali se encontram, e ao mesmo tempo, sem nenhum traço preponderante para uma identidade cultural determinística (CANCLINI, 2011).

Ousamos dizer que Vila Vargas se formou a partir de pequenos grupos de pessoas que, desde sua instalação nos lotes que compunham as Quadras da Colônia Agrícola, plantavam seu conhecimento em uma terra que começava a dar frutos. As junções desses pequenos grupos tinham, de certa forma, uma cultura comum: a da lavoura. Todos trabalhavam em prol ao plantio e cultivo de grãos, principalmente arroz

¹¹⁴ Para maiores detalhes sobre a imigração japonesa no município de Dourados, consultar o trabalho ONO, Kosuke; et al. *Cenário da imigração japonesa na grande Dourados*. Associação cultural Nipo-Brasileira Sul- Mato-Grossense. Dourados: 2008.

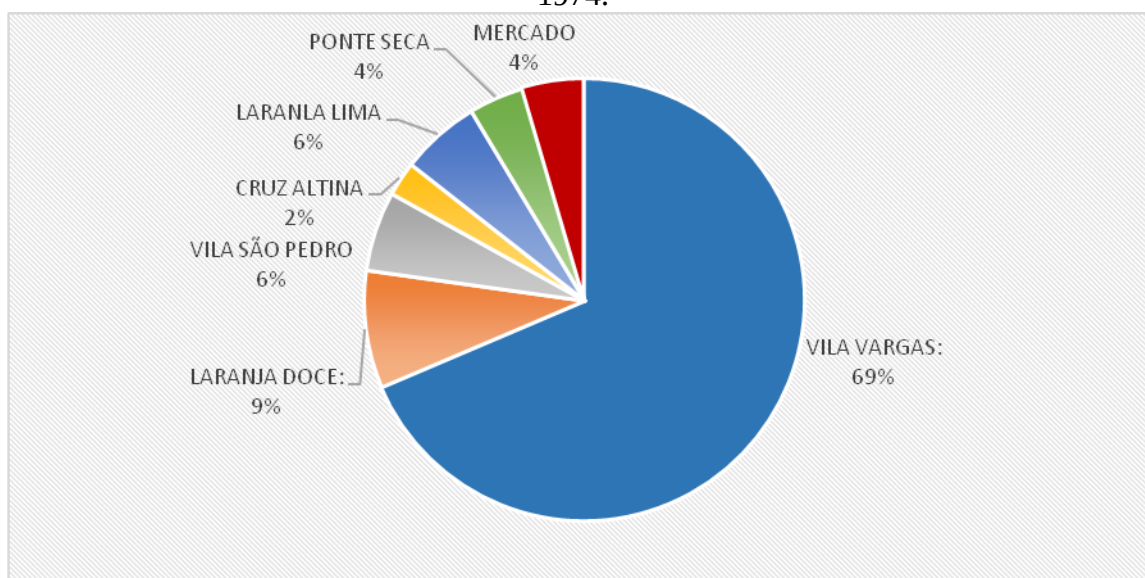
e milho, e isso de certa forma unia os grupos familiares separados pelos duzentos metros que os distavam por lote.

A demarcação de um perímetro central para a formação de um comércio ascendente foi o marco da formação da vila, sede do Distrito, e de certa forma, o responsável pela integração das culturas diversas. O surgimento de demandas sociais similares aos diferentes grupos foi o ponto crucial para a criação de características elo. Maior participação da política municipal no povoado, reconhecimento de sua importância para a economia douradense, assistência à saúde e ampliação do ensino foram as reivindicações que deram uma unicidade ao povoado de Triunfo e a primeira fâsca do que viria a ser o Distrito.

A inserção de uma escola no perímetro formado pelo agrupamento que se ampliava foi a ferramenta política encontrada para tocar a todos os habitantes deste lugar, e essa característica dada a escola passa a seguir o histórico da instituição. De Escolas de Zonas à Escolas Rurais, e de Escolas Rurais para Escola Reunidas e desta para Grupo Escolar, o processo de escolarização do Distrito, mesmo com rupturas, seguiu um modelo que permitiu a concretização das políticas educacionais, e dessa forma, os moldes ditos pela história da educação para o município.

Isso porque o GEPU atendia uma ampla área que circundava o Distrito, e durante os quatro anos de funcionamento, foi porte de acesso à instrução escolar de uma extensa área, como demonstrado no **Gráfico 3**.

Gráfico 3: Local de Residência dos alunos do Grupo Escolar Presidente Vargas, 1971-1974.



Fonte: Livro de Matrículas do GEPU dos anos 1971; 1972; 1973 e 1974. Acervo da EEPG Vargas, 2014.

O aumento no número de matrículas por alunos de fora do perímetro do Distrito Sede se intensifica após o ano de 1973, último ano de funcionamento de parte das Escolas Rurais distribuídas pelo território do Distrito, como exposto no Capítulo 2. Com a extinção dessas escolas, o Grupo se torna o polo mais atrativo para o ensino na região, considerando os níveis ofertados e a localização de sua instalação, bem ao centro do território distrital e às margens da rodovia que ligava a cidade de Dourados e a única via para a maior cidade do sul do estado, Campo Grande.

Foi no final do ano de 1973 que a base da Empresa Industrial Técnica S.A., responsável pelo asfaltamento desta rodovia chega à Vila Vargas. Esse asfaltamento, somado a expansão de uma cultura em torno do faturamento de grãos e do comércio de encosta, proporciona ao Distrito a possibilidade de reconhecimento econômico junto ao município por sua função elo.

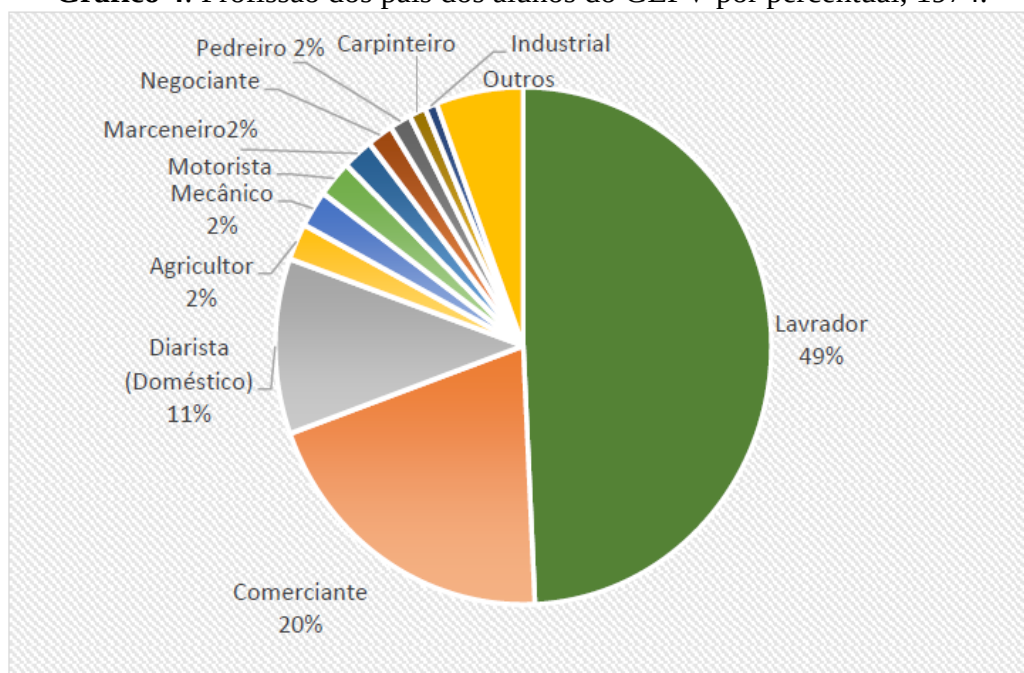
Asfalto está chegando a Dourados. Em contatos que tivemos com os engenheiros da EIT, empresa que está construindo o asfalto a Rio Brilhante, constatamos que 15 quilômetros daquela rodovia já estão pavimentados. O trecho compreende do acampamento em Vila Vargas até 4 quilômetros aquém da Cooperativa. Pudemos constatar que os trabalhos continuam em ritmo acelerado e até o dia 15 de novembro estará concluído o trecho Dourados-Vila Vargas, o que já representa uma certa tranquilidade para os douradenses. A extensão total a Rio Brilhante continua a ter o mesmo prazo de conclusão, ou seja, até fins de 1975. A rodovia de Itaporã também com seu trabalho bastante adiantado e tem-se como certo que nos primeiros meses do próximo ano de 1975 já seja posto a disposição ao povo de nossa região, resolvendo também o velho anseio da população. (JORNAL O PROGRESSO, Dourados, Edição 1.593, p.1, 19/10/1974).

Através da notícia publicada no Jornal O Progresso, datada de 19 de outubro de 1974, pode-se verificar como a formação de traços urbanos para o município de Dourados determinou ao Distrito suas características urbanas. Sua localização estratégica possibilitou o entrosamento do Distrito com a administração municipal e através da participação política, teve grandes chances de se tornar uma comunidade em ascensão socioeconômica. Entretanto, isso não aconteceu de fato. Os interesses privados, utilizados em detrimento do social, fizeram parte da história do Distrito, e o visível crescimento, reconhecido no período de elevação do povoado à Distrito, ficou sujeito aos desígnios ideológicos defendidos por uma minoria que detinha o poder político.

Esse “poder” se traduzia como o acesso as tomadas de decisões junto a administração do município. Fora a política local, representada por um vereador do Distrito, e o faturamento de grãos ainda realizado no Distrito, existia pouca relação política e econômica entre o município de Dourados e o Distrito de Vila Vargas. Isso porque dentro do Distrito havia a existência de características econômicas locais, centradas na atividade agrícola, com destaque para a produção de arroz e milho, beneficiados no Distrito, e na venda e compra de produtos.

Pelo Livro de Matrícula do Grupo Escolar foi possível identificar as profissões dos pais dos alunos matriculados entre seus quatro anos de funcionamento. As profissões, evidenciadas pelo **Gráfico 4** permitiu observar o quadro econômico-financeiro da população *vilavarguese*. O elevado índice no número de lavradores permite conferir o traço rural na economia distrital.

Gráfico 4: Profissão dos pais dos alunos do GEPV por percentual, 1974.



Fonte: Livro de Matrícula do GEPV dos anos letivos de 1971 a 1974. Acervo: EEPG Vargas, 2014.

O **Gráfico 4** foi construído com base nos dados dos quatro anos de funcionamento do Grupo Escolar. Acrescentamos a estes dados o quantitativo total de alunos matriculados. Separamos os alunos que eram de uma mesma família e representados por um mesmo responsável e somamos a população de alunos e com base nesse total. Obtivemos a porcentagem evidenciada de profissão informada pelos pais no ato da matrícula. O trabalho agrícola (lavrador + agricultor) representavam 51% da atividade profissional local, e a este total é possível agregar ainda a profissão de diarista,

função explicada através dos depoimentos orais de pessoas que não tinham profissão definida e que acabavam trabalhando por pagamento diário nas plantações dos sítios próximos.

Dessa forma, 62% do total de pais de alunos do Grupo exerciam atividade ligada ao trato com a terra. Os outros ofícios estavam ligados a própria demanda local, como marceneiro, motorista, pedreiro, carpinteiro, entre outros. Se pensarmos que, ao trabalhar na produção própria de subsídio para sobrevivência de sua família, o indivíduo pouco se relaciona com uma estrutura de sobrevivência centrada unicamente no dinheiro como moeda, hábito já preponderante no Distrito Sede do município, por exemplo. Tal característica atingia diretamente a manutenção do Caixa Escolar, uma das demandas da cultura escolar instaurada pelo Grupo.

Discutida desde a primeira Reunião Pedagógica do Grupo Escolar Presidente Vargas, momento em que foi criado o conselho responsável pelo Caixa Escolar, este recolhimento tinha a finalidade de manter o desenvolvimento das atividades administrativas. Através do seu financiamento, a Caixa Escolar servia de mantenedora da compra de materiais administrativos e pedagógicos, quando necessários. A responsabilidade distributiva ficava por conta da Delegacia Regional de Ensino. O Caixa seria alimentado pelas matrículas a serem realizadas no ingresso do ano letivo no Grupo. As contribuições mensais a serem realizadas pelos pais não comprovadamente pobres, estas que seriam registradas em Ata para tal finalidade.

Entendemos que através do Livro Balancete do Caixa Escolar do Grupo Escolar Presidente Vargas e pelos registros constantes nas Atas da Associação de Pais e Mestres, o trabalho de cobrança por parte da Direção foi cumprido assiduamente em todos os anos de existência do Grupo Escolar. Mas, desde o segundo semestre de 1971, quando passou a vigorar o prazo apresentado na primeira Reunião da Associação para o pagamento da mensalidade, pouco se cumpriu por parte dos pais dessa obrigatoriedade.

Acordados em Reunião no valor mínimo de Cr\$ 1,00, o total financeiro do Caixa Escolar documentado no Livro de Matrículas do Grupo consta o total de Cr\$ 276,00 (duzentos e setenta e seis cruzeiros) para o ano letivo de 1971, com um total de 308 matrículas, e Cr\$ 291,00 em 1972, com 354 matrículas, somados neste ano um total de Cr\$ 574,00 de mensalidade escolar¹¹⁵. O que se percebe em posse do Livro Ata é que,

¹¹⁵ Livro Balancete do Caixa Escolar do Grupo Escolar Presidente Vargas, 1971; 1972; 1973 e 1974. Acervo: E.E.P.G. Vargas, 2014.

de certa forma, os pais não compreendiam ao certo o porquê do pagamento¹¹⁶, e mesmo que compreendessem, para muitos o valor de Cr\$ 1,00 por filho, considerando o quantitativo típico de filhos por família, era muito alto.

Tendo em vista tal particularidade, no ano de 1972 foi acordado o pagamento de acordo com as possibilidades de cada responsável de família, e a **Tabela 15** dá uma visão de como ficou o recolhimento anual da mensalidade do Caixa Escolar.

Tabela 14: Caixa Escolar por Série e quantitativo de aluno pagante por valor, 1974.

Série	Quantidade e Valor pago por série							
	Cr\$ 1,00	Cr\$ 2,00	Cr\$ 3,00	Cr\$ 4,00	Cr\$ 5,00	Cr\$ 6,00	Cr\$ 10,00	Cr\$ 12,00
1ª Série	32	7	2	7	0	18	1	0
2ª Série	4	5	0	1	0	5	0	0
3ª Série	11	8	4	0	0	3	1	0
4ª Série	6	5	2	2	0	4	0	0
5ª Série	16	13	10	4	2	5	0	0
6ª Série	4	2	1	0	0	8	1	3
7ª Série	1	4	2	1	0	0	1	1
Total de Alunos	74	44	21	15	2	43	4	4
Valor Arrecadado	Cr\$74	Cr\$88	Cr\$63	Cr\$ 60	Cr\$ 10	Cr\$ 258	Cr\$ 40	Cr\$ 48
Total Arrecadado	Cr\$ 641,00							

Fonte: Livro Balancete de Caixa Escolar do GEPU, 1974. Acervo: E.E.P.G. Vargas, 2014.

O pagamento do Caixa Escolar passou a ser realizado por valor proporcional ao poder aquisitivo dos pais das crianças, e pelo que podemos verificar, a grande parte da clientela atendida pelo Grupo detinha poder aquisitivo baixo, sem citar os não pagantes, pois num total de 207 alunos pagantes, destes subtraídos o total de matrícula para o ano letivo que foi de 463 matrículas, temos um valor de 256 alunos que não efetuavam o pagamento da mensalidade por se incluírem no grupo dos alunos cujos pais tinham renda abaixo do estipulado para pagamento desse Caixa, e dos pagantes, 68% contribuem apenas com o valor entre Cr\$ 1,00 e Cr\$ 3,00.

Em contrapartida, ficou evidente, quando comparamos todos os anos de execução do Caixa, e através do valor de Cr\$ 641,00 de arrecadamento no ano de 1974 um aumento de 132% no valor pago em relação ao primeiro ano de atividade do Grupo

¹¹⁶ O questionamento sobre a finalidade do Caixa Escolar é constante na Ata das Reuniões do G.E.P.V., sendo apenas justificado legalmente junto aos pais com a publicação da Lei 3.472/73 que versa sobre os recursos subsidiários para o financiamento da educação: “Artigo 1º: Nas escolas estaduais o ensino é gratuito na faixa etária dos 07 (sete) aos 14 (quatorze) anos e, fora desta, para quantos comprovarem faltas ou insuficiência de recursos. Parágrafo Único: Os estudantes que se enquadrem no que preceitua este artigo estarão sujeitos à contribuição para a CAIXA ESCOLAR.” (MATO GROSSO, Leinº. 3.472 de 11 de dezembro de 1.973).

no Distrito, estes proporcionais a um crescimento de 50% no número de matrículas, se comparado ao seu primeiro ano de funcionamento. Este aumento pode ser explicado tanto pela exclusão das escolas rurais do município que se situavam próximo à Vila Vargas, o que levou para a escola um maior número de pessoas com mais filhos, e consequentemente, mais pagantes, ou pelo próprio crescimento da economia local, o que não podemos afirmar por não contar com dados mais precisos.

Outra hipótese é a de que os pais começaram a participar mais ativamente da rotina da escola, e como reflexo disso, passaram a contribuir mais efetivamente com o Caixa Escolar. Essa participação, observada no contato com o Livro Ata das reuniões da Associação de Pais e Mestres “Pedro Pedrossian”, foi o referencial para que o Distrito começasse a desenvolver atividades coletivas entre os diferentes grupos sociais que o compunham e que se mantinham isolados desde o início da Zona do Triunfo. Estas atividades, apresentadas como práticas necessárias para aquisição de verba para manutenção da escola da Vila refletia no Distrito como a formulação de um elo entre a comunidade e seus componentes e estes com a escola. Elo este evidenciado até então somente por meio da Igreja Católica instalada no Distrito, mas agora para além dela, por reunir diferentes credos em um mesmo espaço: o Grupo Escolar, transformou seu espaço em interesse de todos, e não somente das crianças.

O primeiro evento envolvendo toda a comunidade *vilavarguense* em torno da escola foi realizada em comemoração à Semana da Pátria, no ano de 1972. A data foi comemorada com rito cívico exigido pela Delegacia Regional de Ensino. Na primeira Reunião Pedagógica, foi dado ênfase ao evento como forma de imprimir sua importância no imaginário social. Assim, a data foi instituída na escola através de conteúdos pedagógicos de interesse político. Entre as atividades comemorativas estava a realização de gincanas organizadas pelos professores do Grupo, ações que exigiam o trabalho em coletivo de todos os alunos da escola, entre todas as séries, e com a ajuda da comunidade para a decoração, organização e doação de prendas. Numa das Atas da Reunião Pedagógica do GEPU, datada de 01 de agosto de 1972 consta as atividades programadas para uma gincana, que foi realizada a partir da Paróquia da Igreja Católica do Distrito:

1 – programa de homenagem aos pais, constando de 5 itens; 2 – prova de fora de série; 3 – prova de conhecimentos bíblicos; 4 - prova de música popular brasileira; 5 – prova de poesias (alusivas a semana da pátria); 6 – Prova de folclore brasileiro; 7 – prova de conhecimentos gerais (fatos da independência do Brasil); 8 – Prova de teatro; 9 –

Prova de composição inédita; 10 – prova de desenho; 11 – campanha do macarrão. (Ata de Reunião Pedagógica do GEPV, 7ª Reunião, 1 de agosto de 1972).

Nas atividades das gincanas, as crianças envolviam-se na programação que tinha como objetivo socializar e trabalhar em equipe, organizar estratégias de busca, identificar potencialidades ou lideranças. Entre as tarefas expressivas estavam homenagem aos pais; provas que envolviam poesias, com destaque para as datas patrióticas e conhecimentos bíblicos; provas sobre folclore brasileiro; atividades físicas e artísticas; brincadeiras entre outras atividades.

A presença do professor e padre Zenildo Gomes foi crucial para este evento. O referido professor atuou no Grupo durante todo o ano letivo de 1972 e início de 1973 amplificando quando possível o contato do Grupo e a comunidade, seja em ações como a Gincana, em “cultos ecumênicos”¹¹⁷, ou na participação de grupos religiosos junto à escola através de ações sociais. Ações sociais essas que eram trabalhadas com os alunos também dentro do Grupo, e evidenciada, por exemplo, na conhecida “campanha do macarrão”, realizada também na Gincana de 1971: dividindo o número de alunos da escola em dois grupos, nomeados de “leste e oeste”, e tendo como referência o prédio da escola, os alunos deveriam visitar as casas da Vila a fim de ganhar pacotes de macarrão, este que seria utilizado na merenda escolar, e caso chegasse a um valor muito grande, também doado para instituição de caridade no centro da cidade.

Campanha do Macarrão: a equipe Oeste foi vencedora, arrecadando um total de 303 quilos das duas equipes. Como já havia sido decidido anteriormente pela direção e professores da escola, seria distribuído uma parte para entidades assistenciais de Dourados. Ficou dividido da seguinte forma: - Asilo dos Velhos 25 quilos; Criança Desamparada 30 kg; Lar Santa Rita de Cássia 94 kg; e Cadeia Pública de Dourados 40 kg. Nesta oportunidade de entrega representaram a escola, a sra diretora, a prof. Sueli Vinha e os alunos José Marques, Maria Aparecida Ramos de Moraes e Francisco Moreira Saraiva. (Ata de Reunião Pedagógica do GEPV, 8ª Reunião, 6 de setembro de 1972)

O espaço escolar deixava de ser um espaço isolado da comunidade e permitia-se envolver por esta através das atividades que passavam a desenvolver a partir dos interesses da própria comunidade, fazendo-se valer através da Associação de Pais e

¹¹⁷ Utilizamos o termo “culto ecumênico” para sintetizar a justificativa do professor padre na realização de missas com uma oração mais ampla, considerando a presença de crianças da religião não católica na escola.

Mestres do GEPV as expectativas da Diretora Maryko Aoki na primeira Reunião Pedagógica, que era a de contar com “a ajuda da comunidade para manter uma escola de qualidade”. (GEPV Ata Da 1ª Reunião Pedagógica, 4/02/1971).

Em resumo, a temática sobre a educação rural chama a atenção para necessidade da educação higienista e formação moral, as políticas educacionais para o trabalhador rural e sua formação, a terra, o sertão e o homem do campo, o ruralismo, a educação e escola rural, a escola ativa e a renovação educacional são categorias presentes no período e em muito contribuem para o entendimento da história da educação.

Porém as escolas nomeadas como escolas rurais, apesar de estarem situadas nas zonas rurais da região do sul de Mato Grosso, não conseguiu atingir os objetivos propostos quais sejam: formar o homem do campo, por meio de conteúdos didáticos que pudessem preparar o aluno para lidar com o campo.



Figura 19: Prova de Teatro da 1ª Gincana do GEPV, 1972.

Fonte: Arquivo particular de Juraci Cavalcante, 2014.

Ao executar atividades como “a prova de teatro”, exposta na **Figura 19** na qual se pode identificar o citado professor Padre Zenildo Gomes à direita, o espaço escolar se utilizava do lúdico para desmistificar as formas de se aprender, dando novos olhares

para a educação que ia além das cartilhas cobradas pelas professoras e oportunizando um diálogo entre a comunidade social e a comunidade escolar.

Ainda em 1971, a Reunião da Associação de Pais e Mestres “Pedro Pedrossian”, sob o desfile cívico, enfatiza que:

As crianças do 1º ano foram dispensadas do desfile, pois exige um esforço muito grande das mesmas, sendo então facultativo para estes alunos, porém é obrigatório para as crianças do 2º ano até o 6º ano. Quanto ao uniforme será o mesmo diário, ou seja, àquele que o aluno vem a escola normalmente, não será exigido calçado preto. (Ata da Reunião da Associação de Pais e Metres do GEPV, 1971)

O “Desfile de Sete de Setembro”, como ficou conhecido, substituiu o antigo rito cívico que era realizado no Distrito até a criação do GEPV, este resumido na reunião popular no coreto da igreja e, após o canto do hino nacional, a fala do vereador local para com a importância da pátria. Com o Desfile, os olhos todos se voltavam à principal rua da comunidade, a mesma de acesso à cidade de Dourados, e envoltos na grandiosidade do ato, assistem à passagem de símbolos locais de crescimento, como as culturas agrícolas cultivadas na região, as ferramentas e maquinarias agrícolas, etc., como exposto nas **Figuras 20; 21 e 22**.



Figura 20: Representantes da área do Laranja Lima no Desfile do G.E.P.V, 1971.
Fonte: Acervo particular de Juraci Cavalcante, 2014.



Figura 21: Jovem pilotando trator em Desfile Cívico do G.E.P.V., 1971.
Fonte: Acervo particular de Juraci Cavalcante, 2014.



Figura 23: Representantes da Faz. Paturi no Desfile do G.E.P.V., 1971.
Fonte: Acervo particular de Juraci Cavalcante, 2014.



Figura 22: Alunos da 2ª Série G.E.P.V. fantasiadas de Indígenas para o Dia do índio, 1971.
Fonte: Acervo particular de Juraci Cavalcante, 2014.

Organizado pelo corpo de funcionários do Grupo, mas efetivado pelos pais dos alunos, o Desfile de Sete de Setembro contava com a participação de todos da

comunidade, considerando a obrigatoriedade da participação, como citado acima, e acabou por tornar a atividade como parte da cultura local, se enraizando no calendário do Distrito, assim como as ações realizadas pela Igreja Católica como as festas da colheita, e passando a ser interpretada como algo natural de pertencimento à própria comunidade.

Esse pertencimento não era real, os indígenas não se vestiam dessa forma, o desfile de sete de setembro obrigava a escola a aceitar os ideais do estado. Não existe interpretação natural de pertencimento da sociedade, uma vez que você pretende ou não a sociedade, não há como inserir uma pessoa em uma sociedade se ela não sentir pertencimento.

A **Figura 23**, ao representar a população indígena no desfile, nos leva a refletir sobre a possível conscientização da existência da população indígena no Distrito vizinho e de seu papel junto à nação brasileira, mas nada evidenciado na documentação localizada. Observe que os índios estão representados como eram nos livros didáticos da época e até os dias atuais ainda encontramos indígenas assim representados. Como fantasiar índios de índios? Nada mais fora da realidade do que essa foto.

As **Figuras 20, 21 e 22** denotam os traços rurais do Distrito, dando uma ideia de como era a comunidade no período, tocada pela vermelhidão do solo fértil, centrava-se na atividade rural a principal caracterização de pertencimento local.

3.4 - Escola, universo rural e política de modernização.

No âmbito dos estudos históricos, no centro oeste brasileiro, quando se fala em interiorização, fala-se em colonização e da “Marcha para o Oeste”. Esse projeto lançado pelo Governo Vargas no final da década de 1930 propunha-se a ocupar e desenvolver o interior do Brasil, a partir da valorização de suas “reservas de brasilidade” (RUBIM, 1939). Tal projeto foi lançado na véspera de 1938, e nas palavras de Vargas, a Marcha incorporou "o verdadeiro sentido de brasilidade", uma solução para os infortúnios da nação. A partir do pressuposto de que o Brasil havia alcançado a prosperidade apenas em sua parte litorânea, enquanto sua parte interna mantinha-se estagnada, dispondo de estradas pouco viáveis e de rios navegáveis quase desconhecidos ou subutilizados. Na década de 1940, cerca de 90% da população brasileira ocupava apenas um terço do espaço nacional. As regiões Norte e Centro Oeste mantinham-se esparsamente povoada pela população “não índia”.

A política geral de colonização do Estado Novo centrou-se no estímulo a criação de colônias agrícolas nacionais no interior do Brasil, de ocupação dos espaços ditos vazios e de consolidação da unidade nacional (LENHARO, 1986, p.14). Na sequência, priorizava-se a ocupação do centro-oeste e, depois a Amazônia. Em suma, a Marcha para Oeste assentava-se em cinco importantes intentos varguistas: a) política demográfica voltada para o aumento populacional da região interna do Brasil através de incentivos à migração; política de implantação de colônias agrícolas; política de interiorização através de construção de estradas; discurso em favor da Reforma Agrária; estímulo à produção.

Diante desse conjunto de medidas foi criada em Goiás a primeira colônia agrícola (1941), na cidade de Ceres, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). No sul de Mato Grosso, região da Grande Dourados, foi implantada no ano de 1943 a Colônia Agrícola de Dourados (CAND).

Em boa parte, essa política alcançou sucesso almejado. Em quarenta anos a Marcha para Oeste foi responsável pelo surgimento de vilas, distritos e cidades e conseguiu o reconhecimento e abertura de estradas para o interior do país.

Cabe destacar que no processo de implantação dessa política foram imprescindíveis os papéis exercidos pelo governo local e da Igreja, sobretudo no que diz respeito à construção de um imaginário social cujo corpo seria a representação unificada da nação, assentada na propaganda nacionalista e no compromisso geopolítico (NAGLIS, 2007). Segundo Lenharo essa imagem é “[...] associada a uma totalidade orgânica, a imagem do corpo uno, indivisível e harmonioso [...] (1986 p.16) ”.

Como proposta estratégica para extinção das lutas sociais envolvendo as terras e propriedades rurais no país, o Governo Militar iniciou, em 1964, o chamado “processo de modernização da agricultura brasileira”¹¹⁸, realizando diversos investimentos que visavam o povoamento mais intenso da fronteira agrícola brasileira ainda não preenchida pelas Colônias Agrícolas da década de 1940.

Neste processo, o governo optou pela modernização tecnológica da agricultura brasileira, incorporando novas áreas às já existentes na fronteira agrícola. O projeto do “novo padrão agrícola” implantado no país tinha na utilização de equipamentos moto-mecânicos (tratores, colheitadeiras, ordenhadeiras mecânicas e outros maquinários), além

¹¹⁸ Processo esse efetivado a partir da alteração das formas de desapropriação de terras estipulado pelo Estatuto da Terra expresso pela Lei nº 4.505 de 1964.

de insumos químicos e biológicos (sementes selecionadas, fertilizantes, antibióticos e vacinas para animais, agrotóxicos, corretivos e defensivos) sua plataforma de produção. Os impactos da política agrícola foram sentidos em outros setores da economia, tais como o aumento e melhoria das vias de transportes, transformações na comercialização dos produtos agrícolas, criação ou modernização de cooperativas e/ou agroindústrias; aumento do crédito subsidiado, mudanças nas relações de emprego e na estrutura de classes no campo. A motivação para este processo foi a expansão da agricultura para exportação, dentro do lema do governo federal “exportar é o que importa”. A forma de estimular o desenvolvimento da agricultura foi a ênfase no crédito rural e o desenvolvimento das culturas comerciais “modernas” (cana, café, soja, trigo, etc.) em detrimento às culturas de subsistência “tradicionais” (arroz, mandioca, feijão, etc.). (PAVÃO, 2005, p.71)

Através dessa política, traduzida pelos programas de integração da economia nacional, o Governo Federal proporcionou a região Sul do estado de Mato Grosso a integração ativa junto a econômica nacional, atuando ativamente como ator agente expansão da fronteira agrícola que visava a modernização da produção agropecuária do país, “transformando a atividade em moldes capitalistas empresariais” (PAVÃO, 2005, p.79), ao transformar as pequenas propriedades rurais em grandes produtores de grãos.

A primeira investida do Governo no estado foi através do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), que vigorou de 1972 a 1974, e que incluía no seu arcabouço o Programa de Integração Nacional (PIN) cujo objetivo principal era a integração das regiões Centro-Oeste e Amazônica.

O Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) foi o principal programa na mudança da estrutura e dinâmica da economia agrícola do sul de Mato Grosso, ao incorporar ao processo produtivo agropecuário nacional grande quantidade de terras, e com o subsídio do PIN, proporcionou uma rápida e forte expansão da cultura da soja e do trigo em toda o estado, além de uma transformação na forma da criação pecuária de extensiva para intensiva.

Neste mesmo período, como demanda do próprio processo de integração nacional que exigia uma expansão nos meios de transportes terrestres e visando a criação de infraestrutura para o desenvolvimento agropecuário do Centro-Oeste, é criado pelo Governo o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), responsável pela criação das rodovias federais que passaram a cortar o estado.

Uma das rodovias que cortam o estado e representaram o foco principal para o transporte de grãos foram a BR163 e BR267. A pavimentação dessas rodovias possibilitou a penetração e expansão das atividades produtivas do setor agropecuário na

região sul do estado à medida que o ligava de Porto Murtinho, na fronteira com o Paraguai, à Presidente Prudente, no estado de São Paulo, pela BR267, e de Cascavel no Paraná à cidade de Santarém no norte do Pará, pela BR163.

Essa última rodovia citada é construída sob a estrada que ligava o município de Dourados à Entre Rios na década de 1970, cortando o Distrito de Vila Vargas, influenciando de certa forma o desenvolvimento central do Distrito, quanto ao adensamento populacional que se intensifica como resultante das comodidades advindas pelo asfaltamento realizado, como pela expansão da produção de grãos e bovina pela dimensão das propriedades pertencentes ao Distrito.

Este parecer da situação política nacional dá um posicionamento sobre as influências que a construção do desfile dentro do Distrito recebia. Os anos seguintes à 1972 ampliaram as alusões à agricultura e inseriram a matéria escolar como parte deste enredo do desfile, representada pela disciplina de Educação Física (**Figura 26**) que era obrigatória na grade curricular e paulatinamente cobrada, expondo aos moradores locais os alunos do GEPV como destaque para o Distrito e agentes do processo de concretização e continuação do desenvolvimento que se instaurava na região através das culturas agrícolas para exportação e da pecuária (**Figura 24**).



Figura 25: Alunos da 2ª Série do GEPV saudando a Pátria, 1973.
Fonte: Acervo particular de Doralice Paula Carneiro, 2014.



Figura 24: Alunos da 4ª Série do GEPV representando a cultura agrícola do município, 1973.
Fonte: Acervo particular de Juraci Cavalcante, 2014.



Figura 26: Alunos da 4ª Série GEPV 1973
Fonte: Acervo particular de Juraci Cavalcante, 2014.



Figura 27: Desfile da Banda Fanfarra “José de Carvalho” do GEPV, setembro de 1974.
Fonte: Acervo particular de Aparecida Eva Cunha, 2014.

As irmãs saudavam a Semana da Pátria, as crianças desfilavam com bicicletas, meio de transporte popular, e a Fanfarra criada em 1974, todos estes itens marcaram durante os anos de atuação do Grupo a criação de aperfeiçoamentos para o Desfile de Sete de Setembro. Desde a confecção das roupas para as crianças até a aquisição dos equipamentos da Banda pelo Caixa Escolar, tudo envolve a relação sociedade-escola, e contribui para a fixação do ensino institucionalizado como indispensável para a concretização de uma comunidade no rumo do crescimento econômico, e enfatizado pela ACARMAT junto à comunidade.

Essa estratégia dava continuidade aos ideais prescritos na era Vargas, era preciso que a região sul mato-grossense fosse controlada e que a população que ali residia seguisse aos ideais de ordem e progresso, advindo da política desenvolvimentista. A educação era o instrumento ideal para que o estado, a igreja e o exército mantivessem o discurso imposto pelo estado.

Era preciso manter as camadas camponesas em seus devidos lugares, para que os espaços não ficassem “vazios”, como afirmava Cassiano Ricardo (1942), assim manter-se-ia as terras povoadas e a população sob controle. A Associação de Crédito e Assistência Rural de Mato Grosso (ACARMAT) atuou junto ao Grupo Escolar na doação de material didático, como cadernos para os alunos, na impressão de informes sobre as atividades escolares e na realização de palestra junto à Associação de Pais e Mestres “Pedro Pedrossian”.

Cabe enfatizar que não localizamos nenhum documento capaz de explicitar se a ACARMAT atuava de alguma outra forma junto à rotina da escola, e a única

informação que tenho foi obtida das Atas das Reuniões Pedagógicas e de Pais e Mestres. De qualquer forma, é importante saber que ela foi presente no período de inserção da escola no Distrito, e contribuindo de certa forma na efetivação do Grupo.

No estado de Mato Grosso a ACARMAT foi inserida no ano de 1966 com a finalidade de mapear o quadro rural do estado mato-grossense e colaborar com as premissas do projeto de Extensão Rural estipulado pelo governo na década de 1964. Como uma das funções da ACARMAT, em 1972 ela realizou diagnóstico básico da situação agropecuária de Mato Grosso, cujo suporte à criação do Projeto Fomento Agrícola proporcionou o desenvolvimento das culturas de soja, sorgo, milho e a exploração de gado de corte na área de influência do Programa Corredores de Exportação. Este projeto envolveu quatro das cinco bases administrativas da ACARMAT no estado, correspondendo às regiões de Rondonópolis, Campo Grande, Dourados e Três Lagoas, atendendo a 49 municípios (OLIVEIRA, 2011, p. 57), e quase toda a extensão do sul do estado, sendo destaque desse processo a introdução de equipamentos agrícolas e sementes selecionadas na cultura agrícola local.

Para Caporal (2013, p.18), como premissa da estratégia de governo, a Extensão Rural à qual a ACARMAT pertencia, pode ser interpretada como uma “intervenção realizada por empresas públicas e privadas com a intenção de mudar hábitos, costumes, modo de produzir e viver de determinada comunidade, para que produzam mais e assim tenham renda e qualidade de vida”.

Ou além disso, a ele se traduz como

um processo de trabalho cooperativo, baseado nos princípios educacionais, que tem por fim levar diretamente aos adultos e jovens do meio rural ensinamento sobre agricultura, pecuária e economia doméstica, visando a modificar seus hábitos, atitudes de família, nos aspectos técnicos, econômico e social, possibilitando-lhes maior produção e melhor produtividade, elevando-lhes a renda e melhorando seu nível de vida (CAPORAL, 2013, p.18).

A bibliografia consultada nos expôs que a ACARMAT tinha em nível de estado uma estrutura voltada para a educação do morador rural que o orientava para as demandas econômicas e trabalhistas do país. A este programa Paulo Freire teceu críticas, pois, segundo ele, os educadores que pertencem a este modelo de projeto programava o conteúdo para a população rural, sem consultá-los. Além disso, desconsiderava-se o que a população em pauta havia desenvolvido, acumulado e

transmitido de geração para geração no que toca ao conhecimento (Freire, 1983). Entretanto, tal realidade não foi verificada junto às aulas ofertadas pelo Grupo Escolar, pois seguia o cronograma estipulado pelo estado para as disciplinas e a ementa constante nos arquivos seguia o modelo de ensino com base no currículo das escolas do perímetro urbano do município de Dourados.

Os depoimentos orais coletados durante a pesquisa apresentaram indícios de que a ACARMAT, de certa forma, atuava em escala significativa na vida dos produtores agrícolas do Distrito, conhecia a rotina destes e dava subsídios, seja na instrução como no fornecimento de utensílios agrícolas, auxiliando na alteração das características econômicas distritais. Além disso, a entidade colaborou com a criação do modelo de produção agrícola embasada no arrendamento de terras. Nessas ações fica claro que as ações eram calcadas na exploração do trabalho humano por meio da mão de obra agrícola.

Neste mesmo rol das investidas externas à atividade escolar estava a presença da Igreja Católica junto ao trabalho do Grupo Escolar. Com exceção do professor Padre Zenildo Gomes, citado anteriormente, que atuava em disciplinas como Geografia e Ciências, além do Ensino Religioso, o Grupo contava com ativa participação dos missionários católicos salesianos, que como já eram investiam na expansão do catolicismo nos povoados da colônia, tinham livre acesso dentro da comunidade. Nesse período as missões protestantes, aqui particularmente a missão inglesa, já estavam presentes em todo o Brasil. A Igreja Católica com objetivo de não perder fiéis empreendia esforços em se fazer presente nas instituições escolares.



Figura 28: Crianças em aula de Educação Física organizada pelos Padres Salesianos no GEPU, 1972.

Fonte: Arquivo Pessoal de Doralice Paula Carneiro, 2014.

As atividades realizadas pelos Padres compreendiam a recreação, apoio nas aulas de Educação Física, como exposto na **Figura 28**, e orientação espiritual dos

jovens, através de encontros no salão da igreja e aulas de corte e costura oferecidas também pelas missionárias.

Em concorrência com a Igreja Católica está a Igreja Protestante que via na escola uma forma de expansão. Os missionários da Igreja Protestante, junto às comunidades indígenas, se empenhavam na expansão da cultura cristã nos povoados rurais e Distritos do município de Dourados. Além da temática religiosa, os missionários protestantes investiam no ensino escolarizado, com destaque para a cultura do solo, cultivo de lavouras, saúde e família (JERRI, 2012, p.6).

A **Figura 28** mostra uma atividade realizada em janeiro de 1972 quando os padres salesianos atuavam nas aulas de Educação Física com as crianças da terceira série. Este espaço aberto onde era realizada a aula constituía-se na parte dos fundos do prédio do Grupo Escolar, retrata bem como era a estrutura do Distrito, e a inexistência de construções urbanas nas proximidades do prédio escolar no período.

A escola se torna a interlocutora entre a proposta política nacional e os anseios e singularidades locais e regionais graças a sua força representativa no interior do Distrito. Tanto pela ACARMAT, como expressão do investimento federal na expansão agrícola econômica, como dos Salesianos para fixação e confirmação da presença católica nos espaços de instrução, o prédio escolar e a figura do Grupo Escolar Presidente Vargas se concretizaram como referência de modernidade e de símbolo representativo do Distrito junto ao resto do município.

Mas como se realizavam as aulas no Grupo Escolar? Quem eram os professores? Que material didático era utilizado e como se desenvolviam as aulas? Com tais questionamentos basilares partimos para o próximo tópico, que discorrerá sobre a rotina sobre a distribuição de classes, disciplinas e escolha dos livros didáticos, bem como o estágio que antecedeu a extinção do Grupo Escolar Presidente Vargas em 1974.

3.5 - A escola como extensão social: cenário e atores.

Às sete horas da manhã do dia primeiro de março de 1971 passou a funcionar no Distrito de Vila Vargas o Grupo Escolar Presidente Vargas (GEPV). Como já sugere o próprio nome, o Grupo Escolar originou-se do agrupamento das escolas que circundavam o perímetro da Sede do Distrito. Este GE passou a funcionar paralelamente à Escola Reunida Presidente Vargas, e efetivou-se de acordo com o modelo graduado iniciado pela referida instituição como base para o ensino no Distrito.

A primeira modificação nos moldes do ensino até então realizado nas áreas rurais do município foi a criação dentro da rotina do GE da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar Presidente Vargas. Com a finalidade de orientar os profissionais da educação para com suas atividades, métodos e responsabilidades envolvidas na rotina da escola, bem como as atribuições direcionadas às serventes, merendeiras e secretários do corpo administrativo, a Reunião Pedagógica foi inserida no quadro de atividades mensais e indispensáveis do Grupo Escolar no dia 5 de março de 1971. A Reunião Pedagógica era entendida como principal responsável pela construção de uma cultura de rotina a ser seguida por todo o corpo de funcionários da escola, estes entre si e entre os pais e alunos.

Já na primeira reunião a direção da instituição realizou a distribuição das séries por professor, e a divisão de salas por período de aula, com ênfase ao cumprimento de horários estabelecidos e necessários para funcionamento do Grupo. Para o corpo docente e administrativo, a direção lançou mão do Livro Ponto, ferramenta indispensável e comprobatória de pontualidade, assiduidade frequência. Por isso o preenchimento do Livro de Ponto diariamente era item obrigatório.

As atividades instruídas pela Reunião Pedagógica, todas elas expostas no Livro Ata das Reuniões significou o primeiro passo para implantação de uma estrutura que concebia o ensino como parte de uma instituição. A instituição, como uma rede de relações, dependia da atuação efetiva de cada um dos atores no processo de realização de sua missão – instruir.

O corpo administrativo que deu base ao GEPV era composto de 4 professores, 1 merendeira, 1 secretária e 2 zeladoras, conforme descrição no **Quadro 5**.

Quadro 5: Relação de Profissionais lotados no ano de Criação do GEVP por residência e formação, 1971.

Função	Profissional	Residência	Formação Acadêmica
Diretora	Maryko Aoki	Dourados	Normal Completo
Professora	Bernadete Cardoso	Vila Vargas	Normal Completo
Professora	Maria Helena Araujo	Vila Vargas	Normal Incompleto
Professora	Adelaide Strelow	Vila Vargas	Normal Completo
Professora	Nair Strelow	Vila Vargas	Normal Completo
Secretária	Nair Santos Gueiros	Vila Vargas	5ª Série
Servente	Maria Noemia Braga Ferreira	Vila Vargas	3ª Série
Servente	Ana dos Santos Gueiros	Vila Vargas	4ª Série
Merendeira	Suzana da Silva Costa	Vila Vargas	6ª Série

Fonte: Ficha de Cadastro de Funcionários do GEVP, 1971. Acervo: EEPG Vargas, 2014.

O **Quadro 5** ao expor a composição do corpo de profissionais do GEVP oferece dois detalhes interessantes sobre sua composição. Primeiro referente à residência das profissionais, salvo exceção à Diretora, todas as professoras residiam no Distrito, seja pela existência de familiares ou residência fixa. Outro detalhe é que diferente do funcionamento da Escola Reunidas Presidente Vargas, onde o corpo docente era composto exclusivamente por professoras leigas (com o ginásio muitas vezes incompleto), o Grupo iniciou suas atividades já com corpo docente de Normalistas, o que cumpria o preconizado pela Legislação do período.

Um ponto importante é a formulação administrativa do Grupo Escolar Presidente Vargas pois como verificamos, a figura feminina foi responsável pela inserção, manutenção e atuação do Grupo Escolar dentro do Distrito de Vila Vargas, ocupando todos os cargos dentro da escola, se tornando o símbolo do conhecimento dentro da comunidade. Na **Figura 29** temos, o que nos foi revelado pelo depoimento da professora nela apresentada, uma recordação do ano escolar que foi oferecida aos professores no ano de 1972 como forma de “demonstrar a importância da profissão para o bom funcionamento da escola”. (CARNEIRO, D. P. *Depoimento*, 2014, p.11).



Figura 29: Professora da 1ª Série do GEPV, 1972.
Fonte: Arquivo Particular de Doralice Paula Carneiro, 2014.

Tal importância neste fato, seja pensando a partir do prisma comunidade versus crescimento pessoal, se orienta pela afirmativa de Rosa Fátima sobre a docência nos Grupos Escolares paulistas, esta que defende que “para muitos professores, especialmente as mulheres, trabalhar no grupo escolar significava o máximo de ascensão na carreira do magistério, dado que os cargos superiores estavam reservados ao sexo masculino. (SOUZA, 1998, p. 73) ”.

Entretanto, este fato não se verificou nas escolas do Distrito. No Grupo Escolar Presidente Vargas, durante os quatro anos de funcionamento do Grupo, apenas 9 meses letivos contaram com a figura masculina a frente das tomadas de decisões, bem como a atuação destes dentro das escolas rurais do município, onde a presença feminina era unanimidade.

No primeiro semestre de funcionamento, a direção do Grupo aplicou avaliação classificatória que foi utilizada para separar as crianças por níveis específicos de conhecimento, subdividindo os que compunham a primeira série, com o respaldo da Delegacia de Ensino, através de provas de maturação para elevação¹¹⁹ e alocação em sala específica, conforme o nível de conhecimento, exposto no **Quadro 6**, e que foi utilizado para a abertura da 5ª Série de admissão.

¹¹⁹ No ano letivo de 1971 a prova foi aplicada a todos os alunos da 1ª Série média e forte, e na classe forte todos foram aprovados e reclassificados para a 2ª série, no mesmo ano. (Livro de Frequência dos alunos do GEPV, 1971).

Quadro 6: Distribuição de série por professor no GEPV, 1971.

Série	Turno	Professora	Matrículas (Início do ano Letivo)	Faltas (%) (Média do ano com 208 dias letivos)	Aprovados (Término do Ano Letivo)
1ª A (Alfabetizados)	Matutino	Maryko Aoki	32	10	30
1ª B (Médio)	Matutino	Bernadete Cardoso	28	7	24
1ª C (Fortes)	Matutino	Maria Helena Araújo	28	6	24
1ª D (Médio)	Vespertino	Bernadete Cardoso	38	8	30
1ª E (Fortes)	Vespertino	Maria Helena Araújo	34	6	30
2ª Série	Vespertino	Adelaide Strelow	40	10	37
3ª Série	Matutino	Adelaide Strelow	42	S/I	S/I
4ª Série	Vespertino	Nair Strelow	28	8	25
5ª Série (Admissão)	Matutino	Nair Strelow	38	7	34
Total Geral			308	7,5	234

Fonte: Ata das Reuniões Pedagógicas do GEPV, 1971. Observação: S/I – Sem Informação nos Cadernos de Frequência. Acervo: EEPG Vargas, 2014.

A distribuição por classificação esboçada no **Quadro 6** manteve-se até o ano de 1973. Essa distribuição caracterizava-se pela separação entre vespertino e matutino as séries dos primeiros anos, que neste período comporta cinco salas. Estes períodos também alternava os professores, os quais respondiam cada um por uma sala específica.

A 5ª Série iniciou seu funcionamento como formadora complementar do ensino primário, e visava preparar os alunos para prova de Admissão¹²⁰ ao ginásio. Esta prova era realizada no término do segundo semestre do ano letivo na cidade de Dourados, em cumprimento da regra estipulada para ingresso na 6ª Série no ano letivo seguinte.

Em 1973, o Grupo Escolar se expandiu e passou a comportar o Curso Supletivo e o MOBREAL para educação de jovens com mais de 14 anos, como discurremos logo a seguir, além da turma de 6ª Série que foi preenchida pelos alunos da antiga 5ª Série Admissão, extinta pela reforma do ensino pela Lei 5.692/71.

¹²⁰ Artigo 36. O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária, desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no correr do ano letivo. (BRASIL, Lei 4.024/61, 1961).

Foi feita a entrega dos livros de chamada explicando a senhora diretora o funcionamento da reforma do ensino fundamental, promovido para o ano de 1972, o que em parte vai dificultar para o professor com problema de dois contratos, pois o mesmo trabalhará praticamente sem férias, por motivo da mesma não coincidir com o período.

A senhora Diretora explicou ainda o funcionamento de um sistema de classificação por pontos, que obedecerá um questionário em que o professor deverá preencher no ato da inscrição, que será no período de 06 de dezembro ao dia 15. Por esta classificação, o professor que indicou a escola preferida, aguardará a partir do dia 20 de dezembro, o chamado da Delegacia Regional de Ensino, para ser lotada na escola escolhida, no caso de estar classificado para o preenchimento da vaga existente. (Ata de Reunião Pedagógica do GEPV, 9ª Reunião, 04 de outubro de 1971).

Esse processo de classificação alterou a seleção dos professores para o Grupo Escolar, transformando a própria delegação de docentes no Distrito. A escolha dos professores ocorria até então por indicação política ou da direção da escola, quase sempre a primeira forma em sobreposição a segunda foi modificada.

3.6. Materiais didáticos

Com o novo processo, a qualidade do ensino era posta em pauta. A proposta era minimizar as investidas político-partidárias dentro do Grupo e contribuir para a especialização da mão de obra docente, pois estabelecia para critério de classificação pontos de referência base, como exigência de formação específica.

Essa formação exigida daria suporte para presença mais ativa do livro didático em sala. Sobre este item, pouca informação foi angariada através dos depoimentos orais, mas em registro das Reuniões Pedagógicas a temática foi abordada:

Os livros de leitura, digo, livros a serem adotados será obedecido a ordem da delegacia de ensino, de forma que será pedido aos alunos somente os livros que não forem da Coleção COLTED, nesse caso, ficando a seguinte resolução: para o 1º ano o livro de “matemática moderna” de Therezinha Maestrelli, e para as demais séries, o livro de Estudos Sociais da Editora F.T.D. Explicou a sra diretora que esta decisão foi de acordo com a autorização do sr Delegado de ensino, após a exposição do problema ao mesmo. (Ata da Reunião Pedagógica do GEPV, 2ª Reunião, 28 de janeiro de 1972).

O livro de Matemática Moderna e o de Ciências Sociais eram confeccionados pela editora da Congregação dos Irmãos Maristas, a FTD. O livro cumpria o rigor

estabelecido pelo Governo no controle do seu conteúdo e, também, atendia às investidas oficiais para a massificação do livro. No entanto, nem sempre os livros dessa editora eram distribuídos gratuitamente nas escolas, mas ainda assim eram comercializados a preços mais acessíveis aos alunos.



Figura 30: Livro de Estudos Sociais e Naturais, utilizado no ano de 1972 pelos alunos do GEPU.

Fonte: Ata de Reuniões Pedagógicas do GEPU 1972. Arquivo: E.E.P.G.Vargas.



Figura 31: Livro de Iniciação à Ciência, utilizado no ano de 1971 pelos alunos do GEPU.

Fonte: Ata de Reuniões Pedagógicas do GEPU 1972. Arquivo: E.E.P.G.Vargas.

Ao questionarmos sobre a Coleção COLTED, com os exemplares citados em Ata expostos na **Figuras 30 e 31**, consideramos necessária uma reflexão sobre o Livro Didático na escola primária para o período. As mudanças políticas da década de 1960 contribuíram de certa forma para a ampliação da rede escolar primária, já impulsionado pela LDB de 1961. Além disso, com a nova ordem política ocorreu aumento significativo de crianças nas escolas o que, como consequência, demandou maior investimento na quantidade de material didático, determinando crescimento do mercado de livros. Mudanças também ocorreram no processo de elaboração dos manuais didáticos, com destaque para “alterações na forma física, leitura e utilização destes, pois eles passaram a ser consumíveis” (BATISTA, 2002, p.555), dando uma ponte visível para as relações entre economia e expansão do ensino no país.

As políticas voltadas para a questão do livro escolar implantados durante a ditadura militar pretendiam atender a expansão da escolarização e, ao mesmo tempo, regular e controlar o mercado editorial de livros didáticos (FIGUEIRAS, 2013). Nesta linha estratégica o Ministério da Educação e Cultura criou entre 1966 e 1967 duas estruturas que viria viabilizar a difusão dos livros didáticos segundo os moldes do Governo pelo país: a COLTED e a FENAME.

O Conselho do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED) foi criado em 1966 com a função de “gerir e aplicar recursos destinados ao financiamento e à realização de programas e projetos de expansão do livro escolar e do livro técnico” (BRASIL. Decreto nº. 59.355/1966. DOU, 05/10/1966, p. 14468). O COLTED foi um órgão resultante do convênio firmado entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Sindicato Nacional dos Editores (SNEL) e a United States Agency for International Development (USAID).

O Conselho visava à distribuição gratuita de livros didáticos as escolas primárias e secundárias e, e quando não era possível, estabeleciam-se acordos para comercialização com desconto nos preços, ação comum principalmente às universidades. Até o ano de 1971 o Governo Militar através da COLTED havia adquirido grandes quantidades de livros didáticos, tornando-os o principal negócio da indústria editorial e do setor livreiro. Mesmo sendo substituído pelo Instituto Nacional do Livro (INL) em meados de 1972, o COLTED foi responsável através das coleções enviadas às escolas, da disseminação em massa do livro didático no período.

O livro didático torna-se uma das mercadorias mais vendidas no campo da indústria editorial. Daí a preocupação do Estado e das editoras em publicar os livros que estivessem em perfeita sintonia com os programas curriculares de História, Geografia e demais disciplinas. Uma outra novidade, visando a aceitação maior do livro didático, foi o lançamento dos manuais dos professores, pela Editora Ática, em meados dos anos 60. Estes manuais, além de trazerem a resolução de todos os exercícios propostos, forneciam (e alguns ainda fazem) os planejamentos anuais e bimestrais prontos para o professor. A Editora Ática tornou-se, em vinte e poucos anos de existência, a maior editora do país. (GUIMARÃES, 1993, p.139).

Em 1967 foi criada a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), pela Lei 5.327 e estabelecia em seu estatuto a confecção de materiais didáticos, como cadernos e blocos de papel; cadernos de exercício; peças, coleções e aparelhos para o estudo das disciplinas escolares; guias metodológicos e manuais sobre as principais disciplinas escolares; dicionários, atlas, enciclopédias e outras obras de consulta; material para ensino audiovisual de disciplinas de grau elementar, médio e superior (Decreto 62.411, 15 mar. 1968).

Em síntese, enquanto o COLTED tinha o objetivo de estimular a “expansão da indústria do livro, intensificar a produção, edição, qualidade e distribuição dos livros técnicos e didáticos produzidos pelas empresas privadas”, a FENAME deveria produzir

obras de consulta e materiais didáticos para serem distribuídos ou vendidos a preço de custo para alunos e professores das escolas públicas e privadas. (FIGUEIRAS, 2013, p.326).

Nessa estrutura do ensino o professor contava com acompanhamento, por meio dos livros, do material didático e do controle das atividades por meio dos planejamentos. Isto permitiu que a composição do quadro docente fosse feita conforme os moldes orientados pela Delegacia Regional de Ensino. Assim era obtida a autorização de funcionamento da instituição escolar, conforme a sequência do ensino a ser ofertado. Como resultado dessa política educacional em 1972, foi autorizada a abertura dos cursos para alfabetização e aceleração de adultos, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e o Supletivo, respectivamente.

3.7 - Alfabetização e letramento (jovens e adultos) no GEPV.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um projeto do governo brasileiro criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, em pleno regime militar, com objetivo de promover alfabetização de jovens e adultos e integrá-los à comunidade.

No caso específico do MOBRAL, este funcionou no GE apenas no ano letivo de 1972, com apenas 18 alunos matriculados, e somente sete concluintes¹²¹. Esta modalidade de ensino foi extinta na instituição por falta de alunos e porque já funcionava nos distritos através do Governo Federal. A atuação mais expressiva do MOBRAL se deu na região norte do Distrito de Vila Vargas, conhecida como Laranja Lima.

Trinta alunos receberam diplomas do MOBRAL em Vila Vargas. Numa festa bastante concorrida, trinta alunos receberam certificados de conclusão do MOBRAL no distrito de Vila Vargas, na noite do último dia 16. Esta turma foi preparada pelos professores Cícero Lins e Rosa Setsusuko, com aproveitamento de mais de 70%. Além do Prefeito João da Câmara, estiveram presentes a solenidade o vice-prefeito Lauro Machado de Souza, vereador Pedro Domingos Pereira, Dr. Aldomir de Carvalho, Frei Francisco, Moacir Djalma Barros, José de Carvalho e o supervisor municipal do MOBRAL, Mário Kmagai. Após a cerimônia de entrega dos certificados do MOBRAL e certificados de frequência do curso, o vereador Pedro Domingos Pereira, representante do Distrito de Vila Vargas na Câmara

¹²¹ Fonte: Livro de Matrículas do GEPV, 1972; 1973; 1974. Acervo: E.E.P.G. Vargas, 2014.

Municipal, saudou as autoridades presentes, salientando a importância da educação e enaltecendo o comportamento do prefeito João da Câmara pelo apoio que vem dando a este setor, implantando escolas por todos os quadrantes do município e planejando alfabetização a milhares de pessoas, através de convênios que vem firmando com a Coordenação Sul do Mobral em Mato Grosso.

O vice-prefeito Lauro Machado de Souza, presente a solenidade, parabenizou os alunos mobralinos pelo recebimento dos certificados, destacando o esforço de todos para se iniciarem nas primeiras letras.

Discursando em seguida, o prefeito João da Câmara abordou a nova política educacional que o governo brasileiro implantou em todo o país, promovendo a verdadeira integração e realizando milagre que se verificava naquele momento, quando 30 alunos, alguns já tomados pelos anos e com as mãos calosas, festivamente recebiam o seu primeiro certificado escolar.

O MOBREAL é a grande oportunidade que o governo oferece aos que nunca tiveram a felicidade de estudar nos dias da sua juventude, capacitando-os para a conscientização do atual desenvolvimento nacional. (JORNAL O PROGRESSO, Dourados, Edição 1.471, p.2, 20/10/1973)

O Curso “mobralino” oferecido no GEPV proporcionou aos trabalhadores rurais da Sede do Distrito a oportunidade de acesso à escola e de adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo. Os discursos realizados pelo Prefeito João da Câmara e o Vice-Prefeito Lauro Machado de Souza no ano de 1973 anunciaram a expansão da escola na comunidade *vilavarguense*, como solução ao analfabetismo adulto. A proposta do governo era garantir o letramento de pessoas com idade escolar não convencional. A modalidade era divulgada como oportunidade do acesso universal à escola por aqueles que buscavam a instrução, “capacitando-os para a conscientização do atual desenvolvimento nacional”, independentemente de seu tempo.

Com esta finalidade, a partir da implantação do MOBREAL o Grupo abriu também o Curso Supletivo para pessoas com mais de 14 anos e que já tivesse frequentado ao menos a 1ª Série. Para atendimento da população privada de instrução foram criados dois “esquemas”, nome dado à junção de pessoas com níveis similares de conhecimento escolar e aprendizado, estes funcionando até meados da década de 1970. O 1º “esquema”, aberto sob a responsabilidade da professora Sueli Vinha, tratava-se de jovens adultos com conhecimento mínimo de 1ª e 2ª séries do ensino primário. O segundo “esquema” era ofertado para as pessoas de 3ª e 4ª série, este acompanhado pela então Diretora do Grupo Maryko Aoki. A seleção para estas turmas consistia na realização de avaliação classificatória, em que o aluno era alocado no “esquema” correspondente ao seu nível de conhecimento escolarizado. A **Figura 32** mostra a

primeira turma do Supletivo do GEPV e do MOBRAL durante atividade da Semana da Pátria em 1972.



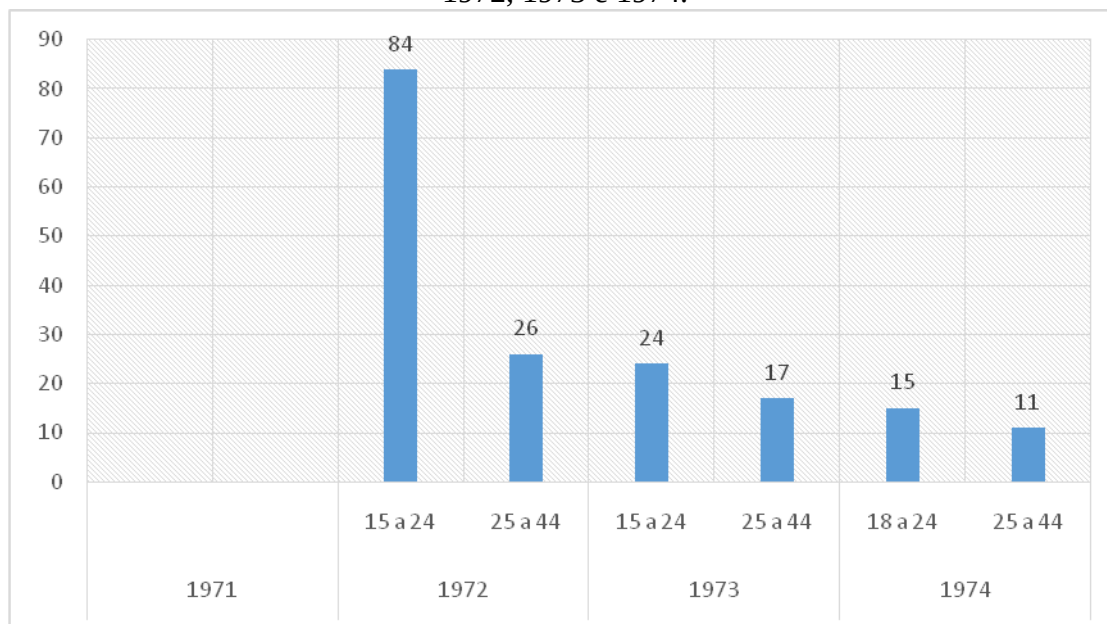
Figura 32: 1ª Turma do Curso MOBRAL e Supletivo do GEPV, 1972.
Fonte: Arquivo Particular de Jucari Cavalcante, 2014.

As aquisições de alunos para estes cursos demandaram muita propaganda por parte da escola na comunidade. Como esta fatia do ensino era composta por trabalhadores que, após o dia de trabalho, em sua maioria na lavoura, deveria ainda ir para a escola, não ocorreu sem forte resistência até se efetivar a abertura das salas. O primeiro problema verificado para a abertura das salas foi referente à estrutura física para a execução dessas aulas. Como oferecer um curso no período noturno sem energia elétrica?

A resposta veio da Associação de Pais e Mestres (APM). Graças ao envolvimento da comunidade junto aos anseios da escola, citado anteriormente, e contando com o apoio que a política local exercia por meio da intervenção dos próprios pais, foi cedida energia elétrica de um gerador que pertencia a uma oficina particular instalada no Distrito. Entretanto, mesmo com a oferta do gerador, seria necessário que alguém o manuseasse durante o período cedido para uso - das 19h30min às 21h30min horas - com a função de liga-lo e desliga-lo diariamente.

Diante desse cenário, mais uma vez o senhor Cícero Barbosa¹²² se faz presente no processo de viabilização do ensino no Distrito, passando no dia 9 de maio de 1972, e assim por mais de dois anos, a permitir a transmissão de energia elétrica para o prédio do GEPV, onde além do curso MOBRAL, funcionavam duas salas do Supletivo e mais a 5ª e 6ª Série para os alunos que não a pudessem cursar no período diurno.

Gráfico 5: Matrícula do Curso Supletivo de 1º e 2º Esquema por Idade de ingresso, 1972, 1973 e 1974.



Fonte: Livro de Matrículas do GEPV dos anos de 1972 a 1974. Acervo: EEPG Vargas, 2014.

O curso Supletivo angariou um número significativo de matrículas principalmente no primeiro ano de existência, conforme aponta o **Gráfico 5**. O número foi decrescendo à medida que os anos letivos avançavam, a quantidade de faltas também se tornava expressiva, totalizando uma média de 17% em relação aos dias letivos. Importa lembrar que os dias letivos não eram equivalentes aos do ensino regular, começando sempre depois do início das aulas. Além de um horário reduzido, não contabilizava faltas recorrentes, considerando as ausências como rotina da própria sala, por se tratar de um público trabalhador.

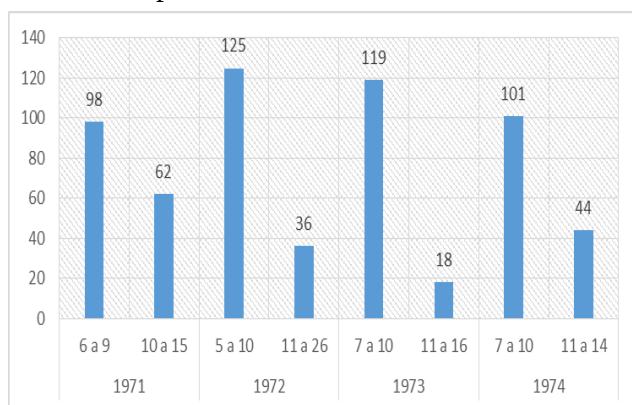
A partir do ano de 1972, como primeiro ponto da LBD 5.692/71 no estado, o Exame de Admissão deixou de ser obrigatório para o aluno avançar para a 6ª série,

¹²² Vale lembrar que Cícero Barbosa foi quem doou o prédio para o funcionamento da Escola Rural Mista do Mercado, em 1952.

podendo o aluno ao sair da quarta série cursar em sequência as séries oferecidas pelo Grupo¹²³.

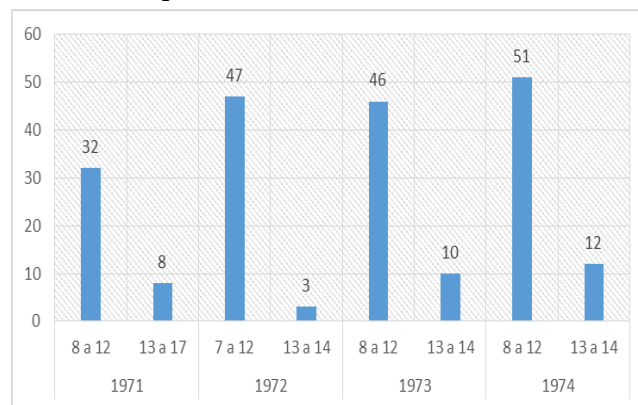
Observamos pelo **Gráfico 6 e 7** que enquanto no ano de 1971 há 160 matrículas na 1ª série, no ano de 1972 este número cai para 50, reduzindo para 39 na quarta série do ano de 1974. Esta redução, não justificada em nenhum documento que tive acesso, me permite inferir dois motivos possíveis: o primeiro é referente ao grande número de reprovações nesta série, que pode ser observado pelo grande número de matrículas durante os quatro anos de G.E.P.V. para a primeira série, oscilando entre 137 e 161 matrículas, e a faixa etária de dez anos se manter constante até o ano de 1974¹²⁴.

Gráfico 7: Relação das Matrículas do GEPV para a 1ª Série, 1971-1974.



Fonte: Livro de Matrículas do GEPV dos anos de 1971 a 1974. Acervo: EEPG Vargas, 2014.

Gráfico 6: Relação das Matrículas do GEPV para a 2ª Série, 1971-1974.



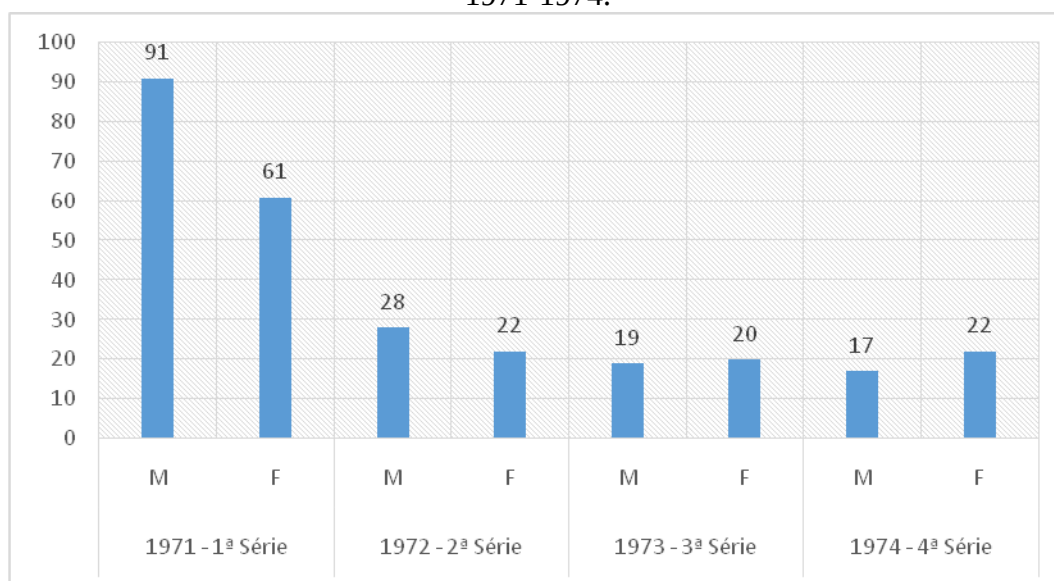
Fonte: Livro de Matrículas do GEPV dos anos de 1971 a 1974. Acervo: EEPG Vargas, 2014.

A segunda explicação liga-se ao maior número de desistências por parte dos alunos do gênero masculino, como exposto no **Gráfico 8**.

¹²³ “Artigo 18: As 5ª e 6ª Séries, do atual ciclo complementar do ensino primário serão adaptadas à escola de 8 (oito) anos de ensino de primeiro grau. Parágrafo Único: Os alunos que frequentam no corrente ano, 5ª e 6ª Série em escolas registradas na Secretaria de Educação e Cultura, uma vez aprovados, poderão ser matriculados, em ano letivo posteriores, na 6ª e/ou 7ª série, respectivamente, do ensino de primeiro grau. (...). Artigo 20: Ficam extintas os exames de admissão a que se refere o artigo 36 da Lei 4.024 de dezembro de 1.961”. (Resolução Estadual nº.019, de junho de 1972).

¹²⁴ O limite etário apresentado nos Gráficos foi adotado seguindo o critério de menor e maior idade dos alunos matriculados.

Gráfico 8: Evolução de Matrícula por série de pertencimento e divisão por gênero, 1971-1974.

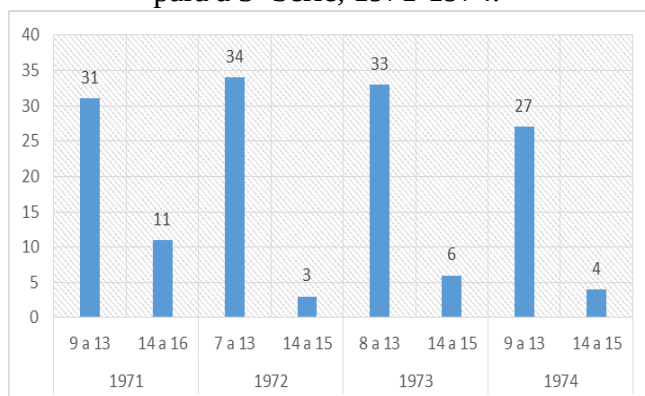


Fonte: Livro de Matrículas do GEPU dos anos de 1971 a 1974.

Em porcentagem, o número de meninos que cursava a primeira série em 1971 e que não se matricularam na segunda série em 1972 é muito maior do que o de meninas. E enquanto o número de matrículas para o sexo masculino decaiu até a quarta série, o feminino se manteve constante. Justificamos esse declínio no número de matrículas nos anos seguintes também pela desistência do convívio escolar por não conseguir conciliá-lo as atividades do trabalho na lavoura, tendo em vista que o Grupo Escolar, diferente das Escolas Rurais, não adequaram as rotinas do trabalho na cultura agrícola. Por seguir um currículo estipulado pela Delegacia de Ensino a escola trazia certo prejuízo ao aluno que, ao perder as aulas, ficava atrasado, em termos de conteúdo, em relação aos outros alunos mais assíduos. Esses alunos, ora reprovavam, como na justificativa anterior, ora desistiam do curso com a ideia de concluírem os estudos, quando ocorria, no Curso Supletivo ofertado também pelo Grupo.

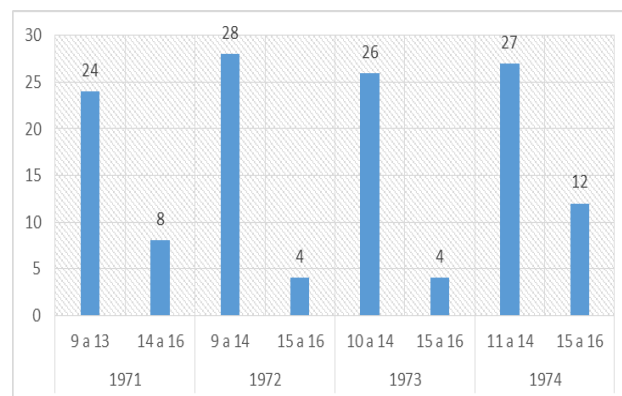
Fato interessante é que nas matrículas da segunda, terceira e quarta série que iniciaram o ano letivo em 1971, se mantiveram praticamente constante nos anos sequenciais, conforme se pode averiguar pelos **Gráfico 9, 10, 11**, e no caso dos que ingressaram na quarta série no ano de 1971, o número de matrículas aumentava quando os mesmos atingiam a sétima série em 1974, conforme o **Gráfico 12**.

Gráfico 10: Relação das Matrículas do GEVP para a 3ª Série, 1971-1974.



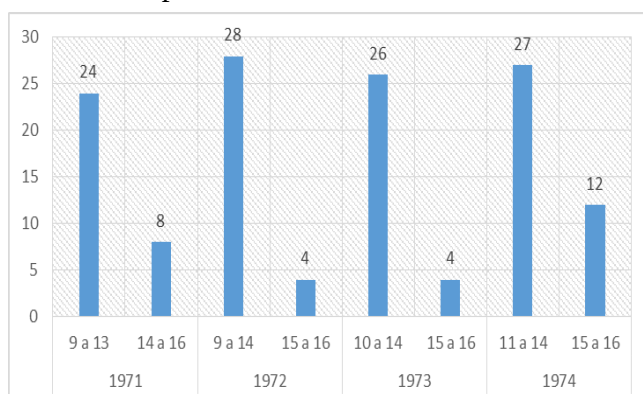
Fonte: Livro de Matrículas do GEVP dos anos de 1971 a 1974. Acervo: EEPG Vargas, 2014.

Gráfico 9: Relação das Matrículas do GEVP para a 4ª Série, 1971-1974.



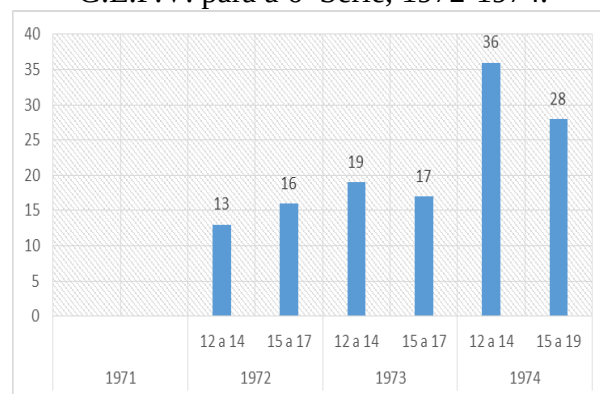
Fonte: Livro de Matrículas do GEVP dos anos de 1971 a 1974. Acervo: EEPG Vargas, 2014.

Gráfico 11: Relação das Matrículas do G.E.P.V. para a 5ª Série, 1971-1974.



Fonte: Livro de Matrículas do GEVP dos anos de 1971 a 1974. Acervo: EEPG Vargas, 2014.

Gráfico 12: Relação das Matrículas do G.E.P.V. para a 6ª Série, 1972-1974.



Fonte: Livro de Matrículas do GEVP dos anos de 1971 a 1974. Acervo: EEPG Vargas, 2014.

Consideramos relevante expor os números de matrículas por idade durante os anos de funcionamento do GEVP para dar uma ideia de como seguia o processo de escolarização na idade indicada pela legislação de 1961¹²⁵ e 1971¹²⁶, que estipulava a idade de 7 anos como obrigatória para o ingresso no ensino escolarizado, dentro do modelo do Grupo Escolar. Seguindo a ordem cronológica do avanço das crianças por série de ingresso, o número de matrículas na primeira série do ano de 1971 deveria ser equivalente, ou pelos menos similar, ao número de matrículas da segunda série do ano de 1972, e assim sucessivamente.

O aumento no número de alunos foi expressivo principalmente após a extinção do exame de admissão no segundo ano de existência do Grupo, em 1972, e com a oferta

¹²⁵ Artigo 27º da Lei 4.024/1961.

¹²⁶ Artigo 20º da Lei 5.692/1971.

do ensino ginasial a partir deste mesmo ano, o ensino exigia a adequação dos professores para o trabalho com divisão por disciplina, e não somente por séries, como na rotina das primeiras séries do primário. Essa divisão do trabalho para com disciplinas específicas exigia do professor maior especialização no conteúdo a ser ministrado, tendo em vista que sua aula seria base de um seguimento a ser acompanhado dos anos anteriores.

Como o período de convocação da Diretora Maryko Aoki fora atingido (1971-1973) foi nomeado, no início do ano letivo de 1973, o responsável pela nova direção do GEPV, o professor José de Carvalho. Dois fatos foram destaque nessa breve gestão de José de Carvalho (1973-1974). O primeiro deles foi referente às Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar, as quais deram origem ao Conselho de Professores, como já mencionado, e a oferta do Curso Supletivo para os professores leigos das escolas rurais que ainda existiam dentro do Distrito, obedecendo ao preconizado pela Resolução nº. 15 de maio de 1973¹²⁷.

Cumprindo os requisitos básicos estipulados pela legislação para assumir o cargo de diretora do Grupo, assume em fevereiro de 1974 a professora Maria Inez Franco Félix¹²⁸, e com ela a esperada modificação na nomenclatura da escola para Escola de Primeiro Grau, estruturando seu quadro administrativo e físico, que resultou no corpo de funcionários exposto na **Figura 33**, e que deram a base para o crescimento evidenciado na década seguinte.

¹²⁷ A Resolução Nº. 15, de 03 de maio de 1973, do Governo do Estado de Mato Grosso, preconiza a “realização de cursos e exames supletivos ao nível de conclusa o do ensino de 1º Grau, aos professores pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino”.

¹²⁸ Resolução 023 de 14 de agosto de 1974 que estabeleceu as “normas para reorganização, autorização de funcionamento, reconhecimento e registro de estabelecimento de 1º e 2º graus do Sistema Estadual de Ensino”



Figura 33: Docente e Discentes no primeiro ano de funcionamento da EEPG “Presidente Getúlio Vargas”.

Fonte: Acervo privado de Juraci Cavalcante, 2014.

O fato de o Grupo Escolar se manter ativo até o segundo semestre do ano letivo de 1974 se deu devido a uma brecha na própria legislação estadual, pois a Resolução 019/72, no Artigo 21º autorizava o seguinte:

Nos três primeiros anos de vigência da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1.971, os Estabelecimentos oficiais Estaduais e Municipais, de 1º Grau que não tenham Regimento próprio, regularmente aprovado, deverão regar-se por instruções expedidas pela Secretaria de Educação e Cultura, observados os critérios gerais estabelecidos pelo Conselho Estadual de Educação. (BRASIL, 1971)

E assim, a administração do Grupo estendeu ao máximo o cumprimento do preconizado pela LDB, até a Portaria 1.904 de 1972, cumprindo o estabelecido pela portaria, já no ano de 1974, no mês de junho, o Grupo Escolar Presidente Vargas foi extinto e a escola passou a ser denominada Escola Estadual de Primeiro Grau Presidente Getúlio Vargas, o “Ginásio Presidente Getúlio Vargas” como ainda hoje é chamado dentro de Vila Vargas pelos moradores mais antigos.



Figura 34: Funcionários da EEPSEG “Presidente Getúlio Vargas”, década de 1980.
Fonte: Acervo privado de Tatiana Narciso, 2014.

Com o início do funcionamento da Escola Estadual, maiores investimentos financeiros foram destinados para a escola, e em menos de década de 1980, a escola já oferecia o segundo grau, com a ampliação do prédio, exposto na **Figura 34**, e construção de quadra de esportes pavimentada. Toda esta expansão foi reflexo da execução do estipulado pela LDB de 1971 que pôs fim, durante a segunda metade da década de 1970, em todas as Escolas Rurais que compunham o perímetro rural do Distrito de Vila Vargas. Os alunos remanescentes das escolas rurais foram enviados para a Escola Estadual. Foi criado, através de programa político do estado na década de 1980, a campanha do transporte escolar, que permitiu o acesso ao ensino primário e secundário aos alunos através do Ginásio de Vila Vargas.

O Ginásio resultou do processo de escolarização de toda a área que compreende a extinta Zona do Triunfo, área esta que foi palco do processo de povoamento, da construção de uma cultura agrícola de subsídio familiar, da expansão agrícola e da urbanização. Estas transformações tiveram como pano de fundo as porfias e as disputas políticas vivenciadas pela sociedade no âmbito local e nacional durante todo o período.

A recessão econômica ocorrida na década de 1980 inviabilizou a continuidade do MOBREAL, considerando o alto custo que esta modalidade demandava para sua

manutenção. Em 1985 os Programas do MOBREAL passaram a fazer parte da Fundação Educar, dando fim a modalidade “mobrealina”.

O que temos hoje representado pela Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas foi em parte resultado do trabalho das professoras que se submeteram a trabalhar em escolas sem estrutura básica, como a Escola Rural do Mercado, ou em um lugar onde não havia nada além da própria escola, como o cenário da Escola da Zona do Triunfo, e por isso, espera-se que a dissertação que aqui se encerra represente uma homenagem a elas, que não desistiram e deram oportunidade de existir a base da educação de quem aqui disserta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As incertezas e os questionamentos em torno das categorias de análise do conhecimento histórico das últimas décadas simbolizaram uma quebra paradigmática das antigas estruturas da ciência história e contribuíram para o surgimento de um campo de pesquisa mais reflexivo, que permite que o pesquisador em história da educação se movimente entre possibilidades de escrever uma história a partir de múltiplas perspectivas, como a sala de aula, o livro didático, as disciplinas escolares, o espaço escolar, a cultura, etc., dando vez e voz para atores diversos que aí transitam.

Os depoimentos, as reportagens jornalísticas, os documentos oficiais e as fotografias foram o suporte da nossa pesquisa, e possibilitaram nossa jornada em busca de um olhar sobre uma comunidade rural nos meados da década de 1960: o Distrito de Vila Vargas. Delineamos nos três capítulos que compõem essa dissertação os caminhos tomados pela instituição escola para se estabelecer como parte dessa constituição social, traçando perspectivas de uma operação historiográfica, nos moldes do defendido por Michel de Certeau (1982), que se serviu de empenhos exaustivos em torno de um pesquisa que exigiu o aprendizado para a captação de memória que desse matéria prima para se construir uma versão da história local, e a partir dela contribuir para a história da educação brasileira.

Essa historiografia permite aos novos pesquisadores da educação compreender através de uma estrutura linear o processo de transformação dos modelos de ensino escolarizado utilizados no país, desde o método catequizador dos jesuítas para com os pré-colombianos até a promulgação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional da década de 1990, evidenciando sua complexa estrutura, resultante de continuidades e rupturas nas políticas educacionais que deram ao Brasil uma característica mosaica à história.

Mosaica porque, como num jogo de erros e acertos, utilizou-se de mecanismos diversos para se alcançar sua modernização, e se utilizando sempre de exemplos importados de nações ricas do globo, não valorizavam as capacidades nacionais, e por consequência, ignoravam as disparidades regionais existentes no extenso território brasileiro.

Pesquisar a instituição é, acima de tudo, compor traços de compreensão para este mosaico que é a história da educação, utilizando-se para isso do espaço construído a partir da escola. Neste escopo, escolhemos o que Sanfelice chamou de questão basilar

para direcionar nossa pesquisa sobre o Grupo Escolar Presidente Vargas: o que esta instituição singular instituiu? ” (SANFELICE, 2006, p.24).

Por se tratar de um modelo de escola que angaria um quantitativo significativo de pesquisas dentro da História da Educação, a primeira hipótese levantada girava em torno da criação da escola para a cristalização de um processo urbano que se evidenciava no Distrito de sua instalação. Doce engano. A escola em si representou o próprio processo, e a compreensão disso não veio de forma clara durante a pesquisa por englobar variantes diversas que se misturavam a própria história da inserção da instituição escola no município.

Os Grupos Escolares são um exemplo da tentativa brasileira de uma modernização do sistema de ensino aos moldes europeus, exigia investidas financeiras além das possibilidades de alguns estados, como é o caso de Mato Grosso. A criação dos Grupos Escolares no Brasil a partir de 1893 instituiu uma distinção basilar no modo de organização das escolas primárias, criando dois modelos específicos: escolas graduadas e escolas singulares. Teoricamente, esta distinção pode ser utilizada como divisor de eras para o ensino escolarizado no país, e o seria se tivesse ocorrido de forma homogênea em todos os cantos do país.

No estado de Mato Grosso os Grupos Escolares começaram a ser implantados em 1910, partindo da capital Cuiabá e contemplando as cidades economicamente mais fortes do estado, em detrimento do funcionamento das escolas rurais isoladas, que eram o pilar do ensino estadual. Este modelo de escola foi a gênese do ensino escolarizado público em Dourados, na década de 1930, e que deram espaço para a inserção do modelo graduado de escola representado pelas Escolas Reunidas em 1937 e em 1947 ao primeiro Grupo Escolar do município, o Grupo Escolar Joaquim Murtinho. (RELATÓRIO, 1953, p. 37-38).

Trinta e sete anos foi o tempo necessário para ocorrer a criação do primeiro Grupo Escolar no município de Dourados, e a inserção desse primeiro Grupo Escolar acontece paralelo a criação de Escolas Mistas Rurais pelo município através de sua extensão do domínio administrativo do município com a criação do Núcleo Colonial Agrícola de Dourados, pelo governo do Estado, em reforço econômicos deste para nas áreas destinadas a Colônia Agrícola de Dourados, tanto Municipal (CMD), como nacional (CAND).

No caso do Distrito de Vila Vargas, que foi o alvo principal de nossas reflexões, a instalação da escola ocorreu apenas com a intervenção deste Núcleo Colonial, levando

sessenta anos para receber o Grupo Escolar Presidente Vargas, nosso objeto inicial de pesquisa. A representação dada aos grupos escolares no estado em 1910 sofreu alterações significativas em sua essência, tanto na expressividade arquitetônica característica, como na exigência de uma estrutura social mínima para sua instalação: os grupos escolares se tornaram mecanismo estatal para adequação do ensino público à um modelo único de educação direcionado aos interesses da política militar.

De qualquer forma, a importância e relevância do Grupo Escolar para a história da educação douradense, não apenas por ser ele a representação do primeiro símbolo urbano do Distrito, por ter promovido a organização da instrução pública e a democratização do ensino primário graduado e moderno numa área de características marcadamente rural, mas, principalmente, numa dimensão que vai além dos muros escolares, por instaurar uma nova cultura dentro de uma comunidade pouco estruturada: a cultura escolarizada. E junto com essa cultura uma nova ordem, de cunho urbano, e com ele uma nova concepção de infância: àquele que serviria de degrau para um cidadão consciente e instruído no trilho do desenvolvimento nacional.

O Grupo Escolar Presidente Vargas inseriu no espaço distrital o conceito de escola como símbolo de continuidade e fronteira. Continuidade, por ser ela o ponto base para uma transformação no modo de vida do indivíduo campesino, seja pela educação instrutiva às crianças ou a de adequação aos adultos, e de fronteira, por possibilitar um envolvimento íntimo entre a escola e a comunidade, e entre a comunidade e seus integrantes, característica antes experimentada apenas em espaço religioso. Por ser singular a todos os indivíduos, o Grupo Escolar Presidente Vargas adaptou a sociedade vilavarguense nos moldes da educação escolarizada como parte indispensável da vida de qualquer cidadão.

E, como reflexo dos agentes ali formados, por servir de elo convergente dos percorridos pela escola douradense e *vilavarguense* e por conquistar os méritos de ter sido a essência, ou quem sabe, o ponto de origem de uma identidade local, suscitou iniciativas de políticas voltadas para as demandas sociais, através da conscientização resultante do próprio processo de instrução, evidenciada por meio das exigências do público distrital para com a oferta de todos os níveis da educação primária e secundária no Distrito.

Conhecendo um pouco sobre a história do Distrito de Vila Vargas, sendo a escola o lugar de onde falamos, consideramos gratificante o esforço investido na pesquisa exposta. Contudo, chegamos ao momento que, de certa forma, nos permite

olhar para trás e ter uma ideia de como foi significativa para a historiografia da educação douradense conhecer um pouco mais sobre o ensino nas áreas distritais do município, abrindo dessa forma espaços para outros questionamentos, que somados a pesquisa aqui dissertada, comporá a história da educação do estado de Mato Grosso.

A pesquisa com história da educação é inesgotável para o pesquisador, ao ponto de exigir deste pesquisador uma limitação espaço-temporal que não o deixe se perder pelas redes de relações que compõem qualquer direcionamento da construção de um olhar histórico. E é pelas inúmeras junções dessa rede que é preciso direcionar os olhares da pesquisa para a compreensão da escola e os seus novos espaços, tempos, culturas e significações, estes orientados pelas lacunas abertas através da própria pesquisa.

Nossa pesquisa foi estimulada pelas pesquisas envolvendo instituições escolares da cidade de Dourados: como se instaurou o ensino escolarizado fora da cidade? Este questionamento nos direcionou para uma infinidade de outros questionamentos envolvendo tais instituições. A lacuna aberta pela pesquisa que desenvolvemos e que servirá de matéria prima para pesquisas futuras está na relação da Igreja Católica e a escolarização no espaço rural douradense. Durante todo processo de investigação ficou claro, tanto nos depoimentos como nos documentos localizados na escola, que a Igreja esteve presente, seja na figura de professores como de missionários, em todas os modelos de escola na região distrital.

O escasso tempo disponível para a investigação foi limitador, por isso terminados a dissertação com a sensação de que faltou muito a dizer sobre a escolarização no Distrito de Vila Vargas, mas cientes de que a história aqui exposta pode contribuir para futuros estudos através das diversas faces da escola. E por estas faces permitir ver por diferentes ângulos, constrói uma história que pode ser contada e recontada, e ainda assim não esgota suas possibilidades de interpretação. A proposta de dar voz ao modelo de Grupo Escolar na área rural do estado de Mato Grosso seis décadas depois de sua criação no estado visou devolver à sua história o significado original de sua que era a mudança sócio espacial, significando de certa forma dar visibilidade as contradições no processo de escolarização do estado e às escolas trabalho encobertas pelos cânones da história tradicional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do Cpdoc*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBUQUERQUE, Claudomiro. Set. de 1954. *Relatório de situação da Colônia Agrícola de Dourados para o ano de 1954 enviado ao Ministério do Trabalho*. Documento pertencente à Coleção da Comissão Especial da Faixa de Fronteira.NEPPI/UCDB. Disponível no Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados.

ALMEIDA, Nivaldo Soares. [Carta]. Fev. de 1953, Linha do Barreirão [para] Administrador da CAND, Dourados. 1p. *Solicita abertura de escola na Linha do Barreirão*. Arquivo Nacional/RJ. Coleção da Comissão Especial da Faixa de Fronteira.NEPPI/UCDB. Disponível no Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados.

ALVES, Francisco Neves. *Imprensa e Política: algumas reflexões acerca da investigação histórica*. História em Revista (da) Universidade Federal de Pelotas, v.7, p.93-115, dez. 2001.

ARAKAKI, S. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados: UEMS, 2008.

ARAÚJO, José C. Souza; FREITAS; Anamaria G. B. de; LOPES, Antônio de P. Carvalho. *As escolas normais no Brasil: Do império à república*. 1ª Edição. Campinas: Editora Alínea, 2008. Cap. 21, p 341-354.

BÁEZ, Renato. *Perfis e Missivas*. São Paulo: Editora Resenha Tributária Ltda., 1985.

BATISTA, Antônio A. G. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Martha (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas (SP): Mercado de Letras/ALB; São Paulo: Fapesp, 2002. p.529-573.

BERCITO, S. D. R. (1990). *Nos tempos de Getúlio: Da revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Atual

BETONI, Walter Luiz. *Dourados: entre a memória e a história*. Dourados/MS: UFMS, 2002. (Dissertação de Mestrado em História)

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Congresso Nacional. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República*, João Belchior Marques Goulart, na abertura da sessão legislativa (1963). Brasília: MEC/INEP, 1987a. 2 v. Anexos. p. 356-65.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. *Educação e sociedade na fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)*. Unicamp: Campinas: 2001. Tese de Doutorado em Educação.

- CARVALHO, M. M. C de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M de; VEIGA, C. G. (org). *500 Anos de Educação no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 2011.
- CAPILÉ, Júlio. *Antigamente era assim*. Brasília: Editora do Autor, 2004.
- CAPORAL, F. R. *Bases para uma nova ATER pública*. Santa Maria (RS), 2003.
Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/dATER/arquivos/Bases%20para%20uma%20nova%20ATER%20publica.pdf> Acesso em: 20 nov. 2014.
- CARLI, Marli Aparecida. *A Colônia Agrícola Municipal de Dourados, colonização e povoamento: 1946-1956*. Dourados/MS: UFGD, 2005. (Dissertação de Mestrado em História)
- CARLOS, Ana Fani A. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARLOS, Ana Fani A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CIGOLINI, A. A. *Território e Criação de Municípios no Brasil: Uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. (Tese de Doutorado).
- CORREA FILHO, Virgílio. *A sombra dos Hervaes Matogrossenses*. São Paulo: Editora São Paulo, 1925.
- COUTO, Shanda de Freitas. *Experiências na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em São Lourenço do Sul*. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2012. (Dissertação de Mestrado).
- DI RENZO, Ana Maria. *A constituição do Estado brasileiro e a importação do português como língua nacional: uma história em Mato Grosso*. Campinas: UNICAMP, 2005. Tese de Doutorado em História.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Pensadores Sociais e História da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Fazer História da Educação com E. P. Thompson: trajetórias de um aprendizado. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Pensadores sociais e História da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.239-256.

FERNANDES, M.D.E.; FREITAS, D.N.T. *Percursos e Desafios da municipalização do ensino fundamental em Dourados-MS*. Rev. Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG, 29 (1): 43-62, jan./jun. 2004. Disponível em www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/download/1331/1367, acesso 15/12/2014.

FERREIRA, Y. N. *O papel dos distritos na estruturação da fronteira e seu significado urbano*. Geografia – Revista do Departamento de Geociências, Londrina, v.6, n.1, p. 55-65, 1990/1991.

FIGUEIRAS, Juliana Miranda. *A produção de materiais didáticos pelo MEC da Campanha Nacional de Material de Ensino à Fundação Nacional de Material Escolar*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 33, nº 65, p. 313-335 – 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v33n65/13.pdf>, acesso em 18/01/2015.

FLOWERAKER, Joe. *A luta pela terra. A economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 13.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção O Mundo, Hoje,v.21).

FREITAS, Wagner Abádio de. MELLO, Marcelo de. *A colônia agrícola nacional de Goiás e a redefinição nos usos do território*. Rev. Soc. & Nat., Uberlândia, 26 (3): 471-482, set/dez/2014.

GATTI JR., Décio e PESSANHA, Eurize (2005). História, Cultura e Educação: categorias de análise e fontes na construção da memória histórico-escolar. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.) *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas/SP: Autores Associados, Uberlândia/MG: Editora da Universidade Federal de Uberlândia. p. 71-103.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964 -1985)*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: Destaque ao município de Dourados*. Dourados: L. A. Gressler, 1988.

GUIMARÃES, Selva FONSECA. *Caminhos da história ensinada*. 2 ed. – Campinas, SP: Papyrus, 1994. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

HORTA, J.S.B. A I Conferencia de Educação ou de como monologar sobre educação na presença de Educadores. In: GOMES, A.C. (org). *Capanema/; o Ministros e seu Ministro*. Rio de Janeiro: FGV, p.147-172, 2000.

INFANTOSI, Ana Maria. *A Escola na República Velha*. São Paulo: EDEC. 1983

JACOMELI, Mara Regina Martins. *A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891 a 1927*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998. Dissertação de Mestrado em Educação.

JULIA, D. *A cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

KANG, Thomas Hyeono. *Instituições, voz política e atraso educacional no Brasil, 1930-1964*. São Paulo: USP, 2003. (Dissertação de Mestrado).

KOSSOY, B. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEITE, Gervásio. *Um século de instrução pública (história do ensino primário em Mato Grosso)*. Goiânia: Ed. Rio Bonito, 1971.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi Pinsky. *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MACIEL, D. P. *Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sociocultural e econômico nacional*. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-ANPUH, São Paulo, 2011. *Anais*. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>, Acesso em 27 de Ago./2014.

MAGALHAES, Justino Pereira de. *Tecendo Nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. (Estudos CDAPH. Série Historiográfica).

MANCINI, A. P. G.; OLIVEIRA, M. C. S.; SILVA, P. N. O. *Entre história e memória: normalistas no Instituto Educacional de Dourados – 1940-1979*. Educação e Fronteiras, v. 1, p. 119-132, 2007.

MARCILIO, Humberto. *História do Ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MELLO, Marcelo. *Brasília e Águas Lindas de Goiás: a loucura e a razão no processo de produção de um território*. Goiânia. UFG, 2009. Tese de Doutorado em Geografia Humana.

MOREIRA, Diego Abelino José Maximo. *O começo do rádio no antigo sul de Mato Grosso: instalação das primeiras empresas e seus objetivos (1930-1970)*. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010.

MORENO, G. *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992)*. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. *Uma cultura de partidos*. In: Receita Brasil -São Paulo, Veja, 1978.

MOTTA, Marly Silva da. *O Rio de Janeiro continua sendo?* Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

NAGLIS, S. G. B. *Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960)*. Dourados/MS: UFGD, 2007. (Dissertação de Mestrado).

NUNES, Clarice. *Ensino e historiografia da educação: problematização de uma hipótese*. *Revista Brasileira de Educação*. Belo Horizonte, n. 0 e 1, jan.fev.mar.abr. 1996. ANPED.

NUNES, Célia Maria Fernandes. *Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira*. *Educação & Sociedade*, n. 74, p.27-42, Abril., 2001.

OLIVEIRA, Benícia C. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937- 1945)*. Assis/SP: UNESP, 1999. (Dissertação de Mestrado).

PAIVA, Vanilda. *História da Educação Popular no Brasil; Educação popular e educação de adultos*. 6ª ed. Revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003.

PAVÃO, Eugênio da Silva. *Formação, Estrutura e dinâmica da Economia de Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da Economia Brasileira*. Florianópolis, UFSC, Centro Sócio Econômico, 2005. (Tese de Doutorado)

PINA, José Hermando A.; LIMA, Osmar A.; SILVA, Vicente de Paulo. *Município e Distrito*. *Rev. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v.3, n. 6, p. 125-142, ago. 2008. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11851/6937>, acesso em 08/12/2014.

PINTO, G. J. *Do sonho à realidade: Córrego Fundo – MG, fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte*. Uberlândia: IG-UFU, 2003. (Dissertação de Mestrado).

PINTO, Maiara Laís. *A construção da usina velha: uma proposta além da geração de energia elétrica*. In: XII Encontro da ANPUH, Seção MS, Aquidauana, 2014.

QUEIROZ, Luiz Miguel Galvão. CORREA, Paulo Sérgio de Almeida. *As fontes documentais: o entrelaçamento dos vestígios na produção da história educativa*. In: *V Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais*: UFMG, 2011.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Douglas S. dos. *O rural e o Urbano no Brasil*. In: *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18

a 22 de setembro de 2006. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_777.pdf, acesso em 02/02/2015.

RIBEIRO, A. P. G. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. Estudos Históricos - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, v. 31, p. 147-160, 2003. p. 156.

ROBERTO, Jérri. *As relações entre a Igreja e o Estado na Colônia Agrícola Federal de Dourados*. Anais dos Simpósios da ABHR, v. 13, 2012.

RODRÍGUEZ, Margarita V.; OLIVEIRA, Regina T. Cestari de. História da escola normal no estado do Mato Grosso: implantação e consolidação no sul do estado. In: ARAÚJO, José C. Souza; FREITAS; Anamaria G. B. de; LOPES, Antônio de P. Carvalho. *As escolas normais no Brasil: Do império à república*. 1ª Edição. Campinas: Editora Alínea, 2008. Cap. 21, p 341-354.

RODYCZ, Wilson Carlos. *O Juiz de Paz imperial: uma experiência de magistratura leiga e eletiva no Brasil Imperial*. In: Revista Justiça & História. Porto Alegre: TJ-RS. Departamento de Artes Gráficas, v. 3, n. 5, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

RUBIM, Flavio de Rezende. *Reservas de Brasilidade*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939. 256 p., il., 18 cm. (Bibliotheca pedagogica brasileira. Serie 5, Brasiliana v. 161 - Coleção INEP, Br 981 B823 v.161).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade do início do século XXI*. São Paulo: Editora Record, 2001.

SAVIANI, Demerval. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: autores associados, 2004.

SCHALLENBERGER, Erneldo; SCHNEIDER, Iara Elisa. *Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial: ações de governo e dinâmica do capital*. Sociologias, Porto Alegre, v. 12, n. 25, Dec. 2010. disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300008&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Mar. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222010000300008>.

SILVA, Marinete. *A Educação Brasileira no Estado Novo (1937-1945)*. Niterói; São Paulo: Livraria Panorama: Editorial Livramento, 1980.

SILVA, Marineide de Oliveira da. *Escola Rural: trilhar caminhos e transpor barreiras na educação (1927-1945)*. Cuiabá/MT: UFMT, 2012. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de; FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

STEIN, Neide, R. M & BRITO, Silvia, H. Andrade de. A organização do trabalho didático na escola moderna: os grupos escolares no sul de Mato Grosso (1910-1950). In: *IV Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2006, Goiânia. Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação. Goiânia : EDUCG, 2006. v. 1. p. 3.

TREVISAN, Leonardo. *O Pensamento Militar Brasileiro*. Rio de Janeiro: Global Editora, 2005.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938-1945. 10 v.

VARGAS, Getúlio. A instrução profissional e a educação. In: *A nova política do Brasil* . v. II. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938-1945. 10 v.

VARGAS, Getúlio (1938). Problemas e realizações do Estado Novo. In: *A Nova Política do Brasil*. v. V; p.163-5; Rio de Janeiro; José Olympio.

VARGAS, Getúlio (1944). A Criação dos Territórios Nacionais. In: *A Nova Política do Brasil*. v. IX, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*. Assis/SP: Universidade Estadual Paulista, 1986. Mestrado em História.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas escolares: estudo sobre as práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. *As lentes da história: estudos da história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria. (Org.). *História das culturas escolares no Brasil*. Vitória: SBHE/EDUFES, 2010.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones*. Revista Brasileira de Educação, Campinas, SP, n. 0, p. 63-82, set./out./nov./dez. 1995.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 59-139.

XAVIER, M. E. S. P.; RIBEIRO, M. L. S., NORONHA, O. M. *História da educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.

ZOTTI, Ap. Solange. *Sociedade, Educação e Currículo no Brasil? dos jesuítas aos anos de 1980*. Campinas: Autores Associados, 2004.

FONTES

Documentais

BRASIL. Congresso Nacional. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, João Belchior Marques Goulart, na abertura da sessão legislativa (1963)*. Brasília: MEC/INEP, 1987a. 2 v. Anexos. p. 356-65.

BRASIL. Decreto Lei 3059. *Diário Oficial*. 14 fevereiro de 1941. Câmara dos Deputados. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 16 de dezembro de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADOS. *Ata da 24ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Dourados*. Vereador Pedro Domingos. Dourados/MT, 1974.

CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADOS. *Relatório de Sindicância nº 178*. Escolas Reunidas Presidente Vargas, Vila Vargas, Dourados/MS, 1970.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. *Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Acesso em: mar. 2013.

COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS. *Relatório de Inspeção das escolas rurais de Dourados/MT*. Cremilda Xavier Thiry. Mai. De 1953. Documento pertencente à Coleção da Comissão Especial da Faixa de Fronteira. NEPPI/UCDB. Disponível no Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados.

GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE VARGAS. *Ficha de Funcionários de 1972*. Vila Vargas, Dourados/MT, 1972. Disponível no arquivo da Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas.

GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE VARGAS. *Livro Ata da Reunião da Associação de Pais e Mestres “Pedro Pedrossian”*. 1971; 1972; 1973 e 1974. Vila Vargas, Dourados/MT, 1974. Volume único. Disponível no arquivo da Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas.

GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE VARGAS. *Livro Ata da Reunião Pedagógica*. 1971; 1972; 1973 e 1974. Vila Vargas, Dourados/MT, 1974. Volume único. Disponível no arquivo da Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas.

GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE VARGAS. *Livro Balancete do Caixa Escolar*. 1971; 1972; 1973 e 1974. Vila Vargas, Dourados/MT, 1974. Volume único. Disponível no arquivo da Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas.

GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE VARGAS. *Livro de Matrículas – ano letivo 1971*. Vila Vargas, Dourados/MT, 1974. Volume único. Disponível no arquivo da Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas.

GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE VARGAS. *Livro de Matrículas – ano letivo 1972*. Vila Vargas, Dourados/MT, 1974. Volume único. Disponível no arquivo da Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas.

GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE VARGAS. *Livro de Matrículas – ano letivo 1973*. Vila Vargas, Dourados/MT, 1974. Volume único. Disponível no arquivo da Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas.

GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE VARGAS. *Livro de Matrículas – ano letivo 1974*. Vila Vargas, Dourados/MT, 1974. Volume único. Disponível no arquivo da Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2009/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MATO GROSSO DO SUL. *Ficha de Cadastro de Escolas*. Delegacia Regional de Ensino. Dourados/MT, 1968. Disponível no Centro de Documento Regional da UFGD (CDR/UFGD).

MATO GROSSO. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo. Cuiabá: Imp. Oficial, 1937. Disponível em mídia digital no Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME/UFGD)

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Governador Fernando Corrêa da Costa*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1952. Disponível em mídia digital no Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME/UFGD)

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Governador Fernando Corrêa da Costa*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1954. Disponível em mídia digital no Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME/UFGD)

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Governador Fernando Corrêa da Costa*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1955. Disponível em mídia digital no Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME/UFGD)

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Governador Fernando Corrêa da Costa*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1965. Disponível em mídia digital no Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME/UFGD)

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Governador João Ponce de Arruda*. Cuiabá: Imp. Oficial. 1956. Disponível em mídia digital no Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME/UFGD)

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Governador João Ponce de Arruda*. Cuiabá: Imp. Oficial. 1957. Disponível em mídia digital no Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME/UFGD)

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Governador João Ponce de Arruda*. Cuiabá: Imp. Oficial. 1959. Disponível em mídia digital no Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME/UFGD)

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Bel. Julio Strübing Müller — Interventor Federal em Mato Grosso*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1940. Disponível em mídia digital no Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME/UFGD)

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Sr. Presidente da República pelo Bel. Julio Strübing Müller, no período de 1941 a 1942*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1942. Disponível em mídia digital no Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME/UFGD)

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Governador Manoel Ary da Silva Pires*. Cuiabá: Imp. Oficial. 1937. Disponível em mídia digital no Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME/UFGD)

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Governador Annibal Toledo*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1930. Disponível em mídia digital no Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME/UFGD)

MATO GROSSO. Decreto nº 265, de 22 de outubro de 1910. *Regulamenta a Instrução Pública Primária*. Coleção de Leis e Decretos. Cuiabá: [s.n.], 1910. APMT - Livro n. 213, p. 119-153.

MATO GROSSO. Decreto nº 353, de 13 de janeiro de 1914. *Dá novo regulamento à Escola Normal e Modelo Anexa*. Cuiabá 13 jan. 1914. APMT.

MATO GROSSO. Decreto nº 68, de 20 de junho de 1896. *Regulamenta a Instrução Pública Primária*. Coleção de Leis e Decretos. 1893 a 1896. Cuiabá: [s.n.], 1896. APMT - Livro n. 4, p. 66- 100.

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Governador Francisco de Aquino Correa*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1920. Disponível em mídia digital no Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME/UFGD)

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Governador Pedro Celestino*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1922. Disponível em mídia digital no Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME/UFGD)

MATO-GROSSO. *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso*, 1914. Localizado no NDHIR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS. *Registro de Escolas Extintas e Desativadas até 1975*. Secretaria Municipal de Dourados - SEMED, 2014.

Orais

Arno Sedlceck. Colono da CAND. Encontro realizado no Distrito Vila Vargas, Dourados/MS em 07/11/2014 às 14:05 horas com duração de 69 minutos. Citação: SEDLACEK, A. *Depoimento*. 2014, p.

Alice Carneiro. Ex-professora da Escola Rural Mista do Mercado. Encontro realizado no Distrito de Vila Vargas, Dourados/MS em 18/12/2014 às 15:00 horas com duração de 70 minutos. Citação: CARNEIRO, A. *Depoimento*. 2014, p.

Doralice Paula Carneiro. Ex-aluna da Escola Rural Mista do Mercado e Ex-professora do GEPV. Encontro realizado no Distrito de Vila Vargas, Dourados/MS em 18/12/2014 às 15:00 horas com duração de 70 minutos. Citação: CARNEIRO, D. P. *Depoimento*. 2014, p.

Edison Lázaro Félix. Ex-aluno da Escola Rural Mista de Vila Vargas, Ex-professor da Escola Reunida Presidente Vargas e do GEPV. Encontro realizado no Distrito de Vila Vargas, Dourados/MS em 06/05/2014 às 14:20 horas com duração de 94 minutos. Citação: FÉLIX, E. L. *Depoimento*. 2014, p.

Erna Sedlacek. Ex-aluna da Escola Rural Mista do Mercado e Ex-professora do GEPV. Encontro realizado na cidade de Campo Grande/MS em 20/12/2014 às 13:30 horas com duração de 74 minutos. Citação: SEDLACEK, E. *Depoimento*. 2014, p.

Eva Aparecida Cunha. Ex-aluna da Escola Rural Mista do Mercado, Escola Rural Mista de Vila Vargas. Encontro realizado no Distrito de Vila Vargas, Dourados/MS em 08/11/2014 às 16:10 horas com duração de 55 minutos. Citação: CUNHA, A. *Depoimento*. 2014, p.

João Ferreira Leite. Proprietário do primeiro comércio do Distrito de Vila Vargas e quem construiu a primeira Igreja Católica. Encontro realizado no Distrito de Vila Vargas, Dourados/MS em 10/11/2014 às 15:00 horas com duração de 50 minutos. Citação: LEITE, J. F. *Depoimento*. 2014, p.

Juraci Cavalcante. Ex-aluna da Escola Rural Mista do Mercado, Escola Rural Mista de Vila Vargas e GEPV. Encontro realizado no Distrito de Vila Vargas, Dourados/MS em 16/07/2014 às 15:05 horas com duração de 65 minutos. Citação: CAVALCANTE, J. *Depoimento*. 2014, p.

Paulo Félix. Proprietário da primeira máquina de beneficiamento de arroz do Distrito de Vila Vargas. Encontro realizado no Distrito de Vila Vargas, Dourados/MS em 09/05/2014 às 16:35 horas com duração de 64 minutos. FÉLIX, P. *Depoimento*. 2014, p.

Sedilha Moraes Moreira. Ex-professora da Escola da Zona do Triunfo. Encontro realizado na cidade de Glória de Dourados/MS em 14/12/2014 às 10:30 horas com duração de 75 minutos. Citação: MOREIRA, Sedilha Moares. *Depoimento*. 2014, p.

Jornais

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. *Serão nulas as concessões de terras feitas em Mato Grosso*. 2 de julho de 1959, pg.5.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. *A Colônia Agrícola de Dourados*. Edição nº 23.052, 10/11/1944, p.4. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>, acesso em 18/07/2014.

JORNAL O PROGRESSO. *“Luto e Amargura sem par na Pátria Brasileira pela MORTE DE GETÚLIO”*. 29/08/1954, n.º 197, p.1.

JORNAL O PROGRESSO. *“Passou a chamar-se Rua Presidente Vargas a Rua Pernambuco”*. 5 de setembro de 1954, n.º 175, p.1.

JORNAL O PROGRESSO. *“Asfalto está chegando em Dourados”*. 19 de outubro de 1974, pg.1.

JORNAL O PROGRESSO. *“Brasil”, Aramando Carmello*. 30 de outubro 1955, n.º 230, p.1

JORNAL O PROGRESSO. *“O que é Vila Vargas”*. 26 de abril, 1964, p.1.

JORNAL O PROGRESSO. *“Solidariedade aos dissidentes do Partido Trabalhista Brasileiro em Dourados”*. 15/08/1954, p.4.

JORNAL O PROGRESSO. *“Trinta alunos receberam diplomas do MOBRAL em Vila Vargas”*. 20 de outubro de 1973, p.2

JORNAL O PROGRESSO. *Notícia*. 13 de maio de 1970, p.4.

JORNAL O PROGRESSO. *Assembleia da Câmara Municipal de Dourados*. 24 de dezembro de 1967, p.3.

JORNAL O PROGRESSO. *Estórias*. Viriato Baiano, 07 de abril 1963, n.º502, p. 2.

JORNAL O PROGRESSO. *Excursionou pela Colônia Federal o Snr. Ruy Gomes*. 20/06/1954, n.164, p.1.

JORNAL O PROGRESSO. *Morre Antônia Silveira Capilé*. Dourados, 27/10/1973, p.6.

JORNAL O PROGRESSO. *Notícia*. 13 de outubro de 1973, p.1.

JORNAL O PROGRESSO. *Notícia*. 16 de maio de 1970, p.2.

JORNAL O PROGRESSO. *Notícia*. 21 de março de 1970, p.2.

JORNAL O PROGRESSO. *Notícia*. 24 de agosto de 1968, p.2

JORNAL O PROGRESSO. *Notícia*. 26 de abril de 1964, p.2.

JORNAL O PROGRESSO. *Notícia*. 26 de Maio de 1963, p.4.

JORNAL O PROGRESSO. *Notícia*. 28 de agosto de 1969, p.2.

JORNAL O PROGRESSO. *Notícia*. 30 de outubro 1955, n.º 230, p.1.

JORNAL O PROGRESSO. *Notícia*. 8 de dezembro de 1963, pg. 01.

JORNAL O PROGRESSO. *Relatório Anual da Prefeitura de Dourados*. Antônio Moraes dos Santos, 24 de abril de 1955, n.º 204, p.6

JORNAL O PROGRESSO. *Relatório Anual da Prefeitura de Dourados*. Prefeito Nelson de Araújo. 21/04/1953, p.2-3.

JORNAL O PROGRESSO. *Resultado das Eleições*. 16 de outubro de 1965, p.1.

Leis

BRASIL. Constituição Federal de 16 de julho de 1934.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.009 de 9 de Fevereiro de 1940 - Dá nova organização aos núcleos coloniais.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.059 de 14 de Fevereiro de 1941 - Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.073 de 30 de Janeiro de 1942 – Lei Orgânica do Ensino Industrial.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942 - Lei orgânica do ensino secundário.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943 - Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.878 de 4 de outubro de 1943 - Autoriza a instituição da Fundação Brasil Central e dispõe sobre o seu funcionamento.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.529 de 2 de Janeiro de 1946 - Lei Orgânica do Ensino Primário.

BRASIL. Constituição Federal de 18 de Setembro de 1946.

BRASIL. Decreto nº 37.106 de 31 de Março de 1956 - Institui a companhia da Merenda Escolar.

BRASIL. Decreto nº 56.886 de 20 de Setembro de 1965 - Modifica denominação de Instituição do Departamento Nacional de Educação.

BRASIL. Decreto nº 39.007 de 11 de abril de 1956 - Dá nova redação ao Arts. 1º, 2º e 4º do Decreto nº 37.106 de 31 de março de 1955.

BRASIL. Decreto nº. 59.355 de 4 de outubro de 1966 - Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653/66.

BRASIL. Decreto-Lei n.º477 de 26 de fevereiro de 1969. Arquivo da DRE/Dourados – CDR – UFGD.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 477 de 26 de fevereiro de 1969 - Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimento de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

BRASIL. Lei 5.327 de 2 de outubro de 1967 - Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar.

BRASIL. Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961 - Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Resolução Nº. 49 de 22 de novembro de 1968 - Aprova o Regimento Interno do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

BRASIL. Decreto 62.411 de 15 de Março de 1968 - Aprova o estatuto da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) e dá outras providências.

Constituição Federal de 10 de Novembro 1937.

DOURADOS. Decreto-Lei 70 de 9 de outubro de 1946 – Regulamenta o funcionamento das Colônias Agrícolas de Dourados.

DOURADOS. Lei Estadual 661 de 20 de dezembro de 1953 – Eleva o povoado de Itahum a Distrito de Dourados.

MATO GROSSO, Lei N.º 942, de 03 de janeiro de 1926. Coleção de Leis e Decretos. Cuiabá, 1926.

MATO GROSSO. Decreto 226 de 23 de Dezembro de 1938 - institui esta Interventoria normas relativas ao ensino primário nas escolas particulares em Mato Grosso.

MATO GROSSO. Decreto nº 458 de 15 de março de 1963 regulamenta o cargo de Inspetor Regional de Ensino Primário.

MATO GROSSO. Decreto nº 265, de 22 de outubro de 1910. Regulamenta a Instrução Pública Primária. Coleção de Leis e Decretos. Cuiabá: [s.n.], 1910.

MATO GROSSO. Decreto nº 408 de 31 de outubro de 1962, criou a Comissão Estadual de Ensino Primário e Cultura e Saúde

MATO GROSSO. Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927. Regulamenta a Instrução Pública Primária. Coleção de Leis e Decretos. Cuiabá, [s.n.], 1927.

MATO GROSSO. Decreto nº. 1.152, de 8 de agosto de 1951 – Regulamenta o Serviço de Orientação do Ensino Primário e Assistência da Administração Educacional.

MATO GROSSO. Decreto nº. 273 de 12 de novembro de 1946 – Regulamenta o Departamento de Educação e Cultura do estado de Mato Grosso.

MATO GROSSO. Decreto nº. 30 de 20 de dezembro de 1935 - Elevação do Distrito à Município de Dourados.

MATO GROSSO. Lei 1.815 de 7 de fevereiro de 1963 cria o Conselho Estadual de Educação. Esta lei, foi posteriormente modificada pela de n. 1922 de 5 de novembro de 1963

MATO GROSSO. Lei Estadual 1.941/63. Eleva a Município o Distrito de Glória de Dourados.

MATO GROSSO. Lei Estadual 2.057/63 – Eleva a Município o Distrito de Vila Brasil.

MATO GROSSO. Lei n.º 658 de 18 de maio de 1914 – Elevação do povoado à Distrito de Paz de Dourados.

MATO GROSSO. Lei nº 2.051 de 3 de dezembro de 1963 institui a Fundação Educacional de Mato Grosso.

MATO GROSSO. Lei nº 336 de 6 de dezembro de 1949 - Cria o Departamento de Terras e Colonização em Mato Grosso (DTC)

MATO GROSSO. Lei nº. 388, de 29 de outubro de 1951 – Institui o Serviço de Orientação do Ensino Primário e Assistência da Administração Educacional

MATO GROSSO. Lei Nº. 87 de 18 de Setembro de 1943 - Estipula a reforma agrária no estado de Mato Grosso.

MATO GROSSO. Lei Nº.2.399 de 25 de fevereiro de 1965 - Dispõe sobre a denominação de professores, cria quadro, estabelece novas funções toma outras providencias;

MATO GROSSO. Lei Orgânica nº 452, de 24 de novembro de 1951 – reorganização do ensino primário no estado de Mato Grosso.

MATO GROSSO. Portaria 2.205 de 29 de dezembro de 1964, recomenda o uso de livros pelos alunos de Escolas primarias do Estado.

MATO GROSSO. Portaria 256 de 1964 - determina horário de emergência para as escolas primárias do estado.

MATO GROSSO. Portaria 31 de 1965 - homologa o currículo aprovado em 30 de dezembro de 1964 pelo Conselho Estadual de Educação para os Estabelecimentos de Ensino Médio (1 e 2 ciclos) mantidos pelo governo do estado.

MATO GROSSO. Portaria 654 de 30 de dezembro de 1964 - determina que para matricula em Escola Primária Pública ou Particular seja exigido atestado de vacina anti-varíola; declaração de ter-se submetido a exame biométrico e odontológico.